



Jerónimo Martins

RELATÓRIO & CONTAS 2017

	Mensagem do Presidente	3
1.	O Grupo Jerónimo Martins	7
	1. Perfil e Estrutura	9
	2. Posicionamento Estratégico	16
	3. Prémios e Reconhecimentos	18
2.	Relatório de Gestão - Criação de Valor e Crescimento	21
	1. Factos-Chave do Ano	23
	2. Enquadramento de 2017	25
	3. Desempenho do Grupo	30
	4. Desempenho das Áreas de Negócio	44
	5. Perspectivas para os negócios de Jerónimo Martins	57
	6. Eventos Subsequentes à Data do Balanço	59
	7. Política de Distribuição de Dividendos	60
	8. Proposta de Aplicação de Resultados	61
	9. Anexo ao Relatório de Gestão	62
3.	Demonstrações Financeiras Consolidadas	64
	1. Demonstrações Financeiras Consolidadas	66
	2. Declaração do Conselho de Administração	118
	3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	119
	4. Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria	126
4.	Governo da Sociedade	129
	Parte I – Informação Obrigatória Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade	131
	Secção A – Estrutura Accionista	131
	Secção B – Órgãos Sociais e Comissões	135
	Secção C – Organização Interna	166
	Secção D – Remunerações	178
	Secção E – Transacções com Partes Relacionadas	187
	Parte II – Avaliação do Governo Societário	189
5.	Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor	196
	1. A Nossa Abordagem	198
	2. Envolvimento com os Stakeholders	200
	3. Highlights 2017	202
	4. Promover a Saúde pela Alimentação	204
	5. Respeitar o Ambiente	213
	6. Comprar com Responsabilidade	223
	7. Apoiar as Comunidades Envolventes	233
	8. Ser um Empregador de Referência	240
	9. Compromissos para 2015-2017	250
	10. Compromissos para 2018-2020	253
	11. Tabela de Indicadores	255
6.	Demonstrações Financeiras Individuais	264
	1. Demonstrações Financeiras Individuais	266
	2. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	304
	Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade	308

Mensagem do Presidente

2017 foi um ano marcante sob várias perspectivas, ao longo do qual se observou uma imprevisibilidade global crescente.

Na União Europeia, e do ponto de vista político, foi um ano de emoções fortes. Na Alemanha, Angela Merkel conseguiu a reeleição para um quarto mandato, mas sofreu uma queda considerável dos resultados eleitorais do seu partido (CDU), que registou o pior resultado desde 1949.

A mudança mais estrutural, porém, foi iniciada pela entrada em força da extrema-direita no Bundestag alemão, com a conquista de 94 mandatos pela AfD, que se tornou, assim, a terceira força política germânica. É a primeira vez que, na história da Alemanha do pós-guerra, uma força claramente de extrema-direita chega ao Parlamento. E acontece naquela que foi a primeira eleição federal realizada desde que, em 2015, o Governo liderado por Angela Merkel abriu as portas a um fluxo de migrantes e refugiados, deixando entrar no país mais de um milhão de pessoas.

Confirmando o recrudescimento dos nacionalismos e da extrema-direita na Europa, também na Holanda o partido anti-islão, anti-imigração e anti-europeu de Geert Wilders (PVV) passou de 12 para 20 lugares no Parlamento. É actualmente o segundo maior partido, mesmo tendo falhado o seu objectivo de tornar-se a maior força parlamentar holandesa.

Em 2017, a nota de sinal contrário chegou-nos de França, com a vitória esmagadora de Emmanuel Macron na segunda volta das Presidenciais, contra Marine Le Pen - 66,1% contra 33,9%. Uma vitória que se repetiu logo a seguir, nas legislativas, com o recém-formado partido de Macron a conquistar a maioria dos votos dos eleitores, que apoiaram, de forma inequívoca, a visão reformadora, pró-europeia e inclusiva do novo Presidente da França.

Em Portugal, seguiu-se com particular atenção a crise na vizinha Catalunha, que se encontra politicamente fracturada, esperando-se uma desaceleração da economia espanhola que, a acontecer, não deixará de afectar Portugal dado o peso de Espanha como importante país de destino das exportações portuguesas (cerca de 25% do total).

Para os portugueses, o ano de 2017 ficará, mais do que qualquer outra coisa, inelutavelmente associado à tragédia dos incêndios florestais. Perderam-se, pelo menos 112 vidas humanas e, de acordo com a estimativa do Sistema Europeu de Informação de Incêndios Florestais, terão ardido aproximadamente 500 mil hectares, incluindo o insubstituível Pinhal de Leiria, com cerca de 700 anos de história. A desolação provocada por esta destruição violenta, face à qual o Estado falhou no seu dever de protecção de pessoas e bens, ensombrou as notícias positivas registadas na vertente económica. De facto, a saída do procedimento por défice excessivo e a subida do rating da República Portuguesa são bons indicadores de recuperação, ainda que o equilíbrio seja instável, designadamente tendo em conta a contestação, que deverá aumentar, nos sectores sociais do Estado e também as reformas estruturais que continuam por fazer.

No Grupo Jerónimo Martins, no ano em que celebrámos os 225 anos de actividade comercial, ultrapassámos os 100 000 colaboradores e renovámos a nossa identidade visual corporativa num exercício de rebranding que procurou equilibrar legado e modernidade. Em 2017, batemos todos os recordes de vendas, reforçámos consecutivamente as posições de mercado de todas as nossas insígnias e mantivemo-nos entre os maiores retalhistas do mundo, mais concretamente na 56.ª posição, a nossa melhor de sempre no ranking “Global Powers of Retailing 2018”, um estudo da consultora Deloitte com a revista norte-americana Stores.

Foram 12 meses desafiantes, de forte investimento na expansão dos negócios internacionais, e de exigência máxima nos nossos três mercados: Portugal, Polónia e Colômbia. O foco nas vendas, através do investimento no reforço do posicionamento de preço e na experiência de compra, revelou-se eficaz: o volume de negócios do Grupo atingiu os 16,3 mil milhões de euros em 2017, 11,3% acima do ano anterior, impulsionado por um crescimento de 6,6% do *like-for-like*.

Os resultados líquidos atribuíveis a Jerónimo Martins ascenderam a 385 milhões de euros, o que representa, em termos comparáveis (i.e. excluindo a contribuição da Monterroio em 2016), um incremento de 6,7%.

O Grupo manteve-se como um investidor relevante e determinado nos mercados onde opera, tendo reforçado o montante de capex para os 724 milhões de euros, dos quais cerca de metade alocados a expansão (novas lojas e Centros de Distribuição) e mais de um terço a projectos de remodelação profunda dos parques de lojas em Portugal e na Polónia.

A Biedronka absorveu 354 milhões de euros de investimento (49% do total), que destinou às 121 aberturas de loja, à inauguração do novo Centro de Distribuição e às 226 remodelações realizados no ano.

Do ponto de vista do consumo, a Polónia vive um ambiente favorável, estimulado pela queda do desemprego, a aceleração dos aumentos salariais e a melhoria global das condições de vida das famílias também em resultado do programa *Family 500 plus*.

Aproveitando a oportunidade gerada pela tendência de aumento da diferenciação e do valor do cabaz de compra, a Biedronka multiplicou as iniciativas de melhoria da qualidade da oferta, reforçando a inovação e atractividade do sortido. Ao mesmo tempo, teve o sentido de oportunidade e a agilidade para ler o mercado e responder com promoções específicas de produtos e também com fortes acções temporárias, reforçando a competitividade do seu posicionamento e a sua liderança de preço.

Assumindo o desempenho *like-for-like* como a sua principal prioridade, a Companhia atingiu 8,6% de crescimento no ano. As vendas totais aumentaram 13,2% (+10,4% em moeda local), para os 11,1 mil milhões de euros, num ano em que a Biedronka terminou com 2.823 localizações.

Gerindo um equilíbrio difícil entre alargar as fronteiras do seu modelo e manter a eficiência da estrutura de custos, num contexto em que esta está sob pressão acrescida relacionada sobretudo com os investimentos na melhoria contínua da remuneração, benefícios e programas de apoio aos colaboradores, a Biedronka atingiu um EBITDA de 805 milhões de euros (+11% a taxa de câmbio constante), mantendo a respectiva margem sensivelmente em linha com o ano anterior (7,3%).

Em Portugal, um mercado maduro e fortemente concorrencial, as nossas companhias voltaram a demonstrar resiliência, força e solidez.

O Pingo Doce encerrou 2017 com vendas totais de 3,7 mil milhões de euros, mais 3,1% que no ano anterior, e mais 1% quando considerado o mesmo parque de lojas. Para além da intensidade promocional e da aposta na inovação, designadamente com o lançamento de 175 novas referências na Marca Própria, as vendas totais beneficiaram ainda da aposta na expansão selectiva e na permanente melhoria do serviço logístico às lojas e da experiência de compra dos clientes. Esta aposta reflectiu-se em nove adições líquidas ao parque de lojas realizadas ao longo do ano, 44 remodelações e na inauguração, no Norte de Portugal, do mais moderno Centro de Distribuição de toda a nossa rede, que, no total, representaram 102 milhões de euros de investimento da Companhia.

Reconhecendo a contribuição decisiva das equipas para o desempenho operacional e para o nível de serviço e qualidade global da experiência oferecida aos clientes, a Companhia efectuou em 2017 uma revisão dos pacotes remuneratórios. Esta opção teve um expectável impacto ao nível do EBITDA, que, cifrando-se nos 188 milhões de euros, recuou 1,6% face a 2016.

O Recheio soube aproveitar a dinâmica muito positiva da actividade turística em Portugal, ao mesmo tempo que reforçou a vertente internacional, terminando o ano com exportações para 25 países, distribuídos por quatro continentes. Quando considerado o mesmo parque de lojas, as suas vendas aumentaram uns expressivos 6,2% no ano, e o crescimento total do volume de negócios foi de 7,2%, para os 942 milhões de euros, beneficiando também da nova loja aberta em Vila Nova de Gaia (a 39.ª da cadeia) e da realocização da plataforma de Food-Service do Porto.

Com um EBITDA de 50 milhões de euros (+6,7% face a 2016), e apesar do investimento realizado para impulsionar as vendas, o Recheio manteve a margem EBITDA nos 5,3%, em linha com a do ano anterior, numa clara demonstração de capacidade de preservação da sua disciplina de custos e dos níveis de eficiência.

No que diz respeito aos nossos negócios ainda não lucrativos, a Hebe melhorou de forma consistente a diferenciação e competitividade da sua proposta e conseguiu provar que tem um conceito e um modelo de negócio com um potencial de desenvolvimento interessante. As vendas totais aumentaram 35,7% em relação a 2016, para os 166 milhões de euros, num ano em que a insígnia abriu 30 lojas, chegando a 31 de Dezembro com uma rede total de 182 localizações.

Na Colômbia, onde o processo de paz é hoje considerado irreversível, continuamos focados em construir o caminho de crescimento futuro para a Ara. Presente em três regiões, a nossa cadeia colombiana alcançou vendas de 405 milhões de euros, 72% acima do ano anterior, apesar de alguma irregularidade registada nos níveis de confiança do consumidor. Este desempenho traduz o esforço contínuo de ajustamento da proposta às especificidades regionais dos padrões de consumo e também a nossa própria curva de aprendizagem das necessidades e preferências dos consumidores colombianos.

A Companhia foi capaz de entregar aquela que era a sua principal prioridade para 2017: acelerar a expansão da rede para reforçar presença e capilaridade. Cumprindo um programa de investimento de 169 milhões de euros, a Ara abriu 169 lojas - ou seja, uma nova loja a cada dois dias - das quais 77 nos últimos três meses do ano. Isto significa que a Companhia mais do que duplicou o número de aberturas face a 2016, ao mesmo tempo que prosseguiu os investimentos na infra-estrutura logística.

Em 2017, a Ara foi responsável por 88% dos 85 milhões de euros de perdas registadas ao nível do EBITDA, sendo os restantes imputáveis à Hebe, que mantém sustentada a sua tendência ascendente em direcção à rentabilidade. Excluindo a diluição provocada pelas perdas registadas nestes novos negócios, o EBITDA consolidado teria crescido 9,0%, com uma margem de 6,4% sobre as vendas.

O EBITDA consolidado cifrou-se em 922 milhões de euros (+4,7%, a taxas de câmbio constantes, face a 2016), com a margem a situar-se nos 5,7%, num ano de investimento relevante, o que demonstra bem a força do desempenho de vendas das nossas Companhias. Além disso, mantemos inabalada a robustez do nosso balanço, tendo terminado o ano com uma posição líquida de caixa de 170 milhões de euros.

Dada a sólida situação financeira em que o Grupo se encontra, e considerando que a flexibilidade para financiar oportunidades de crescimento presentes ou futuras não será comprometida, o Conselho de Administração de Jerónimo Martins proporá à Assembleia Geral de Accionistas o pagamento de um dividendo de cerca de 385 milhões de euros relativo aos lucros do exercício de 2017. Esta proposta corresponde a um payout de 100%, que, pelo segundo ano consecutivo e a título excepcional, se cifra em cerca do dobro do que resultaria da aplicação da política de dividendos em vigor.

Entrámos, pois, pujantes e bem preparados em 2018, mais um ano em que faremos do crescimento a primeira prioridade estratégica e a fonte de toda a nossa motivação.

Continuaremos a investir fortemente nos nossos negócios, empenhados no aperfeiçoamento contínuo do equilíbrio entre rentabilidade e sustentabilidade. É esta gestão que nos garante, simultaneamente, um lugar entre os maiores retalhistas do mundo e a inclusão em importantes índices internacionais de sustentabilidade que distinguem as melhores companhias que investem no desenvolvimento dos seus negócios a longo prazo através de um elevado desempenho também nas áreas social, ambiental e de governo.

Estes resultados e a consideração também do longo prazo na condução dos negócios não seriam possíveis sem o apoio dos investidores de Jerónimo Martins, e em particular do seu accionista maioritário, e a sua solidariedade com a missão e a estratégia que prosseguimos. A todos dirijo a minha gratidão e perante todos renovo o meu compromisso de continuar a liderar o Grupo no sentido do crescimento rentável e sustentável.

Deixo ainda uma nota de reconhecimento e apreço aos meus colegas no Conselho de Administração pelo seu valioso contributo para a visão que nos guia e a confiança sempre demonstrada na nossa capacidade de execução e de entrega. Às minhas equipas agradeço a paixão, o compromisso e a competência que fazem de nós aquilo que somos e que nos conduzem, dia após dia, até onde nos leva a nossa ambição.

Pedro Soares dos Santos

Presidente e Administrador-Delegado

O GRUPO JERÓNIMO MARTINS

I



O Grupo Jerónimo Martins

1. Perfil e Estrutura	9
2. Posicionamento Estratégico	16
3. Prémios e Reconhecimentos	18

O presente Relatório Anual do Grupo Jerónimo Martins abrange o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017 e inclui as áreas de Distribuição e Agro-Alimentar em Portugal e a área de Distribuição na Polónia e na Colômbia, referindo os resultados das entidades detidas directamente pelo Grupo.

1. Perfil e Estrutura

1.1. Identidade e Competências

Carteira de Activos

Jerónimo Martins é um Grupo que detém activos na área Alimentar, maioritariamente na Distribuição, com posições de liderança de mercado na Polónia e em Portugal. Alcançou, em 2017, vendas de 16,3 mil milhões de euros (68% na Polónia) e um EBITDA de 922 milhões de euros (87% na Polónia). O Grupo emprega um total de 104.203 colaboradores e terminou o ano com 10,2 mil milhões de euros de capitalização bolsista na Euronext Lisboa.



Na Polónia, a **Biedronka**, cadeia de lojas alimentares com um posicionamento que alia qualidade de sortido, ambiente de loja e localizações de proximidade com os preços mais competitivos do mercado, é líder de vendas no Retalho Alimentar, operando 2.823 lojas dispersas por todo o país. No final de 2017, a Companhia atingiu 11,1 mil milhões de euros de vendas, com cerca de 1,4 mil milhões de actos de compra registados.



Ainda na Polónia, e desde Maio de 2011, o Grupo detém, sob a insígnia **Hebe**, uma cadeia no sector das drugstores, que conta com 182 lojas. Na base deste conceito de negócio está a oferta de um sortido de Saúde e Beleza, com aconselhamento de qualidade, a preços muito competitivos.



Na Colômbia, a **Ara** opera actualmente em três regiões do país: Eixo Cafeeiro, Costa do Caribe e Bogotá. Trata-se de uma cadeia de lojas alimentares de proximidade, com forte implantação nos bairros residenciais, e um posicionamento de qualidade ao melhor preço, conjugando competitividade com oportunidades promocionais em categorias-chave para o consumidor colombiano. No final do ano, a Ara operava em 389 localizações.



Em Portugal, o Grupo Jerónimo Martins ocupa uma posição de liderança na Distribuição Alimentar, tendo, em 2017, atingido uma facturação agregada de 4,6 mil milhões de euros. Opera com as insígnias **Pingo Doce** (422 supermercados, incluindo quatro Pingo Doce & Go) e **Recheio** (39 Cash & Carry e quatro plataformas, das quais três dedicadas ao Food Service), que lideram os segmentos de Supermercados e Cash & Carry, respectivamente.



Ainda em Portugal, Jerónimo Martins tem investido, através do Pingo Doce, no desenvolvimento de projectos complementares ao negócio de Retalho Alimentar, nomeadamente nas áreas de Restauração **Refeições no Sítio do Costume**, Lojas **Bem-Estar**, Postos de Abastecimento de Combustível e também Vestuário (para adulto e criança) e Sapatos e Acessórios, através, respectivamente, das insígnias **New Code** e **Spot**. Estas duas últimas desenvolvem-se no âmbito de parcerias com operadores especializados.

Jerónimo Martins Agro-Alimentar

A **Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)** tem como principal objectivo salvaguardar a capacidade das Companhias do Grupo se abastecerem de alguns produtos estratégicos. Actualmente opera nas áreas de Lacticínios, Pecuária (carne de bovino da raça Angus) e Aquacultura (robalo e dourada).



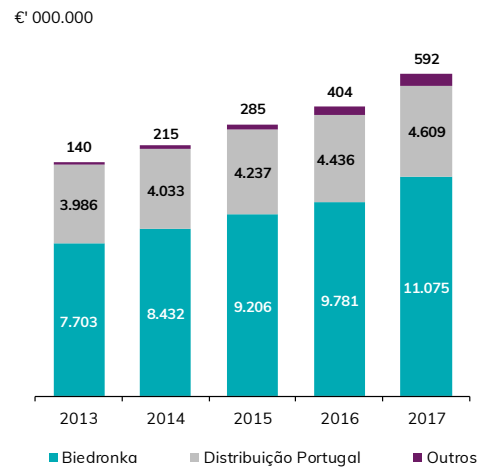
Jerónimo Martins Restauração e Serviços, que se dedica ao desenvolvimento de projectos no sector da Restauração e que, no final de 2017, operava a cadeia de quiosques e cafetarias Jeronymo, com 21 pontos de venda.



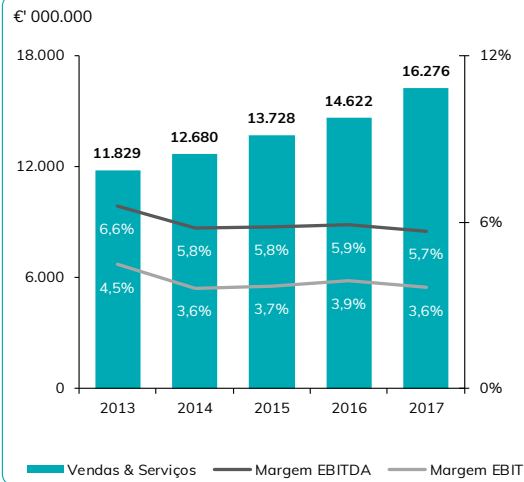
Husel, cadeia de Retalho Especializado para comercialização de chocolates e confeitaria, contava com 24 lojas no final de 2017.

1.2. Indicadores Financeiros e Operacionais

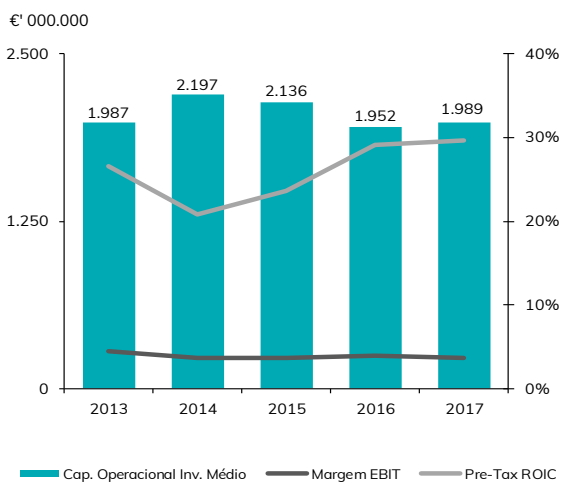
Vendas & Serviços



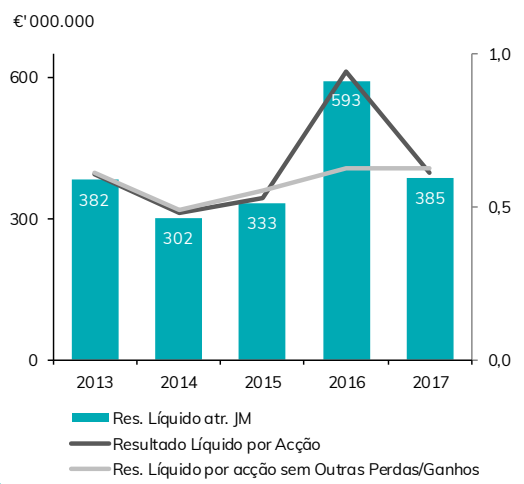
Vendas, Margem EBITDA e Margem EBIT



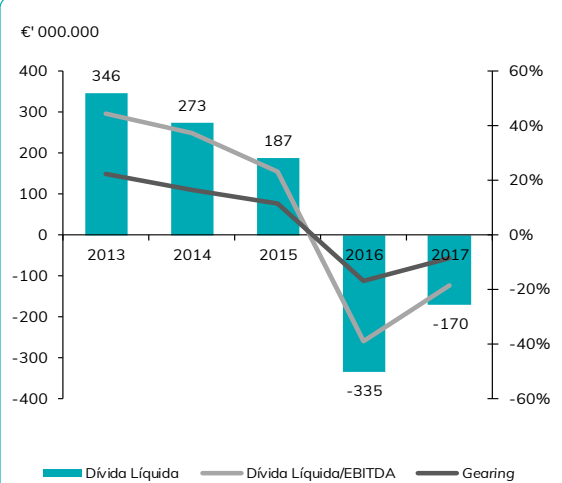
Pre-Tax ROIC



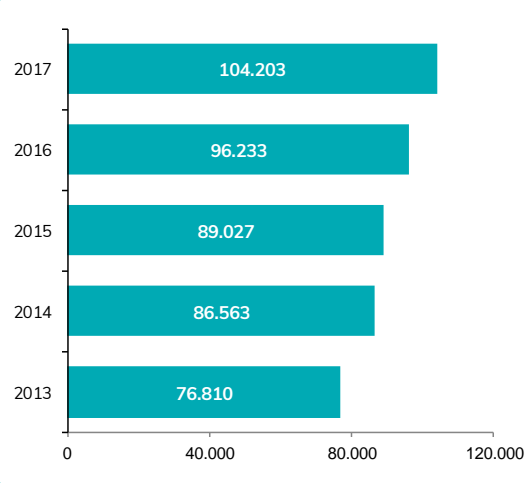
Resultado Líquido e Resultado Líquido por Acção



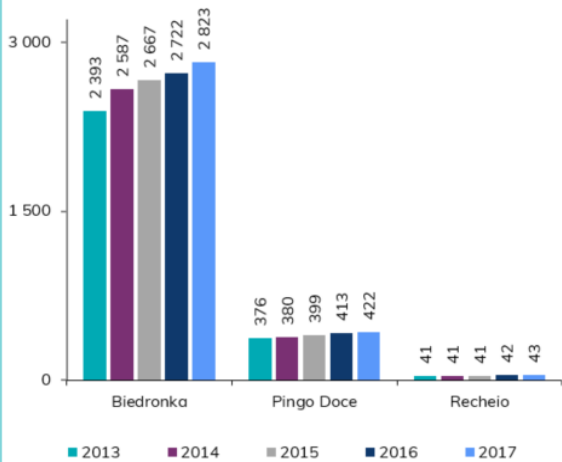
Dívida Líquida



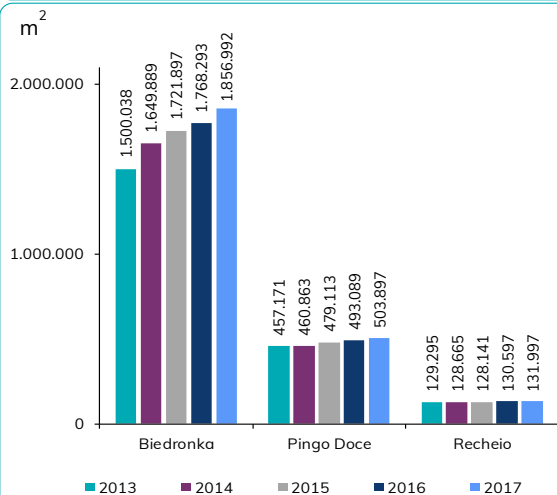
Colaboradores



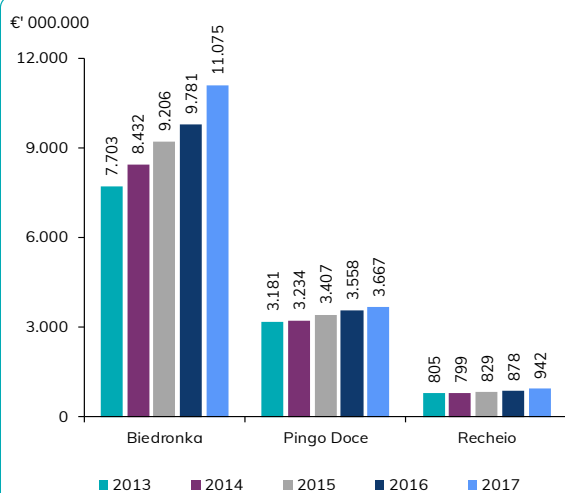
Número de Lojas



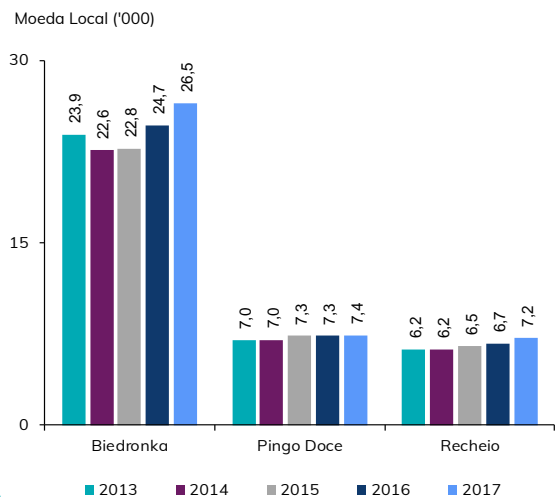
Área de Venda



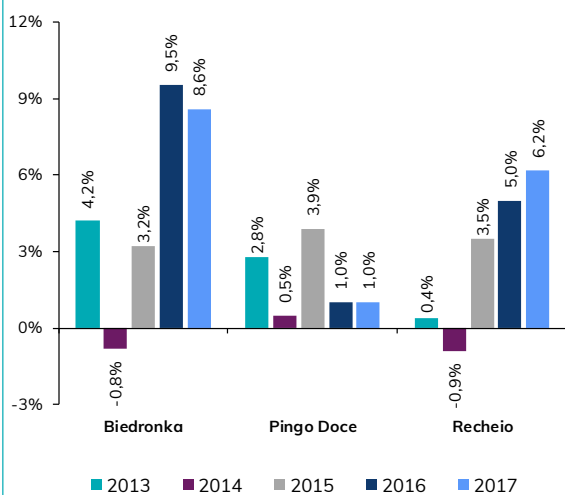
Vendas



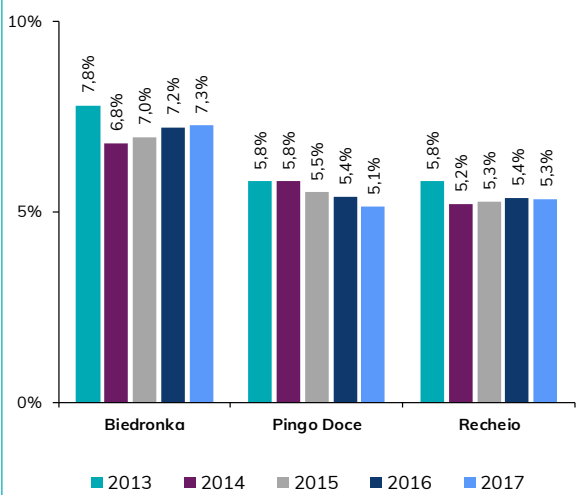
Vendas / m²



Crescimento de Vendas LFL



Margem EBITDA



1.3. Órgãos Sociais e Estrutura

1.3.1. Órgãos Sociais

Data de eleição: 14 de Abril de 2016

Composição do Conselho de Administração eleito para o triénio 2016-2018



Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos
Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado
Nascido em 7 de Março de 1960
Presidente do Conselho de Administração desde Dezembro de 2013
Administrador-Delegado do Grupo desde Abril de 2010
Membro do Conselho de Administração desde Março de 1995



Andrzej Szlezak
Nascido em 7 de Julho de 1954
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2013



António Pedro de Carvalho Viana-Baptista
Nascido em 19 de Dezembro de 1957
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2010



Artur Stefan Kirsten
Nascido em 22 de Fevereiro de 1961
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2015



Clara Christina Streit
Nascida em 18 de Dezembro de 1968
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2015
Membro da Comissão de Auditoria desde Abril de 2016



Francisco Manuel Seixas da Costa
Nascido em 28 de Janeiro de 1948
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2013



Hans Eggerstedt
Nascido em 12 de Março de 1938
Membro do Conselho de Administração desde Junho de 2001
Membro da Comissão de Auditoria desde Março de 2007



Henrique Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos
Nascido em 7 de Novembro de 1968
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2015



Sérgio Tavares Rebelo
Nascido em 29 de Outubro de 1959
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2013
Presidente da Comissão de Auditoria desde Abril de 2016

Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo

Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A.*
Av. República 90, 6.º, 1600 - 206 Lisboa, Portugal
Representado por:

João Carlos Miguel Alves (R.O.C. n.º 896).

Suplente:

Rui Abel Serra Martins (R.O.C. n.º 1119).

Secretário da Sociedade

Ana Luísa Abreu Coelho Virgínia

Suplente:

Carlos Miguel Martins Ferreira

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Abel Bernardino Teixeira Mesquita

Secretário da Mesa da Assembleia Geral

Nuno de Deus Pinheiro

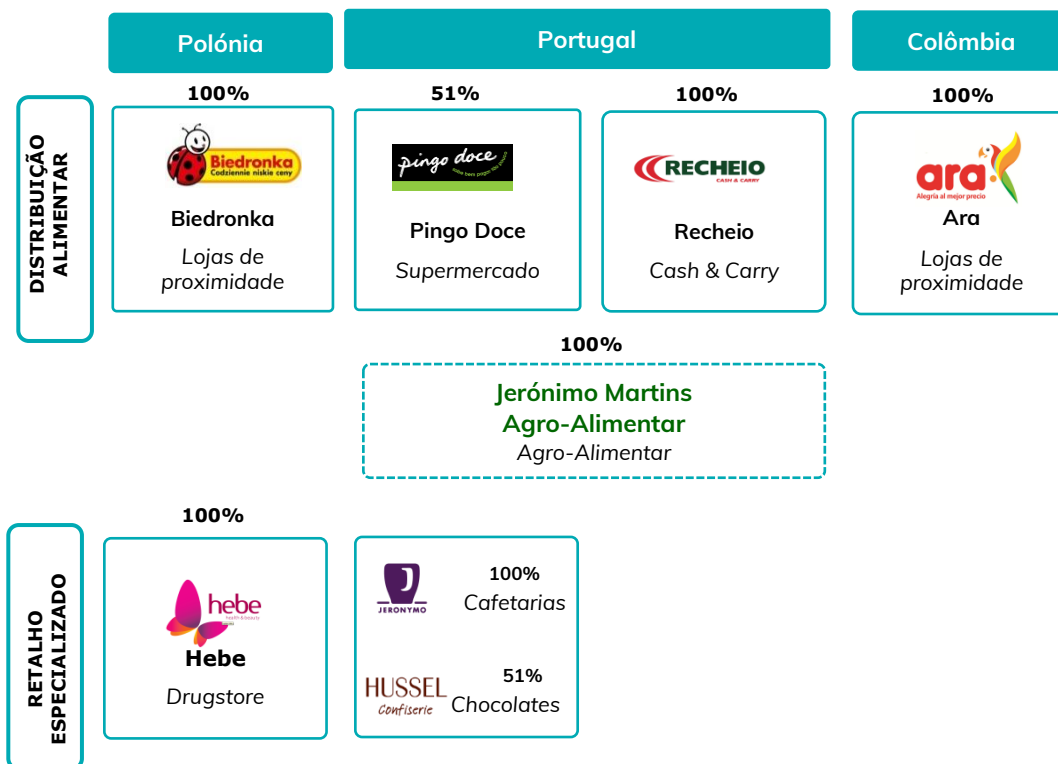
* Eleito a 6 de Abril de 2017

1.3.2. Estrutura de Negócios

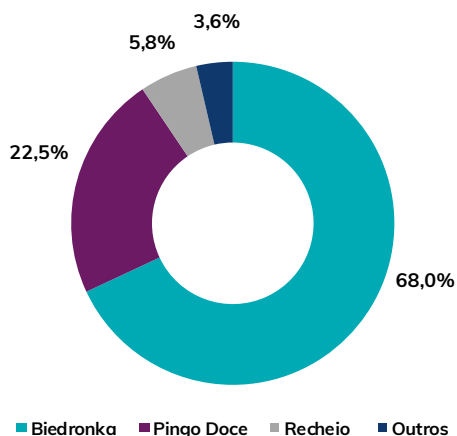
JERÓNIMO MARTINS

Vendas 2017
16.276 milhões de euros

EBITDA 2017
922 milhões de euros



Vendas por Área de Negócio 2017



EBITDA por Área de Negócio 2017

Milhões de euros	EBITDA	% Total
Biedronka	805	87,3%
Pingo Doce	188	20,4%
Recheio	50	5,5%
Outros	-122	-13,2%
JM	922	100%

2. Posicionamento Estratégico

2.1. Missão

Jerónimo Martins é um Grupo internacional com sede em Portugal, que actua no ramo alimentar, essencialmente no sector da Distribuição, visando satisfazer as necessidades e expectativas dos seus stakeholders e os legítimos interesses dos seus accionistas a curto, médio e longo prazos, ao mesmo tempo que contribui para o desenvolvimento sustentável das regiões onde opera.

Jerónimo Martins assume como pilares centrais da sua missão o crescimento e a criação de valor, de uma forma contínua e sustentável, no âmbito da sua abordagem à Responsabilidade Corporativa.

A Responsabilidade Corporativa de Jerónimo Martins é pautada pela contribuição para a melhoria da qualidade de vida das comunidades onde o Grupo desenvolve as suas actividades, através da disponibilização de produtos e soluções alimentares saudáveis, do exercício activo da responsabilidade na compra e na venda, da defesa dos Direitos Humanos e das condições de trabalho, do estímulo ao reforço de um tecido social mais equilibrado e coeso, bem como pelo respeito pela preservação do ambiente e dos recursos naturais.

2.2. Visão Estratégica

Crescimento e Criação de Valor

As orientações estratégicas do Grupo para a criação de valor assentam em quatro vertentes:

1. Promoção contínua do crescimento sustentável;
2. Gestão cuidada do risco na preservação de valor dos activos e no reforço da solidez do balanço;
3. Maximização do efeito de escala e das sinergias;
4. Fomento de propostas de diferenciação como garantia de vantagens competitivas.

Estes quatro vectores visam atingir os seguintes objectivos estratégicos:

- Conquistar e consolidar uma posição de liderança nos mercados onde actua;
- Construir e desenvolver insígnias e marcas fortes e responsáveis;
- Assegurar o crescimento equilibrado das suas unidades de negócio em vendas e rentabilidade.

Na prossecução destes objectivos, as Companhias do Grupo desenvolvem a sua actividade orientadas pelas seguintes linhas de actuação:

- Reforço da relevância para o cliente/consumidor, para além de garantir a competitividade do preço;
- Melhoria da eficiência operacional;
- Incorporação dos desenvolvimentos tecnológicos;
- Identificação de oportunidades de crescimento rentável.

2.3. Perfil Operacional

O posicionamento operacional de Jerónimo Martins reflecte uma abordagem clara de *value food retail*, com foco no valor e numa orientação estratégica *mass-market*.

O Grupo oferece, de forma conveniente e próxima, soluções alimentares para todos os consumidores, a preços muito competitivos, o que exige operar com a máxima eficiência e com estruturas de custo lineares. Todas as propostas de valor são marcadas por forte diferenciação em três vectores fundamentais: variedade e qualidade de produtos alimentares frescos, marcas próprias fortes e qualidade do ambiente de loja.

O sucesso dos formatos do Grupo é alavancado na liderança de mercado, que, numa abordagem *mass-market*, é associada a uma dimensão relevante, fundamental para criar economias de escala que nos permitam aumentar a eficiência logística e das operações. Só assim é possível oferecer os melhores preços e potenciar a notoriedade e a confiança essenciais à construção de relações duradouras com os parceiros de negócio estratégicos e com os consumidores.

3. Prémios e Reconhecimentos

Corporativo

- Jerónimo Martins posiciona-se na 56.ª posição do ranking “Global Powers of Retailing 2018”, a melhor posição já obtida neste estudo anual da Deloitte, tendo subido oito lugares em relação à 64ª posição registada na edição anterior;
- O Grupo foi incluído nos índices **FTSE4Good Global Index** e **FTSE4Good Europe Index**, que identificam as empresas que melhor gerem os riscos de sustentabilidade através de compromissos assumidos e de acções empreendidas no âmbito do desenvolvimento dos seus negócios;
- Em reconhecimento do seu bom desempenho, o Grupo foi confirmado nos índices **STOXX ESG** e **STOXX Sustainability**, mais concretamente o **STOXX Global ESG Environmental Leaders**, o **STOXX Europe Sustainability** e o **EURO STOXX Sustainability**, que representam as empresas líderes a nível mundial nas dimensões social, ambiental e de governance;
- Jerónimo Martins foi também reconhecido com a manutenção nos índices **Ethibel Excellence Investment Registers** e no **Ethibel Sustainability Index Excellence Europe**, que evidenciam as empresas com melhor performance em investimentos sustentáveis e éticos;
- O Grupo manteve ainda a sua inclusão no **Euronext Vigeo Index: Eurozone 120**, um índice que distingue as empresas que melhor desempenho apresentam em mais de 300 indicadores relativos às dimensões ambiental, social e de governance;
- Em 2017, e para além de se ter mantido nos índices **MSCI ACWI ESG Leaders** e **MSCI ACWI SRI**, que representam as empresas com elevada performance nas áreas social, ambiental e de governance, o Grupo atingiu o rating AA, a um nível de distância do patamar da liderança;
- Prémio “**Melhor Investor Relations Officer**” (Cláudia Falcão), atribuído na 30.ª edição dos Investor Relations & Governance Awards, promovidos pela consultora Deloitte;
- A Jerónimo Martins Polska conquistou o 2.º lugar no ranking **The Most valuable Polish Brand 2016**, atribuído pelo Jornal “Rzeczpospolita”;
- Pelo segundo ano consecutivo, a Jerónimo Martins Polska conquista o 2.º lugar na lista **500 Biggest Companies**, reconhecida pelo jornal “Rzeczpospolita”;
- A Jerónimo Martins Polska foi classificada em 2.º lugar no **Índice das Empresas Mais Patrióticas da Polónia**;
- A Jerónimo Martins Polska conquistou o 2.º lugar na lista das **1.000 Maiores Empresas da Polónia**, por vendas, elaborado pela “Gazeta Finansowa”;
- A Jerónimo Martins Polska está entre as 10 primeiras **Empresas Responsáveis**, no ranking elaborado pela “Dziennik Gazeta Prawna”;
- A Jerónimo Martins Polska foi reconhecida pela publicação “Polityka Weekly” com a **White Leaf 2017** de “Corporate Social Responsibility”, pelo trabalho realizado em projectos de promoção e implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, em matéria de Reformulações e Nutrição;

- A Jerónimo Martins Polska foi premiada pelo “Forum Odpowiedzialnego Biznesu”, na 15.ª edição do **Responsible Business Forum Report**, pelas boas práticas no reporte de matérias de Sustentabilidade, nas áreas de Ambiente e de Apoio às Comunidades;
- A Jerónimo Martins Polska conquistou o 4.º lugar no ranking das Maiores Empresas da Europa Central e de Leste - “**TOP 500 CEE**” -, atribuído pelo Coface Group e pelo jornal “Rzeczpospolita”;
- A Jerónimo Martins Polska conquistou o 1.º lugar nos “**Effie Awards**”, na categoria de Retalho, com a campanha “Gang Świeżaków 2”;
- A Jerónimo Martins Colombia foi nomeada nos **Premios Portafolio**, na categoria relativa à melhor “Gestão de Recursos Humanos”, atribuídos pelo jornal diário “Portafolio”.

Biedronka

- A Biedronka foi reconhecida como **Retailer of the Year 2016 – Selected by Suppliers**, uma iniciativa da “AC Nielsen Polska”;
- A Biedronka recebeu o título **Consumer Quality Leader 2017**, atribuído no âmbito do Programa Polaco de Qualidade e Serviço;
- A Biedronka conquistou o 1.º lugar entre as **Empresas de Retalho Mais Populares dos Media**.

Pingo Doce

- Três anúncios da campanha do Pingo Doce “Faça da Sua Mesa Um Lugar Melhor” ocuparam os primeiros três lugares do **YouTube Ads Leaderboard** em Portugal, no mês de Fevereiro;
- O Pingo Doce foi distinguido, no âmbito da 28.ª edição das “500 Maiores & Melhores 2017”, na categoria “**Maior Contributo para o Emprego**”. Entre 2014 e 2016, a Companhia destacou-se no que diz respeito à criação de emprego, em Portugal, somando 3.080 colaboradores. Este prémio é promovido, anualmente, pela revista “Exame”, em parceria com a Informa D&B e a Deloitte, com o objectivo de reconhecer as grandes empresas em Portugal que contribuem positivamente para a economia nacional;
- 11 vinhos de Marca Própria Pingo Doce receberam 19 medalhas em três concursos de vinho internacionais:
 - Concurso Decanter World Wines Event - 10 medalhas recebidas, com destaque para o Vinho do Porto LBV Tinto Pingo Doce 75cl, merecedor da **Medalha de Platina**;
 - Concurso International Wine Challenge - oito medalhas recebidas, destacando-se o Vinho do Porto 10 Anos Pingo Doce 75 cl e o Vinho Douro Reserva Tinto Pingo Doce Edição Limitada 75 cl (colheita 2016), premiados com as **Medalhas de Prata**;
 - Concurso Concours Mondial De Bruxelles - neste concurso o Vinho Palmela Reserva Tinto 75 cl (colheita 2014) recebeu a **Medalha de Prata**;
- A marca Pingo Doce foi distinguida nos Vertex Awards 2017, salientando-se os prémios recebidos nas gamas de Pipocas (**Ouro**) e Cuida Bebé (**Prata**).

Recheio

- Pelo terceiro ano consecutivo, o Consumer Choice – Centro de Avaliação da Satisfação do Consumidor atribuiu o selo **Escolha dos Profissionais** ao Recheio, na categoria de "Distribuição Grossista".

Hebe

- Na categoria de "Drugstores", a Hebe conquistou o galardão de **Melhor Empresa Amiga do Cliente**, atribuído pelo Polski Program Jakości Obsługi;
- A revista de cosmética profissional "Wiadomości Kosmetyczne" premiou a Hebe com três galardões "**Drogeria Roku**", nas categorias de "Sortido", "Tendências" e "Layout de Loja".

RELATÓRIO DE GESTÃO

*Criação de Valor
e Crescimento*



Relatório de Gestão – Criação de Valor e Crescimento

1. Factos-Chave do Ano	23
2. Enquadramento de 2017	25
3. Desempenho do Grupo	30
4. Desempenho das Áreas de Negócio	44
5. Perspectivas para os Negócios de Jerónimo Martins	57
6. Eventos Subsequentes à Data do Balanço	59
7. Política de Distribuição de Dividendos	60
8. Proposta de Aplicação de Resultados	61
9. Anexo ao Relatório de Gestão	62

1. Factos-Chave do Ano

Biedronka

- Abertura de 121 lojas, terminando o ano com 2.823 localizações
- Remodelação de 226 lojas
- Abertura do 16.º Centro de Distribuição em Gorzow reforçando a capacidade logística da área Oeste da Polónia
- Cartão de fidelização Moja Biedronka ultrapassou os seis milhões de cartões registados

Pingo Doce

- Abertura de 10 lojas, quatro das quais em regime de gestão por terceiros, encerrando o ano com 422 localizações
- Remodelação completa de 23 lojas e 21 remodelações ligeiras
- Inauguração do maior Centro de Distribuição do Grupo em Alfena, no Norte de Portugal
- Lançamento da App Pingo Doce, que entre as principais funcionalidades permite procurar, visualizar e seleccionar as promoções existentes em loja

Recheio

- Abertura de uma loja em Gaia, a juntar às 38 já existentes e quatro plataformas, das quais três dedicadas ao Food Service
- Relocalização da Plataforma Logística do Porto para Guardedeiras para reforço do serviço ao canal HoReCa
- Adesão de 29 lojas ao conceito Amanhecer, terminando o ano de 2017 com um total de 314 lojas na rede

Ara

- Abertura de 169 lojas, terminando o ano com 389 localizações a operar em três regiões da Colômbia

Hebe

- Abertura de 30 lojas, terminando o ano com um total de 182 localizações
- O programa de fidelização da Hebe atingiu cerca de 2,5 milhões de membros
- Rebranding de todas as farmácias para HebeApteka

JMA (Jerónimo Martins Agro-Alimentar)

- Continuação da construção e instalação dos equipamentos de processamento da nova fábrica de Lacticínios em Portalegre, cuja abertura está prevista para 2018
- Aquisição de duas explorações agrícolas, conferindo maior capacidade à operação de engorda de carne de bovino Angus
- Primeira captura de Robalo em Sines e início da produção de Dourada na Madeira

Jeronymo e Hussel

- Abertura de três lojas Jeronymo
- Remodelação de quatro lojas Hussel para adaptação ao novo conceito

Corporativo

- Comemoração dos 225 de Jerónimo Martins
- Lançamento da nova identidade visual de Jerónimo Martins

2. Enquadramento de 2017

2.1. Polónia

Conjuntura Macroeconómica

Em 2017, a economia polaca voltou a apresentar um crescimento robusto, que atingiu 4,6% (+2,9% em 2016). A procura interna foi o principal motor de crescimento, sustentada ainda pelo efeito dos subsídios no âmbito do programa “Family 500 plus”, que atribui às famílias 500 zlotys por mês e por cada criança (excluindo o primeiro filho, no caso das famílias de maiores rendimentos), assim como pela diminuição do desemprego, conjugada com aumentos relevantes dos salários. A recuperação do investimento, - explicada, principalmente, pelo aumento dos fundos provenientes da União Europeia, - foi outro factor que contribuiu para o crescimento económico do país.

O aumento da procura de mão-de-obra foi, parcialmente, acompanhado pela oferta de trabalho. O desemprego atingiu níveis historicamente baixos (+7,3%), com um número cada vez maior de empregadores a relatar dificuldades nas contratações necessárias com impacto no crescimento dos salários.

Em 2017, o zloty registou uma taxa de conversão anual média* de 4,2539 face ao euro, o que representa uma valorização de 2,5% face aos 4,3627 registados em 2016. A posição cambial de final do ano face ao euro apresentou também uma valorização (+5,3%), com uma taxa de 4,1770 e 4,4103, para 2017 e 2016, respectivamente.

O crescimento anual do IPC manteve-se moderado em 2,0%, não obstante a pressão crescente da procura interna e do crescimento, embora lento, dos preços das importações. Por outro lado, o preço dos produtos alimentares aumentou significativamente (4,2% vs. 0,8% em 2016), motivado primeiro por factores internos (diminuição da oferta de fruta devido a condições climatéricas adversas na primavera) e depois pelo aumento do preço de alguns produtos a nível mundial, nomeadamente leite, manteiga e ovos.

Os preços dos bens não-alimentares e o crescimento estável do preço dos serviços contribuíram para que a inflação base permanecesse baixa (0,7%).

*Taxa de conversão anual média determinada com ponderação dos volumes de negócios das Companhias do Grupo a operar nessa moeda.

Retalho Alimentar Moderno

De acordo com a PMR Research, o mercado de Retalho Alimentar Moderno cresceu 4,6% em 2017 (+4,2% em 2016), superando os 265 mil milhões de zlotys. O crescimento foi estimulado pelo aumento considerável do rendimento disponível das famílias, impulsionado pela situação positiva no mercado de trabalho (aumento do emprego e crescimento significativo da remuneração, apoiado no forte aumento do salário mínimo) e pelos efeitos parcialmente adiados do programa “Family 500 plus”, lançado pelo Governo Polaco em meados de 2016.

Este programa teve um impacto significativo no consumo privado, que cresceu quase 5% em termos reais, e sobre a estrutura das despesas das famílias. Para além da melhor satisfação a nível dos bens de primeira necessidade, o acréscimo de rendimento foi alocado pelas famílias ao consumo de electrodomésticos, turismo, carros e à compra e reparação das suas habitações. De igual forma, assistiu-se a um aumento das despesas com entretenimento e também a um aumento das poupanças.

O crescimento projectado para as vendas de produtos não alimentares é 1,5 a 2 vezes superior à previsão do crescimento dos produtos de base alimentar. Assim, não é surpresa que as cadeias de retalho tenham atribuído maior importância aos produtos não-alimentares.

A forte concorrência e as mudanças nos padrões de consumo e de comportamento do consumidor, resultaram na crescente popularidade de formatos de lojas de menor dimensão e lojas situadas mais perto dos locais onde os consumidores vivem ou trabalham. As lojas de conveniência tornaram-se um formato popular, tendo sido onde se concentraram as aberturas e onde muitas cadeias testaram ou planeiam testar formatos que melhor se adaptam à necessidade crescente de conveniência por parte do consumidor.

No mercado de Retalho Alimentar continuou a existir espaço para movimentos de consolidação, tendo-se reduzido o número de lojas independentes, em linha com a tendência dos anos anteriores. O mercado permaneceu altamente competitivo, com as principais cadeias do retalho organizado a liderar o crescimento, mas também com cadeias de pequenas lojas locais e supermercados a continuarem a ter uma representação substancial.

As perspectivas de médio e longo prazos são positivas. O consumo deverá continuar a aumentar em paralelo com o crescimento dos salários, com impacto positivo no Retalho Alimentar. No entanto, para 2018, o principal factor de risco para o sector será a proibição de abertura de lojas aos domingos. Prevê-se que esta restrição tenha início em Março de 2018, abrangendo dois domingos por mês, e se estenda progressivamente nos próximos anos, para que em 2020, seja permitida a abertura apenas em sete domingos no ano.

Retalho de Saúde e Beleza

De acordo com as projecções da PMR Research, o mercado polaco de Saúde e Beleza cresceu 4,7% em 2017 (+5,7% em 2016), atingindo 23 mil milhões de zlotys. Em 2018, o crescimento deverá manter este dinamismo e registar um ritmo semelhante, estimando-se que o mercado atinja os 24,1 mil milhões de zlotys.

A boa situação económica registada na Polónia em 2017 teve um impacto muito positivo no desenvolvimento do mercado de beleza e saúde. A queda do desemprego, o aumento do salário mínimo e o programa “Family 500 plus” contribuíram para uma melhoria significativa do poder de compra da população polaca, reflectindo-se no crescimento do consumo privado no país.

Por outro lado, observaram-se outros factores não económicos relevantes para a evolução do mercado de cosméticos na Polónia, relacionados com as mudanças de comportamento do consumidor e com as acções dos vários operadores.

Os consumidores estão cada vez mais exigentes na procura de novidades, produtos naturais, marcas locais e produtos especializados (gama profissional e dermocosméticos). A conveniência na compra e a disponibilização de serviços na loja são também muito valorizados. Por outro lado, a importância das redes sociais e dos *bloggers*, enquanto *influenciadores* e líderes de opinião, é cada vez maior, especialmente para as gerações mais jovens. O envelhecimento da população alterou também o comportamento dos consumidores em relação à aquisição de produtos mais especializados e de antienvelhecimento.

O mercado manteve-se muito competitivo, quer ao nível do preço, quer das promoções. Simultaneamente, as lojas de *Discount* continuam a desenvolver a sua oferta na categoria de produtos de higiene e cuidados pessoais, nomeadamente ao nível dos cosméticos.

Em termos de expansão, continuou a assistir-se a um número significativo de aberturas.

Nos próximos cinco anos, a PMR prevê que o mercado de Saúde e Beleza continue a crescer a uma taxa média superior a 4%, com o produto (as suas especificações) e o preço a manterem-se como os factores críticos de escolha dos consumidores.

2.2. Portugal

Conjuntura Macroeconómica

Em 2017, o PIB aumentou 2,7%, o maior crescimento desde 2000, beneficiando de um ciclo de expansão económica extensível a todos os países da zona euro, onde se encontram os principais parceiros comerciais de Portugal, e da evolução muito favorável do sector do turismo.

De acordo com o mais recente Boletim do Banco de Portugal (Dezembro 2017), o crescimento verificado resultou da evolução da procura interna de 2,7% (+1,6% em 2016), reflectindo o contributo positivo do consumo privado (+2,2% vs. +2,1% em 2016) e o forte crescimento do investimento (+8,3% vs. +1,6% em 2016). O aumento do consumo privado registou-se essencialmente na componente de bens duradouros, enquanto o dinamismo do investimento se verificou ao nível da construção, máquinas e equipamentos e material de transporte.

Simultaneamente, as exportações registaram um crescimento significativo de 7,7% (+4.1% em 2016), com ganhos de quota de mercado relevantes, sendo de realçar o contributo positivo do turismo e do sector automóvel, impulsionado pelo aumento da sua capacidade produtiva. Paralelamente, registou-se uma aceleração das importações para 7,5%, após um crescimento mais modesto em 2016 (+4,1%), influenciada pelo aumento dos preços dos bens energéticos, sobretudo no primeiro semestre de 2017, e dos restantes bens na segunda metade do ano.

O nível de confiança dos consumidores manteve uma tendência de melhoria, resultado de algum aumento do rendimento real disponível, da melhoria progressiva das condições do mercado de trabalho e da manutenção das condições favoráveis de financiamento.

No que respeita ao mercado de trabalho, o emprego registou uma evolução muito favorável, com a taxa de desemprego a reduzir-se para 8,9% (+11,2% em 2016).

A inflação fixou-se em 1,4%, consideravelmente acima dos 0,6% de 2016, resultado da subida do preço das importações e do ligeiro aumento dos custos unitários do trabalho. Os preços dos bens alimentares cresceram 1,5% (+0,5% em 2016).

Em 2017, o défice deverá ter se fixado em cerca de 1,2% do PIB (+2,0% em 2016), abaixo da meta de 1,5% estabelecida pela Comissão Europeia. Esta redução deveu-se sobretudo à recuperação económica, à queda das despesas com juros e ao investimento público abaixo do orçamentado. Não obstante, e apesar desta redução, existem, a médio prazo, riscos de instabilidade orçamental que resultam do aumento das taxas de juro que, com o nível de endividamento público de Portugal, se poderá traduzir num forte acréscimo das despesas anuais com juros.

Retalho Alimentar Moderno

O mercado de Retalho Alimentar registou em 2017 uma evolução igualmente positiva, tanto nos Estabelecimentos Especializados como nos Não Especializados, com um crescimento de vendas de 4,1%, mantendo uma evolução idêntica à registada no ano anterior.

O ambiente competitivo permaneceu muito exigente, com níveis intensos de actividade promocional, em linha com o sucedido nos anos anteriores. Manteve-se também o ritmo de expansão de novas lojas de Retalho Alimentar, em particular com formatos de proximidade, e a remodelação do parque já existente.

Em 2018, o comportamento do consumidor deverá confirmar a tendência dos últimos anos, reforçando a sua orientação para soluções convenientes, que facilitem a sua rotina diária e para um consumo mais consciente relativamente ao respectivo impacto na saúde e bem-estar. Por outro lado, o consumidor

manterá o foco na racionalização das suas compras, sendo que o preço/promoção continuará, por isso, a ser um factor crítico na escolha da loja de eleição.

Mercado Grossista

Durante o ano de 2017, o volume de facturação dos operadores de Cash & Carry em Portugal registou uma evolução positiva (+8.4% de acordo com a TSR Nielsen – mercado de Cash & Carry), para a qual contribuiu de forma decisiva a dinâmica verificada no canal HoReCa.

O crescimento neste canal reflecte naturalmente o excelente desempenho do sector do turismo. De acordo com o INE, nos meses de janeiro a novembro de 2017, o número de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos aumentou 8,7%.

O parque de lojas grossistas manteve-se estável, sendo de destacar a abertura de uma nova loja Recheio em Vila Nova de Gaia.

Notar também que a Garcias (empresa especializada na comercialização de vinhos e bebidas espirituosas) abriu o 6.º estabelecimento em 2017.

No que diz respeito ao Retalho Tradicional, é de salientar a abertura de 29 lojas com a marca Amanhecer e a continuidade da aposta na abertura de lojas Meu Super, reforçando-se assim o posicionamento de proximidade de ambas as cadeias operadas por pequenos retalhistas, um pouco por todo o país.

Perspectiva-se a manutenção do bom desempenho do mercado grossista em 2018, positivamente impactado pela actividade turística.

2.3 Colômbia

Conjuntura Macroeconómica

Em 2017, o crescimento da economia colombiana abrandou face ao ano anterior, tendo o PIB registado um aumento de 1,5%, o mais baixo desde 2009. Esta evolução reflectiu a redução significativa da confiança dos consumidores, explicada em boa parte pelos efeitos adversos da reforma fiscal, que conduziu a uma queda acentuada do consumo e do investimento privado.

O desacelerar do crescimento económico acima do esperado fez diminuir a receita fiscal mais do que o antecipado pelo Governo, com consequências significativas no défice do país, tendo como consequência o adiamento de alguns dos investimentos públicos estruturais previstos, como seja o investimento em infra-estruturas rodoviárias. No mesmo sentido, e apesar da recuperação muito significativa do preço do carvão, a evolução do preço do petróleo foi a esperada, com impactos na balança comercial e no défice público.

A conjuntura externa também não foi a mais favorável, com a América Latina a apresentar crescimentos muito modestos, combinados com contextos de tensão social.

A taxa de desemprego reflectiu o abrandamento do crescimento do PIB, atingindo 9,4% em 2017, mais 0,2 p.p. face a 2016 (+9,2% em 2016).

A inflação média registada em 2017 fixou-se em 4,3%, bastante abaixo dos 7,5% de 2016, ficando, ainda assim, acima do objectivo do Banco Central da Colômbia (+3,0%; $\pm 1,0$ p.p.). Não obstante, o nível mais baixo de inflação permitiu reduzir a taxa de juro de referência em 275 pontos base durante o ano (de 7,5% para 4,75%).

O peso Colombiano registou uma valorização média face ao euro de 1,3% durante o ano de 2017.

Para 2018 é esperada uma melhoria da economia colombiana, suportada no aumento de confiança dos consumidores, que deverão recuperar parte do seu poder de compra, em resultado de já ter sido incorporado o aumento do IVA no ano 2017 e, em paralelo, de uma menor inflação. Em 2018, antecipase ainda a realização de eleições legislativas em Março e eleições presidenciais em Maio-Junho.

Retalho Alimentar Moderno

O mercado de retalho na Colômbia teve um tímido crescimento em 2017, devido à influência negativa da reforma fiscal, que impactou fortemente o consumo e a confiança das famílias colombianas.

O Retalho Alimentar na Colômbia voltou a crescer face a 2016, no entanto a um ritmo menor do que o registado no ano anterior, com o Retalho Tradicional e os Supermercados Independentes a registarem uma evolução relativamente estável e com o Retalho Moderno Organizado a crescer face ao ano anterior.

O número de aberturas em 2017 foi liderado pelas lojas de formato Discount, com mais de 500 lojas abertas. Assistiu-se também à abertura de outro tipo de formatos, ainda que em muito menor número, e ao encerramento de lojas principalmente pela integração em outras cadeias de retalho.

O peso das vendas das lojas de Discount no Retalho Alimentar Moderno aumentou para 13% no universo analisado pela Nielsen, beneficiando de uma maior orientação para o preço por parte dos consumidores, num ambiente de menor crescimento económico. Também o ritmo de expansão deste formato contribuiu para a evolução registada.

Em 2017, o Banco Central Colombiano reduziu a taxa de juro de referência várias vezes, de 7,5% em 2016 para 4,75%, o que terá permitido compensar parcialmente o abrandamento do consumo das famílias.

Para 2018, deverá continuar a assistir-se ao crescimento significativo do formato Discount, ganhando este também presença no mercado de proximidade.

Fontes Consultadas:

Eurostat; Boletins Económicos do Banco de Portugal; Ministério das Finanças de Portugal; Instituto Nacional de Estatística (INE); Boletins Económicos do Banco Nacional da Polónia; Central Statistical Office (GUS); Banco de la República (Banco Central Colombiano); Departamento Administrativo Nacional de Estatística da Colômbia (DANE); Planet Retail; TNS; Nielsen e PMR Research.

3. Desempenho do Grupo

3.1. Prioridades estratégicas para 2017

O crescimento das vendas e o fortalecimento das quotas de mercado em cada geografia onde o Grupo está presente têm sido as grandes prioridades estratégicas do Grupo.

Em 2017, Jerónimo Martins manteve o crescimento como primeira e absoluta prioridade e reforçou o investimento nas suas Operações, de forma a continuar a equilibrar crescimento sustentável e rentabilidade, tanto no curto como no médio-longo prazos.

Neste sentido, a atenção de cada área de negócio esteve centrada na melhoria das respectivas propostas de valor para o consumidor, através i. da atractividade e inovação da oferta em loja; ii. do posicionamento de preço; iii. da remuneração e compensação das equipas e iv. da melhoria da qualidade das lojas.

No geral, as estratégias e objectivos traçados foram executados e atingidos pelas Equipas de Gestão, com o devido acompanhamento do Conselho de Administração, que desenvolveu, sem qualquer constrangimento, a sua supervisão das actividades da gestão.

Face às oportunidades e desafios dos vários mercados, cada insígnia garantiu os necessários investimentos, terminando 2017 com modelos mais fortes e competitivos.

3.1.1. Biedronka – Reforçar a preferência de um consumidor cada vez mais exigente

Na Polónia, o ambiente de consumo e as respectivas perspectivas de desenvolvimento permaneceram favoráveis, resultando numa evolução muito positiva do cabaz alimentar.

Nesta envolvente, a Biedronka identificou um conjunto de oportunidades de crescimento de vendas e de reforço da sua posição de mercado, que soube aproveitar, desafiando as fronteiras do seu modelo de negócio sem nunca o colocar em causa. Isto, de forma a manter uma eficiência de custos que lhe permitiu sustentar, simultaneamente, o crescimento e a rentabilidade.

Com este enquadramento, ao longo de 2017, a melhoria contínua do sortido, o reforço das oportunidades de preço, a qualidade das lojas e do serviço prestado pelas equipas, foram áreas de investimento para a Biedronka. Este investimento, realizado de forma estruturada e transversal, foi fundamental para a concretização do objectivo de vendas, e também na preparação da Companhia para continuar a crescer numa envolvente onde é esperada a continuação da apresentação de oportunidades relevantes.

Em linha com o que tem sido feito nos últimos anos, a melhoria da qualidade da oferta disponibilizada nas lojas, mereceu a máxima atenção, quer ao nível do sortido permanente, com a evolução da qualidade a acompanhar o *trading up* registado no mercado, quer ao nível das campanhas de *in&outs* alimentares em que a insígnia apostou, como forma de complementar o sortido base, trazendo inovação e atracção crescentes.

O posicionamento de preço e a respectiva percepção junto dos clientes são pilares fundamentais da vantagem competitiva da Biedronka. Assim, a insígnia geriu com sucesso o equilíbrio entre investimento directo em preço e em promoções relevantes para o consumidor, para além de trabalhar com inovação uma oferta de produtos que, não fazendo parte do sortido regular, foram disponibilizados através de campanhas com um preço muito atractivo.

De entre as várias acções, destaque para os momentos do ano em que a Biedronka liderou ao promover produtos essenciais no cabaz das famílias polacas nas alturas em que os mesmos

registaram picos de inflação. Este alinhamento com as necessidades do consumidor foi reconhecido e reflectiu-se no crescimento de vendas.

O ambiente de loja, a adequação do seu layout, o tipo de equipamentos e a iluminação, entre outros, são elementos fundamentais da experiência de compra, com contributo directo para as vendas, para além de serem críticos na eficiência das operações. O programa de remodelações, que abrangeu mais de 220 lojas, é um dos eixos cruciais para garantir o crescimento sustentado da Biedronka, permitindo uma melhoria da oferta e da experiência de compra enquanto protege as exigências de eficiência do modelo de negócio.

Por fim, uma referência ao activo que mais contribui para o sucesso desta estratégia de conquista da preferência do consumidor polaco – as equipas. Quer ao nível dos centros de distribuição, quer ao nível das lojas, são as pessoas que entregam com sucesso a estratégia desenhada e são elas que asseguram os níveis de serviço, de qualidade e de eficiência a todos os níveis da operação. A revisão dos pacotes remuneratórios, incluindo um conjunto de benefícios relevantes, a par de iniciativas de responsabilidade social interna são também parte fundamental do investimento na proposta de valor da Biedronka.

3.1.2. Pingo Doce – Manter o crescimento num mercado em amadurecimento

Em Portugal, o contexto do Retalho Alimentar manteve-se desafiante e os consumidores continuaram muito orientados a promoções. A esta complexa envolvente operativa acresce a contínua expansão da capacidade instalada no Retalho Alimentar de proximidade, com a abertura de novas lojas.

O Pingo Doce, com uma forte posição de mercado e reconhecida diferenciação nos Frescos, Marca Própria e Experiência de Compra, manteve o intenso investimento em promoções, centrando também o seu esforço de inovação nestes que são os seus três pilares estratégicos.

Assim, o sortido de Marca Própria recebeu um significativo impulso em termos de inovação, com lançamentos e melhorias nas várias categorias que o compõem.

As 23 remodelações completas de loja vieram, não só reforçar a qualidade da experiência de compra, como contribuir de forma relevante para a visibilidade e qualidade de execução da operação ao nível dos frescos, categoria em que se registou também o lançamento de novos produtos ao longo do ano.

Por fim, a Companhia iniciou, em Outubro, uma revisão dos pacotes remuneratórios, num claro reconhecimento da importância das equipas na entrega de uma proposta de valor de qualidade. Esta decisão representa, também um passo importante no investimento em níveis crescentes de eficiência e qualidade de serviço.

3.1.3. Ara – Construir as fundações do seu crescimento

Após a entrada na sua terceira região geográfica - Bogotá - em Setembro de 2016, a Ara está consciente que cada região exige um trabalho de adaptação local, com implicações em parte do sortido oferecido, nas estratégias comerciais e de marketing. Além disso, a Companhia reconhece a dimensão da oportunidade que o mercado de proximidade representa na Colômbia e a importância da adequação da sua proposta de valor com vista a aproveitar essa mesma oportunidade.

Neste contexto, 2017 foi um ano estruturante para a Ara que consolidou o investimento, iniciado em 2016, em reforçar as várias equipas, construindo capacidade de expansão e acelerando as aberturas de loja para mais do dobro das do ano anterior.

Este investimento dotou a Companhia de uma dinâmica de execução importante para o futuro, numa fase em que ganhar relevância junto do consumidor colombiano continua a ser um desafio que a Companhia está preparada para enfrentar.

3.2. Execução do Programa de Investimento

Conforme referido, no âmbito da execução da estratégia de crescimento, o investimento em novas lojas anda par-a-par com o investimento na melhoria da qualidade e eficiência do actual parque de lojas. É este investimento em remodelação e renovação que permite garantir a sustentabilidade do like-for-like, bem como a liderança na preferência dos consumidores.

(milhões de euros)	2017			2016		
Área de Negócio	Expansão ¹	Outros ²	Total	Expansão ¹	Outros ²	Total
Biedronka	113	241	354	53	180	233
Lojas	88	222	310	51	170	221
Logística e Estrutura Central	25	19	44	2	10	12
Pingo Doce	32	70	102	75	62	137
Lojas	17	66	83	33	59	92
Logística e Estrutura Central	16	3	19	42	3	45
Recheio	13	15	28	8	13	21
Ara	169	0	169	64	0	64
Lojas	129	0	129	59	0	59
Logística e Estrutura Central	40	0	40	5	0	5
Total Distribuição Alimentar	327	326	653	199	255	455
Hebe	5	1	7	5	2	6
Serviços e Outros	39	25	65	10	11	21
Total JM	372	352	724	214	268	482
% do EBITDA	40,3%	38,2%	78,6%	24,9%	31,1%	56,0%

¹ Novas Lojas e Centros de Distribuição.

² Remodelação, Manutenção e Outros.

Em 2017, o plano de investimento do Grupo cifrou-se em 724 milhões de euros, dos quais 51% alocados à expansão (lojas novas e Centros de Distribuição) e o restante foi em grande parte alocado a projectos de remodelação profunda do parque de lojas existente.

Na Biedronka, o plano de investimento do ano atingiu os 354 milhões de euros (49% do total do capex do Grupo), incluindo 121 aberturas de loja, 226 remodelações e um novo Centro de Distribuição que foi inaugurado em Outubro.

Também na Polónia, a Hebe avançou com o plano de abertura de lojas definido tendo somado 30 localizações ao seu parque de lojas.

Em Portugal, o Pingo Doce investiu 102 milhões de euros, abrangendo 10 novas lojas, das quais quatro geridas através de contrato de agência. A insígnia procedeu ainda a 23 remodelações profundas e 21 de natureza mais ligeira, mas com relevância para a melhoria da experiência de compra e eficiência das operações de loja.

No contexto do programa de redimensionamento logístico, o Pingo Doce inaugurou em 2017, um novo Centro de Distribuição na zona Norte, melhorando de forma fundamental o alcance e níveis de serviço às lojas abrangidas.

Por seu lado, o Recheio investiu um total de 28 milhões de euros, incluindo a abertura de uma nova loja e, no âmbito de um projecto de modernização das plataformas de Food Service, a realocação da

plataforma do Porto, que conta agora com uma área maior e mais adaptada às oportunidades de negócio.

Ainda em Portugal, na área Agro-Alimentar, deu-se continuidade à construção da nova fábrica de lacticínios e adquiriram-se duas novas explorações de engorda de bovinos da raça Angus.

Na Colômbia, a Ara investiu um total de 169 milhões de euros. No que respeita a abertura de lojas, inaugurou 169 localizações, um enorme salto de capacidade em relação às 79 aberturas realizadas em 2016.

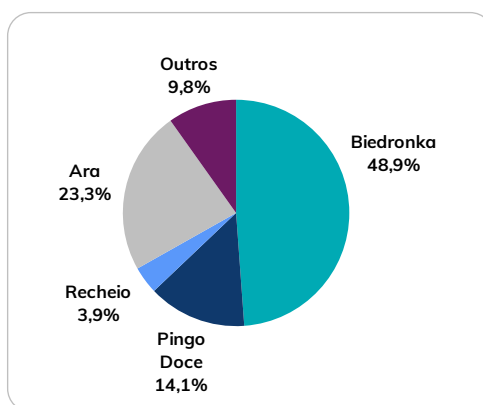
Em 2017, a Ara investiu também na preparação de capacidade logística adicional, dentro das regiões onde opera actualmente, o que vai permitir-lhe aumentar a capacidade e a eficiência logística futuras.

	Lojas Novas		Remodelações ¹		Lojas Fechadas	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Biedronka	121	83	226	221	20	28
Pingo Doce	10	14	23	21	1	0
Recheio	1	1	1	1	0	0
Ara	169	79	0	0	1	0
Hebe	30	26	0	5	1	7
Outros Negócios ²	9	5	4	2	3	4

¹ Exceptuando o Recheio, consideram-se apenas as lojas cuja remodelação implicou o encerramento da área de venda alimentar.

² Inclui as lojas NewCode, Spot, Bem Estar, Refeições no Sítio do Costume, Postos de Combustível, Jeronymo e Hussel.

Investimento por Área de Negócio



3.3 Actividade Consolidada de 2017

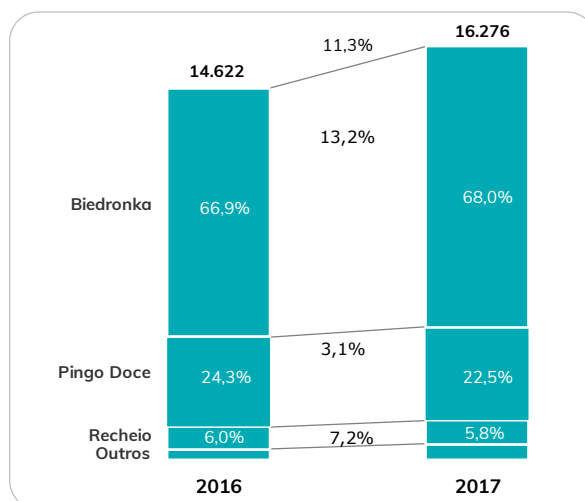
3.3.1. Vendas Consolidadas

(milhões de euros)	2017		2016		Δ %		LFL
		% total		% total	s/ F/X	Euro	
Vendas e Serviços							
Biedronka	11.075	68,0%	9.781	66,9%	10,4%	13,2%	8,6%
Pingo Doce*	3.667	22,5%	3.558	24,3%		3,1%	1,0%
Recheio	942	5,8%	878	6,0%		7,2%	6,2%
Ara	405	2,5%	236	1,6%	71,8%	72,0%	n.a.
Hebe	166	1,0%	122	0,8%	32,3%	35,7%	n.a.
Outros & Ajustes de Consolidação	20	0,1%	46	0,3%		n.a.	n.a.
Total JM	16.276	100%	14.622	100%	9,4%	11,3%	6,6%

* inclui valores de vendas de loja e combustível

As vendas do Grupo atingiram 16,3 mil milhões de euros em 2017, 11,3% acima do ano anterior (+9,4% a taxas de câmbio constantes).

Vendas Consolidadas (milhões de euros)



Na Polónia, o ambiente de consumo foi favorável ao longo do ano, com impacto positivo no sector alimentar. A inflação alimentar no país foi de 4,2%, tendo esta evolução dos preços sido impulsionada por picos acentuados nos preços de vários produtos relevantes ao longo do ano.

A prioridade estratégica da Biedronka - o crescimento das vendas - permaneceu inalterada e foi impulsionada pela capacidade da insígnia de criar oportunidades num mercado dinâmico.

A procura por parte dos consumidores de melhorar o seu cabaz alimentar levou a um trading up do consumo ao qual a Biedronka respondeu com uma melhoria contínua do sortido e com a execução de inovadoras campanhas in&out ao longo do ano.

Consciente que o preço continua a ser fundamental para o consumidor polaco, a Biedronka capturou as oportunidades criadas pela elevada inflação em alguns produtos e categorias estratégicos, reforçando a percepção de preço e gerando vendas adicionais.

Todos os trimestres registaram uma notável entrega de crescimento LFL. No ano, o LFL foi de 8,6% e impulsionou as vendas totais a crescerem 13,2% (+10,4% em moeda local) para os 11,1 mil milhões de euros.

Em linha com o plano, a Biedronka aumentou em 101 lojas a sua rede total (121 aberturas no ano), terminando 2017 com 2.823 localizações.

Com uma proposta de valor melhorada, a Hebe teve um bom desempenho de vendas, que se cifraram em 166 milhões de euros, 35,7% acima de 2016 (+32,3% a taxa de câmbio constante). A insígnia abriu 30 lojas no ano, terminando 2017 com uma rede total de 182 localizações.

A inflação alimentar em Portugal foi de 1,5%. Após a pronunciada desaceleração para 0,6% observada no 3.º trimestre (e que foi impulsionada por alguns produtos frescos sazonais), a inflação alimentar no 4.º trimestre evoluiu para 2,0%.

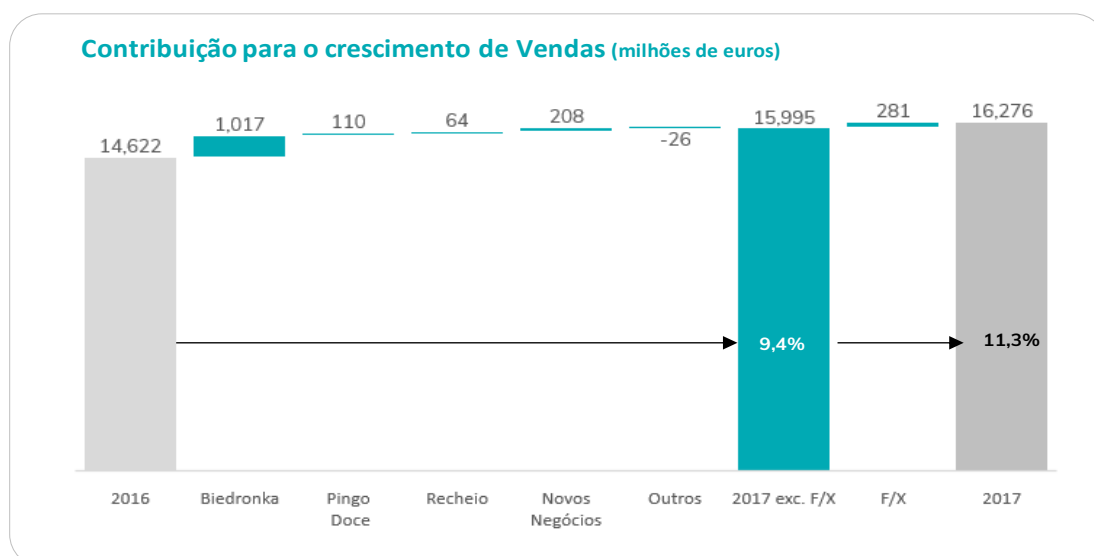
O ambiente de consumo no país, embora permanecendo exigente, mostrou algum dinamismo. O Pingo Doce aproveitou esta melhoria para reforçar a sua intensa actividade comercial, atingindo um sólido crescimento das vendas LFL de +1,0% no ano.

Este crescimento, juntamente com a abertura de 10 lojas (9 adições líquidas) no ano, resultou em vendas de 3.667 milhões de euros, 3,1% acima do ano anterior, permitindo ao Pingo Doce encerrar 2017 com uma posição de mercado reforçada.

O Recheio teve, consistentemente ao longo do ano, um desempenho acima do seu mercado, tirando partido de uma proposta de valor bem posicionada e de um ambiente mais favorável, que se traduziu num crescimento LFL de 6,2% em 2017. As vendas totais aumentaram 7,2% para os 942 milhões de euros.

Na Colômbia, a inflação alimentar foi de 2,6%. Embora negativos durante o ano, os níveis de confiança do consumidor começaram a evidenciar uma tendência de melhoria a partir de Abril.

A Ara alcançou vendas de 405 milhões de euros, 72,0% acima do ano anterior (+71,8% a taxa de câmbio constante). A principal prioridade da Companhia para 2017 foi trabalhar a sua capacidade de acelerar a expansão da rede de lojas. Este investimento permitiu a abertura de 169 localizações no ano, 77 das quais no 4.º trimestre.



3.3.2. Resultado Operacional Consolidado

(milhões de euros)	2017		2016		Δ%
		%		%	
Vendas Consolidadas	16.276		14.622		11,3%
Margem Total	3.458	21,2%	3.113	21,3%	11,1%
Custos Operacionais	-2.536	-15,6%	-2.251	-15,4%	12,7%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	922	5,7%	862	5,9%	7,0%
Depreciação	-331	-2,0%	-294	-2,0%	12,4%
Resultado Operacional (EBIT)	591	3,6%	568	3,9%	4,2%

A ambição de crescimento rentável levou a um enfoque combinado entre vendas e eficiência das operações, mantendo-se um círculo virtuoso em que o bom desempenho do LFL é resultado de uma gestão do mix que permite criar novas oportunidades de crescimento enquanto se protege a eficiência como vantagem competitiva.

O EBITDA consolidado cifrou-se em 922 milhões de euros, um crescimento de 7,0% em relação ao ano anterior (+4,7% a taxas de câmbio constantes).

(milhões de euros)	2017		2016		Δ %
		% total		% total	
Biedronka	805	87,3%	707	82,1%	13,8%
Pingo Doce	188	20,4%	192	22,2%	-1,6%
Recheio	50	5,5%	47	5,5%	6,7%
Outros & Ajustes de Consolidação	-122	-13,2%	-84	-9,8%	44,3%
EBITDA Consolidado	922	100%	862	100%	7,0%

Este desempenho foi atingido num ano de investimento relevante na Colômbia, e também nas propostas de valor da Biedronka e do Pingo Doce, a nível de posicionamento de preço, qualidade das lojas e equipas.

A Margem EBITDA do Grupo foi de 5,7% (5,9% em 2016).

Excluindo a diluição provocada pelas perdas da Ara e da Hebe, o EBITDA cresceu 9,0% e atingiu uma margem de 6,4%.

A Biedronka registou um EBITDA de 805 milhões de euros, um aumento de 13,8% em relação a 2016 (+11,0% a taxa de câmbio constante). Este desempenho foi resultado da entrega de um sólido crescimento das vendas LFL, obtido através de uma gestão eficiente do marketing mix – sortido, preço, promoções, campanhas in&out e publicidade -, em conjunto com o olhar atento face aos standards operacionais necessários para manter a eficiência da estrutura de custos.

A margem EBITDA da Biedronka foi de 7,3%, sensivelmente em linha com a do ano anterior.

O Pingo Doce gerou um EBITDA de 188 milhões de euros, 1,6% abaixo do registado em 2016. A respectiva margem foi de 5,1%, uma redução dos 5,4% observados no ano anterior, reflectindo, essencialmente, a decisão da insígnia de executar em 2017, uma revisão dos pacotes remuneratórios das suas equipas.

O Recheio registou um EBITDA de 50 milhões de euros, 6,7% acima de 2016, com a respectiva margem a cifrar-se em 5,3%, sensivelmente em linha com a relativa a 2016. O crescimento do EBITDA foi resultado do muito bom desempenho das vendas e do controlo dos níveis de eficiência, num contexto de investimento em vendas.

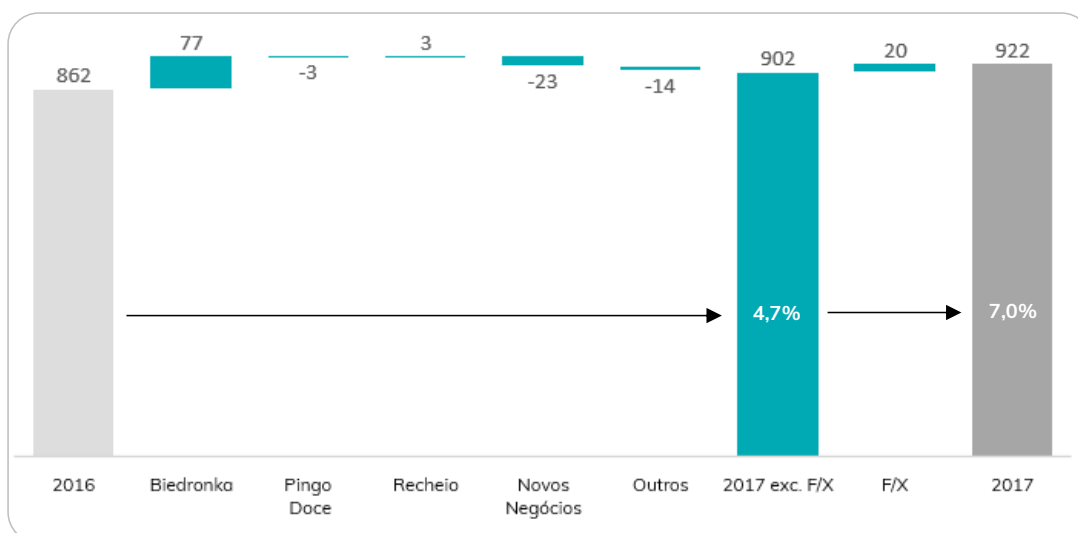
A Ara e a Hebe registaram, em conjunto, perdas de 85 milhões de euros ao nível do EBITDA (62 milhões de euros em 2016), tendo a Ara sido responsável por 88% do total.

O aumento de custos da Ara vem no seguimento da decisão, anunciada no 3.º trimestre de 2016, de acelerar a sua capacidade de expansão futura, nomeadamente através do reforço das equipas, o que se concretizou em 2017.

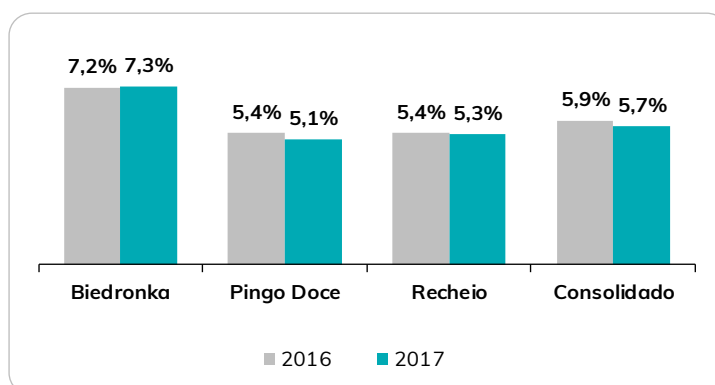
Relativamente à Hebe, como planeado e em resultado de um bom desempenho registado ao nível das vendas e da evolução da gestão do respectivo mix, as perdas geradas mantiveram uma tendência decrescente.

O desempenho das vendas em todas as insígnias esteve na base do crescimento do EBITDA consolidado, permitindo compensar a inflação, já antecipada, nas rubricas de custos, nomeadamente no que concerne aos custos de pessoal.

Contribuição para o crescimento do EBITDA (milhões de euros)



Margem EBITDA



3.3.3. Resultados Líquidos Consolidados

(milhões de euros)	2017		2016		Δ%
		%		%	
Resultado Operacional (EBIT)	591	3,6%	568	3,9%	4,2%
Resultados Financeiros	-12	-0,1%	-17	-0,1%	-29,9%
Ganhos em Empresas Associadas	0	0,0%	10	0,1%	n.a.
Outras Perdas e Ganhos	-14	-0,1%	184	1,3%	n.a.
Resultado antes de Imposto (EBT)	565	3,5%	744	5,1%	-24,1%
Impostos	-152	-0,9%	-130	-0,9%	17,1%
Resultado Líquido	413	2,5%	614	4,2%	-32,8%
Interesses que não Controlam	-27	-0,2%	-21	-0,1%	29,6%
Res. Líquido atrib. a JM	385	2,4%	593	4,1%	-35,0%
Res. Líquido / ação (€)	0,61		0,94		-35,0%
Res. Líquido / ação sem Outras Perdas e Ganhos (€)	0,63		0,62		0,3%

Os resultados líquidos atribuíveis a Jerónimo Martins foram de 385 milhões de euros.

Excluindo a contribuição da Monterroio em 2016, os resultados líquidos apresentaram um crescimento de 6,7% relativamente ao mesmo período do ano anterior.

As outras perdas e ganhos foram de -14 milhões de euros, incluindo, entre outros, o encerramento de um armazém em Portugal, imparidades em imóveis detidos para venda, abate de benfeitorias e custos de reestruturação.

Os encargos financeiros foram 12 milhões de euros. Os juros líquidos registaram um ligeiro crescimento face ao ano anterior, reflectindo a existência de dívida em zloty e pesos colombianos, em linha com a política de gestão de risco do Grupo que favorece uma cobertura natural ao investimento em cada geografia.

O bom desempenho das vendas, com foco mantido na eficiência dos modelos e, a manutenção de um balanço extremamente sólido permitiram um crescimento dos resultados líquidos, apesar do incremento do investimento na Colômbia.

3.3.4. Cash Flow

(milhões de euros)	2017	2016
EBITDA	922	862
Pagamento de Juros	-15	-14
Outros Itens Financeiros	0	3
Imposto sobre o Resultado	-160	-177
Fundos gerados pelas Operações	747	673
Pagamento de Capex	-662	-433
Δ Capital Circulante	168	193
Outros*	-4	285
Cash Flow Libertado	249	718

* Inclui em 2016 o valor de €302 milhões relativos à venda da Monterroio

O cash flow gerado em 2017 atingiu 249 milhões de euros. Comparando com o mesmo indicador em 2016 (corrigido da venda da Monterroio), registou-se uma redução de 167 milhões de euros em virtude do aumento do ritmo de expansão na Colômbia e do investimento logístico na Polónia, espelhados no crescimento de 229 milhões de euros de pagamento relativo a capex do Grupo.

O capital circulante registou um sólido desempenho, mantendo-se como uma área de foco no âmbito da gestão do capital investido.

3.3.5. Balanço Consolidado

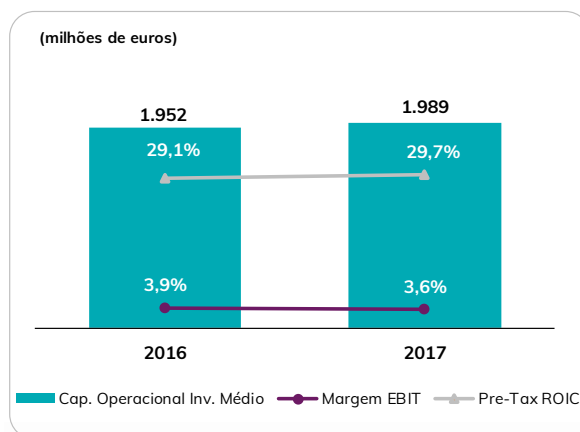
(milhões de euros)	2017	2016
Goodwill Líquido	647	630
Activo Fixo Líquido	3.639	3.180
Capital Circulante Total	-2.496	-2.201
Outros	54	46
Capital Investido	1.843	1.656
Total de Empréstimos	529	335
Leasings	8	4
Juros Diferidos e Operações de Cobertura	4	0
Títulos Negociáveis e Depósitos Bancários	-712	-674
Dívida Líquida	-170	-335
Interesses que não Controlam	225	253
Capital Social	629	629
Resultados Transitados	1.159	1.109
Fundos de Accionistas	2.013	1.991
Gearing	-8,5%	-16,8%

No final de 2017, o Grupo registou uma posição líquida de excesso de caixa de 170 milhões de euros.

A solidez do balanço mantém-se inquestionável, não obstante o aumento do programa de investimento do Grupo. Recorde-se ainda que, em Maio de 2017, procedeu-se ao pagamento de 380 milhões de euros de dividendos.

3.3.6. Rentabilidade do Capital Investido

A rentabilidade do capital investido, calculado sob a forma de Pre-Tax ROIC, cifrou-se em 29,7%.



O excelente desempenho de vendas e a gestão rigorosa do capital circulante permitiram um aumento da rotação de capital, compensando o incremento de investimento na Colômbia.

O notável aumento da rotação do capital investido na Biedronka foi o grande impulsionador da evolução do Pre-Tax ROIC do Grupo. Também o Pingo Doce e o Recheio registaram uma evolução positiva da rotação do capital investido.

3.3.7. Detalhe da Dívida

No final de 2017, O Grupo apresentava excesso de liquidez com a dívida líquida negativa a atingir 170 milhões de euros. Importa lembrar que em 2016 a dívida líquida, também negativa, incorporava a venda da Monterroio.

Venceu-se em 2017 o empréstimo obrigacionista da JMR, emitido em 2015 com o valor de 150 milhões de euros, tendo sido refinanciado com empréstimos bancários de 100 milhões de euros.

A composição da dívida contemplando endividamento denominado nas moedas de cada geografia, reflecte uma preferência por uma cobertura natural do investimento.

(milhões de euros)	2017	2016
Dívida de Médio Longo Prazo	232	112
% do Total de Empréstimos	43,8%	33,3%
Maturidade Média (anos)	2,4	3,5
Empréstimos Obrigacionistas	0	0
Papel Comercial	0	0
Outros Empréstimos MLP	232	112
Dívida de Curto Prazo	298	224
% do Total de Empréstimos	56,2%	66,7%
Total de Empréstimos	529	335
Maturidade Média (anos)	1,4	1,6
Leasings	8	4
Juros Diferidos & Operações de Cobertura	4	0
Títulos Negociáveis e Depósitos Bancários	-712	-674
Dívida Líquida	-170	-335
% Dívida em Euros (Dívida Financeira + Leasings)	24,3%	44,2%
% Dívida em Zlotys (Dívida Financeira + Leasings)	44,8%	27,8%
% Dívida em Pesos (Dívida Financeira + Leasings)	30,9%	27,9%

3.3.8. Jerónimo Martins no Mercado de Capitais

Caracterização do Título

Bolsa em que está Cotada	Euronext Lisboa	
Data de Entrada em Bolsa	Novembro de 1989	
Capital Social (€)	629.293.220	
Valor Nominal	1,00 €	
N.º Acções Emitidas	629.293.220	
Símbolo	JMT	
Códigos	ISIN	PTJMT0AE0001
	Reuters	JMT.LS
	Bloomberg	JMT PL
	Sedol	B1Y1SQ7
	WKN	878605

As acções de Jerónimo Martins integram 70 índices, sendo os mais relevantes o PSI20 (índice de referência do Euronext Lisboa), o Euronext100 e o EuroStoxx, entre outros, e são negociadas em 35 plataformas distintas, maioritariamente nas principais praças europeias.

Estrutura de Capital

Para informação sobre a estrutura de capital de Jerónimo Martins, consultar o ponto 9. Anexo ao Relatório de Gestão, neste capítulo.

Desempenho do PSI20

O índice de referência no mercado português – PSI20 – conta com 18 acções na sua composição tendo, em 2017, deixado de fazer parte do mesmo o BPI e o Montepio e sido incluídas a Ibersol e a Novabase.

Depois da desvalorização de 11,9%, em 2016, e o ano ter iniciado em terreno negativo, a partir de final de Março a tendência inverteu-se e o PSI20 fechou 2017 a valorizar 15,2%, para 5.388,33 pontos, tendo registado uma das subidas mais expressivas entre os índices europeus. Das 18 empresas cotadas, apenas cinco registaram um comportamento negativo.

O bom desempenho do índice acompanhou a evolução da economia Portuguesa, e a melhoria dos custos de financiamento do Estado e do 'rating' da República, que tem grande impacto no mercado accionista.

O desempenho do índice bolsista português ficou acima dos principais índices europeus, com o WIG20 (índice de referência do mercado polaco) a registar o melhor desempenho no ano, com uma valorização de 26,4%.

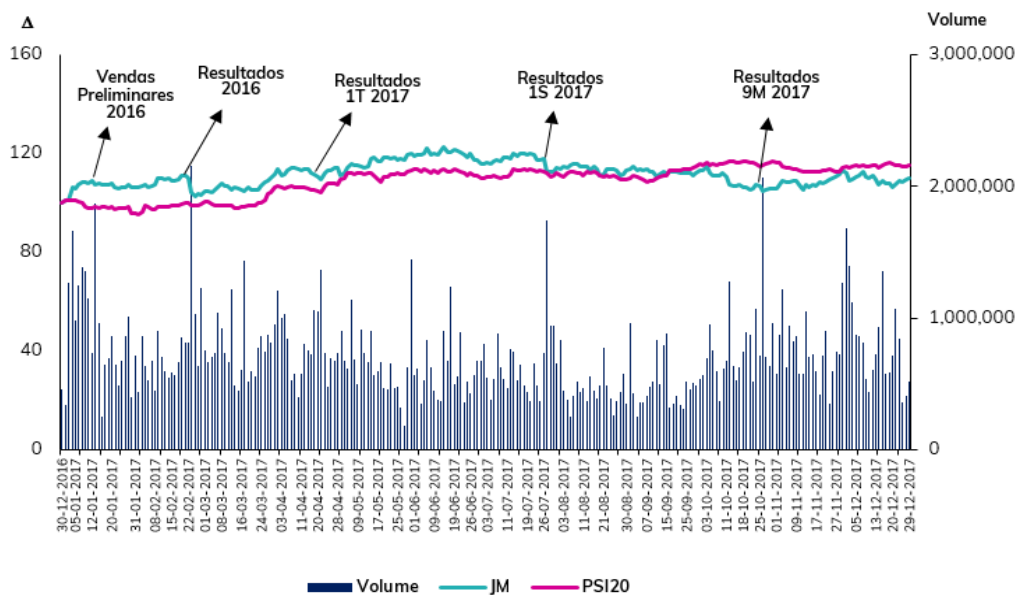
Desempenho da Acção Jerónimo Martins

Em 2017, a acção de Jerónimo Martins valorizou 9,9%, depois de ter registado um aumento da cotação de 22,9% no ano anterior.

Segundo a Euronext Lisboa, em 2017 Jerónimo Martins manteve a terceira maior capitalização bolsista, tendo encerrado o ano com um peso relativo no PSI20 de 10,5%. O Grupo fechou 2017 com 10,2 mil milhões de euros de capitalização bolsista versus 9,3 mil milhões de euros no final de 2016. Jerónimo Martins é uma das três empresas portuguesas que integram o índice Euronext100, tendo mantido, no mesmo, um peso de 0,4%.

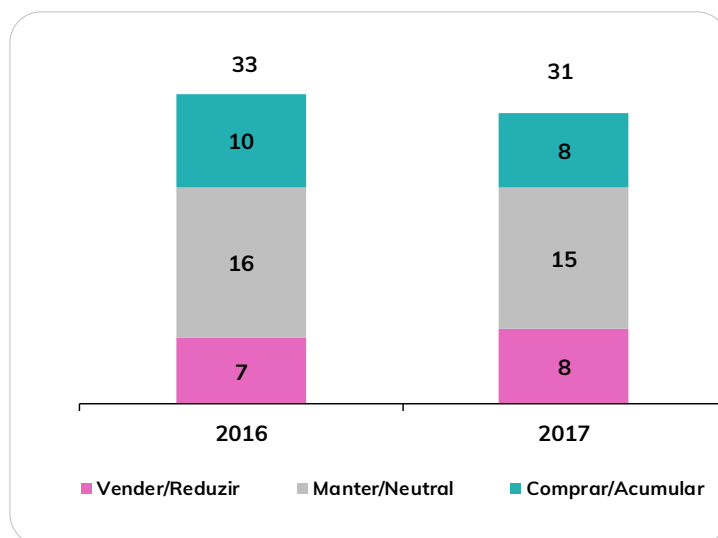
Jerónimo Martins foi uma das acções mais transaccionadas na Euronext Lisboa, com cerca de 182 milhões de acções, o que correspondeu a uma média diária de cerca de 715 mil acções, a um preço médio de 16,456 euros (15,6% superior ao registado em 2016). Em termos de volume de negócios, estas acções representaram o equivalente a 12,7% (3 mil milhões de euros) do volume global de acções transaccionadas no índice PSI20 em 2017 (23,5 mil milhões de euros).

A acção Jerónimo Martins apresentou uma tendência positiva mais acentuada durante a primeira metade do ano, tendo registado a cotação mínima de 14,88 euros no dia 3 de Janeiro e a cotação máxima de 18,07 euros no dia 14 de Junho, e terminando 2017 com uma cotação de 16,20 euros, o que representa uma valorização de 9,9% face ao final de 2016.



Analistas

Em 2017, três casas de investimento iniciaram a cobertura de Jerónimo Martins (Commerzbank, Macquaire e Natixis) e outras cinco deixaram de seguir o título (Berenberg, BiG, Ipopema, Millennium Dom Maklerski, VTB Capital). No final do ano, 31 analistas acompanhavam Jerónimo Martins: oito analistas apresentavam uma recomendação positiva sobre o título, 15 uma recomendação neutral e oito uma recomendação negativa. No final de 2017, o preço-alvo médio dos analistas era de 16,51 euros, o que corresponde a um potencial de subida de 2,0%, face à cotação de fecho do dia 31 de Dezembro.



Desempenho Financeiro Jerónimo Martins 2013-2017

(milhões de euros)

	2017	2016	2015	2014	2013
Balanço					
Goodwill Líquido	647	630	640	640	648
Activo Fixo Líquido	3.639	3.180	3.060	2.940	2.810
Capital Circulante Total	-2.496	-2.201	-2.001	-1.778	-1.686
Outros	54	46	82	111	112
Capital Investido	1.843	1.656	1.780	1.912	1.885
Dívida Líquida	-170	-335	187	273	346
Total de Empréstimos	529	335	658	714	688
Leasings	8	4	0	1	6
Juros em Dívida	4	0	0	4	20
Títulos Negociáveis e Depósitos Bancários	-712	-674	-471	-446	-368
Interesses que não Controlam	225	253	252	243	236
Capital Próprio	1.788	1.738	1.342	1.396	1.304
Demonstração de Resultados					
Vendas Líquidas e Serviços	16.276	14.622	13.728	12.680	11.829
Cash flow Operacional (EBITDA)	922	862	800	733	777
em % vendas	5,7%	5,9%	5,8%	5,8%	6,6%
Depreciação	-331	-294	-294	-277	-249
Resultado Operacional (EBIT)	591	568	505	457	528
em % vendas	3,6%	3,9%	3,7%	3,6%	4,5%
Resultados Financeiros	-12	-17	-26	-34	-39
Ganhos em Empresas Associadas	0	10	17	15	19
Outras Perdas e Ganhos ¹	-14	184	-20	-9	-4
Resultado antes de Imposto (EBT)	565	744	475	429	503
Impostos	-152	-130	-117	-104	-111
Resultado Líquido	413	614	358	325	393
Interesses que Não Controlam	-27	-21	-25	-23	-10
Resultado Líquido atribuído a JM	385	593	333	302	382

¹ Outras Perdas e Ganhos incluem os Outras Perdas e Ganhos Operacionais e os Ganhos em Outros Investimentos tal como aparecem na Demonstração de Resultados por Funções e detalhados nas notas às contas consolidadas.

Indicadores Bolsistas					
Capital Social (€)	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220
N.º Total de Acções	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220
Acções Próprias	859.000	859.000	859.000	859.000	859.000
Capital Disperso	28,4%	29,7%	31,7%	26,9%	32,0%
EPS (€)	0,61	0,94	0,53	0,48	0,61
Dividendo por Acção (€)	0,61	0,27	0,62 *	0,31	0,30
Desempenho em Bolsa					
Máxima (€)	18,07	16,35	13,81	14,25	18,47
Mínima (€)	14,88	10,92	7,70	6,98	13,61
Média (€)	16,46	14,24	11,84	10,94	15,51
Final Ano (Fecho) (€)	16,20	14,74	12,00	8,34	14,22
Capitalização Bolsista (31 Dez) (€ 000.000)	10.191	9.276	7.548	5.245	8.945
Transacções (em volume) (1.000 acções)	182.115	251.292	344.797	274.146	202.709
Variação Anual	9,9%	22,9%	43,9%	-41,4%	-2,6%
Variação Anual - PSI20	15,2%	-11,9%	10,7%	-26,8%	16,0%

* O valor refere-se ao pagamento do dividendo bruto de 0,245 euros por acção, realizado no dia 07 de Maio de 2015, relativo à distribuição de resultados de 2014 e à distribuição de reservas no valor bruto de 0,375 euros por acção, cujo pagamento foi realizado no dia 22 de Dezembro de 2015.

4. Desempenho das Áreas de Negócio

4.1. Distribuição Alimentar



4.1.1. Biedronka

Mensagem do Director-Geral

Bem suportados pela nova organização das operações implementada no ano anterior, 2017 foi um ano em que nos desafiámos continuamente para responder a um consumidor cada vez mais exigente, e também para o surpreender com soluções de conveniência e oportunidades de compra relevantes. Esta atitude resultou na melhoria contínua do sortido permanente e da oferta sazonal, bem como em maior inovação ao nível das campanhas não permanentes. As iniciativas implementadas fortaleceram o posicionamento da Biedronka como insígnia de referência no Retalho Alimentar polaco e resultaram num crescimento importante das vendas.

Tudo o que foi feito ao longo de 2017 assentou naqueles que são pilares fundamentais da nossa competitividade. Enquanto o posicionamento e a percepção de preço foram reforçados através de promoções relevantes em produtos importantes para o consumidor polaco, iniciou-se um trabalho na Marca Própria, que irá continuar, de revisão de imagem das embalagens e de inovação ao nível do sortido em diversas categorias.

Conscientes de que o ritmo de entrega da operação só é possível pela qualidade das nossas equipas e da nossa infra-estrutura logística e de operações, o investimento em ambas - através de uma política de remuneração justa e competitiva e de um ambicioso programa de remodelações - foi e será crucial para a Companhia.

Começamos 2018 com uma posição de mercado reforçada, e também confiantes de que, como equipa, continuaremos a trabalhar para manter a dinâmica das operações e assegurar a preferência dos consumidores polacos.

Desempenho em 2017

Na Polónia, o ambiente de consumo permaneceu positivo ao longo do ano, continuando a beneficiar da atribuição, desde Abril de 2016, de um subsídio às famílias com mais do que um filho, a que se adiciona o aumento do salário mínimo nacional em Janeiro de 2017, que tem derivado em aumentos gerais dos pacotes de remuneração das empresas.

No sector do Retalho Alimentar, a envolvente competitiva manteve-se particularmente intensa, com as campanhas promocionais a ganharem cada vez maior relevância nas acções de venda dos diversos operadores.

A Biedronka iniciou o ano mantendo inalterado o seu foco no crescimento like-for-like numa envolvente de consumo que, embora favorável, é também orientada para as melhores oportunidades de qualidade e inovação ao melhor preço.

A Companhia - que tinha, no ano anterior, procedido a uma reorganização das suas equipas, para trabalhar de uma forma mais ágil e centrada no consumidor polaco - capitalizou nesta nova estrutura de operações, afinando, a cada momento, as campanhas às preferências e necessidades daquele.

Neste contexto manteve-se a importância das campanhas temáticas como forma de trazer inovação e produtos aspiracionais, que geraram atracção e permitiram, em simultâneo, aumentar o basket. Realizaram-se cerca de 40 campanhas ao longo do ano.

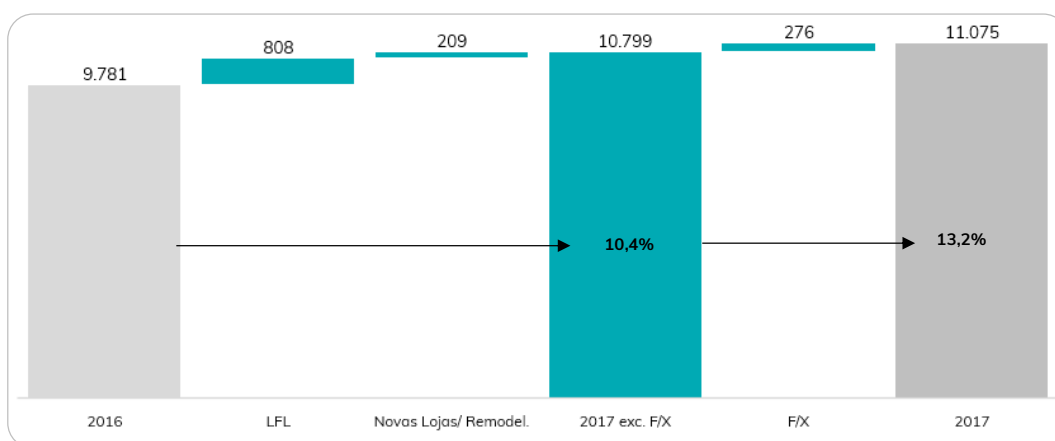
As acções levadas a cabo com o sortido permanente tiveram também um papel importante, particularmente tendo em conta a inflação registada em alguns produtos fundamentais para o consumidor polaco e que a Biedronka identificou como claras oportunidades para reforçar posicionamento e percepção de preço, com resultados visivelmente positivos no desempenho das vendas LFL.

O investimento em publicidade cresceu, tendo sido criteriosamente utilizado como impulsionador das campanhas desenhadas ao longo do ano.

O cartão de fidelidade, lançado em Setembro de 2016, conta com mais de seis milhões de utilizadores activos e tem sido progressivamente mais utilizado pela Companhia como forma de aumentar a notoriedade das suas acções comerciais.

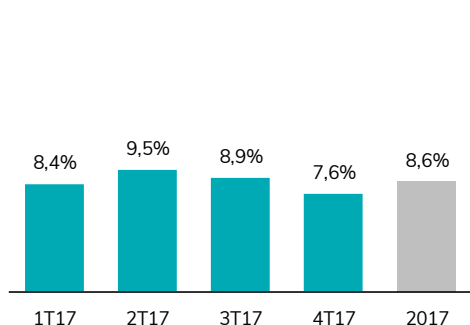
O resultado deste enfoque continuado no crescimento traduziu-se num aumento de 13,2% das vendas da insígnia, que atingiram 11,1 mil milhões de euros. Em moeda local, as vendas cresceram 10,4%, impulsionadas pelo LFL de 8,6% e pelo plano de abertura de lojas.

Biedronka - Vendas Líquidas (milhões de euros)

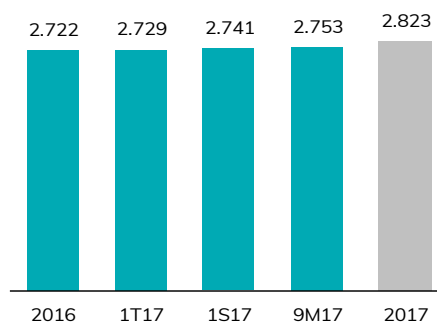


Na execução do plano de investimentos do ano, e para além da abertura de 121 novas localizações, é fundamental realçar o plano de remodelações de loja, que abrangeu 226 localizações em 2017.

Biedronka
Crescimento Vendas like-for-like



Biedronka
Número de Lojas



A Biedronka considera que o investimento em remodelações é fundamental no reforço da sua posição competitiva no mercado, permitindo, para além da protecção dos níveis de eficiência, uma melhoria da experiência de compra, com impacto positivo no crescimento LFL.

O enfoque nas vendas, combinado com a disciplina operacional e a protecção da eficiência, permitiu a estabilidade da margem EBITDA em 7,3%, apesar da pressão, já esperada, nos custos, nomeadamente dos relacionados com pessoal.

O EBITDA gerado pela Companhia cresceu 13,8% (+11,0% em moeda local) para 805 milhões de euros.

4.1.2. Pingo Doce



Mensagem do Director-Geral

Em 2017 o Pingo Doce reforçou a sua posição no mercado de Retalho Alimentar, aumentando a sua quota pelo sexto ano consecutivo, em resultado de melhorias contínuas i) na experiência de compra: abrimos 10 novas lojas e remodelámos integralmente 23; ii) no reforço dos pilares diferenciadores da nossa oferta: os Frescos, a Marca Própria e as Meal Solutions, e iii) na valorização das nossas pessoas.

A aposta nos Perecíveis esteve na base do crescimento destas categorias, fortalecendo o nosso posicionamento enquanto especialistas em Frescos e contribuindo para garantir a preferência dos consumidores portugueses.

2017 voltou a ser um ano de grande inovação na Marca Própria, com o lançamento de 175 produtos daquela que é a marca de qualidade eleita pelos consumidores. A Marca Própria continua a ser um pilar fundamental da proposta de valor que entregamos todos os dias aos nossos clientes, espelhando também a preocupação do Pingo Doce com a promoção de uma alimentação mais equilibrada e diversificada.

Reconhecendo que as nossas pessoas são o nosso maior activo, 2017 fica também marcado pelo reforço do investimento nos colaboradores, através, da implementação de uma nova política salarial, da aposta contínua na formação e desenvolvimento profissional.

Num negócio maduro, a eficiência de todos os processos é crítica. Por isso, construímos um novo Centro de Distribuição no Norte do País, em Alfena, Valongo, com 70 mil m², que melhorou a cadeia de abastecimento e o serviço às 180 lojas da região Norte.

Acreditamos que temos uma Companhia forte e bem preparada para os desafios do futuro, com uma proposta de valor sólida, e que os Portugueses elegem para seu supermercado. Estamos empenhados em continuar a fortalecer a nossa posição de mercado, correspondendo de forma cada vez mais completa e consistente às exigências dos nossos clientes.

Desempenho em 2017

Ao longo de 2017, o mercado de Retalho Alimentar em Portugal manteve-se muito competitivo e promocional, com o consumidor a reagir positivamente às campanhas realizadas em cada momento. Em linha com o planeado, o Pingo Doce permaneceu focado no desempenho de vendas e no aumento de quota de mercado, reforçando a sua posição de mercado.

Na prossecução deste objectivo, a insígnia concentrou o investimento em áreas fundamentais e diferenciadoras da sua proposta de valor.

Foi mantida uma forte dinâmica comercial, com a realização de 548 campanhas promocionais e 35 acções temáticas, que visaram reforçar a relação com o cliente.

Já a linha de comunicação seguida ao longo de 2017 foi seguida, de forma consistente, através de meios de comunicação privilegiados, com os anúncios de rádio a suportar as acções em loja e as seis campanhas em televisão a fortalecerem o posicionamento do Pingo Doce enquanto líder em qualidade e preço.

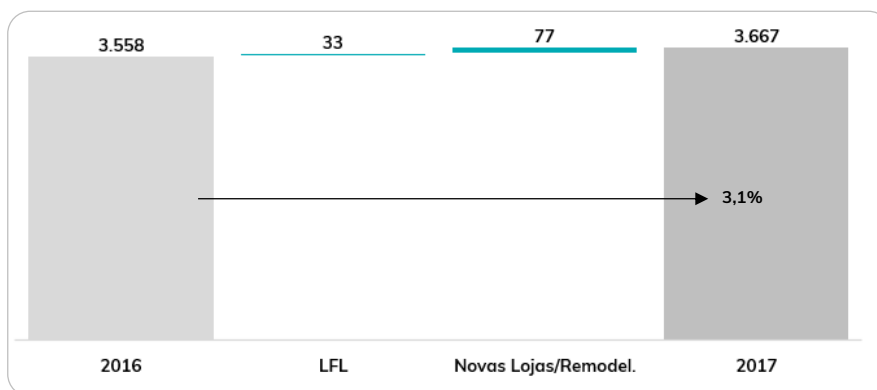
O cartão Poupa Mais teve também um papel fundamental na comunicação com o consumidor, nomeadamente na divulgação de campanhas, tendo a taxa de penetração aumentado 5,5 p.p. em 2017.

Sem descurar a competitividade de preço, o Pingo Doce reforçou a inovação no sortido de Marca Própria, com o lançamento de 175 novos artigos e a introdução de melhorias no packing em mais de 200 dos seus produtos.

Também o ambiente de loja e a qualidade da experiência de compra receberam a devida atenção, com o plano de remodelações a abranger um total de 23 localizações, para além dos 21 projectos de melhoria de loja também executados no ano.

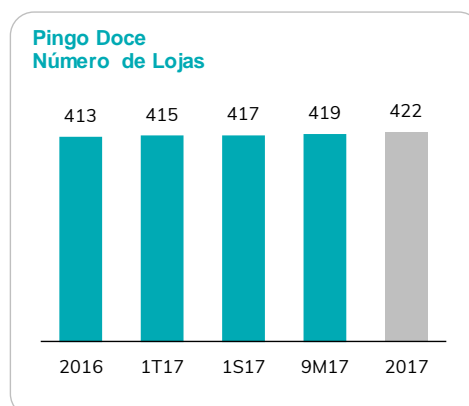
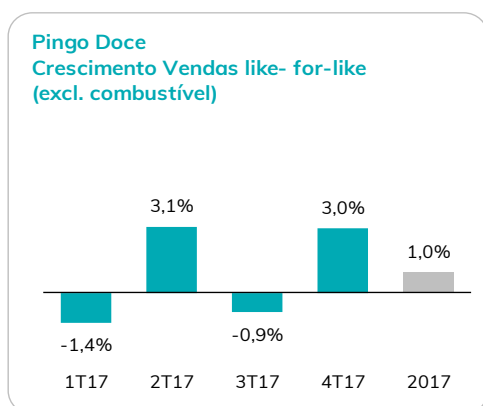
Esta estratégia consistente de investimento levou a um crescimento de 1% das vendas LFL (excluindo combustível) que, em conjunto com as novas lojas, resultou num aumento de 3,1% das vendas totais, que se cifraram em 3.667 milhões de euros e num reforço da quota de mercado.

Pingo Doce - Vendas Líquidas (milhões de euros)



Durante o ano, a Companhia efectuou uma revisão dos pacotes remuneratórios das equipas das lojas e dos armazéns, fundamental para a sustentabilidade e qualidade de serviço nas operações. Conforme antecipado, esta revisão impactou a margem EBITDA do Pingo Doce, que passou de 5,4% em 2016 para 5,1% em 2017, tendo o EBITDA gerado no ano atingindo 188 milhões de euros.

A insígnia inaugurou 10 novas lojas em 2017, quatro das quais com contrato de agência, em que a gerência das lojas e a propriedade dos imóveis onde estas operam são asseguradas por terceiros com experiência comprovada no sector do Retalho Alimentar de proximidade.



No final do ano, o Pingo Doce lançou a sua App, que permite visualizar as promoções em loja, assim como criar e partilhar listas de compras, e consultar todos os benefícios obtidos.

No âmbito do redimensionamento logístico, a inauguração de um novo Centro de Distribuição em Alfena, no Norte de Portugal, constituiu um marco crucial para a qualidade e eficiência das operações da Companhia.

Este novo Centro de Distribuição permite o abastecimento de mais de 180 lojas e o encerramento de uma infra-estrutura logística menos eficiente que estava a ser utilizada para garantir o serviço às lojas.



Mensagem do Director-Geral

2017 foi um ano record de vendas para o Recheio, que manteve a liderança de mercado, com um crescimento sustentado e consolidou as suas diferentes áreas estratégicas. O Food Service e a Exportação continuaram a desempenhar um papel importante na dinamização do volume de negócios, assim como a aposta no online e nas vendas multicanal como forma de melhorar o serviço ao cliente.

Neste ano abrimos uma nova loja em Vila Nova de Gaia e reforçámos a nossa presença junto do retalho tradicional através do projecto Amanhecer, que conta já com 314 lojas.

Desempenho em 2017

As vendas do Recheio aumentaram 7,2%, em 2017, impulsionadas pelo crescimento de todos os segmentos em que opera: HoReCa, Retalho Tradicional e Exportação.

Tendo, em 2017, identificado as áreas de Food Service e de Exportação como os principais vectores de dinamização e crescimento das vendas, a Companhia prosseguiu a sua trajectória de evolução e consolidação nestes dois canais.

O canal HoReCa continuou a registar o maior crescimento em volume, em resultado do aumento da actividade turística no país e da prioridade estabelecida pela Companhia em ser um parceiro privilegiado dos seus clientes.

Apesar do Retalho Tradicional se ter mantido sob forte pressão concorrencial, o Recheio conseguiu continuar a aumentar o valor da compra média dos seus clientes através de uma proposta de valor fiável e consistente, com especial ênfase no posicionamento competitivo ao nível dos preços.

No que diz respeito à exportação, verificou-se um crescimento de vendas superior a 20%, quer por via do aumento do número de países para os quais exporta, quer pelo crescimento do número de clientes nos mercados em que está presente.

Relativamente ao projecto Amanhecer, foram adicionadas 29 lojas no ano, contando a Companhia com uma rede de 314 lojas parceiras.

A operação logística em Leiria foi melhorada durante o ano e o sistema de gestão de transportes (Transport Management System) foi alargado a mais lojas da Companhia, de forma a garantir uma melhor gestão de rotas e aumentar o nível de serviço aos clientes.

No ano 2017, manteve-se a aposta no canal online e a Companhia continuou a angariar novos clientes, reforçando a notoriedade da marca e desenvolvendo um meio adicional de divulgação do sortido e de comunicação com os seus clientes internacionais.

Simultaneamente, ao nível da Restauração e Take Away, foi desenvolvido e lançado o site da Caterplus, de forma a dinamizar o número de clientes deste sector.

Em 2017, a Companhia inaugurou uma nova loja no Cais de Gaia e substituiu a plataforma de Food Service, com a sua transferência do Mercado Abastecedor do Porto para Guardedeiras, visando potenciar o crescimento de vendas, uma melhor resposta aos clientes e o reforço da eficiência da operação.

No que se refere à estratégia promocional, o Recheio continuou a apostar em folhetos e campanhas sazonais, focados em mensagem de preços baixos para aumentar tanto o número de clientes como o valor da compra média por cliente.

As vendas de Marca Própria, outro dos pilares de diferenciação da insígnia, aumentaram 9,5%, representando 21,6% das vendas do Recheio. Durante o ano foram lançados 192 novos produtos.

Ao nível da rentabilidade, o Recheio, em 2017, aumentou o seu EBITDA em 6,7%, mantendo a sua margem relativamente estável em 5,3%, não obstante o forte investimento em preço e as iniciativas promocionais que tem vindo a realizar.



Mensagem do Director-Geral

Foi um ano de forte expansão, em que abrimos um total de 169 novas lojas nas três regiões onde actualmente operamos, fechando o ano com 389 localizações: 109 na zona sul, onde iniciámos a operação (Eixo Cafeeiro), 150 na zona norte (Costa do Caribe) e 130 lojas na zona centro (Bogotá e arredores).

Para este número de aberturas foi necessário um enorme esforço e foco ao nível do recrutamento, selecção e formação de novos colaboradores para garantir um serviço de qualidade, eficiente e caloroso, junto de todos os colombianos que, diariamente, nos visitam. Formámos mais de 2.000 colaboradores e somos, hoje, cerca de 4.500 pessoas.

Continuámos a ganhar quota no mercado colombiano de Retalho Alimentar moderno, reforçando a nossa liderança no Eixo Cafeeiro, onde atingimos no final do ano uma quota superior a 24%, o que se traduz numa representação do retalho moderno de mais de 5%, a nível nacional.

Num contexto de rápido crescimento e aceleração da expansão de um formato que tem colhido boa receptividade por parte dos colombianos, o recrutamento, a selecção e a formação de futuros colaboradores continuarão a ser uma das prioridades, de forma a responder às necessidades do negócio.

Confiantes no elevado empenho e determinação de toda a equipa para superar as metas definidas, temos um plano ambicioso para 2018.

Desempenho em 2017

O ano de 2017 foi marcado pelo acelerar da expansão, principalmente focada na região de Bogotá. A abertura de novas lojas e a capilaridade do formato nas regiões onde operamos continuaram entre as principais prioridades, com a Ara a terminar o ano totalizando 389 lojas.

Sem prejuízo do foco dedicado ao desenvolvimento da cadeia Ara, em Março de 2017 foi inaugurada, junto à fronteira com a Venezuela, uma loja de Cash & Carry com a insígnia Bodega del Canasto, com o objectivo de testar o mercado neste sector ao mesmo tempo que abastecemos a região com produtos essenciais.

As nossas vendas atingiram 405 milhões de euros, um crescimento de 72% face ao ano anterior, tendo a Ara consolidado, no retalho moderno, a sua posição de liderança na região do Eixo Cafeeiro e aumentado a sua participação em todas as áreas geográficas onde está presente.

Durante o ano, o desenvolvimento do sortido de Marca Própria foi prioridade, tendo-se lançado 196 novos produtos. A Marca Própria conta com 106 fornecedores, maioritariamente locais, e é já responsável por mais de 40% das vendas da Ara.

A insígnia manteve, igualmente, o seu foco na eficiência da operação, nomeadamente na área logística, e em particular no transporte, com a implementação do TMS (Transport Management System), permitindo um melhor planeamento da distribuição da mercadoria e reduzindo o número de quilómetros a percorrer, com influência directa na redução dos custos da operação.

Durante o ano, a Ara reforçou o seu foco no preço, tendo conjugado as campanhas nacionais com a introdução de folhetos regionais, num diálogo permanente com os consumidores locais e dando maior notoriedade ao seu posicionamento de preço.

4.2. Agro-Alimentar

4.2.1. Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)

**Jerónimo Martins
Agro-Alimentar**

Mensagem do Director-Geral

2017 foi o terceiro ano de actividade da JMA, ao longo do qual se aumentou e consolidou a capacidade das suas unidades operacionais.

Na área de Lacticínios, a fábrica actual melhorou o nível de eficiência produtiva atingido em 2016, continuando a assegurar o fornecimento de leite UHT e natas das Marcas Próprias do Pingo Doce e Recheio, enquanto a construção da nova fábrica entrou em velocidade cruzada, permitindo que em 2018 a produção nesta nova unidade passe a ser uma realidade.

Na área da Produção e Engorda de bovino Angus foram adquiridas em Janeiro e Junho duas novas unidades nas regiões Centro e Alentejo que permitirão replicar o modelo de negócio já implementado na unidade no Norte do país.

Na área da Aquacultura, em Setembro foi iniciada a produção de dourada na unidade instalada na Madeira, através da Marismar (em parceria com empresa local) e em Dezembro a Seaculture realizou a primeira pesca, iniciando, assim, o fornecimento de robalo a partir da unidade de Sines.

Desempenho em 2017

Em 2017, a JMA reforçou a sua presença nas três áreas de operação em que está presente: Lacticínios, Produção e Engorda de carne bovina da raça Angus e Aquacultura e manteve como missão proteger e assegurar o acesso às fontes de abastecimento de forma sustentável de produtos diferenciadores, garantindo a satisfação das necessidades internas do Grupo em condições de custo, eficiência e qualidade competitivas.

Na área dos Lacticínios, 2017 foi um ano em que se manteve o esforço e foco nas melhorias operacionais e na optimização da fábrica actual, tendo esta melhorado a sua eficiência na produção de leite processado, com aumento do respectivo volume de produção, assegurando 55% das necessidades de Marca Própria de leite UHT e natas.

Iniciou-se, entretanto, a construção da nova fábrica, bem como a instalação dos equipamentos de processamento, estando a sua conclusão planeada para o primeiro semestre de 2018.

Na área de Engorda de Angus, em 2017 foram reforçadas as melhorias de eficiência operacional da unidade de Manhente (Barcelos). Adicionalmente, foram adquiridas duas novas explorações, nas regiões Centro e Alentejo, que irão permitir aumentar de forma significativa a operação existente, alargando-a também à produção.

No que se refere à área da Aquacultura foi dada continuidade à produção de robalo, pela Seaculture, na concessão implementada no Porto de Sines, tendo-se registado uma progressão significativa da capacidade instalada e utilizada. Em Dezembro, a Seaculture realizou a primeira pesca, iniciando assim o fornecimento de Robalo. Na ilha da Madeira, instalou-se uma unidade com o objectivo de produzir dourada através de uma parceria local. Este ano foi crucial para avaliar a performance nesta produção e para adaptar as infra-estruturas ao projecto em desenvolvimento.

4.3. Retalho Especializado



4.3.1. Hebe

Mensagem do Director-Geral

Em 2017, a Hebe reforçou a sua posição no mercado polaco, ao conseguir melhorias significativas em várias vertentes do negócio. A execução da estratégia delineada permitiu-nos, assim, alcançar os resultados previstos.

Acelerámos a expansão com 30 aberturas, atingindo 182 localizações no final do ano. Continuámos empenhados na diferenciação através do nosso sortido exclusivo e do serviço e ambiente de loja únicos. Demos continuidade ao investimento em activos digitais e de fidelização e nas redes sociais, ao reforçar a proximidade aos nossos fãs e clientes habituais no Facebook. De forma a otimizar a nossa produtividade e garantir uma melhor experiência de compra aos nossos clientes, em 2017, concentrámo-nos especificamente em melhorias a nível logístico.

Por último, mudámos o nome de todas as farmácias "Na zdrowie" para "HebeApteka" de forma a promover a consistência da marca Hebe.

Em 2018, prosseguiremos a execução da estratégia e aceleraremos o desenvolvimento da rede de lojas, para chegarmos a mais cidades e clientes.

Desempenho em 2017

Em 2017, o mercado foi extremamente desafiante pois tornou-se mais promocional e competitivo, com alguns operadores não-especializados a desenvolver igualmente a sua presença nas áreas de saúde & beleza e cuidado pessoal.

A Hebe registou um crescimento de 35,7% nas vendas, chegando aos 707 milhões de zlotys no final do ano, através do aumento contínuo do número de visitas e do crescimento da sua base de clientes, focando-se simultaneamente no aumento do cabaz médio.

Em termos da evolução da quota de mercado, em 2017, a Hebe acelerou a sua trajectória positiva e continuou a ser a cadeia com maior crescimento no mercado polaco da Saúde & Beleza e Cuidado Pessoal, apresentando ganhos em todas as categorias, especialmente nas fragrâncias, maquilhagem e cuidados da pele.

Em 2017, a Hebe abriu 30 lojas, principalmente em centros e galerias comerciais, terminando o ano com um total de 182 localizações.

A Companhia continuou a aumentar as vendas de marcas exclusivas e Marcas Próprias, que representam quase 20% das vendas. A Hebe lançou igualmente uma nova categoria de SPA, bem como uma nova marca "Hebe Professional", de maquilhagem e acessórios para pés e mãos, que foi muito bem recebida pelos clientes e que se distinguiu pelo sortido inovador.

Com o objectivo de melhorar o desempenho de vendas e a notoriedade da marca, voltaram a realizar-se campanhas sazonais relacionadas com o Dia dos Namorados, Dia da Mulher, Páscoa, Black Friday, Natal e Ano Novo.

O programa de fidelização da Hebe aproximou-se dos 2,5 milhões de membros, 95% dos quais são mulheres. Mais de 60% das vendas totais da Companhia foram feitas a clientes titulares do cartão de

fidelização, o que demonstra a relevância deste programa, que tem ainda espaço para desenvolvimento.

A Hebe investiu igualmente na presença digital. No Facebook, a Hebe atingiu mais de 400 mil fãs. A companhia também investiu no desenvolvimento do Instagram (26 mil seguidores) e lançou um canal no YouTube, de forma a aumentar o conhecimento das gerações mais jovens relativamente à marca.

A Companhia continuou a reduzir as suas perdas operacionais, focando-se em aumentar o crescimento das vendas e em gerir os custos de forma mais eficiente, melhorando simultaneamente o seu mix de margem.

4.3.2. Jeronymo e Hussel



Mensagem do Director-Geral

2017 foi marcado pelo redesenhar da Companhia, após a venda das geladarias Olá, que representavam 30% das nossas vendas. Continuámos a aposta na remodelação das lojas Hussel para o novo conceito mais moderno e lançámos uma nova geração de cafetarias Jeronymo, concretizando três aberturas no ano.

Em 2018, vamos apostar na expansão da marca Jeronymo e continuar a renovar a cadeia Hussel.

Desempenho em 2017

Em 2017, as vendas da Companhia aumentaram face ao ano anterior, com crescimentos like-for-like em ambas as insígnias.

A Jeronymo inaugurou três novas lojas - Porto, Braga e Lisboa (quiosque localizado no centro comercial Colombo) -, reforçando desta forma a sua presença em localizações de grande notoriedade e afluência.

Em 2017, as cafetarias Jeronymo continuaram a apostar no desenvolvimento do seu sortido e no aprofundamento da sua adaptação ao gosto do consumidor português, nomeadamente com a aposta em produtos mais saudáveis. Durante o ano, realizaram-se diversas campanhas temáticas, com comunicação no ponto de venda e nas redes sociais, em particular no Facebook.

No ano de 2017, a Hussel inaugurou uma nova loja no Mar Shopping em Loulé e remodelou quatro lojas, convertendo-as para o conceito de 5.ª geração lançado no ano anterior, com o objectivo de diferenciar as lojas e melhor adaptar ao posicionamento desejado.

Em termos de marketing, foram lançadas campanhas para potenciar as vendas nos meses menos dinâmicos e aumentar a atracção de clientes, continuando-se a apostar em inovação e desenvolvimento de produtos de edição limitada ao nível das campanhas regulares (Dia dos Namorados, Páscoa e Natal) e na decoração alusiva das lojas.

Em termos de desenvolvimento de sortido, a Companhia apostou em produtos especialmente destinados a consumidores com restrições alimentares e lançou alguns produtos sem açúcar, lactose ou glúten.

5. Perspectivas para os Negócios de Jerónimo Martins

Biedronka

Para 2018, a Biedronka mantém o crescimento de vendas, essencialmente focado no LFL, e o reforço da sua quota de mercado como prioridades estratégicas. Consciente dos desafios que tem pela frente, a Companhia está preparada para as alterações previstas no mercado, na sequência de entrada em vigor da regulamentação relativa ao encerramento das lojas aos Domingos.

O posicionamento e percepção de preço continuarão a ser fundamentais na estratégia da insígnia, bem como o foco permanente nas necessidades e aspirações do consumidor, através de um ajuste contínuo da oferta.

Esta visão estratégica implica investir em permanência na qualidade da proposta de valor onde a política de preço, o plano de remodelações e as equipas assumem um lugar central.

A eficiência da operação, uma vantagem competitiva fundamental, é também uma área de foco permanente da Companhia que, em 2018, se centrará no desenvolvimento de soluções de automatização que vão permitir aumentar não só esta mesma eficiência, mas também a rapidez de alguns processos operacionais.

Hebe

Em 2018, a Hebe irá alavancar a sua proposta de valor através de um sortido único e diferenciador e da manutenção de preços competitivos. Simultaneamente, a expansão de lojas irá acelerar, focando-se nas localizações com maior afluência de consumidores, por forma a ganhar escala, mas também para aumentar a penetração da Hebe no mercado.

Pingo Doce

Para 2018, a prioridade da Companhia continuará a centrar-se nos pilares estratégicos já definidos que deverão continuar a permitir o aumento de quota de mercado – preço, Frescos, Marca Própria e qualidade da experiência de compra.

Enquadrado por esta visão, o investimento nas lojas, no sortido e nas equipas terá um papel central na execução da estratégia do ano, sempre orientada para a identificação de oportunidades que melhor permitam servir o consumidor.

Recheio

Em 2018, a Companhia pretende remodelar algumas localizações, de forma a melhorar a experiência de compra e o nível de serviço aos seus clientes, assim como desenvolver a área de Frescos, em que é especialista. Serão também objecto de foco a expansão da parceria com o Retalho Tradicional e a continuação do desenvolvimento da cadeia Amanhecer.

O Recheio continuará a desenvolver os seus sistemas de informação para simplificar processos e estreitar ainda mais as relações com os seus clientes.

Ara

Em 2018, a Ara pretende continuar focada na sua expansão de lojas, principalmente na região de Bogotá, enquanto consolida as localizações nas restantes regiões onde já está presente – Eixo Cafeeiro e Costa do Caribe.

A estratégia de comunicação estará centrada no reforço de posicionamento e na liderança de preço.

Após cinco anos de operação, a analisar e a procurar compreender o consumidor e as especificidades regionais do mercado concorrencial, desenhámos uma nova estrutura organizacional, em pleno funcionamento desde 1 de Janeiro de 2018, mais flexível e dinâmica, que confere maior autonomia às regiões para melhor responder, localmente, às necessidades do consumidor. Entendemos este redesenho organizacional como crítico para conseguirmos vencer num mercado onde o preço e a emoção andam de mãos dadas.

Jeronymo & Hussel

Em 2018, as duas insígnias continuarão mobilizadas para o elevado dinamismo na área comercial e nas operações como formas de reforçar a sua ligação aos consumidores.

A Jeronymo continuará focada na identificação de potenciais novas localizações e na abertura de novas lojas, apostando na sua imagem renovada, enquanto a Hussel manterá o foco na remodelação de algumas das suas lojas, adaptando-as ao novo conceito, e no desenvolvimento da nova imagem do seu site.

Agro-Alimentar

Em 2018, prevê-se a concretização da expansão em todas as áreas de actuação da JMA: i. início da produção da nova fábrica de lacticínios, reforçando a eficiência, inovação e capacidade nesta área; ii. aumento da produção e engorda de Angus nacional através da exploração das duas novas unidades adquiridas em 2017; e iii. expansão da actividade de Aquacultura para outras regiões e início das pescas de dourada na Ilha da Madeira.

6. Eventos Subsequentes à Data do Balanço

Até à data de conclusão deste relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem reflectidos nas Demonstrações Financeiras.

7. Política de Distribuição de Dividendos

O Conselho de Administração da Sociedade tem mantido uma política de distribuição de dividendos baseada nas seguintes regras:

- valor do dividendo entre 40 a 50% dos resultados consolidados ordinários;
- se da aplicação do critério acima resultar uma diminuição do dividendo de determinado ano, face ao atribuído no ano precedente, o Conselho de Administração, se considerar que tal diminuição decorre de situações anormais e meramente conjunturais, poderá propor que o anterior valor seja mantido e até mesmo utilizar para o efeito reservas livres existentes, quando tal utilização não ponha em causa os princípios adoptados em matéria de gestão de balanço.

Na Assembleia Geral de 6 de Abril de 2017, atendendo ao bom desempenho registado no ano anterior e à sólida situação do balanço, e mediante proposta do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de lucros e reservas livres no montante total de 380,2 milhões de euros, correspondentes a aproximadamente 100% dos resultados consolidados ordinários do ano 2016, traduzindo-se num dividendo bruto de 0,605 euros por acção, pago em Maio de 2017.

Considerando, simultaneamente, a situação financeira do Grupo no final de 2017 e a sua capacidade demonstrada de geração de caixa, bem como a inexistência de impacto que possa comprometer a solidez do seu balanço e as perspectivas de expansão futura, a proposta de distribuição de dividendos (vide Proposta de Aplicação de Resultados infra) a apresentar na Assembleia Geral, que terá lugar no dia 12 de Abril de 2018, corresponde a um payout de cerca de 100% que, pelo segundo ano consecutivo, a título excepcional, se cifra no dobro do que resultaria, normalmente, da aplicação da política de dividendos em vigor.

8. Proposta de Aplicação de Resultados

No exercício de 2017, Jerónimo Martins, SGPS, S.A. apresentou um lucro consolidado de 385.355.786,63 euros e um lucro nas contas individuais de 539.215.535,50 euros.

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Accionistas que os resultados líquidos do exercício sejam aplicados da seguinte forma:

- Reservas Livres 153.985.358,64 euros;
- Dividendos 385.230.176,86 euros.

Esta proposta de distribuição de resultados representa o pagamento de um **dividendo bruto de 0,613 euros** por acção, excluindo-se as acções próprias em carteira.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2018

O Conselho de Administração

9. Anexo ao Relatório de Gestão

Informação sobre a Participação dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização no Capital da Empresa

(De acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais)

Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração	Posição em 31.12.16		Acréscimos no exercício		Diminuições no exercício		Posição em 31.12.17	
	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações
Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos	274.805	-	-	-	-	-	274.805	-
Andrzej Szlezak	-	-	-	-	-	-	-	-
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	-	-	-	-	-	-	-	-
Artur Stefan Kirsten	-	-	-	-	-	-	-	-
Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Artigo 447.º C.S.C.) ¹	353.260.814	-	-	-	-	-	353.260.814	-
Clara Christina Streit	800	-	-	-	-	-	800	-
Francisco Manuel Seixas da Costa	-	-	-	-	-	-	-	-
Hans Eggerstedt	19.700	-	-	-	-	-	19.700	-
Henrique Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos	26.455 ²	-	-	-	-	-	26.455 ²	-
Sérgio Tavares Rebelo	-	-	-	-	-	-	-	-

¹ Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.

² Das quais 1.500 acções são detidas pelo cônjuge.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas, Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., não detinha quaisquer acções ou obrigações, em 31 de Dezembro de 2017, não tendo realizado, durante este ano, transacções com quaisquer títulos de Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

Lista de Transacções de Dirigentes e de Pessoas com estes Estreitamente Relacionadas

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. vem, no cumprimento do número 7 do artigo 14.º do Regulamento da CMVM 5/2008, informar que não houve transacções efectuadas pelos Dirigentes da Sociedade durante o ano de 2017.

Lista dos Titulares de Participações Qualificadas a 31 de Dezembro de 2017

(De acordo com o disposto no número 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea b) do número 1 do artigo 8 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008.)

Accionista	N.º de Acções detidas	% Capital	N.º Direitos de Voto	% dos Direitos de Voto *
Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A. Através da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.	353.260.814	56,136%	353.260.814	56,136%
Heerema Holding Company Inc. Através da Sociedade Asteck, S.A.	31.464.750	5,000%	31.464.750	5,000%
Standard Life Aberdeen plc Através Investimento gerido por Standard Life Aberdeen plc	23.127.393	3,675%	23.127.393	3,675%
BlackRock, Inc.	16.623.792	2,642%	16.623.792	2,642%
Baillie Gifford & Co. Através da Sociedade Baillie Gifford Overseas Limited	12.723.138	2,022%	12.723.138	2,022%
BNP Paribas Investment Partners, Limited Company Através de Fundos de Investimento por si geridos	13.536.757	2,151%	12.604.860	2,003%

Fonte: Últimas comunicações efectuadas pelos titulares de participações qualificadas à Jerónimo Martins, SGPS, S.A.

* Calculado com base na totalidade das acções de acordo com a alínea b) do n.º 3 do artigo 16.º do Código dos Valores Mobiliários.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



Demonstrações Financeiras Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	66
Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016	
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS	66
Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016	
BALANÇO CONSOLIDADO	67
Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016	
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO	68
Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016	
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	69
Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016	

Índice das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	Página
1 Actividade	70
2 Políticas contabilísticas	70
3 Reporte por segmentos de actividade	82
4 Custos operacionais por natureza	84
5 Empregados.....	85
6 Custos financeiros líquidos.....	87
7 Ganhos na alienação de negócios	88
8 Imposto reconhecido na demonstração dos resultados.....	88
9 Activos fixos tangíveis	91
10 Activos intangíveis.....	93
11 Propriedades de investimento.....	95
12 Instrumentos financeiros derivados	96
13 Partes de capital em <i>joint ventures</i> e associadas	98
14 Existências.....	99
15 Devedores, acréscimos e diferimentos	99
16 Caixa e equivalentes de caixa	101
17 Caixa gerada pelas operações	101
18 Capital e reservas	101
19 Resultado por acção.....	102
20 Empréstimos obtidos	102
21 Provisões	104
22 Credores, acréscimos e diferimentos.....	105
23 Garantias	105
24 Locação operacional	106
25 Compromissos de capital.....	106
26 Contingências, activos contingentes e passivos contingentes	107
27 Partes relacionadas	109
28 Companhias subsidiárias.....	111
29 Informação financeira sobre subsidiárias com interesses que não controlam	112
30 Interesses em <i>joint ventures</i> e associadas	112
31 Riscos financeiros	112
32 Informações adicionais exigidas por diplomas legais	116
33 Eventos subsequentes à data do balanço	117

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

		2017	2016	Valores expressos em milhares de euros	
				4.º Trimestre 2017	4.º Trimestre 2016
Vendas e prestação de serviços	3	16.276.150	14.621.738	4.350.003	3.883.514
Custo das vendas	4	(12.817.884)	(11.508.992)	(3.418.896)	(3.045.356)
Margem		3.458.266	3.112.746	931.107	838.158
Custos de distribuição	4	(2.605.993)	(2.307.621)	(694.678)	(614.834)
Custos administrativos	4	(261.139)	(237.555)	(72.989)	(63.105)
Outras perdas e ganhos operacionais	4	(13.940)	(31.994)	(2.654)	(12.102)
Resultados operacionais		577.194	535.576	160.786	148.117
Custos financeiros líquidos	6	(12.166)	(17.356)	(3.221)	(4.964)
Ganhos (perdas) em joint ventures e associadas	7	(13)	10.271	(10)	(1)
Ganhos na alienação de negócios		-	220.678	-	(3.318)
Ganhos/Perdas em outros investimentos		(198)	(4.974)	(200)	(1.392)
Resultados antes de impostos		564.817	744.195	157.355	138.442
Imposto sobre o rendimento do exercício	8	(152.236)	(129.969)	(51.008)	(44.392)
Resultados líquidos		412.581	614.226	106.347	94.050
(antes de interesses que não controlam)					
Atribuível a:					
Interesses que não controlam		27.225	21.008	6.250	2.414
Aos Accionistas de Jerónimo Martins		385.356	593.218	100.097	91.636
Resultado básico e diluído por acção - Euros	19	0,6132	0,9440	0,1593	0,1458

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo. Os montantes relativos aos trimestres não se encontram auditados.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

		2017	2016	Valores expressos em milhares de euros	
				4.º Trimestre 2017	4.º Trimestre 2016
Resultados líquidos		412.581	614.226	106.347	94.050
Outros rendimentos integrais:					
Remensuração de responsabilidades com benefícios de empregados	5.2	(1.385)	(643)	(1.385)	(643)
Imposto relacionado	8.3	312	145	312	145
Itens que não serão reclassificados para resultados		(1.073)	(498)	(1.073)	(498)
Diferenças de conversão cambial		62.154	(32.267)	28.218	(20.591)
Variação do justo valor dos instrumentos de cobertura de fluxos de caixa		527	(411)	26	(186)
Variação do justo valor dos instrumentos de cobertura de operações estrangeiras		(16.550)	(390)	(2.602)	942
Variação do justo valor de Investimentos financeiros disponíveis para venda		-	297	-	-
Imposto relacionado		(375)	298	(128)	133
Itens que poderão ser reclassificados para resultados		45.756	(32.473)	25.514	(19.702)
Outros rendimentos integrais líquidos de imposto		44.683	(32.971)	24.441	(20.200)
Total de rendimentos integrais		457.264	581.255	130.788	73.850
Atribuível a:					
Interesses que não controlam		27.177	21.007	6.202	2.413
Accionistas de Jerónimo Martins		430.087	560.248	124.586	71.437
Total de rendimentos integrais		457.264	581.255	130.788	73.850

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo. Os montantes relativos aos trimestres não se encontram auditados.

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2017	2016
Activo			
Activos fixos tangíveis	9	3.474.835	3.023.360
Activos intangíveis	10	811.040	786.983
Propriedades de investimento	11	13.714	13.952
Partes de capital em joint ventures e associadas	13	1.557	-
Activos financeiros disponíveis para venda		1.417	1.000
Devedores, acréscimos e diferimentos	15	111.383	112.836
Instrumentos financeiros derivados	12	227	-
Impostos diferidos activos	8.3	106.025	69.756
Total de activos não correntes		4.520.198	4.007.887
Existências	14	841.565	718.618
Activos biológicos		5.498	1.181
Imposto sobre o rendimento a receber		5.094	2.037
Devedores, acréscimos e diferimentos	15	387.833	311.130
Instrumentos financeiros derivados	12	294	1.277
Caixa e equivalentes de caixa	16	681.333	643.512
Total de activos correntes		1.921.617	1.677.755
Total do activo		6.441.815	5.685.642
Capital próprio e passivo			
Capital		629.293	629.293
Prémios de emissão		22.452	22.452
Acções próprias		(6.060)	(6.060)
Outras reservas		(51.109)	(96.865)
Resultados retidos	18	1.193.319	1.189.191
		1.787.895	1.738.011
Interesses que não controlam		225.298	252.500
Total do capital próprio		2.013.193	1.990.511
Empréstimos obtidos	20	237.762	114.829
Credores, acréscimos e diferimentos	22	779	793
Instrumentos financeiros derivados	12	-	293
Benefícios concedidos a empregados	5.2	66.482	61.823
Provisões para riscos e encargos	21	29.308	21.582
Impostos diferidos passivos	8.3	71.579	59.742
Total de passivos não correntes		405.910	259.062
Empréstimos obtidos	20	299.505	224.581
Credores, acréscimos e diferimentos	22	3.662.293	3.166.527
Instrumentos financeiros derivados	12	2.805	317
Imposto sobre o rendimento a pagar		58.109	44.644
Total de passivos correntes		4.022.712	3.436.069
Total do capital próprio e passivo		6.441.815	5.685.642

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Valores expressos em milhares de euros

	Capital próprio atribuível aos Accionistas de Jerónimo Martins, SGPS, S.A.							Interesses que não controlam	Total do capital próprio	
	Capital	Prémios de emissão de ações	Ações próprias	Outras Reservas			Resultados retidos			Total
				Cobertura fluxos de caixa	Activos financeiros disponíveis para venda	Reservas cambiais				
Balanco em 1 de Janeiro de 2016	629.293	22.452	(6.060)	99	(230)	(64.261)	760.400	1.341.693	251.526	1.593.219
Variações no Capital Próprio em 2016										
Diferença de conversão cambial				(3)		(31.977)		(31.980)		(31.980)
Varição do justo valor de instrumentos de cobertura de fluxos de caixa				(333)				(333)		(333)
Varição do justo valor de instrumentos de cobertura de operações estrangeiras						(390)		(390)		(390)
Varição do justo valor de activos financeiros disponíveis para venda					230			230		230
Remensuração de responsabilidade com benefícios de empregado							(497)	(497)	(1)	(498)
Outros rendimentos integrais	-	-	-	(336)	230	(32.367)	(497)	(32.970)	(1)	(32.971)
Resultado do exercício							593.218	593.218	21.008	614.226
Total de outros rendimentos integrais	-	-	-	(336)	230	(32.367)	592.721	560.248	21.007	581.255
Dividendos							(166.535)	(166.535)	(17.428)	(183.963)
Aquisição/Alienação de interesses que não controlam							2.605	2.605	(2.605)	-
Balanco em 31 Dezembro de 2016	629.293	22.452	(6.060)	(237)	-	(96.628)	1.189.191	1.738.011	252.500	1.990.511
Variações no Capital Próprio em 2017										
Diferença de conversão cambial				(6)		61.885		61.879		61.879
Varição do justo valor de instrumentos de cobertura de fluxos de caixa				427				427		427
Varição do justo valor de instrumentos de cobertura de operações estrangeiras						(16.550)		(16.550)		(16.550)
Remensuração de responsabilidade com benefícios de empregado							(1.025)	(1.025)	(48)	(1.073)
Outros rendimentos integrais	-	-	-	421	-	45.335	(1,025)	44.731	(48)	44.683
Resultado do exercício							385.356	385.356	27.225	412.581
Total de outros rendimentos integrais	-	-	-	421	-	45.335	384.331	430.087	27.177	457.264
Dividendos (nota 18.3)							(380.203)	(380.203)	(54.379)	(434.582)
Balanco em 31 Dezembro de 2017	629.293	22.452	(6.060)	184	-	(51.293)	1.193.319	1.787.895	225.298	2.013.193

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

		Valores expressos em milhares de euros	
	Notas	2017	2016
Actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		18.346.499	16.487.933
Pagamentos aos fornecedores		(15.980.545)	(14.351.132)
Pagamentos ao pessoal		(1.277.994)	(1.100.375)
Caixa gerada pelas operações	17	1.087.960	1.036.426
Juros pagos		(18.456)	(15.756)
Imposto sobre o rendimento pago		(160.050)	(177.388)
Fluxos de caixa de actividades operacionais		909.454	843.282
Actividades de investimento			
Alienação de activos fixos tangíveis		1.723	2.704
Alienação de activos fixos intangíveis		-	1
Alienação de activos financeiros disp. para venda e de prop. de investimentos		187	2.887
Alienação de negócios, liquido do caixa e equivalentes de caixa	7	-	302.135
Juros recebidos		3.488	1.915
Dividendos recebidos		79	2.774
Aquisição de activos fixos tangíveis		(648.619)	(432.319)
Aquisição de activos intangíveis		(13.067)	(5.825)
Aquisição de investimentos financeiros e de propriedades de investimento		(602)	(358)
Aquisição de <i>joint ventures</i> e associadas		(1.570)	-
Fluxos de caixa de actividades de investimento		(658.381)	(126.086)
Actividades de financiamento			
Variação líquida de empréstimos obtidos	20	205.908	(320.078)
Pagamento de dividendos	18.3	(434.582)	(183.963)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		(228.674)	(504.041)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		22.399	213.155
Movimentos de caixa e equivalentes			
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		643.512	441.688
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		22.399	213.155
Efeito das variações cambiais		15.422	(11.331)
Caixa e equivalentes de caixa no final de Dezembro	16	681.333	643.512

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO INTERCALAR

	Valores expressos em milhares de euros			
	2017	2016	4.º Trimestre 2017	4.º Trimestre 2016
Fluxos de caixa de actividades operacionais	909.454	843.282	360.223	306.888
Fluxos de caixa de actividades de investimento	(658.381)	(126.086)	(192.876)	(143.967)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento	(228.674)	(504.041)	(4.274)	10.099
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	22.399	213.155	163.073	173.020

Os montantes relativos aos trimestres não se encontram auditados.

1 Actividade

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (JMH) é a empresa-mãe de Jerónimo Martins (Grupo), que inclui as Companhias detalhadas nas notas 28 e 30. As actividades do Grupo e o seu desempenho durante o ano de 2017 encontram-se detalhados no Capítulo II deste Relatório Anual.

Sede Social: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033 Lisboa

Capital Social: 629.293.220 euros

Número Comum de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial e de Pessoa Colectiva: 500100144

A JMH está cotada na Euronext Lisboa desde 1989.

Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 27 de Fevereiro de 2018.

2 Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas estão descritas nas notas a estas Demonstrações Financeiras Consolidadas. As políticas contabilísticas identificadas nesta nota aplicam-se de forma transversal na preparação das Demonstrações Financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, excepto quando referido em contrário.

2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em milhares de euros (m EUR).

Os montantes relativos aos trimestres, bem como as correspondentes variações, não se encontram auditados.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da JMH foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia (UE), à data de 31 de Dezembro de 2017.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da JMH foram preparadas segundo o princípio do custo histórico excepto no que respeita a propriedades de investimento, instrumentos financeiros derivados, activos biológicos, activos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, os quais se encontram registados ao respectivo justo valor (valor de mercado).

A preparação de Demonstrações Financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e assunções que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da Gestão em relação aos eventos e acções correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da Gestão que as estimativas e assunções adoptadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos activos e passivos (nota 2.6).

Alteração de políticas contabilísticas e bases de apresentação:

2.1.1 Novas normas, alterações e interpretações adoptadas pelo Grupo

Em 2017 e 2018 foram emitidos pela UE os seguintes Regulamentos, os quais foram adoptados pelo Grupo desde 1 de Janeiro de 2017:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 1989/2017	IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Reconhecimento de Impostos Diferidos Sobre Perdas Não Realizadas (alterações)	Janeiro 2016	1 Janeiro 2017
Regulamento n.º 1990/2017	IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa: Iniciativa de Divulgação (alterações)	Janeiro 2016	1 Janeiro 2017
Regulamento n.º 182/2018	Ciclo 2014-2016 de melhorias às normas IFRS: IFRS 12 Divulgações de Interesses em Outras Entidades (alterações)	Dezembro 2016	1 Janeiro 2017

O Grupo adoptou as alterações acima referidas, não havendo qualquer impacto significativo nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2.1.2 Novas normas, alterações e interpretações adoptadas pela UE mas sem aplicação efectiva aos exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2017 e não aplicadas antecipadamente

A UE adoptou entre Janeiro de 2016 e Fevereiro de 2018 um conjunto de normas e alterações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), a aplicar em períodos subsequentes:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 1905/2016	IFRS 15 Rédito de Contratos com Clientes (nova)	Maio 2014	1 Janeiro 2018
Regulamento n.º 2067/2016	IFRS 9 Instrumentos Financeiros (nova)	Julho 2014	1 Janeiro 2018
Regulamento n.º 1986/2017	IFRS 16 Locações (nova)	Janeiro 2016	1 Janeiro 2019
Regulamento n.º 1987/2017	IFRS 15 Rédito dos Contratos com Clientes: Clarificações (alterações)	Abril 2016	1 Janeiro 2018
Regulamento n.º 1988/2017	IFRS 4 Contratos de Seguro: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros juntamente com a IFRS 4 Contratos de Seguro (alterações)	Setembro 2016	1 Janeiro 2018
Regulamento n.º 182/2018	Ciclo 2014-2016 de melhorias às normas IFRS: IFRS 1 Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente (alterações)	Dezembro 2016	1 Janeiro 2018

Estas normas e alterações são de aplicação efectiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018, e não foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Não se espera que venham a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo, excepto no que respeita a nova norma IFRS 16 Locações, conforme abaixo detalhado.

IFRS 15 Rédito de Contratos com Clientes

A nova norma IFRS 15 Rédito de Contratos com Clientes (IFRS15) vem estabelecer um modelo de cinco passos para o reconhecimento de rédito resultante de contratos celebrados com clientes. De acordo com o previsto na norma, o rédito é reconhecido pelo valor que a entidade espera receber do cliente em troca dos bens ou serviços prestados.

A aplicação da norma é obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018, devendo a sua adopção seguir o método retrospectivo pleno ou método retrospectivo modificado.

O Grupo adoptou esta nova norma a partir de 1 de Janeiro de 2018, usando o método retrospectivo modificado, sendo o efeito cumulativo da adopção desta norma reconhecido nos Resultados transitados do Grupo a essa data.

Durante o ano de 2017, o Grupo procedeu a uma análise das implicações da sua adopção, não sendo esperado qualquer impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, mas sim acréscimo das divulgações associadas a “Vendas e prestação de serviços”.

Na preparação da adopção da IFRS 15, o Grupo considerou os seguintes aspectos relevantes:

i) Venda de bens

Na maioria das vendas de bens efectuadas pelo Grupo, existe apenas uma obrigação de desempenho (“performance obligation”), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens ao cliente.

Quando existem campanhas promocionais que oferecem aos clientes obrigações de desempenho que se vencem em momento futuro, o Grupo difere a parte do rédito relativa a essa obrigação futura, sendo o rédito reconhecido em resultados apenas quando a obrigação futura é satisfeita ou expira.

O Grupo implementou ainda programas de fidelização através da utilização de cartão cliente. De acordo com a IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes, o Grupo estima, para as vendas efectuadas com recurso ao cartão cliente, o justo valor dos benefícios atribuídos aos clientes, sendo diferido o rédito até ao momento em que o benefício é satisfeito ou expira.

Algumas vendas a clientes incluem direitos relativos a descontos comerciais de volume. Actualmente, o Grupo reconhece o rédito da venda dos bens já líquido da estimativa do desconto comercial que se espera que o cliente venha a atingir na totalidade do ano.

A aplicação da IFRS 15 não irá ter um impacto significativo na forma como o Grupo reconhece actualmente o rédito das vendas de bens a clientes.

ii) Direitos de devolução

Com a aplicação da IFRS 15, nas vendas a clientes deverão ser estimados os bens que poderão ser devolvidos pelos clientes, sendo reconhecida: a) uma responsabilidade de devolução, representada pela obrigação de entregar ao cliente a quantia relativa aos bens devolvidos; e b) um activo de devolução – com ajustamento do custo das vendas – pelo direito a receber os bens devolvidos pelo cliente.

As devoluções de bens cuja responsabilidade é assumida directamente pelo Grupo, não apresenta materialidade que impacte significativamente as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

iii) Obrigações relativas a garantias

Na venda de bens, o Grupo presta as garantias que decorrem da Lei, em conjunto com os fornecedores, não vendendo extensões de garantias que devam ser reconhecidas como obrigação de desempenho separadas.

Desta forma, a adopção da IFRS 15 também nesta vertente não terá qualquer impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

iv) Actuação do Grupo como Principal ou Agente

O Grupo opera em algumas lojas fora dos grandes centros urbanos através de contratos de Mandato Comercial, celebrados com entidades terceiras, actuando o Grupo como principal, reconhecendo nessa medida a totalidade do rédito das vendas destas lojas.

A aplicação da IFRS 15 não irá alterar a designação do Grupo como principal, pelo que irá continuar a reconhecer a totalidade do rédito das vendas deste conjunto de lojas.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A nova norma IFRS 9 Instrumentos Financeiros que substitui a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, tem como principal enfoque os seguintes aspectos: i) Classificação e mensuração; ii) Imparidade; e iii) Contabilidade de Cobertura.

O Grupo adoptou esta nova norma em 1 de Janeiro de 2018, data em que se tornou obrigatória a sua aplicação, não havendo lugar a reexpressão da informação comparativa.

Durante o ano de 2017, o Grupo analisou as implicações da adopção desta nova norma, sendo que não se espera que venha a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

i) Classificação e mensuração

O Grupo não antecipa qualquer impacto significativo no seu Balanço ou nos seus Capitais Próprios pela aplicação dos novos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9.

ii) Imparidade

A IFRS 9 requiere que o Grupo reconheça imparidades sobre créditos a receber, com base no modelo de perdas estimadas (quer numa base de perdas esperadas a 12 meses ou perdas esperadas na totalidade da vida dos créditos a receber), em substituição do modelo de perdas incorridas previsto na IAS 39. O Grupo irá aplicar a abordagem simplificada para os créditos comerciais a receber, reconhecendo a estimativa de perdas para a totalidade da vida dos créditos.

A actual política contabilística seguida pelo Grupo já prevê o reconhecimento de uma imparidade genérica sobre créditos comerciais a receber, atendendo ao histórico de incobrabilidade de cada negócio.

Adicionalmente, na medida em que a maioria das vendas do Grupo são realizadas a pronto pagamento, o Grupo não antecipa qualquer impacto material nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas pela aplicação deste novo modelo de reconhecimento de imparidades.

iii) Contabilidade de cobertura

O Grupo determinou que todas as relações de cobertura que são designadas actualmente vão continuar a qualificar como contabilidade de cobertura com a aplicação da IFRS 9.

Como a norma não altera os princípios gerais do registo de coberturas eficazes, a aplicação dos requisitos de cobertura da IFRS 9 não terão qualquer impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

IFRS 16 Locações

A nova norma IFRS 16 elimina a classificação das locações entre locações operacionais ou financeiras para as entidades locatárias, conforme previsto na IAS 17. Ao invés, introduz um modelo único de contabilização, muito semelhante ao tratamento actual que é dado às locações financeiras nas contas dos locatários.

Este modelo único prevê, para o locatário, o reconhecimento de: i. activos e passivos no Balanço para todas as locações com termo superior a 12 meses (sendo que os activos de reduzido valor são excluídos, independentemente do termo da locação); e ii. depreciação e juros na Demonstração dos Resultados de forma separada.

A Gestão está a avaliar as implicações da adopção desta nova norma, sendo desde já esperado que a sua adopção tenha um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo, em resultado da incorporação dos activos que se encontram em locação operacional e das respectivas responsabilidades.

A informação constante da nota 24, apesar de não responder aos critérios estipulados para a capitalização de locações operacionais, conforme estabelecido na nova IFRS 16, permite obter uma ordem de grandeza dos impactos resultantes da sua aplicação.

2.1.3 Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB e IFRIC mas ainda não adoptadas pela UE

O IASB emitiu, em 2014, 2016 e 2017 as seguintes normas, alterações e interpretações que se encontram ainda em processo de adopção pela UE:

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Emitida em	Aplicação prevista nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 14 Desvios Tarifários (nova)	Janeiro 2014	Data a determinar ¹
IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente: Venda ou contribuição de activos entre um investidor e a sua associada ou joint venture (alterações)	Setembro 2014	Data a determinar ²
IFRS 2 Pagamento com Base em Acções: Classificação e mensuração das transacções (alterações)	Junho 2016	1 Janeiro 2018
IFRIC 22 Transacções em moeda estrangeira e pagamentos antecipados (nova)	Dezembro 2016	1 Janeiro 2018
IAS 40 Propriedade de Investimento: Transferências (alterações)	Dezembro 2016	1 Janeiro 2018
IFRS 17 Contratos de Seguro (nova)	Maio 2017	1 Janeiro 2021
IFRIC 23 Incertezas quanto ao tratamento de impostos sobre o rendimento (nova)	Junho 2017	1 Janeiro 2019
IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Elementos de pré-pagamento com compensação negativa (alterações)	Outubro 2017	1 Janeiro 2019
IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente: Interesses de longo prazo em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente (alterações)	Outubro 2017	1 Janeiro 2019
Ciclo 2015-2017 de melhoria às normas IFRS: IFRS 3 Concentração de Actividades Empresariais; IFRS 11 Acordos Conjuntos; IAS 12 Impostos sobre o Rendimento e IAS 23 Custos de Empréstimos (alterações)	Dezembro 2017	1 Janeiro 2019

¹ A UE decidiu suspender o processo de aprovação desta norma intercalar e esperar pela norma definitiva.

² A UE decidiu suspender indefinidamente a aprovação destas alterações, tal como o IASB.

A Gestão está a avaliar o impacto da adopção futura destas novas normas, alterações e interpretações às normas já em vigor, não sendo expectável a esta data um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

2.1.4 Alteração de políticas contabilísticas

Para além do acima referido, o Grupo não alterou as suas políticas contabilísticas durante o exercício de 2017, nem foram apurados erros relativos aos exercícios anteriores que obriguem à reexpressão das Demonstrações Financeiras.

2.2 Bases de consolidação

Datas de referência

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, com referência a 31 de Dezembro de 2017, incluem os activos, os passivos e os resultados das Companhias do Grupo, entendido como o conjunto da JMH e das suas subsidiárias, empresas controladas conjuntamente (*joint ventures*) e associadas, as quais são apresentadas nas notas 28 e 30, respectivamente.

Concentração de actividades empresariais

No registo de transacções de concentração que envolvam entidades que se encontram sob controlo do Grupo, os activos e passivos são valorizados ao seu valor contabilístico, não havendo lugar ao apuramento de impactos em resultados.

Participações financeiras em subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais JMH tem controlo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afectar esses retornos através do seu poder sobre a entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle cessa.

O Grupo aplica o método da compra na contabilização das suas aquisições de negócios. A quantia transferida na aquisição da subsidiária é o justo valor dos activos entregues, passivos assumidos para com os anteriores donos e dos instrumentos de capital emitidos pelo Grupo. A quantia transferida inclui o justo valor de qualquer activo e passivo que resulte de quaisquer acordos contingentes. Os activos e passivos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos numa aquisição de negócios são mensurados inicialmente pelo seu justo valor à data da aquisição. Os custos directamente imputáveis à aquisição são reconhecidos em resultados quando incorridos.

Nos casos em que não é detido 100% do capital das subsidiárias, é reconhecido um interesse que não controla relativo à parcela dos resultados e do valor líquido de activos atribuível a terceiros.

Quando o Grupo perde o controlo sobre uma subsidiária, são desreconhecidos os activos e os passivos da subsidiária, e quaisquer interesses que não controlam e outras componentes do capital próprio. Qualquer ganho ou perda resultante é reconhecido na demonstração dos resultados. Qualquer interesse retido na entidade é mensurado pelo justo valor quando o controle é perdido.

As políticas contabilísticas seguidas pelas subsidiárias no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias, sempre que necessário, foram corrigidas no processo de consolidação por forma a assegurar a consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Participações financeiras em associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem uma influência significativa, mas não o controle, geralmente correspondentes a uma participação entre 20% e 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do Grupo nos lucros ou prejuízos da associada depois da data da aquisição. A parte do Grupo nos lucros ou perdas pós-aquisição é reconhecida na demonstração dos resultados e a parte nos movimentos pós-aquisição ocorridos em outros rendimentos integrais da associada é reconhecida também em outros rendimentos integrais com o correspondente ajustamento de contrapartida reconhecido na quantia registada do investimento. O investimento do Grupo em associadas inclui o *Goodwill* identificado na aquisição.

Quando a parte do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o investimento na associada, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tenha efectuado pagamentos em nome da associada.

As políticas contabilísticas das associadas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Participações financeiras em acordos conjuntos

Acordos conjuntos são classificados como operações conjuntas ou empreendimentos conjuntos (*joint ventures*), dependendo dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui. O Grupo avaliou a natureza dos seus acordos conjuntos (ver nota 2.6) e para aqueles que determinou como sendo *joint ventures*, os mesmos foram contabilizados utilizando o método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, os interesses em *joint ventures* são reconhecidos inicialmente pelo custo e ajustados depois para reconhecer a parte do Grupo nos lucros ou perdas pós-aquisição e outras variações em outros rendimentos integrais. Numa *joint-venture*, quando a parte do Grupo nas perdas é igual ou excede os seus interesses no empreendimento conjunto (que inclui todos os interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido do Grupo na *joint venture*), o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou efectuado pagamentos em nome da *joint venture*.

As políticas contabilísticas das *joint ventures* são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Goodwill

Goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis atribuíveis ao Grupo à data da aquisição ou da primeira consolidação. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do exercício.

O Grupo realiza testes de imparidade ao *Goodwill* numa base anual ou mais frequentemente, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam uma potencial imparidade. O valor reconhecido de *Goodwill* é comparado com o valor recuperável, que é o valor mais elevado entre o valor de uso e o justo valor menos os custos de vender. Sempre que o valor contabilístico do *Goodwill* exceder o seu valor recuperável, a imparidade é reconhecida imediatamente como um gasto e não é posteriormente revertida (nota 2.5.1).

O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa entidade, excepto quando o negócio a que esse *Goodwill* está associado continue a gerar benefícios para o Grupo.

Interesses que não controlam

Interesses que não controlam correspondem à proporção do justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes das subsidiárias adquiridas que não são directa, ou indirectamente, atribuíveis a JMH.

Transacções com interesses que não controlam que não resultem na perda do controle são contabilizadas como transacções de capital - isto é, como transacções com os proprietários na sua qualidade de proprietários. A diferença entre o justo valor de qualquer montante pago e a parcela relevante adquirida do valor contabilístico dos activos líquidos da subsidiária é registada nos capitais próprios. Os ganhos ou perdas nas alienações para interesses que não controlam também são registados nos capitais próprios.

Perda de controlo ou influência significativa

Quando o Grupo deixa de ter controlo ou influência significativa, qualquer participação residual nos capitais próprios é remensurada para o seu valor de mercado, com as alterações a serem reconhecidas na demonstração dos resultados. O justo valor é o valor contabilístico inicial para efeitos de subsequente tratamento contabilístico dessa participação como activo financeiro.

Conversão das Demonstrações Financeiras em moeda estrangeira

As Demonstrações Financeiras das entidades estrangeiras são convertidas para euros utilizando o câmbio de fecho para os activos e passivos e os câmbios históricos para o capital próprio. Os custos e proveitos são convertidos ao câmbio médio mensal que é aproximadamente o câmbio da data das respectivas transacções.

A diferença cambial decorrente da conversão é registada directamente nos capitais próprios, líquida do efeito gerado pelo instrumento de cobertura (ver política contabilística descrita na nota 12).

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como parte do ganho ou perda na venda.

O *Goodwill* e os ajustamentos ao justo valor, originados na aquisição de uma entidade estrangeira, são tratados como activos e passivos da entidade estrangeira e convertidos ao câmbio de fecho. As correspondentes diferenças cambiais são reconhecidas em outros rendimentos integrais.

Saldos e transacções entre Empresas do Grupo

As transacções inter-companhias, os saldos e os ganhos não realizados entre subsidiárias e entre estas e a Empresa-Mãe são anulados no processo de consolidação. As perdas não realizadas são também eliminadas, salvo se o custo não puder ser recuperado.




Ganhos não realizados decorrentes de transacções com empresas associadas ou *joint ventures* são eliminados de acordo com a parcela de interesse do Grupo nas associadas ou *joint ventures*. As perdas não realizadas são da mesma forma eliminadas, salvo se proporcionarem prova de imparidade do activo transferido.

2.3 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (euro) à taxa de câmbio em vigor à data da transacção.

À data do balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor a essa data e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas como resultados do exercício, excepto quando se tratam de activos e passivos que sejam classificados como cobertura de fluxos de caixa ou cobertura de investimentos em entidades estrangeiras, para os quais as diferenças de câmbio resultantes são diferidas nos capitais próprios ou quando estas respeitem a activos financeiros disponíveis para venda, que sejam instrumentos de capital próprio.

As principais taxas de câmbio consideradas a esta data foram as indicadas abaixo:

Taxas de câmbio de referência do euro (x de moeda estrangeira por 1 euro)	 Zloty Polaco (PLN)	 Franco Suíço (CHF)	 Peso Colombiano (COP)
Taxa em 31 de Dezembro de 2017	4,1770	1,1702	3.546,3400
Taxa média do ano	4,2539	-	3.352,1100
Taxa em 31 de Dezembro de 2016	4,4103	1,0739	3.128,3800
Taxa média do ano	4,3627	-	3.355,5700

2.4 Activos financeiros

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço do Grupo na data de negociação ou contratação, que é a data em que o Grupo se compromete a adquirir o activo. No momento inicial, os activos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para os activos financeiros ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados. Estes activos são desreconhecidos quando: i. expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ii. o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou iii. mesmo retendo parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Os activos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido, quando e só quando, o Grupo tenha o direito a compensar os montantes reconhecidos e tenha a intenção de os liquidar pelo valor líquido.

O Grupo classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: i. activos financeiros ao justo valor através de resultados; ii. empréstimos e contas a receber; e iii. activos financeiros disponíveis para venda. A sua classificação depende do propósito que conduziu à sua aquisição.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Um activo financeiro é reconhecido nesta categoria se foi classificado como detido para negociação ou se foi designado como tal no reconhecimento inicial. Os activos financeiros são detidos para negociação se forem adquiridos com a principal intenção de serem vendidos no curto prazo. Nesta categoria integram-se também os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de activos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem os montantes de rendimentos de juros e dividendos.

Empréstimos e contas a receber

Correspondem a activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações activo. São originados pelo decurso normal das actividades operacionais do Grupo, no fornecimento de mercadorias ou serviços, e sobre os quais o Grupo não tem intenção de negociar. Os empréstimos e contas a receber são subsequentemente mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo.

São incluídos no activo corrente, excepto para saldos com maturidades de mais de 12 meses da data de relato, os quais são classificados como activos não correntes.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: i. o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado; ii. são designados como disponíveis para venda no momento do seu

reconhecimento inicial; ou iii. não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como activos não correntes excepto se houver intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data de balanço.

As partes de capital detidas que não sejam subsidiárias, joint ventures ou associadas, são classificadas como activos financeiros disponíveis para venda e reconhecidas no balanço como activos não correntes.

Estes activos financeiros são contabilizados inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transacção. As variações de justo valor subsequentes são registadas directamente em outras reservas até que o activo financeiro seja vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, momento em que o ganho ou perda acumulado, anteriormente reconhecido no capital próprio é incluído no resultado líquido do período. Os dividendos de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do exercício na rubrica de ganhos em outros investimentos, quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

Os activos financeiros disponíveis para venda relativos a investimentos em instrumentos de capital são registados ao custo quando o seu justo valor não possa ser determinado com fiabilidade.

2.5 Imparidade

2.5.1 Imparidade de activos não financeiros

Exceptuando propriedades de investimento (nota 11), existências (nota 14) e impostos diferidos activos (nota 8.3), os activos do Grupo são analisados à data de cada balanço por forma a detectar indicadores de eventuais perdas por imparidade. Se existirem indicadores, o valor recuperável do activo é avaliado.

Independentemente de existirem indicadores de imparidade ou não, para o Goodwill, para activos intangíveis em curso e para outros activos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço.

Anualmente é determinado o valor recuperável dos activos do Grupo para os quais existem indicadores de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um activo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, este é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos activos

A quantia recuperável de activos não financeiros corresponde ao valor mais alto entre o seu justo valor menos custos de vender e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso de um activo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do activo em questão.

A quantia recuperável dos activos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida relativa a Goodwill não é revertida.

As perdas por imparidade relativas a outros activos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respectiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações ou amortizações, que o activo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.5.2 Imparidade de activos financeiros

O Grupo analisa a cada data de balanço se existe evidência objectiva que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros se encontra em imparidade.

A quantia recuperável de contas a receber corresponde ao valor actual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como factor de desconto a taxa de juro efectiva implícita na operação original.

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respectiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade.

Activos financeiros disponíveis para venda

No caso de partes de capital classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no justo valor do instrumento abaixo do seu custo é considerado como um indicador que os activos se encontram em imparidade. Se alguma evidência semelhante existir para activos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo

valor actual, menos qualquer perda por imparidade do activo financeiro anteriormente reconhecida em resultados - é removida de capitais próprios e reconhecida na demonstração dos resultados. Perdas por imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são revertidas através da demonstração dos resultados, a não ser no momento da sua alienação.

Cientes, devedores e outros activos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objectivos que o Grupo não irá receber todos os montantes a que tem direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- I. Análise de incumprimento;
- II. Dificuldades financeiras do devedor;
- III. Probabilidade de falência do devedor.

Os ajustamentos para perdas por imparidade são determinados pela diferença entre a quantia recuperável e o valor de balanço do activo financeiro e são registados por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes activos é reduzido para a quantia recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas por imparidade. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Quando os valores a receber de clientes ou de outros devedores que se encontram vencidos são objecto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.6 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

Activos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

A determinação do justo valor de propriedades de investimento, assim como as vidas úteis dos activos, é baseada em estimativas da Gestão. A determinação da existência de perdas por imparidade destes activos tangíveis e intangíveis envolve também a utilização de estimativas. O valor recuperável e o justo valor destes activos (incluindo Goodwill) é normalmente determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos requerem julgamento significativo por parte da Gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

Caso os pressupostos de fluxos de caixa se reduzam em 10%, face ao estimado, ou sendo considerada uma taxa de desconto superior em 100 p.b., de acordo com as projecções actuais das diferentes áreas de negócio, ainda assim todo o Goodwill é recuperável, não existindo qualquer risco de imparidade (ver nota 10.4).

Justo valor de instrumentos financeiros

O justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado activo é determinado com base em métodos de avaliação. A utilização de metodologias de valorização requer a utilização de pressupostos, sendo que alguns deles requerem a utilização de estimativas. Desta forma, alterações nos referidos pressupostos poderiam resultar numa alteração do justo valor reportado (ver nota 12).

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura. Os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor para as Empresas do Grupo, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Se as taxas utilizadas para o reconhecimento de impostos diferidos aumentarem em 1 p.p., o impacto nas contas do Grupo seria o seguinte:

	Impacto nas contas do Grupo	
	Demonstração dos resultados	Outros rendimentos integrais
Portugal	1.651	138
Polónia	(551)	235

Um montante positivo significa um ganho nas contas do Grupo.

Imparidade de clientes e devedores

A Gestão mantém um ajustamento para perdas por imparidade de clientes e devedores, de forma a reflectir as perdas estimadas resultantes da incapacidade dos clientes efectuarem os pagamentos nas datas previstas e nos montantes contratados. Ao avaliar a razoabilidade do ajustamento para as referidas perdas por imparidade, a Gestão baseia as suas estimativas numa análise do tempo de incumprimento decorrido dos seus saldos de clientes, a sua experiência histórica de abates, o histórico de crédito do cliente e mudanças nos termos de pagamento do cliente. Se as condições financeiras do cliente se deteriorarem, os ajustamentos para perdas por imparidade e os abates reais poderão ser superiores aos esperados.

Pensões e outros benefícios de longo prazo concedidos a empregados

A determinação das responsabilidades por pagamento de pensões e outros benefícios de longo prazo requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de benefício.

Na determinação da taxa de desconto apropriada, a Gestão considera as taxas de juro de obrigações corporativas com uma notação de crédito de 'AA' ou superior, dadas por reconhecidas agências internacionais de notação de crédito. Estas taxas são extrapoladas sempre que necessário ao longo da curva *yield* para corresponder com o termo expectável das responsabilidades com estes planos de benefício.

A definição dos critérios de escolha das obrigações corporativas a incluir na população de onde vai ser derivada a curva *yield* requer assumir pressupostos, sendo os mais significativos a escolha da dimensão da amostra, a dimensão da emissão do empréstimo obrigacionista, a qualidade das obrigações e a identificação dos dados atípicos a ser excluídos.

Considerando a informação disponível na Bloomberg e algumas estimativas necessárias à construção de uma curva de taxa de juro, o Grupo definiu os seguintes intervalos:

Portugal

- Intervalo restrito [1,10% - 1,50%]
- Intervalo alargado [0,90% - 1,70%]

Face a estes resultados, o Grupo, seguindo a recomendação dos actuários externos, decidiu reduzir a taxa de desconto de 1,40% para 1,30%.

Polónia

- Intervalo restrito [3,00% - 3,30%]
- Intervalo alargado [2,80% - 3,50%]

Face a estes resultados, o Grupo, seguindo a recomendação dos actuários externos, decidiu aumentar a taxa de desconto de 2,90% para 3,10%.

A tabela abaixo apresenta os impactos nas responsabilidades com os planos de benefício definido do Grupo, resultantes de alterações nos seguintes pressupostos:

	Impacto nas responsabilidades com benefício definido				
	Pressuposto utilizado		Alteração do pressuposto	Aumento do pressuposto	Redução do pressuposto
	PT	PL			
Taxa de desconto	1,30%	3,10%	0,50%	(2.454)	2.617
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	6% / 4%	0,50%	1.748	(1.661)
Taxa de crescimento das pensões	3,00%		0,50%	827	(773)
Esperança média de vida	TV 88/90	GUS 2015	1 ano	1.350	(1.291)

Um montante positivo significa um aumento de responsabilidades. Um montante negativo significa uma redução das responsabilidades.

Provisões

O Grupo exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. Esta avaliação é necessária por forma a aferir a probabilidade de um contencioso ter um desfecho favorável, ou obrigar ao registo de um passivo. As

provisões são reconhecidas quando o Grupo espera que processos em curso originem a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores externos, como actuários ou consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afectar significativamente os resultados futuros.

Investimento em associadas

A Gestão avaliou o nível de influência que o Grupo tinha na Perfumes e Cosméticos Puig Portugal Distribuidora, S.A. e determinou que existia uma influência significativa, apesar da participação de 27,55% devido à representação no Conselho de Administração e dos termos contratuais. Consequentemente, este investimento foi classificado como sendo uma associada, até à data da sua alienação em 30 de Setembro de 2016.

A Gestão avaliou ainda o nível de influência que o Grupo tem na Novo Verde – Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S.A., com uma percentagem de controlo de 30% e uma percentagem de interesse de 15,3%. Atendendo ao regime jurídico aplicável às sociedades gestoras de resíduos, que impossibilita a distribuição de reservas e de resultados retidos por este tipo de sociedades aos seus accionistas, não poderá este investimento ser classificado nas contas do Grupo enquanto uma associada, sendo por isso classificado como activos financeiros disponíveis para venda.

Investimento em acordos conjuntos

O Grupo detém 51% dos direitos de voto no acordo conjunto da JMR - Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A. (JMR). Com base nos acordos contratuais com o outro Investidor, o Grupo tem o poder de nomear e destituir a maioria dos membros do Conselho de Administração. Adicionalmente todos os quadros superiores com poderes para dirigir as actividades relevantes da JMR são colaboradores de uma outra sociedade detida a 100% por Jerónimo Martins. Por essas razões, a Gestão concluiu que o Grupo tem capacidade prática para dirigir as actividades relevantes da JMR e, portanto, detém o controlo sobre a Companhia. Nestes termos, JMR é classificada como uma subsidiária, assim como as entidades que a JMR controla directamente.

O Grupo detinha 45% dos direitos de voto no acordo conjunto da Unilever Jerónimo Martins, Lda. e da Gallo Worldwide, Lda.. O Grupo tinha o controlo conjunto sobre estes acordos no âmbito dos termos contratuais, sendo exigida a unanimidade das partes para todas as decisões e actividades relevantes. Os empreendimentos conjuntos estavam estruturados como sociedades de responsabilidade limitada e garantiam, ao Grupo e às partes dos acordos, nos termos dos mesmos, direitos sobre os activos líquidos das sociedades de responsabilidade limitada. Desta forma, estes acordos estavam classificados como *joint ventures*, até à data da sua alienação a 30 de Setembro de 2016.

2.7 Justo valor de instrumentos financeiros

Na determinação do justo valor de um activo ou passivo financeiro, se existir um mercado activo, o preço de mercado é aplicado. Um mercado é considerado activo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transacções actuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência (nível 1). No caso de não existir um mercado activo, o que é o caso para alguns dos activos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

O Grupo aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, tais como derivados, instrumentos financeiros detidos para venda e activos biológicos ao justo valor através de resultados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de opções, que incorporam por exemplo curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado (nível 2). No caso dos instrumentos financeiros derivados, o Grupo utiliza também as avaliações fornecidas pelas contrapartes.

Caixa e equivalentes de caixa, devedores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros cotados encontram-se reflectidos no balanço ao seu justo valor. Os restantes activos financeiros disponíveis para venda estão mensurados ao custo deduzidos de imparidade uma vez que não é possível determinar o justo valor com fiabilidade.

Empréstimos obtidos

O justo valor dos empréstimos é obtido através do valor descontado de todos os fluxos de caixa esperados a serem pagos. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas de juro actuais de mercado. À data de reporte, o seu valor de balanço é aproximadamente o seu justo valor.

Credores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

2.8 Hierarquia de justo valor

A tabela seguinte apresenta os activos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de Dezembro, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: o justo valor é baseado em cotações de preços obtidas em mercados activos e líquidos à data de referência do balanço. Neste nível incluem-se os instrumentos de capital cotados na Euronext Lisboa;
- Nível 2: o justo valor não é determinado com base em cotações de preço obtidas em mercados activos incluídos no nível 1, mas sim com recurso a modelos de avaliação, que podem envolver outras cotações comparáveis existentes no mercado activo ou cotações ajustadas. Dessa forma, os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se os activos biológicos, activos financeiros disponíveis para venda e os derivados over-the-counter contratados pelo Grupo, cujas avaliações são fornecidas pelas respectivas contrapartes;
- Nível 3: o justo valor não é determinado com base em cotações de mercado activo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se as propriedades de investimento, as quais são avaliadas por peritos externos independentes.

2017	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	13.714	-	-	13.714
Activos biológicos				
Activos biológicos consumíveis	3.738	-	3.738	-
Activos biológicos de produção	1.760	-	1.760	-
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de Negociação	294	-	294	-
Derivados de cobertura	227	-	227	-
Total de activos	19.733	-	6.019	13.714
Passivos mensurados ao justo valor				
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de Negociação	269	-	269	-
Derivados de cobertura	2.536	-	2.536	-
Total de passivos	2.805	-	2.805	-
<hr/>				
2016	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	13.952	-	-	13.952
Activos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de capital	80	80	-	-
Activos biológicos				
Activos biológicos consumíveis	1.181	-	1.181	-
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de cobertura	1.277	-	1.277	-
Total de activos	16.490	80	2.458	13.952
Passivos mensurados ao justo valor				
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de cobertura	610	-	610	-
Total de passivos	610	-	610	-

2.9 Instrumentos financeiros por categoria

	Activos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados	Derivados designados como instrumentos de cobertura	Empréstimos e contas a receber	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Total activos e passivos financeiros	Activos e passivos não financeiros	Total activos e passivos
2017								
Activos								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	681.333	-	-	681.333	-	681.333
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	1.417	-	1.417	-	1.417
Devedores, acréscimos e diferimentos	-	-	395.744	-	-	395.744	103.472	499.216
Instrumentos financeiros derivados	294	227	-	-	-	521	-	521
Outros activos não financeiros	-	-	-	-	-	-	5.259.328	5.259.328
Total de activos	294	227	1.077.077	1.417	-	1.079.015	5.362.800	6.441.815
Passivos								
Empréstimos obtidos	-	-	-	-	537.267	537.267	-	537.267
Instrumentos financeiros derivados	269	2.536	-	-	-	2.805	-	2.805
Credores, acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	3.409.641	3.409.641	253.431	3.663.072
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	-	-	225.478	225.478
Total de passivos	269	2.536	-	-	3.946.908	3.949.713	478.909	4.428.622
2016								
Activos								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	643.512	-	-	643.512	-	643.512
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	1.000	-	1.000	-	1.000
Devedores, acréscimos e diferimentos	-	-	322.025	-	-	322.025	101.941	423.966
Instrumentos financeiros derivados	-	1.277	-	-	-	1.277	-	1.277
Outros activos não financeiros	-	-	-	-	-	-	4.615.887	4.615.887
Total de activos	-	1.277	965.537	1.000	-	967.814	4.717.828	5.685.642
Passivos								
Empréstimos obtidos	-	-	-	-	339.410	339.410	-	339.410
Instrumentos financeiros derivados	-	610	-	-	-	610	-	610
Credores, acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	2.945.327	2.945.327	221.993	3.167.320
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	-	-	187.791	187.791
Total de passivos	-	610	-	-	3.284.737	3.285.347	409.784	3.695.131

3 Reporte por segmentos de actividade

Os segmentos operacionais são reportados consistentemente com o reporting interno que é produzido e disponibilizado aos Órgãos de Gestão, nomeadamente à Direcção Executiva e ao Conselho de Administração. Com base nesse reporte, os Órgãos de Gestão avaliam o desempenho de cada segmento e procedem à alocação dos recursos disponíveis.

A Gestão efectua o acompanhamento do desempenho das suas operações numa perspectiva geográfica e de acordo com a natureza do negócio. Considerando esta última perspectiva, foram identificados os segmentos de Retalho Portugal, Cash & Carry Portugal e Retalho Polónia. Para além destes, existem ainda outros negócios, que, no entanto, pela sua reduzida materialidade, não são reportados isoladamente.

A Gestão avalia o desempenho dos segmentos com base na informação sobre resultados antes de juros e impostos (EBIT). Esta mensuração exclui os efeitos de outras perdas e ganhos operacionais (ver nota 4.1).

As transacções entre segmentos são realizadas em condições normais de mercado, conforme descrito na nota 27.1., seguindo as mesmas políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo no tratamento de transacções com entidades não relacionadas.

Reconhecimento de proveitos

Os proveitos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos, inerentes à posse dos activos vendidos, são transferidos para o comprador.

No segmento de Retalho as vendas são reconhecidas com a venda directa ao cliente em loja, a pronto pagamento. Relativamente aos custos a suportar com devoluções devido à falta de qualidade do produto estes são estimados à data da venda com base na informação histórica.

Os proveitos associados com as prestações de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transacção à data de balanço. Os proveitos relativos a descontos comerciais obtidos nas compras de mercadorias são reconhecidos à medida que as mesmas são vendidas, como dedução ao custo das mercadorias vendidas.

Os segmentos operacionais identificados foram:

- Retalho Portugal: inclui a unidade de negócio JMR (supermercados Pingo Doce);
- Cash & Carry Portugal: inclui a unidade de negócio por grosso do Recheio;
- Retalho Polónia: contém a unidade de negócio da insígnia Biedronka;
- Outros, eliminações e ajustamentos: inclui i. as unidades de negócio de menor materialidade (Cafetarias e lojas de chocolates, negócio Agro-Alimentar em Portugal, Retalho de Saúde e Beleza na Polónia e o negócio do Retalho na Colômbia); ii. as empresas que compõem a Holding do Grupo; e iii. os ajustamentos de consolidação do Grupo.

Informação detalhada referente aos segmentos operacionais em Dezembro de 2017 e 2016

	Retalho Portugal		Cash & Carry Portugal		Retalho Polónia		Outros, eliminações e ajustamentos		Total JM Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Vendas e prestação de serviços	4.060.684	3.914.632	945.166	880.826	11.074.700	9.781.348	195.600	44.932	16.276.150	14.621.738
Inter-segmentos	385.852	351.085	4.853	3.906	1.449	1.487	(392.154)	(356.478)	-	-
Clientes Externos	3.674.832	3.563.547	940.313	876.920	11.073.251	9.779.861	587.754	401.410	16.276.150	14.621.738
Cash flow operacional (EBITDA)	188.465	191.626	50.309	47.140	804.961	707.421	(121.735)	(84.368)	922.000	861.819
Depreciações e amortizações	(97.530)	(95.095)	(13.695)	(12.908)	(194.100)	(169.922)	(25.541)	(16.324)	(330.866)	(294.249)
Resultado operacional (EBIT)	90.935	96.531	36.614	34.232	610.861	537.499	(147.276)	(100.692)	591.134	567.570
Outras perdas e ganhos operacionais									(13.940)	(31.994)
Resultados financeiros									(12.377)	208.619
Imposto do exercício									(152.236)	(129.969)
Resultado líquido atribuível a JM									385.356	593.218
Total de activos	1.789.365	1.733.533	399.904	351.026	3.743.785	3.063.023	508.761	538.060	6.441.815	5.685.642
Total de passivos	1.335.184	1.226.101	389.210	305.006	2.762.900	2.210.170	(58.672)	(46.146)	4.428.622	3.695.131
Investimento em activos fixos	101.780	136.839	28.453	30.420	353.850	232.895	238.199	82.292	722.282	482.446

Reconciliação entre EBIT e resultados operacionais

	2017	2016
EBIT	591.134	567.570
Outras perdas e ganhos operacionais	(13.940)	(31.994)
Resultados operacionais	577.194	535.576

Activos financeiros com risco de crédito por segmento

O quadro abaixo apresenta a exposição do Grupo de acordo com os valores de balanço dos activos financeiros, caracterizados por segmentos operacionais.

	Retalho Portugal		Cash & Carry Portugal		Retalho Polónia		Outros, eliminações e ajustamentos		Total JM Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	71.587	43.950	23.096	16.449	460.053	268.119	126.597	314.994	681.333	643.512
Inv. fin. disponíveis para venda	279	219	1.133	696	-	-	5	85	1.417	1.000
Devedores, acréscimos e diferimentos	89.927	90.943	47.429	43.428	283.718	215.376	(25.330)	(27.722)	395.744	322.025
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	227	-	294	1.277	521	1.277
Total	161.793	135.112	71.658	60.573	743.998	483.495	101.566	288.634	1.079.015	967.814

Informação por geografia

No quadro abaixo são apresentadas as vendas e prestações de serviços e os activos não correntes por geografia:

	Vendas e prestações de serviços		Activos não correntes ⁽¹⁾	
	2017	2016	2017	2016
Portugal	4.629.877	4.482.173	1.609.587	1.536.124
Polónia	11.240.890	9.903.843	2.410.932	2.137.212
Colômbia	405.383	235.722	279.070	150.959
Total	16.276.150	14.621.738	4.299.589	3.824.295

(1) Incluem Activos fixos tangíveis, Activos intangíveis e Propriedades de investimento

4 Custos operacionais por natureza

Custos operacionais por natureza

Os custos operacionais por natureza incluem:

- custo das mercadorias vendidas, deduzido de rappel de fornecedores e descontos obtidos relacionados com a actividade comercial e com publicidade em loja. Inclui ainda as matérias-primas consumidas no fabrico de produtos pelas companhias;
- custos de distribuição relacionados com a actividade principal de retalho em loja, logística e armazenagem;
- custos administrativos, relativos às actividades de suporte nos escritórios;
- outras perdas e ganhos operacionais.

Outras perdas e ganhos operacionais

Incluem outras perdas e ganhos operacionais que pela sua materialidade ou natureza possam distorcer o desempenho financeiro do Grupo, bem como a sua comparabilidade, sendo por isso apresentados em linha separada da Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções. Estas perdas ou ganhos são excluídas dos indicadores de desempenho operacional adoptados pela Gestão.

	2017	2016
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	12.798.905	11.491.109
Varição de produção	(4.430)	(930)
Descontos pronto pagamento líquidos e juros pagos a fornecedores	(23.621)	(24.240)
Comissões sobre meios de pagamento electrónicos	28.962	24.543
Outros custos suplementares	3.078	5.274
Fornecimentos e serviços externos	594.822	546.416
Publicidade	114.748	88.300
Rendas & alugueres	359.515	331.922
Custos com pessoal	1.306.131	1.153.063
Depreciações e amortizações	330.910	294.327
Ganhos/perdas com activos tangíveis e intangíveis	10.028	15.133
Custos de transporte	169.046	150.824
Outras naturezas de ganhos e perdas	10.862	10.421
Total	15.698.956	14.086.162

4.1 Outras perdas e ganhos operacionais

Os custos operacionais por natureza incluem as seguintes outras perdas e ganhos operacionais consideradas materiais, as quais são excluídas dos indicadores de desempenho do Grupo por forma a permitir uma maior comparabilidade entre os vários períodos:

	2017	2016
Processos de contencioso legal	-	(77)
Custos com programas de reestruturação organizacional	(7.442)	(5.763)
Write-off de activos e ganhos/perdas na alienação de activos fixos	(3.836)	(9.041)
Alterações aos planos de benefícios de empregados e pressupostos actuariais	338	(15.362)
Donativos para mecenato educacional	(3.000)	(1.000)
Outros	-	(751)
Total	(13.940)	(31.994)

5 Empregados

5.1 Custos com pessoal

	2017	2016
Ordenados e salários	1.002.167	893.853
Segurança Social	208.443	172.576
Benefícios de empregados (nota 5.2)	7.998	23.289
Outros custos com pessoal	87.523	63.345
Total	1.306.131	1.153.063

Os outros custos com pessoal englobam seguros de acidentes de trabalho, acção social, formação, contratações ocasionais e indemnizações.

O número médio de empregados do Grupo ao longo do ano foi de 98.729 (2016: 91.943).

O número de empregados no final do ano foi de 104.203 (2016: 96.233).

5.2 Benefícios dos empregados

Benefícios pós-emprego (reforma)

Planos de contribuição definida

Os planos de contribuição definida são planos de pensões para os quais o Grupo efectua contribuições definidas a entidades independentes (fundos) e relativamente aos quais não tem obrigação legal ou construtiva de pagar qualquer contribuição adicional no momento em que os empregados usufruam dos referidos benefícios.

As contribuições consistem numa percentagem da remuneração fixa e variável auferida pelos empregados incluídos no plano, a qual se encontra definida no Regulamento do mesmo e que varia apenas em função da antiguidade dos seus beneficiários.

O Grupo incentiva os seus empregados a participar na sua própria reforma. Assim sendo, os fundos encontram-se abertos a contribuições particulares dos empregados, não havendo quaisquer garantias dadas pelo Grupo sobre as mesmas.

As contribuições do Grupo para planos de contribuição definida são contabilizadas como custo no período em que são devidas.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefício definido são planos de pensões nos quais o Grupo garante a atribuição de um determinado benefício aos empregados integrados no plano, no momento em que estes se reformarem, sendo as respectivas responsabilidades asseguradas directamente pelo Grupo.

O passivo reconhecido no balanço em relação aos planos de pensões de benefício definido é o valor presente das responsabilidades com benefícios definidos no final do período de referência. A responsabilidade com benefícios definidos é calculada anualmente por actuários independentes, usando o método das rendas vitalícias imediatas, tendo em conta que os planos incluem apenas empregados reformados. O valor presente da responsabilidade com benefícios definidos é determinado descontando as estimativas de saídas de caixa futuras usando taxas de

juro de obrigações corporativas de elevada qualidade que são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos dos prazos do passivo relacionado.

Não existe reconhecimento de custos de serviço corrente uma vez que os planos actuais de benefício definido apenas incluem ex-empregados reformados. O juro líquido é reconhecido na demonstração de resultados numa base anual.

Remensurações (ganhos e perdas actuariais) decorrentes dos ajustamentos de experiência e nas alterações de pressupostos actuariais são debitados ou creditados nos capitais próprios em outros rendimentos integrais no período em que ocorrem.

Quando haja lugar a alterações aos planos de benefícios definidos atribuídos, os custos com serviços passados consideram-se imediatamente vencidos e são reconhecidos imediatamente na demonstração de resultados.

Outros benefícios

Prémios de antiguidade

O programa de prémios de antiguidade existente em algumas empresas do Grupo engloba uma componente de contribuição definida e outra de benefício definido.

A componente de contribuição definida consiste na atribuição de um seguro de vida aos colaboradores englobados neste programa, a partir de determinado número de anos de serviço. Este benefício é atribuído apenas quando os colaboradores atingem a antiguidade definida no programa, pelo que os custos relacionados com esta componente são reconhecidos no exercício a que dizem respeito.

A componente de benefício definido consiste na atribuição de um prémio no ano em que os colaboradores completam determinado número de anos de serviço. Nestes termos, as responsabilidades com esta componente são determinadas anualmente com base em cálculo actuarial, efectuado por uma entidade especializada e independente.

São reconhecidos como custos do exercício a componente de custos com serviços correntes, o juro líquido assim como as remensurações (ganhos ou perdas actuariais).

No ano de 2016 a componente de benefício do programa de prémios de antiguidade foi estendida às subsidiárias da Polónia, tendo-se reforçado o montante das provisões para benefícios de empregados – prémios de antiguidade, em resultado do reconhecimento dos serviços passados.

Valores reflectidos em balanço na rubrica de benefícios concedidos a empregados:

	2017	2016
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo do Grupo	19.707	19.636
Prémios de antiguidade	46.775	42.187
Total	66.482	61.823

Valores reflectidos na demonstração dos resultados na rubrica de custos com pessoal e remensurações reflectidas nos capitais próprios em outros rendimentos integrais:

	Demonstração dos resultados		Outros rendimentos integrais	
	2017	2016	2017	2016
Benefícios de reforma - Plano de contribuição definida	697	585	-	-
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo do Grupo	264	359	1.385	643
Prémios de antiguidade	7.037	22.345	-	-
Total	7.998	23.289	1.385	643

Apresenta-se de seguida as alterações ocorridas em cada um dos planos:

	Planos de contribuição definida para colaboradores no activo		Planos de benefício definido para ex-colaboradores		Outros benefícios de longo prazo concedidos a colaboradores	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Saldo em 1 de Janeiro	-	-	19.636	21.843	42.187	21.065
Aquisições/Alienações de negócios	-	-	-	(1.585)	-	(155)
Custos com juros	-	-	264	359	1.030	393
Custos dos serviços passados	-	-	-	-	-	19.679
Custos dos serviços correntes	697	585	-	-	6.414	1.999
(Ganhos)/perdas actuariais						
Alterações em pressupostos demográficos	-	-	-	-	12	-
Alterações em pressupostos financeiros	-	-	922	552	1.011	570
Alterações de experiência	-	-	463	91	(1.430)	(296)
Contribuições ou reformas pagas	(697)	(585)	(1.578)	(1.624)	(3.550)	(857)
Diferenças de conversão cambial	-	-	-	-	1.101	(211)
Saldo em 31 de Dezembro	-	-	19.707	19.636	46.775	42.187

Pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades dos planos de benefício definido e outros benefícios de longo prazo:

	Portugal		Polónia	
	2017	2016	2017	2016
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90	GUS 2015	GUS 2013
Taxa de desconto	1,30%	1,40%	3,10%	2,90%
Taxa de crescimento das pensões e dos salários	3,00%	2,50%	4% - 6%	4% - 6%

Os pressupostos de mortalidade utilizados correspondem aos usualmente adoptados em Portugal e na Polónia, tendo sido baseados em aconselhamento dos actuários e de acordo com estatísticas publicadas e a experiência de cada geografia. A análise de sensibilidade aos pressupostos está descrita na nota 2.6.

Pagamentos futuros esperados

A maturidade expectável para os próximos 10 anos associada às responsabilidades para com os planos de benefício definido é a que se apresenta:

	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo do Grupo	1.501	5.267	4.778
Prémios de antiguidade	4.293	16.577	42.694
Total	5.794	21.844	47.472

6 Custos financeiros líquidos

Os custos financeiros líquidos representam juros de empréstimos obtidos, juros de investimentos efectuados, dividendos, ganhos e perdas cambiais em operações financeiras, ganhos e perdas resultantes da alteração de valor de activos financeiros mensurados pelo seu justo valor através de resultados e, custos e proveitos com operações de financiamento. Os custos financeiros líquidos são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

Dividendos a receber

Os dividendos a receber são reconhecidos como proveitos quando é estabelecido o direito ao seu recebimento.

	2017	2016
Juros suportados	(15.157)	(12.833)
Juros obtidos	3.512	1.909
Dividendos	79	63
Diferenças de câmbio	3.923	(3.090)
Outros custos e proveitos financeiros	(4.078)	(3.405)
Justo valor de investimentos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos financeiros derivados (nota 12)	(445)	-
Total	(12.166)	(17.356)

Na rubrica de juros suportados estão incluídos os juros relativos aos empréstimos mensurados ao custo amortizado, bem como os juros de derivados de cobertura de justo valor e de cobertura de fluxos de caixa (nota 12).

Os outros custos e proveitos financeiros incluem, entre outros, custos com a emissão de dívida do Grupo, reconhecida em resultados através do método da taxa de juro efectiva.

7 Ganhos na alienação de negócios

	2017	2016
Valor recebido líquido de custos incorridos com a alienação	-	303.464
Investimento em joint ventures e associadas alienados	-	(84.038)
Activos líquidos dos restantes negócios alienados	-	2.581
Caixa e equivalentes de caixa dos negócios alienados	-	(1.329)
Total	-	220.678

Em 2016 o Grupo alienou a sua subsidiária Monterroio – Industry & Services Investments B.V., tendo procedido posteriormente à recompra da participação em duas subsidiárias desta última: Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A. (100%) e Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitaria, S.A. (51%).

O Grupo reconheceu com estas transacções um ganho de m EUR 220.678, conforme apresentado no quadro acima.

Do total dos investimentos em joint ventures e associadas alienados, m EUR 83.367 são relativos às joint ventures Unilever Jerónimo Martins e Gallo Worldwide (nota 13).

8 Imposto reconhecido na demonstração dos resultados

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando se relaciona com ganhos ou perdas relevadas em outros rendimentos integrais ou directamente nos capitais próprios. Se for este o caso, o imposto é reconhecido nas mesmas rubricas.

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Não é calculado imposto diferido sobre o Goodwill e sobre as diferenças de reconhecimento inicial de um activo e passivo quando não são afectados, nem o resultado contabilístico, nem o fiscal.

A base tributável dos activos e passivos é determinada por forma a reflectir as consequências de tributação derivadas da forma pela qual o Grupo estima, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa que é esperado vigorar no exercício em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros tributáveis futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e desreconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua recuperação.

Para todas as transacções que incorporam incerteza relativamente ao seu tratamento fiscal e para todos os processos de contencioso fiscal, procede-se a uma avaliação da probabilidade de desfecho, constituindo-se provisões para os montantes que se estima possam representar desembolsos futuros (sempre a probabilidade de

ocorrência seja superior a 50%), ou, procedendo-se ao seu pagamento, sempre que se entenda que essa é a melhor forma de proteger os interesses do Grupo.

8.1 Imposto sobre rendimento do exercício

	2017	2016
Imposto corrente		
Imposto corrente do exercício	(165.818)	(129.693)
Excesso/(insuficiência) de exercícios anteriores	762	1.879
	(165.056)	(127.814)
Imposto diferido		
Diferenças temporárias originadas e revertidas no exercício	24.989	9.195
Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças temp. de exerc. anteriores	(494)	(625)
	24.495	8.570
Outros ganhos/perdas relativos a impostos		
Impacto da revisão de estimativas relativas ao contencioso fiscal	(11.675)	(10.725)
	(11.675)	(10.725)
Total de imposto sobre o rendimento do exercício	(152.236)	(129.969)

8.2 Reconciliação da taxa efectiva de imposto

	2017		2016	
Resultados antes de imposto		564.817		744.195
Imposto calculado à taxa aplicável em Portugal	22,5%	(127.084)	22,5%	(167.444)
Efeito fiscal gerado por:				
Diferença de taxa de imposto aplicável noutros países	(6,1%)	34.452	(3,7%)	27.173
Resultados não tributados ou não recuperáveis	7,2%	(40.769)	(3,1%)	22.787
Revisão de estimativas relativas a contencioso fiscal	2,1%	(11.675)	1,4%	(10.725)
Custos não dedutíveis e benefícios fiscais	0,3%	(1.526)	0,2%	(1.526)
Correcção da estimativa de anos anteriores	(0,1%)	762	(0,3%)	1.879
Equivalência patrimonial	-	-	(0,2%)	1.600
Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças temporárias de exercícios anteriores	(0,0%)	58	(0,0%)	198
Resultados sujeitos a tributação autónoma e outras formas de tributação	1,1%	(6.454)	0,5%	(3.911)
Imposto do exercício	27,0%	(152.236)	17,5%	(129.969)

Em 2016 a taxa efectiva de imposto está influenciada de forma significativa pelo ganho com a alienação da Monterroio - Industry & Services Investments B.V. (nota 7). Excluindo o efeito desta alienação, a taxa efectiva de imposto em 2016 seria de 24,8%.

Em 2017 e 2016, a taxa de imposto sobre o rendimento (IRC) aplicada às sociedades a operar em Portugal foi de 21%. Para as sociedades que apresentam resultados fiscais positivos é aplicada adicionalmente uma taxa de 1,5% a título de derrama municipal e uma taxa de derrama estadual de 3%, 5% e 7% para lucros fiscais superiores a m EUR 1.500, m EUR 7.500 e m EUR 35.000, respectivamente, mantendo-se os patamares de derrama estadual de 2016.

Na Polónia, para 2017 e 2016, a taxa de imposto sobre o rendimento aplicada aos lucros fiscais foi de 19%.

Na Colômbia, a taxa de imposto sobre o rendimento foi de 34% em 2017 e 2016. Não havendo resultados fiscais positivos, é aplicada uma taxa de imposto de 3% sobre o valor do património líquido, nos termos do acordo de estabilidade fiscal celebrado.

8.3 Impostos diferidos activos e passivos

	2017	2016
Saldo inicial	10.014	1.718
Diferenças de conversão cambial	(275)	287
Reavaliações e reservas	212	156
Aquisição/alienação de negócios	-	(717)
Resultado do exercício (nota 8.1)	24.495	8.570
Saldo final	34.446	10.014

Os impostos diferidos são apresentados no balanço da seguinte forma:

	2017	2016
Impostos diferidos activos	106.025	69.756
Impostos diferidos passivos	(71.579)	(59.742)
	34.446	10.014

2017	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	Aquisição/alienação de negócios	Diferenças cambiais	Saldo final
Impostos diferidos activos						
Provisões além dos limites legais	48.083	8.558	-	-	2.568	59.209
Actualização de activos para o justo valor	4.934	45	-	-	-	4.979
Benefícios concedidos a empregados	9.504	307	312	-	-	10.123
Outras diferenças temporárias	7.235	24.296	-	-	183	31.714
	69.756	33.206	312	-	2.751	106.025
Impostos diferidos passivos						
Actualização de activos para o justo valor	663	(10)	-	-	-	653
Proveitos diferidos para efeitos fiscais	44.518	8.715	-	-	2.358	55.591
Diferenças de critérios contabilísticos em outros países	12.011	-	-	-	671	12.682
Instrumentos de cobertura	(56)	-	100	-	(1)	43
Outras diferenças temporárias	2.606	6	-	-	(2)	2.610
	59.742	8.711	100	-	3.026	71.579
Variação líquida de imposto diferido	10.014	24.495	212	-	(275)	34.446
2016	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	Aquisição/alienação de negócios	Diferenças cambiais	Saldo final
Impostos diferidos activos						
Provisões além dos limites legais	34.251	15.119	-	(132)	(1.155)	48.083
Actualização de activos para o justo valor	2.936	1.998	-	-	-	4.934
Benefícios concedidos a empregados	9.234	516	145	(391)	-	9.504
Outras diferenças temporárias	9.824	(2.165)	(67)	(194)	(163)	7.235
	56.245	15.468	78	(717)	(1.318)	69.756
Impostos diferidos passivos						
Actualização de activos para o justo valor	665	(2)	-	-	-	663
Proveitos diferidos para efeitos fiscais	38.315	7.394	-	-	(1.191)	44.518
Diferenças de critérios contabilísticos em outros países	12.423	-	-	-	(412)	12.011
Instrumentos de cobertura	23	-	(78)	-	(1)	(56)
Outras diferenças temporárias	3.101	(494)	-	-	(1)	2.606
	54.527	6.898	(78)	-	(1.605)	59.742
Variação líquida de imposto diferido	1.718	8.570	156	(717)	287	10.014

8.4 Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais

O Grupo não reconheceu impostos diferidos activos sobre prejuízos fiscais de sociedades nas quais não se estima, com razoável segurança, a ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para assegurar a recuperabilidade do referido imposto no curto e/ou médio prazo. O montante de imposto diferido activo que não foi reconhecido é apresentado no quadro seguinte:

Limite de reporte de prejuízos fiscais	Imposto	
	2017	2016
2017	-	748
2018	3.231	3.387
2019	5.006	4.742
2020	7.050	6.618
2021	6.905	5.783
2022 ou posterior	87.315	56.031
Total	109.507	77.308

9 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo histórico líquido das respectivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

O custo histórico inclui o custo de aquisição e qualquer outra despesa incorrida que seja directamente atribuível à aquisição do activo.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes activos fixos são registados como custos do exercício em que ocorrem. O custo com grandes reparações e remodelações de lojas é incluído no valor contabilístico do activo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos adicionais. Aquando da sua capitalização, a vida útil estimada do activo tem em consideração as características da remodelação. Se a loja estiver arrendada, a vida útil não irá exceder o período do contrato de arrendamento.

Depreciações

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal em função da vida útil estimada para cada tipo de bem. As taxas de depreciação anuais mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Terrenos	Não depreciados
Edifícios e outras construções	2-4
Equipamento básico	10-20
Equipamento de transporte	12,5-25
Equipamento administrativo	10-25

As vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas se necessário, à data do balanço. Não são considerados valores residuais, uma vez que é intenção do Grupo utilizar os activos até ao final da sua vida económica.

9.1 Movimentos ocorridos no exercício

2017	Terrenos e recursos naturais *	Edifícios e outras construções	Equipamento básico e ferramentas	Equipamento de transporte e outros	Activos em curso e adiantamentos	Total
Custo						
Saldo Inicial	446.754	2.833.353	1.571.798	232.671	289.153	5.373.729
Diferenças cambiais	12.325	73.243	35.753	4.794	54	126.169
Aumentos	29.510	248.090	161.449	16.815	253.351	709.215
Alienações e abates	(44)	(24.287)	(71.699)	(6.914)	(1.991)	(104.935)
Transferências e reclassificações	6.472	97.386	18.486	6.731	(130.261)	(1.186)
Saldo final	495.017	3.227.785	1.715.787	254.097	410.306	6.102.992
Depreciações e perdas por imparidade						
Saldo Inicial	-	1.091.934	1.081.465	176.970	-	2.350.369
Diferenças cambiais	-	27.953	22.354	3.895	-	54.202
Aumentos	-	149.476	146.473	21.621	-	317.570
Alienações e abates	-	(19.758)	(66.731)	(6.826)	-	(93.315)
Transferências e reclassificações	-	(323)	232	(578)	-	(669)
Saldo final	-	1.249.282	1.183.793	195.082	-	2.628.157
Valor líquido						
Em 1 de Janeiro de 2017	446.754	1.741.419	490.333	55.701	289.153	3.023.360
Em 31 de Dezembro de 2017	495.017	1.978.503	531.994	59.015	410.306	3.474.835

*O saldo inicial de terrenos e recursos naturais é apresentado líquido de imparidades

2016	Terrenos e recursos naturais *	Edifícios e outras construções	Equipamento básico e ferramentas	Equipamento de transporte e outros	Activos em curso e adiantamentos	Total
Custo						
Saldo Inicial	447.317	2.649.510	1.524.879	219.960	224.452	5.066.118
Diferenças cambiais	(7.296)	(41.799)	(20.758)	(2.729)	(981)	(73.563)
Aumentos	3.220	175.799	111.621	23.603	162.338	476.581
Alienações e abates	(101)	(11.661)	(58.403)	(13.293)	(1.981)	(85.439)
Transferências e reclassificações	11.629	62.219	14.464	5.527	(94.675)	(836)
Aquisições/Alienações de negócios	-	(715)	(5)	(397)	-	(1.117)
Saldo final	454.769	2.833.353	1.571.798	232.671	289.153	5.381.744
Depreciações e perdas por imparidade						
Saldo Inicial	-	980.185	1.018.510	177.310	-	2.176.005
Diferenças cambiais	-	(14.852)	(11.648)	(2.344)	-	(28.844)
Aumentos	-	136.482	128.400	15.534	-	280.416
Alienações e abates	-	(8.908)	(53.499)	(13.184)	-	(75.591)
Transferências e reclassificações	-	(371)	(293)	(2)	-	(666)
Aquisições/Alienações de negócios	-	(602)	(5)	(344)	-	(951)
Perdas por imparidade	8.015	-	-	-	-	8.015
Saldo final	8.015	1.091.934	1.081.465	176.970	-	2.358.384
Valor líquido						
Em 1 de Janeiro de 2016	447.317	1.669.325	506.369	42.650	224.452	2.890.113
Em 31 de Dezembro de 2016	446.754	1.741.419	490.333	55.701	289.153	3.023.360

*O saldo inicial de terrenos e recursos naturais é apresentado líquido de imparidades

Os aumentos de activos fixos tangíveis correspondem aos investimentos do Grupo em expansão de novas lojas e centros de distribuição (51%), e em remodelações do parque de lojas existente. O programa de investimentos encontra-se melhor detalhado no Relatório Consolidado de Gestão.

As perdas por imparidade em terrenos em 2016 (m EUR 8.015), encontram-se reflectidas na linha da Demonstração dos resultados "Outros custos e perdas operacionais". Na nota 4.1 está incluído na linha de "Write-off de activos e ganho/perdas na alienação de activos fixos".

Não existem encargos financeiros capitalizados no valor dos activos fixos tangíveis.

9.2 Garantias

Não foram dados quaisquer activos tangíveis em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

9.3 Activos fixos tangíveis em curso

Estão considerados em activos tangíveis em curso essencialmente valores referentes à construção e remodelação de lojas e de centros de distribuição.

9.4 Testes de imparidade

Conforme referido na nota 2.5.1, o Grupo analisa à data de cada balanço se existem indicadores de eventuais perdas por imparidade em activos fixos tangíveis.

Havendo indicadores de eventuais perdas por imparidade num activo ou unidade geradora de caixa, o Grupo calcula o seu valor de uso de acordo com o método de *Discounted Cash Flow* (DCF).

Os valores de uso são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado, sendo elaboradas projecções, a cinco anos, de *cash flows* futuros para cada um dos activos ou unidades geradoras de caixa, baseados em planos de médio/longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

Essas estimativas são elaboradas considerando os seguintes pressupostos:

Áreas de negócio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
Retalho Portugal	8,3% (2016: 8,3%)	1% (2016: 1%)
Cash & Carry Portugal	8,3% (2016: 8,3%)	1% (2016: 1%)
Retalho Polónia	8,5% (2016: 8,5%)	1,5% (2016: 1,5%)
Retalho de Saúde e Beleza na Polónia	10,1% (2016: 10,1%)	1,5% (2016: 1,5%)
Retalho Especializado Portugal	8,3% a 10,5% (2016: 8,3% a 10,5%)	1% (2016: 1%)
Retalho Colômbia	11,7% (2016: 11,7%)	1,5% (2016: 1,5%)

A taxa de desconto adoptada corresponde ao custo médio ponderado do capital (WACC) estimado para cada um dos segmentos operacionais das diferentes geografias.

As taxas de crescimento na perpetuidade foram consideradas 1% para mercados maduros como é o caso de Portugal, e de 1,5% para o mercado Polaco e Colombiano, onde ainda é considerado existir um potencial de crescimento.

Os fluxos de caixa incorporam ainda os crescimentos anuais expectáveis das vendas, margens e custos operacionais de cada uma das áreas de negócio.

10 Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados pelo custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade (nota 2.5).

Os custos associados a Goodwill e Marcas Próprias gerados internamente são registados na conta de resultados à medida que são incorridos.

Despesas de investigação e desenvolvimento

As despesas de investigação, efectuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando é demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento e o Grupo tem a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso.

As despesas de desenvolvimento capitalizadas incluem custos de materiais utilizados e de mão-de-obra directa.

As licenças de software de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e conduzir à utilização do software específico, sendo amortizadas durante a sua vida útil estimada.

Os custos associados ao desenvolvimento ou manutenção de software são reconhecidos como despesas quando incorridos, excepto quando esses custos sejam directamente associados a projectos de desenvolvimento em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos como activos intangíveis incluídos no montante capitalizado das despesas de desenvolvimento.

Outros activos intangíveis

Despesas na aquisição de trespases, marcas, patentes e licenças são capitalizadas sempre que se estime a obtenção de benefícios económicos futuros e seja expectável a sua utilização pelo Grupo.

Activos intangíveis de vida útil indefinida

A marca Pingo Doce, para além do Goodwill, é o único activo intangível de vida útil indefinida, para o qual não existe um limite temporal a partir do qual se espere que deixe de gerar benefícios económicos para o Grupo. O Goodwill e os activos intangíveis com vida útil indefinida são testados para efeitos de imparidade à data do balanço e sempre que um determinado evento ou circunstância indique que o seu valor contabilístico possa não ser recuperável.

Amortizações

As amortizações são reconhecidas na demonstração dos resultados numa base linear durante o período estimado de vida útil dos activos intangíveis, excepto se a sua vida for considerada indefinida.

As amortizações dos activos intangíveis são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas de amortização anual mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Despesas de desenvolvimento	20-33,33
Software de computador	33,33
Trespases	5-6,66

Sempre que considere necessário, as vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas à data do balanço.

10.1 Movimentos ocorridos no exercício

2017	Goodwill	Despesas de desenvolv.	Software e prop. industrial e out. direitos	Trespases	Activos em curso	Total
Custo						
Saldo Inicial	629.902	32.416	119.102	132.789	4.684	918.893
Diferenças cambiais	16.730	1.293	5.483	4.956	227	28.689
Aumentos	-	2.414	1.634	2.323	6.696	13.067
Alienações e abates	-	-	-	(981)	(103)	(1.084)
Transferências e reclassificações	-	891	588	(32)	(955)	492
Saldo final	646.632	37.014	126.807	139.055	10.549	960.057
Amortizações e perdas por imparidade						
Saldo Inicial	-	29.285	17.488	85.137	-	131.910
Diferenças cambiais	-	1.196	465	3.084	-	4.745
Aumentos	-	1.816	2.953	8.571	-	13.340
Alienações e abates	-	-	-	(953)	-	(953)
Transferências e reclassificações	-	-	-	(25)	-	(25)
Saldo final	-	32.297	20.906	95.814	-	149.017
Valor líquido						
Em 1 de Janeiro de 2017	629.902	3.131	101.614	47.652	4.684	786.983
Em 31 de Dezembro de 2017	646.632	4.717	105.901	43.241	10.549	811.040

2016	Goodwill	Despesas de desenvolv.	Software e prop. industrial e out. direitos	Trespases	Activos em curso	Total
Custo						
Saldo Inicial	640.187	31.229	114.644	136.326	9.571	931.957
Diferenças cambiais	(10.285)	(759)	(3.162)	(3.048)	(256)	(17.510)
Aumentos	-	1.586	2.278	357	1.644	5.865
Alienações e abates	-	(128)	(133)	(1.228)	(5)	(1.494)
Transferências e reclassificações	-	488	5.551	382	(6.270)	151
Aquisições/Alienações de negócios	-	-	(76)	-	-	(76)
Saldo final	629.902	32.416	119.102	132.789	4.684	918.893
Depreciações e perdas por imparidade						
Saldo Inicial	-	28.545	14.692	78.924	-	122.161
Diferenças cambiais	-	(716)	(210)	(1.666)	-	(2.592)
Aumentos	-	1.570	3.217	9.124	-	13.911
Alienações e abates	-	(114)	(133)	(1.228)	-	(1.475)
Transferências e reclassificações	-	-	(2)	(17)	-	(19)
Aquisições/Alienações de negócios	-	-	(76)	-	-	(76)
Saldo final	-	29.285	17.488	85.137	-	131.910
Valor líquido						
Em 1 de Janeiro de 2016	640.187	2.684	99.952	57.402	9.571	809.796
Em 31 de Dezembro de 2016	629.902	3.131	101.614	47.652	4.684	786.983

O Grupo identificou como activos intangíveis de vida útil indefinida, para além do Goodwill, a marca Pingo Doce, com valor líquido de m EUR 9.228.

As despesas de desenvolvimento são relativas à implementação de sistemas de informação.

10.2 Garantias

Não foram dados quaisquer activos intangíveis em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

10.3 Activos intangíveis em curso

Estão considerados em activos intangíveis em curso valores referentes à implementação de projectos de simplificação de processos, direitos de usufruto e trespases.

10.4 Testes de imparidade do Goodwill e outros intangíveis

O Grupo tem o Goodwill alocado por cada área de negócio, sendo este composto da seguinte forma:

Áreas de Negócio	2017	2016
Retalho Portugal	246.519	246.519
Cash & Carry Portugal	83.836	83.836
Retalho Polónia	306.989	290.750
Retalho de Saúde e Beleza na Polónia	9.288	8.797
Total	646.632	629.902

Como consequência da conversão cambial dos activos dos negócios da Polónia:

- o Goodwill afecto ao negócio da Polónia (Biedronka), no montante de m PLN 1.282.278, sofreu uma actualização no valor de m EUR 16.239 positivos;
- o Goodwill afecto ao negócio do Retalho de Saúde e Beleza na Polónia (Hebe), no montante de m PLN 38.796, sofreu uma actualização no valor de m EUR 491 positivos.

As unidades geradoras de caixa utilizadas na realização dos testes de imparidade do Goodwill, correspondem aos segmentos de negócio, sendo esse o mais baixo nível pelo qual o Goodwill é monitorizado pela Gestão.

Em 2017 foram efectuadas avaliações com base no valor de uso calculado de acordo com o método de DCF, que sustentam a recuperabilidade do valor de Goodwill.

Os valores das avaliações são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado, tendo sido elaboradas projecções, a cinco anos, de cash flows futuros para cada um dos negócios, baseados em planos de médio/longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração, elaboradas com base na performance histórica de cada unidade de negócio, incorporando os impactos esperados dos seus planos de investimento, ponderados pelos riscos a que os negócios se encontram expostos.

A marca Pingo Doce não está a ser amortizada sendo sujeita anualmente a testes de imparidade, com os mesmos pressupostos que são utilizados para o Goodwill. O mesmo se aplica para os activos intangíveis em curso.

Estas avaliações foram elaboradas considerando os seguintes pressupostos:

Áreas de negócio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
Retalho Portugal	8,3% (2016: 8,3%)	1% (2016: 1%)
Cash & Carry Portugal	8,3% (2016: 8,3%)	1% (2016: 1%)
Retalho Polónia	8,5% (2016: 8,5%)	1,5% (2016: 1,5%)
Retalho de Saúde e Beleza na Polónia	10,1% (2016: 10,1%)	1,5% (2016: 1,5%)

A taxa de desconto adoptada corresponde ao WACC estimado para cada uma das áreas de negócio das diferentes geografias.

As taxas de crescimento na perpetuidade foram consideradas, de 1% para mercados maduros como é o caso de Portugal, e de 1,5% para o mercado Polaco, onde ainda é considerado existir um potencial de crescimento.

Os fluxos de caixa incorporam ainda os crescimentos anuais expectáveis das vendas, margens e custos operacionais de cada uma das áreas de negócio de acordo com os seus planos de negócio futuros.

A nota 2.6 apresenta a informação relativa à análise de sensibilidade aos testes de imparidade ao Goodwill.

11 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento referem-se a terrenos e edifícios e são valorizadas ao justo valor determinado por entidades especializadas e independentes, com qualificação profissional reconhecida e com experiência na avaliação de activos desta natureza.

O justo valor é baseado em valores de mercado, sendo este o montante pelo qual duas entidades independentes e interessadas estariam dispostas a transaccionar o activo.

A metodologia adoptada na avaliação e determinação dos justos valores consiste na aplicação do método comparativo de mercado, no qual o activo a avaliar é comparado com outros imóveis semelhantes e que exerçam a mesma função, transaccionados há pouco tempo no local ou zonas equiparáveis. Os valores de transacções conhecidas são ajustados para tornar pertinente a comparação sendo consideradas as variáveis de dimensão, localização, infra-estruturas existentes, estado de conservação e outras que possam ser, de alguma forma, relevantes.

Complementarmente, e em particular em casos em que seja difícil a comparação com transacções ocorridas, é utilizado o método de rentabilidade, em que se assume que o valor do património imobiliário corresponde ao valor actual de todos os direitos e benefícios futuros decorrentes da sua posse.

Para este efeito parte-se de uma estimativa de renda de mercado atendendo a todas as variáveis endógenas e exógenas do imóvel em avaliação, e considera-se uma yield que reflecte o risco de mercado em que o activo se insere, assim como as características do próprio activo objecto de avaliação. Assim, os pressupostos utilizados

na avaliação de cada activo variam de acordo com a sua localização e características técnicas tendo sido utilizada em média uma yield entre 8% e 9%.

Alterações ao justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas na demonstração dos resultados e incluídas em ganhos/perdas em outros investimentos, na medida em que se trata de activos detidos para valorização.

Sempre que, por alteração do uso esperado dos activos fixos tangíveis, estes sejam transferidos para a rubrica propriedades de investimento, os activos são mensurados ao justo valor e qualquer excesso apurado face ao valor contabilístico é registado como excedente de revalorização. Os ganhos e perdas subsequentes de revalorização (justo valor) são registados em resultados, de acordo com a IAS 40.

Se uma propriedade de investimento passar a ser utilizada nas actividades operacionais do Grupo, a mesma é transferida para activos fixos tangíveis e o justo valor à data da transferência passa a ser o seu custo de aquisição para efeitos contabilísticos.

	2017	2016
Saldo Inicial	13.952	20.387
Variações de justo valor	(238)	(3.562)
Alienações	-	(2.873)
Saldo Final	13.714	13.952

As propriedades de investimento referem-se a terrenos e edifícios inicialmente adquiridos para uso nas operações do Grupo e outros que foram efectivamente utilizados nessas operações durante um certo período de tempo, mas que se tornaram redundantes por não ser possível neles construir unidades geradoras de caixa, ou por se tornarem desnecessários para as operações devido a reestruturações das mesmas.

Encontram-se ainda nesta categoria terrenos adquiridos recentemente cujo destino ainda não foi definido, sendo que nestes termos se encontram para valorização.

Estão considerados como activos não correntes todos os activos para os quais não é expectável a sua alienação no período inferior a 12 meses.

Em 2017, o montante de rendimentos obtidos com propriedades de investimento ascendeu a m EUR 74 (m EUR 73 em 2016), tendo sido reconhecidos custos no montante de m EUR 29 (m EUR 33 em 2016).

12 Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados com o único objectivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra exposto. De acordo com as suas políticas financeiras, o Grupo não utiliza derivados para especulação.

Sempre que disponível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor é avaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa avaliação registados directamente na demonstração dos resultados, excepto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxo de caixa, cuja variação do justo valor é registada em capitais próprios, em reserva de cobertura de fluxo de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

Derivados de negociação

Apesar de os derivados contratados pelo Grupo corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos do IAS 39. Os instrumentos que não qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em resultados.

Contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;

- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa, os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

Risco de taxa de juro (cobertura de fluxos de caixa)

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de protecção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados. Na selecção de instrumentos são essencialmente valorizados os aspectos económicos dos mesmos. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira existente de derivados, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

As operações que qualifiquem como instrumentos de cobertura de fluxo de caixa são registadas no balanço pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos instrumentos são registadas em outros rendimentos integrais. As quantias acumuladas em capitais próprios são reclassificadas para resultados nos períodos em que os itens cobertos também afectam os resultados (por exemplo, quando uma transacção ou evento previsto que foi coberto se realiza). No entanto, tratando-se de uma cobertura de uma transacção futura que resulta no reconhecimento de um activo não financeiro (por exemplo: Existências), os ganhos ou perdas previamente diferidos em capital próprio são transferidos e incluídos na valorização inicial do activo.

Os ganhos ou perdas relacionados com a parte ineficaz são reconhecidos de imediato em resultados. Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos são reconhecidos à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em outros rendimentos integrais são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados.

Risco de taxa de câmbio (cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras)

No que respeita ao risco cambial, o Grupo prossegue uma política de cobertura natural recorrendo a financiamento em moeda local sempre que as condições de mercado (nomeadamente o nível das taxas de juro) o aconselhem.

A flutuação cambial associada a empréstimos em moeda estrangeira contraídos com o objectivo de cobertura de um investimento numa operação estrangeira é reconhecida directamente em reservas na rubrica de diferenças cambiais em outros rendimentos integrais (nota 2.2).

Os swaps cambiais contratados com vista à cobertura de investimentos em operações estrangeiras que qualifiquem como instrumentos de cobertura são registados no balanço pelo seu justo valor. Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos swaps cambiais são reconhecidas directamente em reservas na rubrica de diferenças cambiais (nota 2.2). Os ganhos e perdas acumulados em outros rendimentos integrais são transferidos para resultados do exercício quando as entidades estrangeiras são alienadas.

	Notional	2017				Notional	2016			
		Activo		Passivo			Activo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados de negociação										
Forwards cambiais - compra de mercadorias (PLN)	118 milhões PLN	-	-	269	-	-	-	-	-	
Forwards cambiais - empréstimos intercompanhias (PLN)	315 milhões PLN	294	-	-	-	-	-	-	-	
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa										
Swap taxa de juro (PLN)	189 milhões PLN	-	227	-	200 milhões PLN	-	-	-	293	
Derivados designados como cobertura de investimentos em operações estrangeiras										
Forwards cambiais (PLN)	600 milhões PLN	-	-	2.536	538 milhões PLN	1.277	-	317	-	
Total de derivados de negociação		294	-	269		-	-	-	-	
Total de derivados designados como cobertura		-	227	2.536		1.277	-	317	293	
Total de derivados activos/passivos		294	227	2.805		1.277	-	317	293	

Em Dezembro de 2017, estão incluídos nos valores apresentados os juros a receber ou a pagar vencidos até à data relativos a estes instrumentos financeiros no montante líquido a pagar de m EUR 0 (2016: m EUR 1).

Instrumentos financeiros derivados de negociação

Forwards cambiais

O Grupo procede à cobertura económica do risco cambial da sua exposição inerente à compra de mercadorias em moeda estrangeira. Para esse efeito, o Grupo contratou em 2017 *forwards* cambiais, com vencimentos no primeiro trimestre de 2018, com um notional de m PLN 118.030.

O Grupo procede ainda à cobertura económica do risco cambial de empréstimos concedidos a subsidiárias em moeda estrangeira. Para esse efeito, o Grupo contratou em 2017 *forwards* cambiais, com vencimentos no primeiro trimestre de 2018, com um notional de m PLN 315.496.

Cobertura de fluxos de caixa

Swaps de taxa de juro

O Grupo procede à fixação de uma parte dos pagamentos futuros de juros de empréstimos, através da contratação de swaps de taxa de juro. O risco coberto é o indexante da taxa variável associada aos empréstimos. O objectivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa. O risco de crédito do empréstimo não se encontra coberto. No entanto, a avaliação efectuada ao risco de crédito da JMH e a sua incorporação no justo valor dos instrumentos financeiros derivados registados em balanço resultaria num impacto imaterial a 31 de Dezembro de 2017 e 2016. Estão contratados swaps de taxa de juro em zlotys.

Em resumo:

	Moeda	Montante financiamento	Montante coberto	Indextante coberto	Revisão de taxa	Maturidade financiamento e cobertura
JMNK/2020	PLN	377.763	188.882	Wibor 3 meses	Março	Junho 2020

Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras

Forwards cambiais

O Grupo procede à cobertura económica do risco cambial da sua exposição ao zloty. Para esse efeito, o Grupo contratou *forwards* cambiais, com vencimento em Março de 2018.

Reflexos nas Demonstrações Financeiras

	2017	2016
Justo valor dos instrumentos financeiros em 1 de Janeiro	667	157
(Recebimentos) /pagamentos efectuados no exercício	13.575	1.377
Varição do justo valor de derivados de negociação (resultados)	(445)	-
Varição do justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa (outras reservas)	527	(411)
Varição do justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa (diferenças cambiais)	(7)	(4)
Varição do justo valor de derivados de cobertura de invest. líquidos em entidades estrang. (reservas cambiais)	(16.550)	(390)
Custo com juros de derivados de cobertura (resultados)	(51)	(62)
Justo valor dos instrumentos financeiros em 31 de Dezembro	(2.284)	667

13 Partes de capital em joint ventures e associadas

As joint ventures e associadas encontram-se listadas na nota 30 e as alterações a estes investimentos foram as seguintes:

	Joint ventures		Associadas		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	-	75.789	-	689	-	76.478
Aplicação do método de equivalência patrimonial:						
Resultado do exercício	(13)	10.288	-	(17)	(13)	10.271
Dividendos e outros rendimentos recebidos	-	(2.711)	-	-	-	(2.711)
Outros aumentos/diminuições	1.570	-	-	-	1.570	-
Alienações de negócios (nota 7)	-	(83.367)	-	(672)	-	(84.039)
Aquisição de negócios	-	1	-	-	-	1
Saldo final	1.557	-	-	-	1.557	-

14 Existências

As existências são valorizadas ao menor, entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal das actividades, deduzido dos custos directamente associados à venda.

A sua valorização segue em geral o último preço de aquisição, sendo o método de custeio utilizado no registo das saídas de inventário o FIFO (*First In, First Out*).

Os produtos acabados e em vias de fabrico incluem na sua valorização as matérias-primas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

	2017	2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5.847	3.928
Mercadorias	883.667	749.951
Produtos acabados e intermédios	435	906
	889.949	754.785
Ajustamento para o valor de realização	(48.384)	(36.167)
Existências líquidas	841.565	718.618

Ajustamentos em existências para o valor de realização:

	2017	2016
Saldo em 1 de Janeiro	(36.167)	(29.400)
Constituição, reforço e transferências	(10.994)	(8.205)
Redução e reversões	2	579
Diferença cambial	(1.225)	597
Aquisições e reestruturação de negócios	-	262
Saldo em 31 de Dezembro	(48.384)	(36.167)

Não foram consignadas existências como garantia no cumprimento de obrigações contratuais.

15 Devedores, acréscimos e diferimentos

Os saldos de clientes e devedores são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pelo Grupo no curso normal das suas actividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo, deduzidos de perdas por imparidade (nota 2.5).

	2017	2016
Não correntes		
Outros devedores	74.664	75.987
Depósitos colaterais associados a dívida financeira	34.367	34.367
Custos diferidos	2.352	2.482
Total	111.383	112.836
Correntes		
Cientes comerciais	56.424	45.928
Outros devedores	122.316	93.117
Outros impostos a recuperar	16.019	11.364
Acréscimos de proveitos e custos diferidos	193.074	160.721
Total	387.833	311.130

Do total da rubrica de outros devedores não correntes, m EUR 73.544 respeitam a liquidações adicionais de imposto, bem como adiantamentos por conta de imposto, cujo reembolso foi já solicitado (nota 26).

O Grupo detém depósitos remunerados junto de instituições financeiras, no montante de m EUR 34.367, com disponibilidade limitada sujeita a condições específicas, estando a ser usados como garantia colateral em empréstimos financeiros à subsidiária Jeronimo Martins Colombia, SAS. Estes depósitos serão libertados aquando do reembolso dos empréstimos.

Os acréscimos de proveitos correspondem essencialmente ao reconhecimento de proveitos suplementares contratados com fornecedores, no montante de m EUR 182.494 (m EUR 148.502 em 2016).

A rubrica de custos diferidos é composta por m EUR 6.058 de rendas pagas antecipadamente, m EUR 1.372 de custos com seguros e m EUR 5.358 de outros custos imputáveis a exercícios futuros cujo pagamento foi efectuado ainda no exercício de 2017, ou que, não tendo sido pagos, já foram debitados pelas entidades competentes.

Devedores correntes com valores vencidos são sujeitos a uma análise de probabilidade de perdas futuras, com base em informação histórica, atendendo à natureza da relação comercial estabelecida, bem como às garantias reais e seguros de crédito existentes, sendo reconhecidos reforços/reversões dos ajustamentos para perdas por imparidade quando tal se justifique (ver nota 31.2.1).

A análise de antiguidade de saldos devedores que já se encontram vencidos é a seguinte:

	2017	2016
Saldos devedores não considerados em imparidade		
Vencidos há menos de 3 meses	26.789	23.516
Vencidos há mais de 3 meses	17.622	21.912
Total	44.411	45.428
Saldos devedores considerados em imparidade		
Vencidos há menos de 3 meses	1.100	284
Vencidos há mais de 3 meses	17.670	8.513
Total	18.770	8.797

Dos valores vencidos a receber sem imparidade acima mencionados, m EUR 1.368 (2016: m EUR 3.853) encontram-se cobertos por garantias e seguros de crédito.

Os movimentos na imparidade registada para saldos devedores foram os seguintes:

	2017	2016
Saldo em 1 de Janeiro	23.714	23.863
Constituição, reforço e transferências	2.286	2.562
Redução e reversões	(1.968)	(1.189)
Diferença cambial	471	(232)
Utilização	(308)	(1.111)
Aquisições e reestruturação de negócios	-	(179)
Saldo em 31 de Dezembro	24.195	23.714

As perdas e reversões por imparidade relativas a outros devedores encontram-se incluídas na nota 4 - Custos operacionais por natureza, nas rubricas de "Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas" no que diz respeito a disputas comerciais com fornecedores, no montante de m EUR (1.517) (2016: m EUR (1.585)), e na rubrica de "Outras naturezas de ganhos e perdas" quando relativas a clientes e outros devedores, no montante de m EUR 1.199 (2016: m EUR 212).

16 Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria com grande liquidez e com uma maturidade inicial de três meses ou inferior. No balanço do Grupo, os descobertos bancários são apresentados como empréstimos correntes no passivo.

	2017	2016
Depósitos à ordem	460.235	524.941
Aplicações de tesouraria	217.199	114.974
Caixa e equivalentes de caixa	3.899	3.597
Total	681.333	643.512

Os depósitos à ordem correspondem a valores em bancos para fazer face a necessidades correntes de tesouraria bem como a recebimentos de clientes em trânsito.

As aplicações de tesouraria correspondem a depósitos de curto prazo aplicados em instituições financeiras.

Os ratings associados aos depósitos à ordem e aplicações de tesouraria encontram-se detalhados na nota 31.2.1.

17 Caixa gerada pelas operações

	2017	2016
Resultados líquidos	385.356	593.218
Ajustamentos para:		
Interesses que não controlam	27.225	21.008
Impostos	152.236	129.969
Depreciações e amortizações	330.910	294.327
Provisões e outros custos e proveitos operacionais	13.003	31.619
Custos financeiros líquidos	12.166	17.356
Ganhos/perdas na alienação de negócios	-	(220.678)
Ganhos/perdas em empresas associadas	13	(10.271)
Ganhos/perdas em outros investimentos	198	4.974
Ganhos/perdas em activos fixos tangíveis e intangíveis	10.039	15.133
	931.146	876.655
Variações de capital circulante:		
Existências	(117.051)	(99.646)
Devedores, acréscimos e diferimentos	(9.593)	(2.160)
Credores, acréscimos e diferimentos	283.458	261.577
Total	1.087.960	1.036.426

18 Capital e reservas

Capital

A rubrica de capital refere-se ao valor nominal das acções ordinárias emitidas.

Os prémios de emissão são reconhecidos quando o valor de emissão de acções excede o seu valor nominal. Os custos com emissão de novas acções são reconhecidos directamente nesta rubrica, líquidos do respectivo imposto.

As acções próprias adquiridas são valorizadas pelo seu preço de aquisição e registadas como uma redução ao capital próprio. Quando essas acções são alienadas, o montante recebido, deduzido de eventuais custos directos de transacção e respectivo imposto, é reconhecido directamente em capital próprio.

Dividendos a pagar

Dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas Demonstrações Financeiras do Grupo no período em que são aprovados pelos accionistas para distribuição.

18.1 Capital social e prémio de emissão

O capital social autorizado é composto por 629.293.220 acções ordinárias (2016: 629.293.220).

Os detentores de acções ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral e têm direito a um voto por cada acção detida, não existindo acções preferenciais. Os direitos relativos às acções detidas em carteira pelo Grupo encontram-se suspensos até essas acções serem de novo colocadas no mercado.

No exercício não se verificaram movimentos em prémios de emissão de acções, mantendo-se o valor de m EUR 22.452.

18.2 Acções próprias

À data de 31 de Dezembro de 2017 o Grupo detinha 859.000 acções próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por acção, não tendo existido quaisquer transacções no exercício de 2017.

18.3 Dividendos

Os montantes distribuídos em 2017, de m EUR 434.582, correspondem a dividendos pagos aos accionistas da JMH no valor de m EUR 380.203 e aos interesses que não controlam que participam em Companhias do Grupo, no montante de m EUR 54.379.

18.4 Outras reservas e resultados retidos

Nas contas individuais da sociedade JMH é dada devida nota de todos os condicionalismos na utilização das reservas a distribuir e que compõem a situação patrimonial da Companhia, pelo que se recomenda a leitura expressa dessa informação.

19 Resultado por acção

O cálculo do resultado líquido por acção - básico e diluído - corresponde à divisão do lucro líquido atribuível aos accionistas pelo número médio ponderado de acções ordinárias.

19.1 Resultado básico e diluído por acção

	2017	2016
Acções ordinárias emitidas no início do ano	629.293.220	629.293.220
Acções próprias no início do ano	(859.000)	(859.000)
N.º médio ponderado de acções ordinárias	628.434.220	628.434.220
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas detentores de acções ordinárias	385.356	593.218
Resultado básico e diluído por acção – Euros	0,6132	0,9440

20 Empréstimos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transacção incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transacção incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o prazo dos empréstimos de acordo com o método do juro efectivo.

Os empréstimos são classificados como passivo corrente, a menos que o Grupo tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do balanço.

Os custos financeiros de empréstimos genéricos ou específicos directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de activos qualificáveis, que levam necessariamente um período substancial de tempo para ficar disponíveis para o uso pretendido, são adicionados ao custo de tais activos, até ao momento em que os activos ficam efectivamente prontos para o uso pretendido.

Os rendimentos obtidos com o investimento temporário de empréstimos específicos ainda não utilizados nos activos qualificáveis são deduzidos aos custos de empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos nos resultados do período em que são incorridos.

O Grupo tem contratado programas de papel comercial no montante total de m EUR 365.000, dos quais m EUR 165.000 são de tomada firme. As emissões são remuneradas à taxa Euribor para o prazo de emissão respetivo, adicionada de spreads variáveis. Ao longo do ano foram efectuadas algumas utilizações por prazos curtos, com

vista a colmatar necessidades de tesouraria pontuais e a utilização à data de 31 de Dezembro de 2017 era de m EUR 30.000.

Na sub-holding JMR, SGPS, S.A. e suas subsidiárias, procedeu-se ao reembolso do Empréstimo Obrigacionista JMR'15 no montante de m EUR 150.000, que terminou em Dezembro, e à contratação de um empréstimo bancário de m EUR 100.000, a 6 meses.

As linhas de curto prazo que a Jerónimo Martins Colombia detém junto de bancos locais foram aumentadas em mais de m COP 300.000.000, cerca de m EUR 85.000, com maturidade a um ano.

A empresa polaca Jerónimo Martins Nieruchomosci SKA negociou novas linhas de crédito, no valor total de m PLN 669.000, cerca de m EUR 160.000, com maturidade de um ano.

Tal como referido na nota 15, alguns dos financiamentos contraídos pela Jerónimo Martins Colombia encontram-se garantidos por depósitos bancários de outras companhias do Grupo.

20.1 Empréstimos correntes e não correntes

2017	Saldo inicial	Cash flows	Transfer.	Diferenças cambiais	Saldo final
Empréstimos não correntes					
Empréstimos bancários	111.823	132.822	(18.254)	5.117	231.508
Responsabilidades com locação financeira	3.006	5.464	(2.440)	224	6.254
Total	114.829	138.286	(20.694)	5.341	237.762
Empréstimos correntes					
Descobertos bancários	-	6	-	-	6
Empréstimos bancários	73.622	219.098	18.254	(13.448)	297.526
Empréstimos por obrigações	150.000	(150.000)	-	-	-
Responsabilidades com locação financeira	959	(1.482)	2.440	56	1.973
Total	224.581	67.622	20.694	(13.392)	299.505

2016	Saldo inicial	Cash flows	Transfer.	Diferenças cambiais	Saldo final
Empréstimos não correntes					
Empréstimos bancários	384.291	(102.475)	(165.699)	(4.294)	111.823
Empréstimos por obrigações	150.000	-	(150.000)	-	-
Responsabilidades com locação financeira	131	2.933	(25)	(33)	3.006
Total	534.422	(99.542)	(315.724)	(4.327)	114.829
Empréstimos correntes					
Descobertos bancários	8.831	(8.786)	-	(45)	-
Empréstimos bancários	114.491	(212.504)	165.699	5.936	73.622
Empréstimos por obrigações	-	-	150.000	-	150.000
Responsabilidades com locação financeira	188	754	25	(8)	959
Total	123.510	(220.536)	315.724	5.883	224.581

20.2 Termos e prazo de reembolso dos empréstimos

2017	Taxa média	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários					
Papel Comercial em EUR		30.000	30.000	-	-
Empréstimos em EUR		100.002	100.002	-	-
Empréstimos em PLN		233.678	8.354	225.324	-
Empréstimos em COP		165.354	159.170	6.184	-
Descobertos bancários		6	6	-	-
Responsabilidades com locações financeiras		8.227	1.973	6.019	235
Total	3,06%	537.267	299.505	237.527	235

2016	Taxa média	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários					
Empréstimos em PLN		90.846	5.191	85.655	-
Empréstimos em COP		94.599	68.431	25.166	1.002
Empréstimos por obrigações					
Empréstimos		150.000	150.000	-	-
Responsabilidades com locações financeiras		3.965	959	2.360	646
Total	2,74%	339.410	224.581	113.181	1.648

O aumento dos empréstimos resulta essencialmente do nível de investimentos em 2017, nomeadamente no retalho na Polónia (Biedronka) e no retalho na Colômbia (Ara), cujo financiamento em moeda local (zloty e peso Colombianos, respectivamente) explicam o incremento na taxa média de financiamento.

20.3 Dívida financeira

Tendo o Grupo contratado diversas operações de cobertura cambial e de taxa de juro, bem como efectuado algumas aplicações financeiras de curto prazo, o montante líquido da dívida financeira consolidada à data do balanço é o seguinte:

	2017	2016
Empréstimos não correntes (nota 20.1)	237.762	114.829
Empréstimos correntes (nota 20.1)	299.505	224.581
Instrumentos financeiros derivados (nota 12)	2.284	(667)
Acréscimos e diferimentos de juros	2.019	1.035
Depósitos à ordem (nota 16)	(460.235)	(524.941)
Aplicações de tesouraria (nota 16)	(217.199)	(114.974)
Depósitos colaterais associados a dívida financeira (nota 15)	(34.367)	(34.367)
Total	(170.231)	(334.504)

21 Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição de recursos, incorporando benefícios económicos, passível de estimativa razoável, seja exigida para liquidar a obrigação.

Provisão para custos de reestruturação

São constituídas provisões para custos de reestruturação sempre que um plano formal tenha sido aprovado pelo Grupo e este tenha sido iniciado ou anunciado publicamente.

Provisões para reestruturação incluem todas as responsabilidades a pagar com a implementação do referido plano, nomeadamente pagamentos de indemnizações a colaboradores. Estas provisões não incluem quaisquer perdas operacionais futuras estimadas ou ganhos estimados a obter na alienação de activos.

Provisão para processos em contencioso

Provisões relacionadas com processos em contencioso envolvendo Empresas do Grupo são constituídas de acordo com as avaliações de risco efectuadas pelo Grupo, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

2017	Saldo inicial	Constituição, reforço e transferências	Redução e reversões	Diferença cambial	Utilização	Aquisições/ Alienações de negócios	Saldo final
Impostos	11.076	7.493	(550)	-	-	-	18.019
Processos judiciais em curso	3.566	1.690	(791)	119	(256)	-	4.328
Outros	6.940	837	(809)	-	(7)	-	6.961
	21.582	10.020	(2.150)	119	(263)	-	29.308

2016	Saldo inicial	Constituição, reforço e transferências	Redução e reversões	Diferença cambial	Utilização	Aquisições/ Alienações de negócios	Saldo final
Impostos	72.576	12.496	(6.687)	-	(67.309)	-	11.076
Processos judiciais em curso	4.918	584	(1.725)	(77)	(133)	(1)	3.566
Outros	6.453	1.725	(998)	-	(32)	(208)	6.940
	83.947	14.805	(9.410)	(77)	(67.474)	(209)	21.582

A rubrica de provisões para impostos destina-se a cobrir os eventuais desembolsos futuros resultantes dos processos em contencioso fiscal descritos na nota 26. Tratam-se na sua globalidade de processos que se encontram em disputa em diversos tribunais, sobre os quais não existe uma data previsível para a sua conclusão.

No ano de 2016, com o lançamento, pelo Governo Português, do Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado (Plano PERES), o Grupo decidiu substituir parte das garantias bancárias emitidas a favor da Autoridade Tributária com a adesão ao referido programa, na medida em que, desta forma, limita, em definitivo, o valor das contingências associadas aos processos em causa, assim como vê reduzido o montante de juros e coimas, caso as disputas em tribunal não tenham um desfecho que lhe seja favorável.

Em resultado desta adesão foram utilizadas as provisões associadas às matérias abrangidas por este pagamento. A Administração mantém a convicção nos seus argumentos pelo que os processos seguem o seu rumo em tribunal.

Os processos judiciais em curso para os quais o Grupo constitui provisões, dizem essencialmente respeito a disputas comerciais, laborais e regulatórias, das quais se estima poderem resultar desembolsos futuros. Por se tratar de muitos processos de montante relativamente reduzido e respeitantes a diferentes períodos, o seu pagamento deverá ocorrer de forma faseada ao longo do tempo, mediante a conclusão dos mesmos em tribunal.

A provisão constituída para outros processos de contencioso, destina-se a cobrir a estimativa de desembolsos futuros, relativos a responsabilidades assumidas pelo Grupo em resultado de transacções efectuadas no passado, como sejam garantias prestadas com venda de negócios. Por se tratarem de eventos que nem sempre se encontram ainda em disputa com a contraparte, a probabilidade de desembolso no curto prazo é considerada remota.

22 Credores, acréscimos e diferimentos

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades com pagamento de mercadorias ou serviços adquiridos no curso normal das suas actividades. São registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo.

Fornecedores e outros credores são classificados como passivos correntes se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Não sendo, eles são apresentados como passivo não corrente.

	2017	2016
Não correntes		
Outros credores comerciais	17	5
Acréscimos de custos e proveitos diferidos	762	788
Total	779	793
Correntes		
Outros credores comerciais	2.913.196	2.560.840
Outros credores não comerciais	302.020	228.713
Outros impostos a pagar	92.920	79.272
Acréscimos de custos e proveitos diferidos	354.157	297.702
Total	3.662.293	3.166.527

A rubrica de acréscimos de custos, num total de m EUR 341.547, é composta essencialmente por remunerações a liquidar ao pessoal de m EUR 157.306, juros a pagar no valor de m EUR 47.115 e custos suplementares com a distribuição e promoção de produtos de consumo no valor de m EUR 14.370. Os restantes m EUR 123.071 correspondem a diversos custos (*utilities*, seguros, consultores, rendas, entre outros), relativos ao exercício de 2017, e que não foram facturados pelas entidades competentes até ao final do exercício.

A rubrica de proveitos diferidos num total de m EUR 13.372 é composta maioritariamente por proveitos suplementares de m EUR 7.188 recebidos antecipadamente e imputáveis a exercícios futuros.

23 Garantias

As garantias bancárias existentes são as seguintes:

	2017	2016
Garantias prestadas a fornecedores	23.450	18.779
Garantias a favor da Autoridade Tributária	93.236	156.422
Garantias bancárias sobre financiamentos	28.933	32.919
Outras garantias a favor do Estado	5.254	12.277
Outras garantias prestadas	5.259	4.599
Total	156.132	224.996

Em virtude da adesão ao PERES (nota 21), foram canceladas as garantias bancárias correspondentes.

24 Locação operacional

Locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios de posse são retidos pelo locador são classificados como locações operacionais. Os pagamentos efectuados ao abrigo destes contratos são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base linear ao longo do período de duração dos mesmos.

O Grupo mantém como responsabilidades de médio e longo prazo alguns contratos, com cláusula de penalização em caso de cancelamento.

Os pagamentos futuros associados à totalidade dos contratos são os seguintes:

	2017	2016*
Pagamentos até 1 ano	345.208	318.169
Pagamentos entre 1 e 5 anos	1.154.998	1.109.391
Pagamentos a mais de 5 anos	1.328.053	1.200.702
Total	2.828.259	2.628.262

* Valores parciais reexpressos

Estes valores, na sua grande maioria, respeitam a contratos de arrendamento de lojas e armazéns, sendo a durabilidade inicial desses contratos entre os cinco e os 20 anos, com opção de os renegociar após esse período. Os pagamentos são actualizados anualmente, reflectindo valores da inflação e/ou de mercado.

Conforme referido, todos estes contratos são canceláveis, a maioria dos quais mediante o pagamento de uma penalização. As responsabilidades inerentes a estas penalizações correspondem maioritariamente às rendas vincendas até ao término dos contratos, as quais ascendiam no final de 2017 a m EUR 1.896.388 (2016: m EUR 1.885.549).

As rendas e alugueres reconhecidos como custo, encontram-se discriminados da seguinte forma:

	2017	2016
Imóveis	327.588	301.326
Equipamento básico	12.000	10.823
Equipamento de transporte	15.952	15.833
Equipamento informático	641	664
Outros	3.147	3.149
Total	359.328	331.795

A diferença para os custos com rendas e alugueres apresentados na nota 4 respeitam a custos ocasionais com alugueres no montante de m EUR 187 (2016: m EUR 127).

25 Compromissos de capital

Os compromissos relativos a investimentos a realizar, à data do balanço, são de m EUR 83.776 e respeitam a obras não concluídas, contratos de empreitada e a contratos-promessa de aquisição de terrenos, edifícios e equipamentos celebrados e cujas escrituras irão ocorrer oportunamente.

Não existem quaisquer compromissos de capital assumidos pelo Grupo em relação às joint ventures e associadas.

26 Contingências, activos contingentes e passivos contingentes

Activos contingentes são potenciais activos do Grupo que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo.

O Grupo procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras Consolidadas quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo do Grupo. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras.

O Grupo procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade

Activos reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

- No montante reconhecido em devedores não correntes (nota 15), encontram-se incluídos m EUR 72.689 relativos a liquidações adicionais de imposto apresentadas pela Administração Tributária.

A Administração do Grupo, com o apoio dos seus consultores fiscais e conselheiros jurídicos, entende que lhe assiste razão e mantém as reclamações e impugnações judiciais que apresentou contra essas liquidações, mantendo a expectativa quanto à recuperação integral desse montante.

Neste contexto, o Grupo solicitou de imediato o reembolso da totalidade das importâncias pagas, bem como dos juros indemnizatórios à taxa legal, pelo período decorrido entre a data do seu pagamento e da sua efectiva restituição.

Em 2012, foi proferido um Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul (TCAS), relativo a uma das impugnações judiciais apresentadas no âmbito deste processo, o qual julgou totalmente procedente, ordenando a anulação das referidas liquidações e o pagamento de juros indemnizatórios e indemnização pelas garantias prestadas. O Grupo procedeu ao reconhecimento do valor dos juros indemnizatórios sobre este crédito.

Passivos contingentes

- A Lei do Orçamento de Estado Português de 2016 inclui uma norma transitória que poderá vir a ter um impacto significativo para o Grupo e, em particular, para as suas subsidiárias JMR-Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A. (JMR SGPS) e Recheio SGPS, S.A. (Recheio SGPS).

A referida norma prevê que 1/4 (um quarto) de todas as mais-valias geradas em operações internas (i.e. transacções efectuadas entre empresas pertencentes ao mesmo grupo fiscal) - que, de acordo com o quadro legal anterior não eram tributadas a menos que: i. se realizasse uma transacção com terceiros; ou ii. o grupo fiscal fosse dissolvido - sejam adicionadas à matéria colectável em 2016 e sujeitas a IRC.

No final dos anos noventa a JMR e o Recheio e as suas respectivas subsidiárias passaram por um importante processo de reestruturação, na sequência de várias operações de aquisição e da decisão de organizar os activos do Grupo. As operações entre as várias empresas dentro dos grupos JMR e Recheio foram realizadas de acordo com o quadro jurídico existente e, em linha, com as melhores práticas de mercado (a valores de mercado), tendo gerado mais-valias internas suspensas.

Considerando que todas as transacções foram internas, as mais-valias resultantes foram, obviamente, eliminadas no processo de consolidação, estando, no entanto, reflectidas nas contas individuais.

As Leis do Orçamento de Estado Português para 2017 e 2018 vieram, novamente, incluir normas de cariz idêntico, as quais podem vir a ter um impacto similar para o Grupo. Até à data não foi recebida nenhuma notificação.

Com base na avaliação dos nossos consultores jurídicos e fiscais, acreditamos, firmemente, que há motivos suficientes para que o Grupo conteste as referidas normas. Assim, não se incorporou o montante em causa, que resulta da aplicação destas normas transitórias de 2016, 2017 e 2018 - c. m EUR 150.000 em impostos -, nos resultados do Grupo Jerónimo Martins.

• Para além de diversas situações de litígio, próprias dos negócios em que o Grupo opera, estão pendentes de resolução as seguintes questões com maior relevância, para as quais a Administração, suportada pela opinião dos seus consultores fiscais e conselheiros jurídicos, entende existirem razões suficientes para a sua contestação em tribunal, pelo que procede a uma avaliação da probabilidade de desenlace de cada um dos processos, constituindo provisões para os montantes que estima poderem representar desembolsos futuros, ou, procedendo ao seu pagamento (ver nota 21), sempre que entenda que essa é a melhor forma de proteger os interesses do Grupo:

- a) A Autoridade Tributária informou a Recheio SGPS que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos, no montante total de m EUR 81.952, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira, durante os exercícios de 2000 a 2003. Na opinião daquela entidade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Na sequência daquela informação, veio a Autoridade Tributária liquidar o correspondente valor de imposto de m EUR 20.888, do qual se mantém em disputa o montante de m EUR 19.581. Tendo, entretanto, sido julgada improcedente uma das impugnações judiciais, a Administração recorreu da mesma;
- b) A Autoridade Tributária procedeu a algumas correcções em sede de IRC em Companhias pertencentes ao Grupo Fiscal liderado pela sociedade JMR SGPS, as quais originaram liquidações adicionais de imposto, relativamente aos anos de 2002 a 2014, no montante total de m EUR 81.304, do qual se mantém em disputa o montante de m EUR 73.444. Entretanto, o Tribunal Tributário, no que concerne a 2002, 2004, 2005 e 2007, veio emitir sentenças parcialmente favoráveis ao Grupo;
- c) A Autoridade Tributária liquidou, relativamente aos anos de 2002 a 2004, ao Feira Nova – Hipermercados, S.A. (Feira Nova) e ao Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A. (Pingo Doce), o montante de m EUR 4.845. Estas liquidações são respeitantes a valores registados por estas Companhias como quebras (perdas em existências resultantes de deterioração ou roubo), que não foram aceites como custos fiscais em IRC, assim como ao IVA em falta, decorrente da inexistência de evidência que os bens não foram vendidos. Entretanto, o Tribunal Tributário de Lisboa deu razão a Feira Nova relativamente a todas as liquidações de IVA, as quais ascendiam a cerca de m EUR 2.813. Os restantes processos correm os seus trâmites em sede judicial;
- d) A Autoridade Tributária informou a Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (JMH), de que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos, no montante total de m EUR 10.568, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira, durante os exercícios de 2004 e de 2005. Na opinião daquela entidade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de IRC, ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Esta correcção deu origem a um valor de imposto em disputa de m EUR 3.065;
- e) A Autoridade Tributária procedeu à correcção de taxas de IVA aplicadas a determinados bens vendidos por algumas Companhias do Grupo. Com estas correcções o montante total de liquidações, relativamente aos anos de 2005 a 2014 no Pingo Doce, Feira Nova e Recheio ascende a m EUR 1.820, m EUR 1.300 e m EUR 551, respectivamente;
- f) A Autoridade Tributária procedeu a algumas correcções em sede de IRC, em Companhias pertencentes ao Grupo Fiscal liderado pela sociedade Recheio, SGPS, as quais originaram liquidação adicional de imposto, relativamente aos anos de 2007 a 2014, no montante total de m EUR 16.580, do qual se mantém em disputa o montante de m EUR 15.829. O Tribunal Tributário de Lisboa pronunciou-se, entretanto relativamente ao exercício de 2008, dando total vencimento às pretensões da Recheio SGPS, tendo, no entanto, tal decisão sido recorrida pela Autoridade Tributária;
- g) A Autoridade Tributária informou a Jerónimo Martins, da não-aceitação da dedutibilidade de menos-valias fiscais, no montante total de m EUR 24.660, apuradas no exercício de 2007, com a liquidação de uma Sociedade e a venda de uma outra, a qual gerou uma correcção aos prejuízos fiscais da Sociedade, no montante de imposto estimado de m EUR 6.800;
- h) A Sociedade Ponto Verde (SPV) reclamou em acção intentada contra o Pingo Doce, em Setembro de 2014, o pagamento da quantia de m EUR 3.397 (juros incluídos) pela gestão de embalagens secundárias e terciárias. O Pingo Doce contesta no sentido de que a SPV não gere essas embalagens e que, por isso, o dinheiro não lhe é devido. Pingo Doce ganhou a causa em 1.ª Instância, no entanto a SPV apresentou recurso e ganhou o mesmo na Relação de Lisboa. Pingo Doce apresentou, entretanto, recurso para o Supremo Tribunal de Justiça;
- i) A Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária reclamou de Pingo Doce, Recheio e Hüssel as quantias de m EUR 13.732, m EUR 1.207 e m EUR 30, respectivamente, correspondente a liquidações da Taxa de Segurança Alimentar Mais (TSAM) relativas aos anos de 2012 a 2017. As referidas liquidações foram impugnadas judicialmente, por entender-se que as mesmas são indevidas, uma vez que, para além do

mais, o diploma legal que criou a TSAM se encontra ferido de inconstitucionalidade. Os processos de impugnação continuam a correr. Apesar de, em quatro deles, terem sido já proferidas decisões que não consideram a taxa inconstitucional, as sociedades do Grupo mantêm o seu entendimento, tendo já apresentado recurso para tribunais superiores.

Activos contingentes

Existindo decisões tomadas pelos tribunais competentes, parcialmente favoráveis aos interesses do Grupo, sobre alguns dos processos que haviam sido pagos em 2016, e apesar de a Autoridade Tributária ter recorrido dessas decisões para tribunais superiores, entende a Administração do Grupo que existe uma probabilidade significativa de o Grupo vir a obter reembolsos futuros. No entanto, conforme política acima descrita, a divulgação de eventuais montantes relativos a activos contingentes será efectuada quando se torne quantificável o seu recebimento.

27 Partes relacionadas

Uma parte relacionada é uma pessoa ou uma entidade que está relacionada com o Grupo, incluindo as que possuem ou estão sujeitas a influência ou controlo do Grupo.

27.1 Saldos e transacções com partes relacionadas

O Grupo é participado em 56,136% pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V. (SFMS), não tendo existido transacções directas entre esta e qualquer outra companhia do Grupo no exercício de 2017. No exercício de 2016 o Grupo vendeu à SFMS, 100% do capital social da subsidiária Monterroio – Industry & Services Investments B.V., cujos impactos se encontram espelhados na nota 7. Os detalhes da operação encontram-se melhor explicados no Relatório e Contas de 2016.

Não se encontram, à data de 31 de Dezembro de 2017, quaisquer valores a pagar ou a receber entre elas.

Os saldos e transacções de Companhias do Grupo com partes relacionadas são as seguintes:

	Joint ventures (nota 30)		Outras entidades relacionadas (*)	
	2017	2016	2017	2016
Vendas e prestação serviços	-	7	184	167
Compras de mercadorias e fornecimentos de serviços	-	58.673	119.186	49.028

	Joint ventures (nota 30)		Outras entidades relacionadas (*)	
	2017	2016	2017	2016
Devedores, acréscimos e diferimentos	-	-	237	456
Credores, acréscimos e diferimentos	-	-	3.735	8.329

(*) As outras entidades relacionadas dizem respeito a sociedades controladas pelo accionista maioritário de Jerónimo Martins, e sociedades detidas ou controladas por membros do Conselho de Administração do Grupo.

Todas as transacções com partes relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado, ou seja, os valores das transacções correspondem aos que seriam praticados com Empresas não relacionadas.

Os saldos que se encontram por liquidar entre as Companhias do Grupo e as partes relacionadas, por resultarem de acordos comerciais, são liquidados em dinheiro e estão sujeitos aos mesmos prazos de pagamento que são aplicados aos demais acordos celebrados pelas Companhias do Grupo com os seus fornecedores.

Não existem provisões para créditos duvidosos e não foram reconhecidos custos, durante o exercício, relacionados com dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa, com essas partes relacionadas.

27.2 Remunerações dos Administradores e Quadros Superiores

Os custos incorridos com remunerações fixas e variáveis e contribuições para planos de pensões atribuídas aos Administradores e Quadros Superiores foram:

	2017	2016
Salários e outros benefícios de curto prazo	20.963	20.069
Indemnizações	413	-
Plano de benefícios pós-emprego	551	447
Outros benefícios	1.488	1.559
Total	23.415	22.075

O Conselho de Administração é composto por nove elementos no final do ano de 2017, sendo o número médio de Quadros Superiores do Grupo de 78 (2016: 78).

Consideram-se como Quadros Superiores os Membros das Direcções Executivas e equipas dirigentes das unidades de negócio do Grupo e os Directores do Centro Corporativo.

A política de remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização encontra-se detalhada no Capítulo IV - Governo da Sociedade.

Os custos com planos de pensões correspondem a benefícios pós-emprego atribuídos aos Administradores e Quadros Superiores, fazendo parte do plano de contribuições definidas descrito na nota 5.2.

Os custos incorridos com outros benefícios correspondem a benefícios de longo prazo, os quais se encontram descritos na nota 5.2.

28 Companhias subsidiárias

O controlo do Grupo é assegurado pela Empresa-mãe, Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

No quadro apresentado de seguida, incluem-se as subsidiárias do Grupo, consolidadas pelo método integral.

Comp_Subsidiárias	Actividade	Sede	% Capital detido
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Lisboa	-
Jerónimo Martins - Serviços, S.A.	Gestão de recursos humanos de topo do Grupo	Lisboa	100,00
Beleggingsmaatschappij Tand B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
New World Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
Origins - Agro Business Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
Tagus - Retail & Services Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
Warta - Retail & Services Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
Desimo - Desenvolvimento e Gestão Imobiliária, Lda.	Gestão e administração de bens imóveis e marcas comerciais	Lisboa	100,00
Friedman - Sociedade Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda.	Prestação de serviços de natureza contabilística e económica	Funchal	100,00
Jerónimo Martins - Restauração e Serviços, S.A.	Restauração	Lisboa	100,00
Hussel Ibéria - Chocolates e Confeitaria, S.A.	Venda a retalho de chocolates, confeitaria e afins	Lisboa	51,00
Jerónimo Martins Colombia S.A.S.	Comercialização e distribuição de bens de consumo	Bogotá (Colômbia)	100,00
Jerónimo Martins - Agro-Alimentar, S.A.	Outras actividades de serviços de apoio prestados às empresas	Lisboa	100,00
Best-Farmer - Actividades Agro-Pecuárias, S.A.	Agricultura e produção animal	Lisboa	100,00
Jerónimo Martins - Lacticínios de Portugal, S.A.	Indústrias do leite e derivados	Portalegre	100,00
Seaculture - Aquicultura, S.A.	Aquicultura em águas salgadas e salobras	Lisboa	100,00
JMR - Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais na área da distribuição retalhista	Lisboa	51,00
JMR - Prestação de Serviços para a Distribuição, S.A.	Gestão, consultoria e logística de actividades retalhistas	Lisboa	51,00
Pingo Doce - Distribuição Alimentar, S.A.	Comércio a retalho em supermercados	Lisboa	51,00
Imoretalho - Gestão de Imóveis, S.A.	Gestão e administração de bens imóveis	Lisboa	51,00
Escola de Formação Jerónimo Martins, S.A.	Formação profissional	Lisboa	51,00
EVA - Sociedade de Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda.	Prestação de serviços nas áreas económica e financeira e gestão de investimentos	Funchal	51,00
Lidosol II - Distribuição de Produtos Alimentares, S.A.	Comércio a retalho em supermercados	Funchal	51,00
Lidininvest - Gestão de Imóveis, S.A.	Gestão e administração de imóveis	Funchal	51,00
Jerónimo Martins Retail Services, S.A.	Exploração de marcas comerciais	Klosters (Suíça)	51,00
Jerónimo Martins Finance Company (2), Designated Activity Company	Sociedade de serviços financeiros	Dublín (Irlanda)	51,00
Recheio, SGPS, S.A.	Gestão de participações financeiras na área da distribuição por grosso e a retalho	Lisboa	100,00
Recheio - Cash & Carry, S.A.	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo	Lisboa	100,00
Imocash - Imobiliário de Distribuição, S.A.	Gestão e administração de bens imóveis	Lisboa	100,00
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	Compra e venda de bens imóveis	Lisboa	100,00
Masterchef, S.A.	Comércio a retalho e/ou por grosso de produtos alimentares ou não alimentares	Lisboa	100,00
Caterplus - Comercialização e Distribuição de Produtos de Consumo, Lda.	Comércio por grosso de outros produtos alimentares	Lisboa	100,00
João Gomes Camacho, S.A.	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo	Funchal	100,00
Jerónimo Martins Polska S.A.	Comércio a retalho de produtos alimentares e de consumo	Kostrzyn (Polónia)	100,00
Optimum Mark Sp. z o.o.	Exploração de marcas comerciais	Varsóvia (Polónia)	100,00
JM Nieruchomosci - Sp. z o.o.	Prestação de serviços na área da distribuição por grosso e a retalho	Kostrzyn (Polónia)	100,00
JM Nieruchomosci - Sp. Komandytowo-akcyjna	Gestão e administração de imóveis	Kostrzyn (Polónia)	100,00
Jerónimo Martins Drogerie i Farmacja Sp. z o.o.	Comércio a retalho de produtos de saúde e beleza	Kostrzyn (Polónia)	100,00
Bliska Sp. z o.o.	Venda a retalho de produtos farmacêuticos, ortopédicos e de saúde	Varsóvia (Polónia)	100,00

29 Informação financeira sobre subsidiárias com interesses que não controlam

Os interesses que não controlam em 31 de Dezembro de 2017 eram de m EUR 225.298 (2016: m EUR 252.500), dos quais m EUR 224.733 (2016: m EUR 251.842) relativos ao Grupo JMR (segmento Retalho Portugal – ver nota 3), onde o Grupo AholdDelhaize detém uma participação de 49%.

As Demonstrações Financeiras relativas a esta área de negócio, integradas no consolidado pelo método integral, incluem os seguintes montantes relativos aos activos, passivos e resultados:

	2017	2016
Activos não correntes	1.407.578	1.394.194
Activos correntes	381.787	339.339
Passivos não correntes	(42.274)	(35.157)
Passivos correntes	(1.292.910)	(1.190.944)
Capital próprio	454.181	507.432
Vendas e prestações de serviços	4.060.684	3.914.632
Resultados líquidos	57.559	40.691
Outros rendimentos integrais	(99)	(2)
Total de rendimentos integrais	57.460	40.689

30 Interesses em joint ventures e associadas

No quadro apresentado de seguida, incluem-se as empresas controladas conjuntamente (joint ventures) e empresas associadas, consolidadas pelo método da equivalência patrimonial:

Companhia	Actividade	Sede	% Capital detido
Marismar - Aquicultura Marinha, Lda.	Aquicultura em águas salgadas e salobras	Funchal	50,00

31 Riscos financeiros

Jerónimo Martins encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente: i. risco de preço, que inclui risco de taxa de juro e cambial; ii. risco transaccional, que inclui risco de crédito e de liquidez; e iii. risco decorrente do portefólio de investimentos do Grupo, que abrange diversos riscos tais como, taxa de juro, crédito, cambial, inflação, político e fiscal.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro do Grupo.

A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A actividade desta área é conduzida pela Direcção de Operações Financeiras, sendo responsável, com a cooperação das áreas financeiras das Companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Trimestralmente, são apresentados à Comissão de Auditoria relatórios de compliance com a Política de Gestão de Riscos Financeiros.

31.1 Risco de preço

31.1.1 Risco cambial

A principal fonte de exposição a risco cambial advém das operações que Jerónimo Martins desenvolve na Polónia e também na Colômbia.

Além dessas exposições, o Grupo adquire, no âmbito das actividades comerciais das suas subsidiárias, mercadorias designadas em moeda estrangeira, primordialmente zloty e dólares americanos, no caso das operações Portuguesas e euros e dólares americanos no caso das operações Polacas e Colombianas. Regra geral, são transacções de montante reduzido e com exposição temporal muito curta. Os riscos cambiais associados às importações são cobertos por compras a prazo da moeda de pagamento.

A gestão de risco cambial das Companhias operacionais está centralizada na Direcção de Operações Financeiras do Grupo. Sempre que possível, as exposições são geridas através de operações de cobertura natural, nomeadamente através da contratação de dívida financeira em moeda local. Quando tal não se revela possível, são contratadas operações, mais ou menos estruturadas tais como: swaps, forwards ou opções.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio em instrumentos financeiros reconhecidos dentro e fora de balanço, em 31 de Dezembro de 2017, era a seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2017	Euro	Zloty	Peso colombiano	Total
Activos				
Caixa e equivalentes de caixa	137.318	512.202	31.813	681.333
Investimentos financeiros disponíveis para venda	1.417	-	-	1.417
Devedores, acréscimos e diferimentos	104.827	287.644	3.273	395.744
Instrumentos financeiros derivados	-	521	-	521
Total de activos financeiros	243.562	800.367	35.086	1.079.015
Passivos				
Empréstimos obtidos	130.008	241.904	165.355	537.267
Instrumentos financeiros derivados	-	2.805	-	2.805
Credores, acréscimos e diferimentos	1.012.438	2.264.876	132.327	3.409.641
Total de passivos financeiros	1.142.446	2.509.585	297.682	3.949.713
Posição financeira líquida em balanço	(898.884)	(1.709.218)	(262.596)	(2.870.698)
Em 31 de Dezembro de 2016				
Total de activos financeiros	304.404	651.944	11.466	967.814
Total de passivos financeiros	1.121.088	1.992.762	171.497	3.285.347
Posição financeira líquida em balanço	(816.684)	(1.340.818)	(160.031)	(2.317.533)

Considerando a posição dos activos e passivos financeiros em balanço a 31 de Dezembro de 2017, uma depreciação do zloty face ao euro na ordem dos 10% teria um impacto positivo nos resultados de m EUR 670 e um impacto positivo de m EUR 162.018 nos capitais próprios (2016: um impacto positivo de m EUR 134.165 nos capitais próprios). Em relação ao peso colombiano, uma depreciação face ao euro de 10% teria um impacto positivo nos capitais próprios de m EUR 23.872 (2016: um impacto positivo de m EUR 14.548 nos capitais próprios).

31.1.2 Risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor)

Todos os passivos financeiros estão, de forma directa ou indirecta, indexados a uma taxa de juro de referência, o que expõe o Grupo a risco de cash flow. Parte desses riscos são geridos com recurso à fixação de taxa de juro, o que expõe o Grupo a risco de justo valor.

A exposição a risco de taxa de juro é analisada de forma contínua. Para além da avaliação dos encargos futuros, com base nas taxas forward, realizam-se testes de sensibilidade a variações no nível de taxas de juro. O Grupo está exposto, fundamentalmente, à curva de taxa de juro do euro, do zloty e do peso Colombiano.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro do mercado afectam proveitos ou custos de juros de instrumentos financeiros negociados a taxas de juro variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os proveitos ou custos de juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes estiverem reconhecidos ao justo valor;
- Alterações nas taxas de juro de mercado afectam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros de valores actuais líquidos, utilizando taxas de mercado no momento da avaliação.

Para cada análise, qualquer que seja a moeda, são utilizadas as mesmas alterações às curvas de taxa de juro. As análises são efectuadas para a dívida líquida, ou seja, são deduzidos os depósitos e aplicações em instituições financeiras e instrumentos financeiros derivados. As simulações são efectuadas tendo por base os valores líquidos de dívida e o justo valor dos instrumentos financeiros derivados às datas de referência e a respectiva alteração nas curvas de taxa de juro.

Baseado nas simulações realizadas em 31 de Dezembro de 2017, ignorando o efeito dos derivados de taxa de juro, e tendo presente que o Grupo se encontra numa posição de excedente de caixa, uma subida de 50 pontos base nas taxas de juro teria um impacto positivo, mantendo tudo o resto constante, de m EUR 863 (2016: positivo em m EUR 1.669). Estas simulações são realizadas no mínimo uma vez por trimestre, mas são revistas sempre que ocorrem alterações relevantes, tais como: emissão, resgate ou reestruturação de dívida, variações significativas nas taxas directoras e na inclinação das curvas de taxa de juro.

O risco de taxa de juro é gerido com recurso a operações envolvendo derivados financeiros contratados a custo zero no momento da contratação.

31.2 Risco transaccional

31.2.1 Risco de crédito

O Grupo gere de forma centralizada a sua exposição a riscos de crédito sobre os seus depósitos bancários, aplicações financeiras e derivados contratados junto de instituições financeiras, competindo às Direcções Financeiras das Unidades de Negócio a gestão do risco de crédito sobre os seus clientes e outros devedores.

Relativamente às instituições financeiras, o Grupo selecciona as contrapartes com que faz negócio com base nas notações de ratings atribuídas por uma das entidades independentes de referência. Para além da existência de um nível mínimo de rating aceitável para as instituições com quem se relaciona existe ainda uma percentagem máxima de exposição a cada uma destas entidades financeiras.

Permite-se que o banco onde cada Companhia deposita as suas receitas de lojas possa ter uma notação de rating inferior ao definido na política geral, na condição, porém, de o valor máximo de exposição não poder ultrapassar dois dias de vendas dessa empresa operacional.

A seguinte tabela apresenta um resumo, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, da qualidade de crédito dos depósitos bancários, aplicações e instrumentos financeiros derivados de curto prazo com justo valor positivo:

Instituições financeiras	Rating	Saldo	
		2017	2016
Standard & Poor's	[A+ : AA]	48.382	-
Standard & Poor's	[BBB+ : A]	176.595	174.582
Standard & Poor's	[BB+ : BBB]	85.821	186.859
Standard & Poor's	[B+ : BB]	266	72.328
Standard & Poor's	[B]	76	-
Moody's	[Caa2 : Caa1]	869	752
Moody's	P -1	71.987	70.802
Fitch's	[A- : A+]	215.642	70.050
Fitch's	[BBB- : BBB+]	76.632	64.616
Fitch's	[B- : BB-]	683	597
	Não disponível	1.002	313
Total		677.955	640.899

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas pela *Standard & Poor's*. Nos casos em que as mesmas não estão disponíveis recorre-se às notações da *Moody's* e da *Fitch's*.

Em relação a clientes, o risco está essencialmente circunscrito aos negócios de *Cash & Carry*, já que os demais negócios operam numa base de venda a dinheiro ou com recurso a cartões bancários (débito e crédito). Este risco é gerido com base na experiência e conhecimento individual do cliente, bem como através de seguros de crédito e imposição de limites de crédito, cuja monitorização é feita mensalmente e revista anualmente pela Auditoria Interna.

A seguinte tabela apresenta uma análise da qualidade de crédito dos saldos a receber de clientes e outros devedores sem incumprimento, nem imparidade:

Qualidade de crédito dos activos financeiros		
	2017	2016
SalDOS de novos clientes (menos de seis meses)	958	170
SalDOS de clientes sem histórico de incumprimento	47.386	49.708
SalDOS de clientes com histórico de incumprimento	11.019	6.071
SalDOS de outros devedores com garantias prestadas	3.270	5.502
SalDOS de outros devedores sem garantias prestadas	136.270	98.025
Total	198.903	159.476

A seguinte tabela apresenta uma análise da concentração de risco de crédito de valores a receber de clientes e outros devedores, tendo em conta a sua exposição para com o Grupo:

Concentração de risco de crédito dos activos financeiros				
	2017		2016	
	N.º	Saldo	N.º	Saldo
Clientes com saldo superior a 1.000.000 euros	5	9.190	4	8.886
Clientes com saldo entre 250.000 e 1.000.000 euros	18	8.338	19	7.191
Clientes com saldo inferior a 250.000 euros	8.241	41.344	7.617	39.481
Outros devedores com saldo superior a 250.000 euros	44	70.937	46	49.968
Outros devedores com saldo inferior a 250.000 euros	4.438	69.094	4.439	53.950
Total	12.746	198.903	12.125	159.476

A exposição máxima ao risco de crédito, às datas de 31 de Dezembro de 2017 e 2016, é o respectivo valor de balanço dos activos financeiros.

31.2.2 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam não apenas garantir o desenvolvimento normal das actividades do Grupo, mas também assegurar alguma flexibilidade para absorção de choques exógenos à actividade.

A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento de curto prazo (realizado diariamente), tendo subjacente os planos anuais, que são revistos de forma regular durante o ano.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados. Adicionalmente, é de realçar que todos os instrumentos financeiros derivados que o Grupo contrata são liquidados pelo seu valor líquido.

Exposição ao risco de liquidez			
2017	Menos de	Entre	Mais de
	1 ano	1 e 5 anos	5 anos
Empréstimos obtidos			
Locações financeiras	1.973	6.019	235
Papel comercial	30.124	259	-
Outros empréstimos	283.334	239.045	-
Instrumentos financeiros derivados	223	306	-
Credores	3.215.216	-	-
Responsabilidades com locações operacionais	345.208	1.154.998	1.328.053
Total	3.876.078	1.400.627	1.328.288
2016	Menos de	Entre	Mais de
	1 ano	1 e 5 anos	5 anos
Empréstimos obtidos			
Locações financeiras	959	2.360	646
Empréstimos obrigacionistas	150.670	-	-
Outros empréstimos	80.807	119.572	1.041
Instrumentos financeiros derivados	205	376	-
Credores	2.789.553	-	-
Responsabilidades com locações operacionais	318.169	1.109.391	1.200.702
Total	3.340.363	1.231.699	1.202.389

O Grupo, no âmbito da emissão de dívida de médio e longo prazo, contratou alguns covenants usuais neste tipo de financiamentos.

Estes covenants incluem:

- Limitações em vendas e no penhor de activos, acima de determinados limites;
- Limitações nas fusões e/ou cisões quando as mesmas impliquem a saída de activos do perímetro de consolidação;
- Limitação no pagamento de dividendos das subsidiárias que emitiram a dívida;
- Cláusula de manutenção do controlo da sociedade emitente pelo actual accionista;
- Um limite nos rácios de Dívida Líquida/EBITDA e de EBITDA/Resultados Financeiros.

Em alguns casos, o não cumprimento destes rácios pode implicar o vencimento antecipado da dívida associada. Em Dezembro de 2017 o Grupo cumpria com todos os covenants assumidos na dívida que tinha emitida.

31.3 Gestão de risco de capital

O Grupo procura manter um nível de capitais próprios adequado que lhe permita não só assegurar a continuidade e desenvolvimento da sua actividade, como também proporcionar uma adequada remuneração para os seus accionistas e a optimização do custo de capital.

O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (*Gearing*), calculado de acordo com a seguinte fórmula: Dívida Líquida / Fundos de accionistas, e pelo rácio Dívida líquida/EBITDA. O Conselho de Administração estabeleceu como alvo um nível de *Gearing* inferior a 100%, consistente com uma notação de rating de investimento (*investment grade*) e um rácio Dívida líquida/EBITDA inferior a 3.

Os referidos rácios, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016 eram os seguintes:

	2017	2016
Capital investido	1.842.961	1.656.008
Dívida líquida	(170.231)	(334.504)
Fundos de accionistas	2.013.193	1.990.511
Gearing	(8,5%)	(16,8%)
EBITDA	922.000	861.819
Dívida líquida / EBITDA	(0,2)	(0,4)

32 Informações adicionais exigidas por diplomas legais

De acordo com o previsto nos termos do artigo 508.º-F do Código das Sociedades Comerciais, informa-se o seguinte:

- Para além das operações descritas nas notas acima, assim como no Relatório de Gestão, não existem outras operações consideradas relevantes que não se encontrem reflectidas no balanço ou descritas no seu anexo;
- O total de remunerações pagas ao Auditor Externo e ao Revisor Oficial de Contas no ano de 2017 foi de m EUR 793, dos quais m EUR 746 correspondem aos serviços de revisão legal de contas, sendo que dos restantes, no montante de m EUR 39 foram relativos a serviços de garantia de fiabilidade no âmbito de legislação aplicável nos países em que o Grupo opera, serviços de apoio em matéria de recursos humanos e serviços de formação prestada a colaboradores em programas não especificamente preparados para o Grupo. Foram ainda, pagos m EUR 8 ao anterior Auditor Externo (PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda.) relativos a serviços de certificação do cálculo da pegada de carbono e acesso a uma base de dados fiscais;
- A nota 27 deste Anexo às Contas inclui todas as divulgações relativas a relações entre as partes relacionadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade.

33 Eventos subsequentes à data do balanço

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas Demonstrações Financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Até à data de conclusão deste Relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem reflectidos nas Demonstrações Financeiras.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2018

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Declaração do Conselho de Administração

Nos termos previstos na alínea c), número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Jerónimo Martins, SGPS, S.A., abaixo identificados declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- i) a informação constante do relatório de gestão, das contas anuais, da certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação; e
- ii) o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2018

Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos
(Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado)

Andrzej Szlezak
(Membro do Conselho de Administração)

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista
(Membro do Conselho de Administração)

Artur Stefan Kirsten
(Membro do Conselho de Administração)

Clara Christina Streit
(Membro do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria)

Francisco Seixas da Costa
(Membro do Conselho de Administração)

Hans Eggerstedt
(Membro do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria)

Henrique Soares dos Santos
(Membro do Conselho de Administração)

Sérgio Tavares Rebelo
(Membro do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Jerónimo Martins, SGPS, SA

Rua Actor António Silva 7, 1649-033 Lisboa • Portugal • T: +351 21 753 20 00

www.jeronimomartins.com

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (o Grupo), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 6.441.815 milhares de euros e um total de capital próprio de 2.013.193 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores de capital da empresa, enquanto mãe do grupo de 385.356 milhares de euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Auditoria de primeiro ano

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Fomos nomeados como Auditores do Grupo Jerónimo Martins durante o ano de 2017.</p> <p>Tratando-se de uma auditoria de primeiro ano, torna-se necessário um conjunto adicional de procedimentos que não são executados em auditorias recorrentes. Foram tomados um conjunto de considerações e desenvolvidas atividades adicionais para a</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ Desenvolvemos um plano de transição que incluía o planeamento de um conjunto de atividades para garantir uma transição eficaz do anterior auditor. As atividades planeadas incluíram, entre outras, um entendimento inicial do Grupo e das suas operações, incluindo informações sobre a sua história, estratégia, riscos de negócio, estrutura dos sistemas de informação, ambiente de controlo, incluindo controlo interno, e processo de relato financeiro, para nos permitir uma melhor avaliação dos riscos de auditoria;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

definição de uma estratégia e plano de auditoria adequados, dos quais destacamos:

- ▶ Obtenção de um bom entendimento do Grupo e das suas atividades, incluindo o ambiente de controlo, de forma a efetuar uma correta avaliação de risco e definir uma estratégia e plano de auditoria adequados;
- ▶ Obtenção de prova de auditoria sobre os saldos de abertura, incluindo a correta aplicação dos princípios contabilísticos;
- ▶ Comunicação com o anterior auditor;
- ▶ Revisão e discussão com o Grupo das Matérias Relevantes de Auditoria incluídas na Certificação Legal de Contas do anterior auditor.

Para algumas áreas específicas, as quais identificamos como apresentando um maior risco de auditoria, foram efetuados procedimentos adicionais de auditoria sobre os saldos iniciais, nomeadamente:

- ▶ Revisão dos testes de imparidade de lojas preparados pela Gestão;
- ▶ Revisão dos ajustamentos manuais e análise do corte de operações dos lançamentos relacionados com os Ganhos Suplementares;
- ▶ Discussão com a Gestão sobre as questões fiscais mais significativas, incluindo a revisão da avaliação e documentação de suporte preparada pelo Grupo; e
- ▶ Para as principais aplicações informáticas que suportam as operações do Grupo, foi efetuado um entendimento dos principais processos.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

- ▶ Avaliámos os saldos iniciais, assim como a seleção e correta aplicação das políticas contabilísticas através da revisão dos principais suportes que serviram de prova de auditoria do anterior auditor relativamente à auditoria do ano de 2016, quer ao nível das contas consolidadas quer ao nível das componentes relevantes do Grupo;
- ▶ Discutimos e aprovámos o plano de auditoria do Grupo em conjunto com a Comissão de Auditoria e a equipa executiva do Grupo Jerónimo Martins, e efetuámos reuniões regulares para apresentação de pontos de situação sobre as tarefas executadas e dos principais assuntos identificados;
- ▶ Realizamos uma reunião global de planeamento de auditoria, em abril de 2017, na qual os membros da equipa executiva de Jerónimo Martins apresentaram, aos elementos mais experientes da equipa de auditoria do Grupo e das principais localizações, a forma como o Grupo está organizado e os seus principais processos;
- ▶ Reunimos com as equipas de Gestão do Grupo, quer a um nível central, quer a um nível local, para obter um entendimento detalhado do Grupo Jerónimo Martins, incluindo os seus principais processos e controlo interno. Esta atividade incluiu a realização de mais de 80 reuniões e cobriu todas as geografias;
- ▶ Efetuamos a leitura da correspondência entre o Grupo e o Regulador relativamente às demonstrações financeiras do ano de 2016 e analisámos as alterações efetuadas pelo Grupo;
- ▶ Obtivemos o suporte para os principais ajustamentos manuais efetuados nos Ganhos Suplementares, de forma a verificar a exatidão dos montantes registados e verificar que se encontravam registados no período correto;
- ▶ Avaliámos as políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo e os julgamentos efetuados pela Gestão revendo os manuais de políticas contabilísticas do Grupo e da documentação técnica preparada sobre tópicos específicos;
- ▶ Efetuamos a revisão dos principais processos fiscais em curso, incluindo a revisão da avaliação efetuada pelo Grupo para as provisões e passivos contingentes divulgados nas demonstrações financeiras de 2016, assim como uma avaliação independente da necessidade de provisão a ser constituída; e
- ▶ Obtivemos um entendimento dos principais sistemas de informação que suportam o negócio do Grupo e efetuamos procedimentos adicionais para obter confiança nos processos de Gestão de Alterações e Gestão de Acessos.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
	Considerámos os resultados da nossa auditoria, à medida que foi progredindo, para obter evidências adicionais sobre os saldos iniciais.

2. Teste de imparidade sobre ativos fixos - Lojas

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O Grupo opera um número significativo de lojas em três países diferentes: Portugal, Polónia e Colômbia.</p> <p>O valor contabilístico das lojas, incluindo os ativos a si associados, é relevante para a nossa auditoria pela materialidade do seu valor (superior a 2.500 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017), mas também pelo julgamento envolvido na identificação de indícios de imparidade e caso existam na avaliação subsequente da recuperabilidade dos montantes escriturados.</p> <p>A Gestão avalia anualmente a existência de indícios de imparidade, focando-se principalmente no desempenho futuro das lojas, o qual depende de fatores externos tais como o tráfego da loja, o valor médio das compras e a existência de concorrência significativa.</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Avaliámos as políticas e os procedimentos definidos pelo Grupo para a identificação de indícios de imparidade de ativos relacionados com lojas com um desempenho abaixo do esperado e verificámos a revisão efetuada pela Gestão ao desempenho financeiro das unidades geradoras de caixa; ▶ Obtivemos os pressupostos utilizados para a análise de imparidade e efetuamos uma validação dos mesmos, através da verificação dos planos de negócio que foram aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, assim como através da análise de tendências passadas, de forma a determinar a capacidade da Gestão em efetuar, com exatidão, uma estimativa dos pressupostos, nomeadamente a taxa de desconto calculada pelo Grupo; ▶ Efetuamos, para uma amostra de unidades geradoras de caixa, a reexecução dos cálculos aritméticos dos testes de imparidade, comparando o valor de uso com o valor contabilístico; e ▶ Procedemos à compreensão, avaliação e testes aos controlos sobre o processo de investimento em ativos tangíveis. <p>Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>

3. Reconhecimento de ganhos suplementares / Descontos comerciais

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O Grupo recebe vários tipos de descontos de fornecedores (ou "ganhos suplementares"), que se encontram reconhecidos no custo das vendas conforme divulgado nas notas 4, 14 e 15 das notas às demonstrações financeiras consolidadas. Estes descontos estão associados a contratos de fornecimento de fornecedores e assumem várias formas de créditos e descontos. Estes descontos obtidos</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Procedemos à compreensão, avaliação e testes aos controlos sobre o processo de descontos de fornecedores; ▶ Procedemos à compreensão e testes ao interface que efetua a ligação entre o Sistema de Contabilidade e o Sistema utilizado para controlo dos Ganhos Suplementares;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

em contratos com fornecedores devem ser considerados como uma componente do custo do inventário e são reconhecidos em resultados no momento da venda dos produtos (de acordo com a IAS 2 - Inventários).

O valor a ser deduzido ao custo das vendas depende da quantidade de produtos que estavam incluídos no acordo com o fornecedor que, à data de balanço, já tenham sido vendidos. Uma vez que o processo de cálculo e contabilização de alguns descontos que são materiais envolve processos manuais que são mais suscetíveis à ocorrência de erros nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos este assunto como uma Matéria Relevante de Auditoria.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

- ▶ Testámos, para uma amostra de contratos de ganhos suplementares, a exatidão dos principais indicadores colocados no Sistema, e efetuámos o recálculo dos valores contabilizados;
- ▶ Efetuámos uma análise dos saldos devedores de fornecedores, nomeadamente quanto à validação das notas de crédito subsequentemente emitidas e avaliação de indícios de imparidade;
- ▶ Obtivemos confirmação externa de fornecedores para uma amostra de descontos (confirmação de transações);
- ▶ Obtivemos o suporte para os principais ajustamentos manuais, de forma a verificar a exatidão dos montantes contabilizados e verificar que se encontravam registados no período correto;
- ▶ Efetuamos procedimentos detalhados de revisão analítica, nomeadamente análise mensal, variação face ao ano anterior, análise de rácios de descontos sobre as vendas e descontos sobre as compras; e
- ▶ Realizámos procedimentos de corte de operações para verificar que os montantes se encontram contabilizados no período correto.

Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

4. Litígios e contingências fiscais

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

O risco associado aos assuntos fiscais e às disputas com a Autoridade Fiscal são monitorizados, de forma constante, pela Gestão e pela Comissão de Auditoria. Tendo por base a opinião expressa pelos consultores jurídicos e fiscais do Grupo, assim como o parecer de advogados externos sobre questões fiscais específicas, e de acordo com o julgamento da Gestão, os litígios com a Autoridade Fiscal são reconhecidos como passivo ou divulgados como passivo contingente de acordo com a IAS 37 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes).

Com referência a 31 de dezembro de 2017, o total de contingências fiscais, líquido de

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- ▶ Procedemos à compreensão e avaliação dos processos de monitorização de contingências fiscais;
- ▶ Obtivemos, através do envio de carta com pedido de detalhe dos processos em curso, o entendimento dos advogados que representam o Grupo sobre os temas fiscais;
- ▶ Efetuamos a leitura das atas das reuniões da Gestão e indagámos a Gestão, o departamento legal e o departamento fiscal sobre o curso das principais contingências fiscais; e
- ▶ Analisámos os processos fiscais que se encontram em curso com o apoio de especialistas fiscais internos.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>provisões e pagamentos efetuados ao abrigo de regimes especiais, ascende a aproximadamente 26 milhões de Euros.</p> <p>O Grupo divulga um risco, que resulta da Lei do Orçamento de Estado para 2016, 2017 e 2018, relacionado com a tributação dos ganhos de anos anteriores resultantes de transações internas, o qual ascende 50 milhões de euros de imposto a pagar por cada ano.</p> <p>Considerando a complexidade e o grau de julgamento inerente a estas questões fiscais, assim como o nível de incerteza associado ao resultado final, consideramos que este tópico é uma Matéria Relevante de Auditoria.</p>	<p>Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e da Comissão de Auditoria pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, incluindo o Relatório de Governo Societário, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

A Comissão de Auditoria é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de

- não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
 - ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
 - ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
 - ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo a Comissão de Auditoria, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
 - ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo a Comissão de Auditoria, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
 - ▶ declaramos à Comissão de Auditoria que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu Relatório de Gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

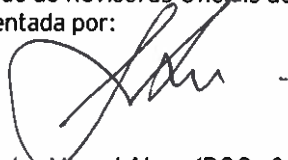
Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados/eleitos auditores de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (Entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 06 de abril de 2017 para o mandato em curso correspondente aos exercícios de 2017 e 2018;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos à Comissão de Auditoria do Grupo em 26 de fevereiro de 2018; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 05 de março de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC n.º 896)
Registado na CMVM com o n.º 20160515

Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria

Senhores Accionistas,

Nos termos previstos na alínea g) do número 1 do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos o nosso relatório sobre as actividades de fiscalização, o nosso parecer sobre o relatório de gestão e documentos de prestação de contas consolidadas e individuais de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e ainda sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração.

Actividade de fiscalização

Ao longo do exercício, esta Comissão efectuou o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Sociedade, tendo para tal realizado reuniões regulares com os Administradores e Directores das áreas funcionais do centro corporativo, com os membros da Direcção Executiva, com o Secretário da Sociedade e com o Revisor Oficial de Contas, que também exerce as funções de Auditor Externo, dos quais recebeu total colaboração.

Esta Comissão obteve acesso a toda a documentação societária que considerou relevante, nomeadamente as actas da Direcção Executiva e da Comissão de Controlo Interno, assim como de toda a documentação conexas que julgou relevante, no sentido de avaliar o cumprimento dos seus regulamentos e dos normativos legais aplicáveis.

Do Auditor Externo e dos responsáveis pela preparação da informação financeira consolidada e individual da Sociedade, com quem também reuniu regularmente, obteve a informação necessária e suficiente para aferir a exactidão dos documentos de prestação de contas e das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade, assegurando, dessa forma, que os mesmos correspondem a uma correcta avaliação dos resultados e da situação patrimonial da Sociedade.

A Comissão acompanhou, em particular, o desenvolvimento dos processos de contencioso fiscal e legal que envolvem as companhias do Grupo, tendo obtido dos serviços da Sociedade todos os esclarecimentos necessários para a cabal aferição das provisões existentes e das contingências a que o Grupo se encontra exposto.

No cumprimento da Política de Gestão de Risco Financeiro, acompanhou em particular as propostas de financiamento e de reforço dos capitais próprios da subsidiária da Sociedade na Colômbia, contando, para tal, com a colaboração da Direcção de Operações Financeiras, tendo verificado a adequação das acções tomadas pela Sociedade, em cumprimento das políticas emanadas pelo Conselho de Administração.

Obteve dos diversos serviços da Sociedade, nomeadamente dos responsáveis pela área financeira, pela gestão de risco e pela auditoria interna, e dos representantes do Auditor Externo, todas as informações e esclarecimentos solicitados, que lhe permitiram verificar a adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco.

Reuniu com a presidente da Comissão de Ética, tendo obtido todos os esclarecimentos entendidos necessários relativos à organização e às actividades desenvolvidas por esta comissão.

Atentas as ocorrências internacionais relativas a ataques à segurança informática de diversas organizações, reuniu com o responsável de Segurança de Informação, tendo obtido os devidos esclarecimentos quanto aos impactos das referidas ocorrências na Sociedade e nas suas subsidiárias. Tomou ainda conhecimento das medidas implementadas com vista à mitigação de eventos futuros e dos planos de contingência em vigor.

Acompanhou de perto os trabalhos desenvolvidos pelo Departamento de Auditoria Interna, seguindo o seu plano anual de actividades, as conclusões dos relatórios dos trabalhos realizados, assim como as acções implementadas pela Sociedade em resultado das recomendações emitidas, quer por este departamento, quer pelo Auditor Externo, e que se encontram vertidas nos relatórios por este emitidos. Esta Comissão aprovou ainda o plano de actividades para o ano de 2018, bem como a alocação dos recursos necessários à sua prossecução.

Atendendo à eleição do novo Revisor Oficial de Contas em 6 de Abril de 2017 (com concomitante designação como Auditor Externo), acompanhou a metodologia de trabalho por este adoptada, e de forma particular todo o processo de transição, o qual decorreu conforme planeado, sem que tenham sido reportadas quaisquer divergências significativas face à opinião do anterior Revisor Oficial de Contas.

Acompanhou a evolução das questões suscitadas pelo Revisor Oficial de Contas, assim como as conclusões do trabalho de auditoria por este efectuado que originaram a emissão da certificação legal de contas sem qualquer reserva.

No âmbito das suas competências a Comissão de Auditoria verificou a independência e competência com que foram desempenhadas as funções do Revisor Oficial de Contas da Sociedade.

Procedeu à verificação e aprovação de todos os serviços distintos dos de auditoria prestados pelo Auditor Externo às empresas do Grupo, assegurando que os mesmos, para além de terem sido prestados por funcionários que não participaram nos trabalhos de auditoria, corresponderam a serviços não proibidos nos termos da lei. Garantiu ainda que os montantes pagos por estes serviços em nada prejudicam a independência do trabalho desenvolvido nem condicionam a opinião do Auditor Externo.

Por fim, verificou ainda, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, que o Relatório de Governo da Sociedade inclui todos os elementos referidos no artigo 245.º -A do Código dos Valores Mobiliários.

Parecer

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, dos serviços da Sociedade e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada e Individual, somos do parecer que:

- i) Seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais; e
- iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Declaração de Responsabilidade

De acordo com o disposto na alínea c) do número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros da Comissão de Auditoria, abaixo identificados declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- i) a informação constante do Relatório de Gestão, das Contas Anuais, da Certificação Legal de Contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação.
- ii) o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

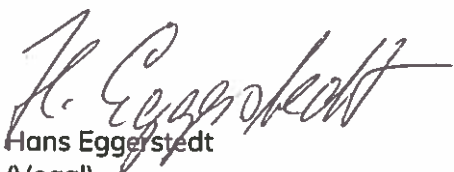
Lisboa, 5 de Março de 2018



Sérgio Tavares Rebelo
(Presidente da Comissão de Auditoria)



Clara Christina Streit
(Vogal)



Hans Eggerstedt
(Vogal)

GOVERNO DA SOCIEDADE



1

Governo da Sociedade

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACCIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE	131
Secção A - ESTRUTURA ACCIONISTA	131
Secção B - ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	135
Secção C - ORGANIZAÇÃO INTERNA	166
Secção D – REMUNERAÇÕES	178
Secção E - TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	187
PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	189

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACCIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

Secção A ESTRUTURA ACCIONISTA

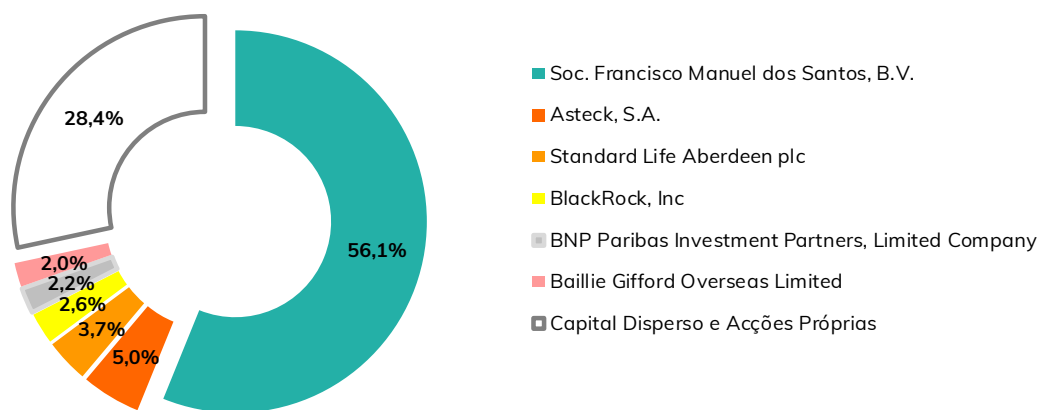
Subsecção I Estrutura de Capital

1. Estrutura de Capital (Capital Social, Número de Acções, Distribuição do Capital Pelos Accionistas, etc), Incluindo Indicação das Acções Não Admitidas à Negociação, Diferentes Categorias de Acções, Direitos e Deveres Inerentes às Mesmas e Percentagem de Capital que Cada Categoria Representa (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a) do Código dos Valores Mobiliários - CVM)

O capital social da Sociedade é de 629.293.220 euros, está integralmente subscrito e realizado e é dividido em seiscentos e vinte e nove milhões duzentos e noventa e três mil duzentas e vinte acções no valor nominal de um euro cada uma.

Todas as acções são ordinárias, não existem diferentes categorias de acções, estando todas as acções admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisboa.

A distribuição do capital da Sociedade é a seguinte, com referência a 31 de Dezembro de 2017*:



* De acordo com as últimas comunicações efectuadas pelos titulares de participações qualificadas à Jerónimo Martins, SGPS, S.A. até à referida data.

2. Restrições à Transmissibilidade das Acções, Tais Como Cláusulas de Consentimento Para a Alienação, ou Limitações à Titularidade de Acções (Art. 245.º-A, n.º 1, al. b) CVM)

As acções de Jerónimo Martins são livremente transmissíveis, não existindo restrições à respectiva transmissibilidade.

3. Número de Acções Próprias, Percentagem de Capital Social Correspondente e Percentagem de Direitos de Voto a Que Corresponderiam as Acções Próprias (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a) CVM)

A Sociedade mantém em carteira 859 mil acções próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por acção (preço ajustado pela renominalização do capital social) e representativas de 0,14% deste, que corresponderia a igual percentagem dos direitos de voto.

4. Acordos Significativos de Que a Sociedade Seja Parte e Que Entrem Em Vigor, Sejam Alterados ou Cessem em Caso de Mudança de Controlo da Sociedade Na Sequência de uma Oferta Pública de Aquisição, Bem Como os Efeitos Respectivos, Salvo se, Pela Sua Natureza, a Divulgação dos Mesmos For Seriamente Prejudicial Para a Sociedade, Excepto se a Sociedade for Especificamente Obrigada a Divulgar Essas Informações Por Força de Outros Imperativos Legais (Art. 245.º-A, n.º 1, al. j) CVM)

Não existem acordos significativos (incluindo contratos de financiamento) de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

5. Regime a Que se Encontre Sujeita a Renovação ou Revogação de Medidas Defensivas, em Particular Aquelas que Prevejam a Limitação do Número de Votos Susceptíveis de Detenção ou de Exercício Por um Único Accionista de Forma Individual ou em Concertação com Outros Accionistas

Não foram adoptadas quaisquer medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do Órgão de Administração e que sejam susceptíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do Órgão de Administração, ou que prevejam a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

6. Acordos Parassociais Que Sejam do Conhecimento da Sociedade e Possam Conduzir a Restrições em Matéria de Transmissão de Valores Mobiliários ou de Direitos de Voto (Art. 245.º-A, n.º 1, al. g) CVM)

No seguimento da comunicação relativa a participação qualificada efectuada à Sociedade, em 2 de Janeiro de 2012, foi a mesma informada da existência de acordo parassocial relativo ao exercício do direito de voto, nos seguintes termos:

“Mais se informa que, em conformidade com o disposto no Artigo 21.º, n.º 2, alíneas b) e c), do Código dos Valores Mobiliários, a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A.[*] domina a Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V., por poder exercer os correspondentes direitos de voto nos termos de acordo parassocial.

De harmonia com o estabelecido no Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, mormente na alínea b) do seu n.º 1, por força do sobredito acordo parassocial, os direitos de voto inerentes às acções de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. objecto da compra e venda anteriormente mencionada permanecem imputados à Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A.[*]”

A Sociedade desconhece, contudo, a existência de eventuais restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

* Denominação social alterada em 2015 para “Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E.”.

Subsecção II Participações Sociais e Obrigações Detidas

7. Identificação das Pessoas Singulares ou Colectivas que, Directa ou Indirectamente, São Titulares de Participações Qualificadas (Art. 245.º-A, n.º 1, als. c) e d) CVM e art. 16.º CVM), com Indicação Detalhada da Percentagem de Capital e de Votos Imputável e da Fonte e Causas de Imputação

Os titulares de participações qualificadas, calculadas nos termos do n.º 1 do Artigo 20.º CVM, com base na totalidade das acções de acordo com a alínea b) do n.º 3 do Artigo 16.º CVM, a 31 de Dezembro de 2017, são identificados na tabela abaixo.

Lista dos Titulares de Participações Qualificadas a 31 de Dezembro de 2017*

(De acordo com o disposto no número 4 do Artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais – CSC, e na alínea b) do número 1 do Artigo 8 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

Accionista	N.º de Acções detidas	% Capital	N.º Direitos de Voto	% dos Direitos de Voto
Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E. Através da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.	353.260.814	56,136%	353.260.814	56,136%
Heerema Holding Company Inc. Através da Sociedade Asteck, S.A.	31.464.750	5,000%	31.464.750	5,000%
Standard Life Aberdeen plc Através Investimento gerido por Standard Life Aberdeen plc	23.127.393	3,675%	23.127.393	3,675%
BlackRock, Inc.	16.623.792	2,642%	16.623.792	2,642%
Baillie Gilford & Co. Através da Sociedade Baillie Gilford Overseas Limited	12.723.138	2,022%	12.723.138	2,022%
BNP Paribas Investment Partners, Limited Company Através de Fundos de Investimento por si geridos	13.536.757	2,151%	12.604.860	2,003%

* Fonte: Últimas comunicações efectuadas pelos titulares de participações qualificadas à Jerónimo Martins, SGPS, S.A. até à referida data.

8. Indicação Sobre o Número de Acções e Obrigações Detidas por Membros dos Órgãos de Administração e De Fiscalização

(De acordo com o disposto no n.º 5 do Artigo 447.º CSC)

Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração	Posição em 31.12.16		Acréscimos no exercício		Diminuições no exercício		Posição em 31.12.17	
	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações
Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos	274.805	-	-	-	-	-	274.805	-
Andrzej Szlezak	-	-	-	-	-	-	-	-
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	-	-	-	-	-	-	-	-
Artur Stefan Kirsten	-	-	-	-	-	-	-	-
Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Artigo 447.º C.S.C.) ¹	353.260.814	-	-	-	-	-	353.260.814	-
Clara Christina Streit	800	-	-	-	-	-	800	-
Francisco Manuel Seixas da Costa	-	-	-	-	-	-	-	-
Hans Eggerstedt	19.700	-	-	-	-	-	19.700	-
Henrique Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos	26.455 ²	-	-	-	-	-	26.455 ²	-
Sérgio Tavares Rebelo	-	-	-	-	-	-	-	-

¹ Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.; Ver Ponto 20.

² Das quais 1.500 acções são detidas pelo cônjuge.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas, Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A. confirmou não deter quaisquer acções ou obrigações, em 31 de Dezembro de 2017, e não ter realizado, durante 2017, transacções com quaisquer títulos de Jerónimo Martins, SGPS, S.A.

9. Poderes Especiais do Órgão de Administração, nomeadamente no que Respeita a Deliberações de Aumento de Capital (Art. 245.º-A, nº 1, al. i) CVM), com Indicação, Quanto a Estas, da Data em Que Lhe Foram Atribuídos, Prazo Até ao Qual Aquela Competência Pode Ser Exercida, Limite Quantitativo Máximo do Aumento do Capital Social, Montante Já Emitido ao Abrigo da Atribuição de Poderes e Modo de Concretização dos Poderes Atribuídos

Qualquer aumento de capital carece de deliberação prévia da Assembleia Geral de accionistas.

10. Informação Sobre a Existência de Relações Significativas de Natureza Comercial entre os Titulares de Participações Qualificadas e a Sociedade

Face à política que tem vindo a ser seguida pela Sociedade sobre este tema, não se realizaram quaisquer negócios entre a Sociedade e os Titulares de Participação Qualificada ou entidades que com estes estejam em qualquer relação, fora das condições normais de mercado.

Não existem relações significativas de natureza comercial entre a Sociedade e Titulares de Participação Qualificada.

Secção B ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

Subsecção I Assembleia Geral

A. Composição da Mesa da Assembleia Geral

11. Identificação e Cargo dos Membros da Mesa da Assembleia Geral e Respetivo Mandato (Início e Fim)

No dia 14 de Abril de 2016 foram eleitos, para o triénio 2016-2018, Abel Bernardino Teixeira Mesquita e Nuno de Deus Pinheiro, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Secretário, respectivamente.

B. Exercício do Direito de Voto

12. Eventuais Restrições em Matéria de Direito de Voto, Tais Como Limitações ao Exercício do Voto Dependente da Titularidade de um Número ou Percentagem de Acções, Prazos Impostos Para o Exercício do Direito de Voto ou Sistemas de Destaque de Direitos de Conteúdo Patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f) CVM)

A Sociedade e o seu Conselho de Administração valorizam particularmente os princípios da livre transmissibilidade das acções e da livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do Órgão de Administração.

Assim, o Artigo Vigésimo Quarto dos Estatutos da Sociedade estabelece a regra de que a cada acção corresponde um voto.

Nesta linha, a Sociedade não estabeleceu mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada acção ordinária, designadamente não estão estatutariamente atribuídos direitos especiais a accionistas ou previstos limites ao exercício do direito de voto, nem existe nenhuma regra estatutária especial sobre sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

De igual forma, a presença na Assembleia Geral não se encontra condicionada à detenção de um número mínimo de acções.

De acordo com o Artigo Vigésimo Sexto dos Estatutos da Sociedade, a Assembleia Geral poderá funcionar em primeira convocatória, desde que se ache presente ou representado mais de 50% do capital social.

Participação em Assembleia Geral

Nos termos do disposto no Código dos Valores Mobiliários e no Artigo Vigésimo Terceiro dos Estatutos da Sociedade puderam participar e votar, nas reuniões da Assembleia Geral, os accionistas que reuniram as seguintes condições:

- i. Na Data de Registo, correspondente às 00:00 horas (GMT) do quinto dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia, eram titulares de acções da Sociedade que lhes conferiam pelo menos um voto;
- ii. Até ao final do dia anterior ao da Data de Registo, declararam, por escrito, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e ao respectivo intermediário financeiro a sua intenção de participar na reunião;
- iii. Até ao final do dia da Data de Registo, o respectivo intermediário financeiro enviou ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral informação sobre o número de acções registadas em nome do referido accionista na Data de Registo.

Voto por Correspondência

De acordo com o número três do Artigo Vigésimo Quinto dos Estatutos, é ainda admitido o voto por correspondência. Estatutariamente, os votos por correspondência contam para a formação do quórum constitutivo da Assembleia Geral e cabe ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar a sua autenticidade e regularidade, bem como assegurar a sua confidencialidade até ao momento da votação. Em caso de presença do accionista ou do seu representante na Assembleia Geral, considera-se revogado o voto por correspondência emitido.

Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas depois da data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos.

A Sociedade disponibiliza no seu sítio institucional um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

Como os seus estatutos são omissos nesta matéria, a Sociedade fixou em 48 horas antes da realização da Assembleia Geral o prazo para a recepção do voto por correspondência, acolhendo e, de certa forma, indo mais longe do que o disposto na recomendação da CMVM sobre esta matéria.

Voto por Meios Electrónicos

A Sociedade reconhece também que a utilização das novas tecnologias potencia o exercício dos direitos dos accionistas e, nesse sentido, adopta, desde 2006, os mecanismos adequados para que estes possam votar por meios electrónicos nas Assembleias Gerais. Assim, os accionistas deverão manifestar a intenção de exercer o seu direito por esta via ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, junto da sede social ou através do sítio institucional de Jerónimo Martins, em <https://www.jeronimomartins.com/pt/>. Na referida manifestação de interesse, os accionistas deverão indicar a morada do intermediário financeiro de registo dos valores mobiliários para a qual, subsequentemente, será enviada uma carta registada, que contém o endereço electrónico a usar para exercício do direito de voto e um código identificador, a referir na mensagem de correio electrónico, com que o accionista poderá exercer o mesmo.

13. Indicação da Percentagem Máxima dos Direitos de Voto Que Podem Ser Exercidos Por Um Único Accionista ou Por Accionistas Que Com Aquele Se Encontrem em Alguma das Relações do n.º 1 do Art. 20.º CVM

A Sociedade não definiu regras que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.

14. Identificação das Deliberações Accionistas Que, Por Imposição Estatutária, Só Podem Ser Tomadas Com Maioria Qualificada, Para Além Das Legalmente Previstas e Indicação Dessas Maiorias

Não existe nenhuma regra estatutária especial sobre quóruns deliberativos.

Subsecção II Administração e Supervisão (Conselho de Administração)

A. Composição

15. Identificação do Modelo de Governo Adoptado

A Sociedade adoptou o modelo de governo Anglo-Saxónico correspondente à modalidade prevista na alínea b) do Artigo 278.º CSC em que a administração e fiscalização da Sociedade se encontram estruturadas através de um Conselho de Administração, que compreende a Comissão de Auditoria, e um Revisor Oficial de Contas.

16. Regras Estatutárias Sobre Requisitos Procedimentais e Materiais Aplicáveis à Nomeação e Substituição dos Membros do Conselho de Administração (Art. 245.º-A, n.º 1, al. h) CVM). Política de Diversidade.

O Artigo primeiro do Regulamento do Conselho de Administração da Sociedade prevê que este órgão tenha a composição que venha a ser deliberada em Assembleia Geral nos termos previstos no número um do Artigo Décimo Segundo do Pacto Social, sendo presidido pelo respectivo Presidente, escolhido em Assembleia Geral.

O número três do Artigo nono do referido Regulamento do Conselho de Administração prevê que em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer dos seus membros, o Conselho de Administração procederá à cooptação, cabendo à Comissão de Auditoria, se tal não ocorrer no prazo de 60 dias a contar da falta, designar o substituto.

Política de Diversidade

No ordenamento jurídico-societário português cabe exclusivamente aos accionistas a competência para seleccionar e designar ou eleger os membros dos órgãos de administração e de fiscalização das sociedades comerciais.

Assim sendo, uma vez que os accionistas não se confundem com a Sociedade, não se afigura que a esta seja juridicamente possível definir ou aplicar uma política de diversidade nos moldes previstos na al. r), do n.º 1, do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de Julho.

Acresce que a recente e tardia publicação e entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 89/2017 não permitiu ainda aos accionistas ponderar e, querendo, levar em conta, de forma expressa, nos processos electivos, considerações de diversidade que subjazem ao normativo em apreço (a primeira assembleia geral electiva da Sociedade, após a data de entrada em vigor do diploma referido, só terá lugar, previsivelmente, em 2019).

Isto não significa, porém, que na selecção dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade (respectivamente, Conselho de Administração e Comissão de Auditoria), os accionistas não relevem critérios de diversidade que procuram combinar os atributos individuais de cada um dos membros, como a independência, a integridade, a experiência e a competência, com as especificidades da Sociedade, designadamente o seu modelo de governo, a sua dimensão, a sua estrutura accionista e o seu modelo de negócio.

Pode-se mesmo afirmar que, na actual composição do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria, os accionistas salvaguardaram a diversidade de género (sem prejuízo do cumprimento da legislação que, a propósito, a Sociedade terá observar a partir de 2019), a diversidade etária, a diversidade de habilitações e a diversidade de antecedentes profissionais, conforme se pode verificar dos pontos 1.3.1. do Capítulo I, e dos pontos 17 a 19, e 26 do Capítulo IV deste Relatório.

17. Composição do Conselho de Administração, com Indicação do Número Estatutário Mínimo e Máximo de Membros, Duração Estatutária do Mandato, Número de Membros Efectivos, Data da Primeira Designação e Data do Termo de Mandato de Cada Membro

Nos termos dos Estatutos, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de sete e um máximo de onze membros, eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de três anos. Ao longo do ano de 2017, o Conselho teve a composição indicada abaixo, contando actualmente com nove membros efectivos, eleitos em Assembleia Geral realizada em 14 de Abril de 2016 para o triénio 2016-2018:

Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos

- Presidente do Conselho de Administração desde 18 de Dezembro de 2013
- Administrador-Delegado
- Primeira designação em 31 de Março de 1995
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Andrzej Szlezak

- Administrador Não-Executivo
- Primeira designação em 10 de Abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista

- Administrador Não-Executivo Independente
- Primeira designação em 9 de Abril de 2010
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Artur Stefan Kirsten

- Administrador Não-Executivo
- Primeira designação em Abril de 2010 (cessação de mandato em Fevereiro de 2011)
- Nova designação em 9 de Abril de 2015.
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Clara Christina Streit

- Administrador Não-Executivo Independente
- Primeira designação em 9 de Abril de 2015
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Francisco Manuel Seixas da Costa

- Administrador Não-Executivo Independente
- Primeira designação em 10 de Abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Hans Eggerstedt

- Administrador Não-Executivo
- Primeira designação em 29 de Junho de 2001
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Henrique Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos

- Administrador Não-Executivo
- Primeira designação em 9 de Abril de 2015
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Sérgio Tavares Rebelo

- Administrador Não-Executivo Independente
- Primeira designação em 10 de Abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

18. Distinção dos Membros Executivos e Não Executivos do Conselho de Administração e, Relativamente aos Membros Não Executivos, Identificação dos Membros Que Podem Ser Considerados Independentes

A Sociedade procura um equilíbrio na composição do Conselho de Administração através da integração de Administradores Não-Executivos e de Administradores Independentes a par do Administrador Executivo, no âmbito de delegação de competências, encontrando-se efectuada supra no n.º 17, para onde se remete, a respectiva discriminação. O critério de distinção utilizado pela Sociedade coincide com o da Recomendação 2005/162/CE, da Comissão da União Europeia, de 15 de Fevereiro de 2005, considerando-se Administradores Executivos aqueles que sejam encarregados da gestão corrente e, a contrario sensu, Administradores Não-Executivos aqueles que o não sejam.

O Conselho de Administração integra, assim, Administradores Não-Executivos, em particular Administradores Independentes dotados de um conjunto de competências técnicas diversificadas, redes de contactos e ligações com entidades nacionais e internacionais que permitem enriquecer e otimizar a gestão da Sociedade numa óptica de criação de valor e de adequada defesa dos interesses de todos os seus accionistas, o que assegura uma efectiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da actividade dos restantes membros do Conselho de Administração.

De acordo com os princípios pelos quais a Sociedade se rege, embora os Administradores respondam perante todos os accionistas por igual, a independência da actuação do Conselho de Administração face a estes é ainda reforçada pela existência de Administradores Independentes.

De acordo com as Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades (2013), doravante referidas como “Recomendações CMVM 2013”, e atendendo ao disposto na recomendação II.1.7, que estabelece os critérios da avaliação da independência feita pelo órgão de administração, são considerados Administradores Independentes os Administradores Francisco Seixas da Costa, António Viana Baptista, Clara Christina Streit, Sérgio Rebelo e Hans Eggerstedt. Os três últimos sendo também membros da Comissão de Auditoria, ficam contudo sujeitos aos critérios de independência previstos no n.º 5 do Artigo 414.º CSC, sendo que por referência a estes últimos o Administrador Hans Eggerstedt não poderá ser considerado independente. Qualquer dos membros da Comissão de Auditoria cumpre também as regras de incompatibilidade previstas no Artigo 414.º-A, n.º 1 CSC com excepção da prevista na alínea b).

Sendo o número de independentes de acordo com os critérios supra explanados de quatro, de entre um total de nove Administradores, afigura-se cumprida a recomendação II.1.7 (Recomendações CMVM 2013), também na parte em que estabelece que entre os Administradores Não-Executivos se deve contar uma proporção adequada de independentes (*in casu*, metade).

19. Qualificações Profissionais e Outros Elementos Curriculares Relevantes de Cada Um dos Membros do Conselho de Administração

Pedro Soares dos Santos ingressou, em 1983, na Direcção de Operações do Pingo Doce. Em 1985, integrou o Departamento de Vendas e Marketing da Iglo/Unilever e, cinco anos mais tarde, assume funções como Director Adjunto das Operações Recheio. Em 1995, é nomeado Director-Geral desta Companhia. Entre 1999 e 2000, assume a responsabilidade pelas operações na Polónia e no Brasil. Em 2001, passa também a ser responsável pelas operações da área de Distribuição em Portugal. É Administrador de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. desde 31 de Março de 1995, sendo Administrador-Delegado desde 9 de Abril de 2010 e Presidente do Conselho de Administração desde 18 de Dezembro de 2013.

Andrzej Szlezak tem nacionalidade polaca e é licenciado em Filologia Inglesa e em Direito pela Adam Mickiewicz University em Poznan, Polónia, tendo sido aprovado no exame judicial em 1981 e admitido na Chamber of Legal Advisors (Poznan Chapter) em 1994. Em 1979, iniciou o seu percurso académico na referida universidade, no qual obteve os graus de doutoramento e pós-doutoramento ("Habilitation Doctor") em Direito, em 1985 e 1992, respectivamente. Em 1994, foi-lhe atribuído o cargo de Professor da Adam Mickiewicz University (Law School) que exerceu até 1996. Actualmente é Professor na Warsaw School of Social Sciences and Humanities. Em 1991, juntou-se à sociedade de advogados Soltysinski, Kawecki & Szlezak ("SK&S"), da qual se tornou sócio em 1993 e sócio senior em 1996. Durante a sua prática na SK&S prestou aconselhamento jurídico em numerosas transacções de privatização e reestruturação em diversos sectores da economia polaca (principalmente em projectos de M&A, societário e greenfield). Desde 1999, tem sido árbitro no Tribunal Arbitral na Câmara do Comércio Polaca (KIG) em Varsóvia, exercendo actualmente funções de Deputy Chairman do Board de Arbitragem deste Tribunal. Tem igualmente sido nomeado como árbitro em diversos processos (nacionais e internacionais) perante a ICC International Court of Arbitration em Paris e em processos ad hoc conduzidos de acordo com as regras de arbitragem UNCITRAL. É ainda autor de várias publicações, incluindo em língua estrangeira, nas áreas de direito civil, comercial e arbitragem. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, desde 10 de Abril de 2013.

António Viana-Baptista é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa (1980), possui Pós-Graduação em Economia Europeia pela Universidade Católica Portuguesa (1981) e MBA pelo INSEAD (Fontainebleau, 1983). Entre 1985 e 1991, foi Sócio (Principal Partner) da McKinsey & Co. nos escritórios de Madrid e Lisboa. Entre 1991 e 1998, exerceu o cargo de Administrador no Banco Português de Investimento. Entre 1998 e 2002, foi Chairman e CEO da Telefónica International. Entre 2002 e 2006, foi Presidente Executivo (Chairman & CEO) da Telefónica Móviles S.A. Entre 2006 e 2008, foi Presidente Executivo (Chairman & CEO) da Telefónica España. Entre 2000 e 2008, foi membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Portugal Telecom. Entre 2011 e 2016 foi CEO do Crédit Suisse AG para Espanha e Portugal, mantendo-se actualmente como consultor desta instituição. É Administrador Não-Executivo da Sociedade desde, 9 de Abril de 2010.

Artur Stefan Kirsten tem nacionalidade alemã e obteve o seu mestrado em Economia e Informática, entre 1981 e 1986, na FernUniversität Hagen e na Georg-August-Universität Göttingen. Em 1991, obteve o seu Doutoramento (Dr. rer. pol.), ao que se seguiu o Stanford Executive Program na Graduate School of Business da Universidade de Stanford, na Califórnia. Desde 1995, lecciona em diferentes universidades alemãs e no estrangeiro. Em 2001, foi nomeado Professor Catedrático na Westfaelische University em Gelsenkirchen. É Director Financeiro (CFO) da Vonovia SE (anteriormente denominada "Deutsche Annington SE") onde é membro do Conselho de Gestão desde 1 de Janeiro de 2011. Foi membro do Conselho de Administração da Sociedade no período compreendido entre Abril de 2010 e Fevereiro de 2011 e é actualmente membro do Conselho de Administração da Sociedade Francisco Manuel dos Santos BV. Os seus cargos anteriores foram como Administrador-Delegado (CEO) da Majid Al Futtaiim Group LLC, uma sociedade de promoção imobiliária com negócios focados no imobiliário, retalho e empreendimentos nos Emirados, e como Director Financeiro (CFO) da Metro AG e da

ThyssenKrupp AG na Alemanha. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, desde 9 de Abril de 2015.

Clara Christina Streit tem dupla nacionalidade, norte-americana e alemã, e tem um Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de St. Gallen, na Suíça. É professora assistente nas Universidades Nova e Católica de Lisboa e Administradora Não-Executiva independente em várias empresas europeias. Começou a sua carreira como Consultora na McKinsey & Company de onde saiu em 2012 como Senior Partner, após mais de 20 anos de experiência como conselheira de instituições financeiras. De 2013 a 2017, assumiu funções como membro do Conselho de Supervisão e Presidente da Comissão de Nomeações da companhia de seguros holandesa Delta Lloyd N.V.. É Administradora do Bank Vontobel AG, desde 2011, onde também é membro da Comissão de Nomeações e Remunerações. É, desde 2013, membro do Conselho de Supervisão da empresa imobiliária alemã Vonovia SE (anteriormente denominada "Deutsche Annington SE"). Em Maio de 2015 foi nomeada membro do Conselho de Administração, da Comissão de Controlo Interno, Risco e Governo da Sociedade e da Comissão de Recursos Humanos e de Nomeações da empresa Unicredit S.p.A, sediada em Milão e, em 2017, foi nomeada membro do Conselho de Supervisão, do Comité de Risco, e do Comité de Nomeações e Corporate Governance do NN Group, N.V.. É Administradora Não-Executiva da Sociedade, desde 9 de Abril de 2015.

Francisco Seixas da Costa é licenciado em Ciências Sociais e Políticas pela Universidade Técnica de Lisboa. Inicia a sua carreira diplomática em 1975 como diplomata do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Entre 1995 e 2001, foi Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, tendo tido várias funções oficiais, entre outras, negociador português do Tratado de Amesterdão, de 1995 a 1997, Coordenador português da negociação do quadro financeiro plurianual da UE, de 1997 a 1999, e Presidente do Conselho de Ministros do Mercado Interno da União Europeia, em 2000. De 2001 a 2002 foi Embaixador, Representante permanente junto das Nações Unidas, em Nova Iorque, e de 2002 a 2004 foi Embaixador, Representante permanente de Portugal junto da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, em Viena. Entre 2004 e 2008, foi Embaixador no Brasil, em Brasília e, entre 2009 e 2013, foi Embaixador em França e Representante Permanente junto da UNESCO (desde 2012), em Paris. Desde 2013, é membro do Conselho Consultivo da Fundação Calouste Gulbenkian e membro do Conselho Estratégico da Mota-Engil, SGPS, S.A. Desde 2014, é docente da Universidade Autónoma de Lisboa. Em Abril de 2016, foi eleito Administrador e membro da Comissão de Nomeações e Retribuições da EDP Renováveis e, em 2017, foi nomeado membro do Conselho Geral Independente da RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.. É colunista e colaborador de diversas publicações e autor de várias obras sobre questões internacionais e de segurança. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, desde 10 de Abril de 2013.

Hans Eggerstedt tem nacionalidade alemã, é licenciado em Economia pela Universidade de Hamburgo e ingressou, em 1964, na Unilever, onde desenvolveu toda a sua carreira. Entre outros cargos, foi Director de Operações de Retalho e de Gelados e Congelados na Alemanha, Presidente e CEO da Unilever Turquia, Director Regional para a Europa Central e de Leste e Director Financeiro e de Informação e Tecnologia da Unilever. É nomeado para o Conselho de Administração da Unilever N.V. e Unilever PLC em 1985, cargo que manteve até 1999. Entre 2003 e 2012 foi Administrador Não-Executivo da COLT Telekom Group S.A., Luxemburgo. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, desde 29 de Junho de 2001.

Henrique Soares dos Santos é licenciado em Gestão pelo Instituto Superior de Gestão e Alumni do INSEAD. Começou a sua carreira em 1993 como Trainee em Contabilidade de Gestão na Fima - Produtos Alimentares S.A. e, um ano depois, era Assistente do Director de Contabilidade de Gestão. Foi Controlador de Orçamento de Jerónimo Martins, SGPS, S.A., entre 1996 e 1997, ano em que se tornou Gestor de Tesouraria da Eurocash Sp z.o.o na Polónia até 1998. No ano seguinte, passou a desempenhar as funções de Controlador Financeiro de Jerónimo Martins Retail Activity Polska Sp z.o.o. Em 2001, foi Vice-Controlador do Grupo e, no mesmo ano, foi nomeado Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho de Administração, cargo que ocupou até 2002. Foi Secretário da Sociedade e

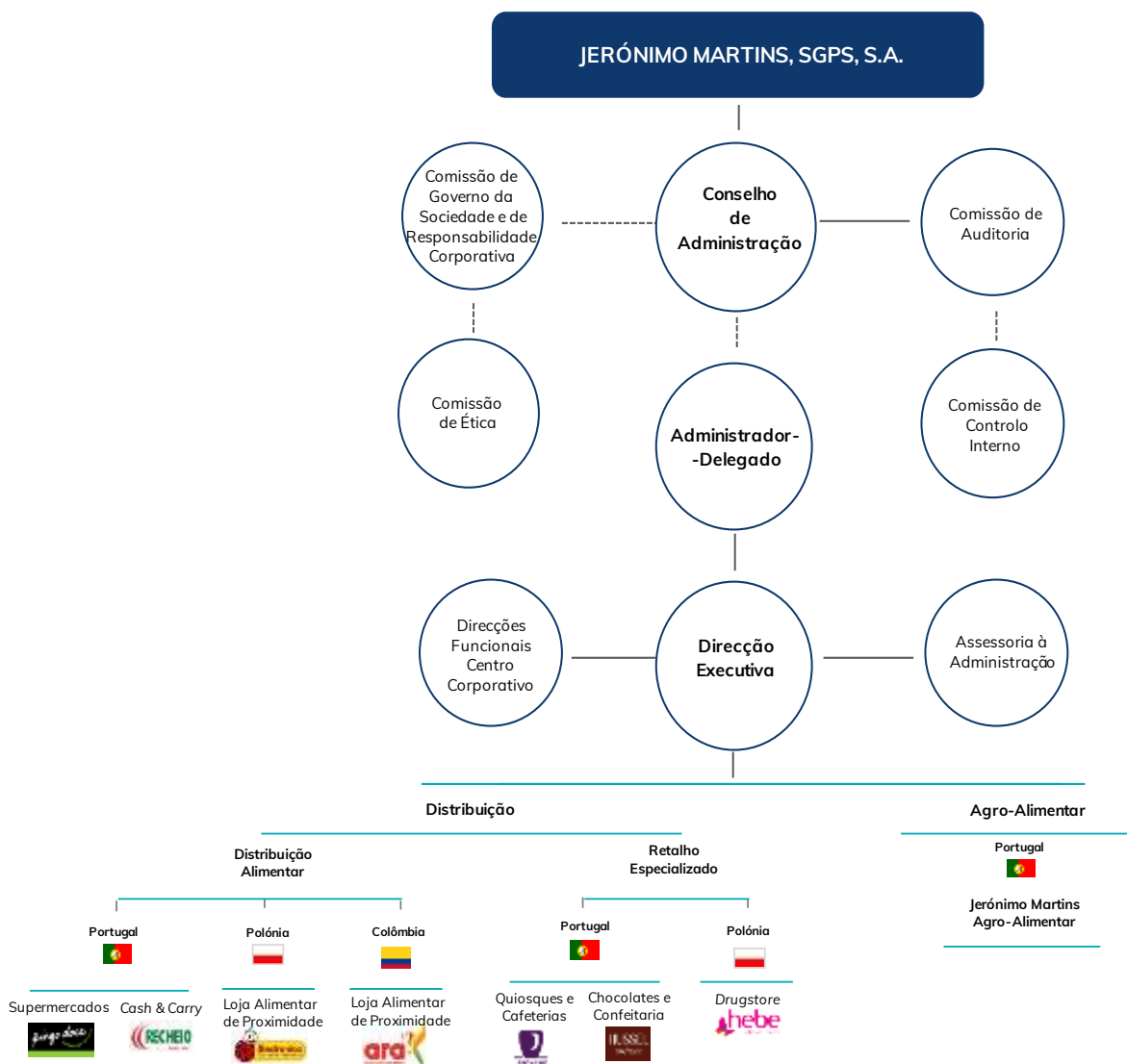
Director de Segurança de Informação de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Waterventures – Consultoria, Projectos e Investimentos, S.A. É membro do Conselho de Administração de Jerónimo Martins - Serviços, S.A., da Arica Holding B.V., da Sindcom – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. assim como da Nesfia - Sociedade Imobiliária, S.A. e Sociedade Francisco Manuel dos Santos, II, S.A. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, desde 9 de Abril de 2015.

Sérgio Tavares Rebelo é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa. Tem um M.Sc. em Investigação Operacional pelo Instituto Superior Técnico, bem com um M.A. e um Ph.D. em Economia pela University of Rochester. Iniciou a sua carreira académica como assistente na Universidade Católica Portuguesa, em 1981. Em 1988, ingressa como Assistant Professor of Finance na Northwestern University, passando a Associate Professor of Finance, em 1991. Entre 1992 e 1997, é Associate Professor do Department of Economics da University of Rochester e, desde Julho de 1997, é Tokai Bank Distinguished Professor of International Finance, Kellogg School of Management, da Northwestern University. Publica, desde 1982, inúmeros artigos e livros na área da economia e finanças. Desde Abril de 2012, é Membro do Advisory Council to the Global Markets Institute na Goldman Sachs e, em Setembro de 2015, torna-se Administrador Não-Executivo da Integrated DNA Technologies. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, desde 10 de Abril de 2013.

20. Relações Familiares, Profissionais ou Comerciais, Habituais e Significativas, dos Membros do Conselho de Administração com Accionistas a Quem Seja Imputável Participação Qualificada Superior a 2% dos Direitos de Voto

Membro do Órgão de Administração	Tipo de Relação	Titular de Participação Qualificada
Artur Stefan Kirsten	Administrador	Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.

21. Organogramas Relativos à Repartição de Competências Entre os Vários Órgãos Sociais, Comissões e/ou Departamentos da Sociedade, Incluindo Informação Sobre Delegações de Competências, em Particular no Que se Refere à Delegação da Administração Quotidiana da Sociedade



○ Estrutura Organizativa
 — Estrutura de Negócios

Presidente do Conselho de Administração

O Presidente do Conselho de Administração, de acordo com o Regulamento do Conselho de Administração, para além da representação institucional da Sociedade, desempenha funções de especial responsabilidade na direcção das respectivas reuniões, no acompanhamento da execução das deliberações tomadas por este Órgão, na participação nas reuniões das restantes comissões emanadas do Conselho de Administração e na definição da estratégia global da Sociedade.

Delegação de Poderes e Coordenação de Administradores Não Executivos

O Conselho de Administração, mediante deliberação, delegou em um Administrador-Delegado diversas competências no âmbito da gestão corrente da Sociedade, o qual, nesses termos, pode:

- a. gerir os negócios sociais e efectivar as operações relativas ao objecto social, compreendidas no âmbito da sua gestão corrente, enquanto sociedade gestora de participações sociais;
- b. representar a Sociedade, em juízo e fora dele, propor e contestar quaisquer acções, e comprometer-se em arbitragens, podendo, para o efeito, designar mandatários, assim como transigir, confessar e desistir das mesmas;
- c. contrair empréstimos e outras operações financeiras, no mercado financeiro nacional ou estrangeiro, emitir valores mobiliários representativos de dívida no âmbito da competência do Conselho de Administração e aceitar a fiscalização das entidades mutuantes, sempre até ao montante de € 50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros) e com integral respeito pelo disposto nos Estatutos da Sociedade;
- d. decidir sobre a prestação, pela Sociedade, de apoio técnico e financeiro, incluindo através da concessão de empréstimos às sociedades de cujas acções, quotas ou partes sociais seja, no todo ou em parte, titular;
- e. decidir sobre a alienação ou locação de bens móveis ou imóveis, incluindo acções, quinhões, quotas e obrigações, e em geral sobre a realização de quaisquer desinvestimentos, até ao montante de € 50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros) ou, independentemente de tal limite, quando tal alienação ou locação se encontre prevista nos Planos de Médio e Longo Prazo, conforme definido *infra*, aprovados pelo Conselho de Administração;
- f. decidir sobre a aquisição ou tomada em locação de quaisquer bens móveis ou imóveis, incluindo acções, quinhões, quotas e obrigações, e em geral sobre a realização de quaisquer investimentos, até ao montante de € 50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros), ou, independentemente de tal limite, quando tal aquisição ou tomada em locação se encontre prevista em Planos de Médio e Longo Prazo, conforme definido *infra*, aprovado pelo Conselho de Administração;
- g. designar as pessoas a propor às Assembleias Gerais das sociedades referidas na alínea d) supra, para preenchimento de cargos nos respectivos órgãos sociais, indicando aquelas a quem caberá exercer funções executivas;
- h. aprovar políticas e normas transversais às sociedades do Grupo Jerónimo Martins, tais como manuais de procedimentos, regulamentos e ordens de serviço, *maxime* no que diz respeito a (i) Recursos Humanos, (ii) Controlo Operacional, (iii) Segurança Alimentar e Controlo de Qualidade e (iv) Reporte e Investimentos;
- i. aprovar os planos de expansão respeitantes às actividades de cada uma das áreas de negócio, bem como das sociedades do Grupo não abrangidas em áreas de negócios;
- j. aprovar a estrutura orgânica das sociedades do Grupo;
- k. decidir as instruções ou orientações a dar pela Sociedade às administrações das sociedades suas subsidiárias, quanto às matérias referidas nesta delegação de poderes, nos termos e com observância do disposto na lei aplicável.

Para efeitos do disposto na delegação de poderes, consideram-se como previstos nos Planos de Médio e Longo Prazo, (entendidos estes como planos de actividades, de investimentos e projecções financeiras a três anos), as aquisições, alienações, investimentos ou desinvestimentos cujo montante não exceda em mais de 10% a respectiva rubrica constante desses Planos.

Em 2017, manteve-se em funções a Direcção Executiva, órgão consultivo que, conforme referido no ponto 29, tem como objectivo fundamental coadjuvar o Administrador-Delegado nas funções que lhe forem delegadas pelo Conselho, no âmbito da gestão corrente dos negócios que constituem o objecto social da Sociedade.

Contudo, o Conselho de Administração retém, nos termos do respectivo Regulamento Interno, poderes sobre as matérias estratégicas de gestão do Grupo, em particular as que se prendem com a definição

de políticas gerais da Sociedade e da estrutura empresarial do Grupo e as que, devido à sua importância e natureza especiais, podem impactar substancialmente a actividade deste último.

Ao Administrador-Delegado estão também vedadas as matérias a que se refere o n.º 4 do Artigo 407.º CSC.

Para além dos poderes sobre matérias estratégicas para a gestão do Grupo, o Conselho de Administração exerce um controlo efectivo na orientação da vida societária ao procurar sempre informar-se devidamente e ao assegurar a supervisão da gestão da Sociedade, encontrando-se implementados mecanismos nesse sentido.

Neste contexto, em cada reunião do Conselho de Administração, o Administrador-Delegado apresenta informação relativa à actividade desenvolvida pela Sociedade desde a última reunião, disponibilizando-se para prestar os esclarecimentos complementares que os Administradores Não-Executivos entendam necessários. Em 2017, toda a informação solicitada pelos Administradores Não-Executivos foi completa e tempestivamente fornecida pelo Administrador-Delegado.

Adicionalmente, e considerando que o Administrador-Delegado é, simultaneamente, Presidente do Conselho de Administração, foi aprovado por deliberação do dito Conselho um Mecanismo de Coordenação dos Trabalhos dos Administradores Não-Executivos da Sociedade, dando cumprimento à recomendação II.1.10 das Recomendações CMVM 2013.

Tal Mecanismo explicita que os membros do Conselho de Administração que não integrem uma Comissão Executiva ou que não sejam Administradores-Delegados mantêm responsabilidade, nos termos fixados pelo Artigo 407.º, n.º 8 CSC, pela vigilância sobre a actuação da Comissão Executiva ou dos Administradores-Delegados e, bem assim, pelos prejuízos causados por actos ou omissões destes, quando, tendo conhecimento de tais actos ou do propósito de os praticar, não provoquem a intervenção do Conselho de Administração para tomar as medidas adequadas.

A actividade de supervisão e fiscalização dos Administradores Não-Executivos é também exercida no seio das Comissões Especializadas, e grupos de trabalho da Sociedade em que aqueles participem e nos órgãos societários das sociedades subsidiárias de que façam parte.

Ainda nos termos de tal Mecanismo, os Administradores-Delegados ou o Presidente da Comissão Executiva, consoante aplicável, bem como os Administradores a quem tenha sido atribuído um encargo especial ao abrigo do Artigo 407.º, n.ºs 1 e 2 CSC, deverão:

- a) sempre que tal se mostre necessário, prestar aos Administradores com funções não executivas informação relevante relativamente à execução dos poderes que lhes tenham sido delegados ou do encargo especial que lhes tenha sido atribuído;
- b) satisfazer, em prazo razoável, qualquer pedido de informação que lhes seja submetido por qualquer dos Administradores com funções não executivas, para efeitos do desempenho das respectivas funções, devendo a referida informação ser igualmente disponibilizada aos demais membros do Conselho de Administração.

Prevê-se no dito Mecanismo que os Administradores com funções não executivas possam realizar reuniões *ad hoc*, por iniciativa de quaisquer dois deles, cabendo a respectiva convocatória ao Secretário da Sociedade (que da mesma dará conhecimento ao Presidente do Conselho de Administração), nos termos previstos no Regulamento do Conselho de Administração.

Com vista a permitir uma participação independente e informada dos Administradores com funções não executivas nas reuniões do Conselho de Administração ou nas reuniões das Comissões Especializadas, de grupos de trabalho ou de Órgãos Societários de sociedades de que façam parte, atrás referidos, prevê o Mecanismo competir ao Secretário da Sociedade disponibilizar-lhes a agenda

definitiva dos trabalhos e a respectiva documentação preparatória nos termos e com observação dos prazos previstos no Regulamento do Conselho de Administração.

Compete ainda ao Secretário da Sociedade, de acordo com o Mecanismo implementado, diligenciar pela remessa aos Administradores que o solicitem de cópia das actas da Direcção Executiva, bem como de quaisquer actas dos Órgãos Sociais ou das Comissões Especializadas criadas pelo Conselho de Administração, e prestar-lhes, no âmbito das suas competências, quaisquer informações respeitantes a deliberações do Conselho de Administração e da Comissão Executiva ou a quaisquer decisões dos Administradores-Delegados.

Estrutura Organizativa e Repartição de Competências

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. é a *Holding* do Grupo e, como tal, é responsável pelas grandes linhas orientadoras das várias áreas de negócio, bem como por assegurar a coerência entre os objectivos definidos e os recursos disponíveis. Os serviços da *Holding* integram um conjunto de Direcções Funcionais que constituem, simultaneamente, áreas de apoio ao Centro Corporativo e de prestação de serviços às Áreas Operacionais das sociedades do Grupo, nas diferentes geografias em que estas operam.

Em termos operacionais, Jerónimo Martins encontra-se organizada em três segmentos de negócio: i. Distribuição Alimentar, ii. Retalho Especializado e iii. Agro-Alimentar, estando o seu foco maior no primeiro. A Distribuição – Alimentar e Retalho Especializado - está, por sua vez, organizada por Áreas Geográficas e Áreas Operacionais (estas com diferentes insígnias). Já o segmento Agro-Alimentar serve, essencialmente, de suporte à Distribuição Alimentar, para já, apenas em Portugal, garantindo o abastecimento e diferenciação em categorias relevantes.

Direcções Funcionais da Holding

À *Holding* cabe: i. a definição e a implementação da estratégia de desenvolvimento do portefólio do Grupo; ii. o planeamento e controlo estratégico dos vários negócios e a manutenção da sua consistência com os objectivos globais; iii. a definição de políticas financeiras e o respectivo controlo; e iv. a definição de políticas de Recursos Humanos, assumindo directamente a implementação da Política de Desenvolvimento de Quadros (*Management Development Policy*).

As Direcções Funcionais da Holding estão organizadas da seguinte forma:



Ambiente – Responsável pela definição da estratégia, políticas e procedimentos transversais em todas as geografias onde o Grupo Jerónimo Martins está presente, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos e procurando identificar oportunidades de minimização dos impactos ambientais negativos, directos e indirectos, decorrentes das suas operações e produtos, sobre a cadeia de valor.

Tendo por base a avaliação de riscos ambientais, as tendências, a informação científica disponível e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas, a estratégia ambiental do Grupo tem como prioridades a protecção da biodiversidade, a correcta gestão de resíduos e o combate às alterações climáticas, tendo sido estabelecidos objectivos específicos, programas e metas específicos no âmbito da gestão de cada uma destas prioridades.

Os principais compromissos e as principais acções implementadas em 2017, bem como os resultados obtidos, podem ser encontrados no Capítulo V do Relatório e Contas.

Assuntos Jurídicos – Assegura assistência jurídica permanente à Sociedade, elaborando contratos, pareceres e estudos, assessorando o Conselho de Administração na tomada de decisão, implementando políticas de planeamento de risco e dando apoio às restantes Direcções Funcionais. Assegura ainda a necessária coordenação entre os departamentos jurídicos das sociedades subsidiárias nas diversas jurisdições em que operam.

Em 2017, a Direcção em causa continuou a centrar a sua actividade no acompanhamento da evolução das regras e recomendações societárias, nas diversas operações de reorganização do Grupo e no apoio ao Conselho de Administração e às diversas Direcções Funcionais, entre outras matérias, nos projectos de expansão internacional do Grupo.

Desempenhou ainda um papel activo em matéria de prevenção de litígios, através do aconselhamento jurídico e da formação interna.

Auditoria Interna – Avalia a qualidade e eficácia dos sistemas (operacionais e não operacionais) de controlo interno e de gestão de risco estabelecidos pelo Conselho de Administração, assegurando a sua conformidade com os procedimentos do Grupo, bem como os de cada unidade de negócio, zelando pelo cumprimento da legislação e da regulamentação aplicáveis às respectivas operações.

Esta Direcção reporta hierarquicamente ao Presidente do Conselho de Administração e funcionalmente à Comissão de Auditoria. As actividades desenvolvidas encontram-se referidas no ponto 50.

Comercial - Responsável pela definição, coordenação e implementação de estratégia e políticas comerciais globais comuns às várias geografias onde o grupo opera.

Tem como principal missão liderar a coordenação e integração das áreas comerciais das diferentes companhias operacionais na prossecução dos seguintes principais objectivos:

- Actividades de procurement e negociações conjuntas com produtores e fornecedores internacionais de Marcas Próprias, Frescos e Non-Food;
- Promover a partilha de know-how e informação entre as diferentes geografias;
- Incentivar e operacionalizar a inovação comum associada às marcas próprias;
- Desenvolvimento de marcas globais em categorias específicas;
- Potenciar e coordenar todas as outras sinergias comerciais entre companhias

Comunicação e Responsabilidade Corporativas – Assegura a gestão estratégica da marca Jerónimo Martins e é responsável por preservar e desenvolver o capital reputacional do Grupo. Esta missão é prosseguida pelo envolvimento num contínuo diálogo com os vários stakeholders externos não-financeiros e pela promoção da integração de preocupações ambientais, sociais e éticas nas decisões do dia-a-dia ao longo da cadeia de valor. Funciona também como agente de integração inter-departamental, desenvolvendo esforços para garantir o alinhamento das mensagens e práticas com os valores e objectivos do Grupo.

Em 2017, no âmbito do plano de celebração do 225.º aniversário de Jerónimo Martins, a equipa foi responsável pela concepção, desenvolvimento e lançamento simultâneo nos três países do projecto de rebranding, incluindo a gestão da mudança de todos os interfaces da marca corporativa, do website à sinalética nos edifícios. Foram produzidos dois novos livros com importantes contributos para o conhecimento do Grupo acerca da sua história e montou-se e organizou-se um arquivo digital dos documentos históricos existentes.

Também na área digital, e enquanto gestora da página corporativa no LinkedIn, em parceria com os Recursos Humanos Corporativos, em 2017, a Direcção celebrou o atingimento dos 100.000 seguidores nesta rede social (www.linkedin.com/company/jeronimo-martins).

Organizou ainda a 6.ª edição da Conferência de Sustentabilidade, sob o tema “O Poder da Acção Colectiva”, dirigida à sua gestão de topo e a parceiros de negócio estratégicos, que contou também com a participação de Organizações Governamentais e Não-Governamentais e de outros agentes do sector da Distribuição Alimentar.

Controlo Financeiro – É responsável pela prestação de informação financeira de suporte à tomada de decisão pelos Órgãos de Governo da Sociedade. Agrega as áreas de Consolidação e Contabilidade, Planeamento e Controlo Financeiro.

A área da Consolidação e Contabilidade prepara a informação financeira consolidada que serve de base ao cumprimento das obrigações legais e estatutárias, e apoia o Conselho de Administração, através da implementação e monitorização das políticas e dos princípios contabilísticos adoptados pelo Grupo.

Procede ainda à supervisão da conformidade do reporte financeiro das diversas sociedades do Grupo com estes normativos, apoiando as Companhias na avaliação contabilística de transacções não usuais, assim como nas operações de reestruturação e expansão.

A área de Planeamento e Controlo coordena e suporta o processo de criação dos Planos Estratégicos de Jerónimo Martins que servem de base à tomada de decisão estratégica pelos Órgãos de Governo da Sociedade.

Desenvolve uma função de controlo, monitorizando o desempenho das diferentes unidades de negócio do Grupo e apurando eventuais desvios face aos planos. Deste modo, disponibiliza à Direcção Executiva de Jerónimo Martins informações e propostas para assegurar medidas correctivas que permitam alcançar os objectivos estratégicos definidos.

Efectua ainda a avaliação financeira de todos os projectos de investimento relevantes para o Grupo, suportando a Direcção Executiva na sua aprovação e acompanhamento posterior.

Em 2017, centrou a sua actividade na implementação de diversos projectos de reorganização societária visando a simplificação organizacional e eficiência administrativa. Proceceu ao acompanhamento e monitorização da *performance* das unidades de negócio, com foco particular nos novos negócios, bem como no apoio ao desenvolvimento de planos estratégicos de médio e longo prazo do Grupo.

Desenvolvimento de Negócio – Responsável por projectos de desenvolvimento do negócio focados em oportunidades e desafios que estão directamente relacionados com o negócio das Companhias do Grupo.

Ao longo de 2017, esta Direcção coordenou projectos de natureza transversal e suportou as principais Companhias do Grupo em projectos de desenvolvimento do negócio bem como em reflexões estratégicas.

Estratégia e Expansão Internacional – Responsável pela prospecção e avaliação de oportunidades de desenvolvimento do portefólio de negócios do Grupo Jerónimo Martins e pela condução de projectos de natureza estratégica que envolvam fusões e aquisições.

No âmbito do desenvolvimento do portefólio de negócios, tem como responsabilidade a pesquisa, análise e avaliação de oportunidades de expansão e valorização do Grupo, através de novos mercados e negócios que potenciem o desenvolvimento de unidades de negócio com materialidade para integrem o portefólio Jerónimo Martins.

Durante 2017, liderou e apoiou diversos projectos estratégicos e continuou a desenvolver a actividade de prospecção de novos mercados e negócios.

Fiscalidade – Presta assessoria em matéria tributária a todas as Sociedades do Grupo, assegurando o cumprimento da legislação em vigor e a optimização, do ponto de vista fiscal, das acções de gestão das unidades de negócio. Procede, igualmente, à gestão do contencioso fiscal e do relacionamento do Grupo com consultores e advogados externos, bem como com as Autoridades Fiscais.

Em 2017, prestou suporte técnico necessário em todas as operações de reestruturação societária. Acompanhou a implementação no Grupo da legislação europeia relativa ao *Base Erosion and Profit Shifting* (BEPS). Através das associações, nacionais e internacionais, representativas do sector assegurou a defesa dos interesses do Grupo, quer pela colaboração prestada na clarificação e implementação de nova legislação, quer no debate público de novas normas legislativas.

Gestão de Risco – Responsável pela implementação das políticas e procedimentos de gestão de risco do Grupo, bem como pela prestação do necessário suporte aos Órgãos de Governo da Sociedade na identificação dos riscos que possam comprometer a estratégia definida pelo Grupo, assim como os seus objectivos de negócio.

As actividades desenvolvidas na área de Gestão de Risco encontram-se detalhadas nos números 52 a 55 deste Relatório.

Logística e Supply Chain - Tem como principal contributo, a participação na execução dos planos estratégicos para o desenvolvimento e crescimento dos diversos negócios nas diferentes geografias. O seu objetivo é apoiar e promover a eficiência dos modelos de negócio do Grupo, em todas as dimensões da respectiva cadeia de abastecimento.

Partindo deste objectivo, a Direcção tem como missão:

- Promover e fomentar as boas práticas, e o aumento de sinergias, entre as equipas das diversas geografias;
- Planear e definir com as Companhias, os modelos da cadeia de abastecimento que melhor se adaptam à evolução de cada mercado;
- Contribuir para a evolução dos modelos de abastecimento dos fornecedores, de forma que isso se traduza em melhorias de escala, e ganhos de produtividade na cadeia de valor;
- Desenhar e remodelar infraestruturas físicas, modernas e tecnologicamente avançadas, com centros de distribuição de referência na indústria, e que nessas plataformas se preste um serviço de excelência às lojas.

Marketing e Consumidor - Departamento responsável pela visão estratégica da área de Marketing assente numa perspectiva *consumer centric*, com especial foco na área Digital.

É prioridade desta área desenvolver o conhecimento aprofundado dos clientes, de forma a melhorar a experiência que os mesmos têm com cada uma das insígnias do Grupo, recorrendo, para tal, a metodologias e ferramentas na área de *Data e Insights* de Consumidor que permitam estabelecer uma interacção relevante e uma melhor experiência em pontos de contacto.

Em 2017, esta Direcção desenvolveu uma visão estratégica para a área Digital no Grupo, priorizando actividades-chave. Apoiou adicionalmente as Companhias em actividades de Marketing, Comunicação e Digital.

Operações Financeiras – Integra as áreas de Gestão de Risco Financeiro, Gestão de Tesouraria e de Seguros, sendo a actividade da primeira objecto de uma descrição detalhada nos pontos 52 a 55.

A Gestão de Tesouraria tem como responsabilidade gerir a relação com as instituições financeiras que desenvolvem ou têm potencial para desenvolver negócio com o Grupo Jerónimo Martins, garantindo que cumprem os critérios estabelecidos para tal, e assegurando igualmente a negociação das melhores condições possíveis para o Grupo. Efectua ainda o planeamento de tesouraria com o objectivo de negociar e implementar, para todas as Companhias do Grupo, as fontes de financiamento mais adequadas à respectiva geração de cash flow, ou aplicar os excedentes de modo a maximizar o retorno minimizando o risco.

Grande parte das actividades de tesouraria de Jerónimo Martins está centralizada na *Holding*, sendo esta a estrutura que presta serviços às restantes sociedades do Grupo. São igualmente centralizados nesta direcção os serviços de negociação e gestão das apólices de seguros do Grupo, tendo igualmente a responsabilidade pela gestão da relação com os corretores e seguradores que trabalham com o Grupo.

Dando cumprimento às actividades atrás descritas, e durante o ano 2017, foi emitida nova dívida, quer para novos investimentos, quer para refinanciamento de dívida que chegou ao seu vencimento.

Qualidade e Desenvolvimento Marca Própria – Responsável pela definição, planeamento, implementação e controlo das políticas, procedimentos, metodologias e regras nas diversas geografias onde Jerónimo Martins opera, garantindo desta forma a aplicação e transversalidade das melhores práticas nesta área.

Em 2017, as principais actividades desenvolvidas centraram-se:

- na concretização das actividades de controlo dos produtos e fornecedores;
- na melhoria contínua dos produtos das Marcas Próprias através da reformulação de produtos existentes – onde podemos destacar o esforço para a substituição ou remoção do óleo de palma em alguns produtos de forma a melhorar o seu perfil nutricional;
- no incremento de controlos anti-fraude e ingredientes OGM (Organismos Geneticamente Modificados);
- na manutenção das certificações em Qualidade e Segurança Alimentar;
- no início do *roll-out* da ferramenta informática QMS (Quality Management System) para todas as geografias;
- na conclusão e revisão dos *Guidelines* Corporativos para Produtos Marca Própria – Perecíveis, Alimentar e Não Alimentar.

Qualidade das Operações e Segurança Alimentar – Responsável por, nas três geografias, garantir a qualidade e segurança alimentar dos produtos e processos, ao longo de toda a cadeia de abastecimento, em todas as suas etapas: produtores e fornecedores, recepção e armazenamento, lojas, cozinhas e fábrica de massa fresca.

Para tal define, planeia, implementa, e controla as políticas, regras e requisitos do Grupo, para produtos e fornecedores, promovendo o alinhamento das estruturas locais e a partilha das melhores práticas, sempre com vista à melhoria contínua da Qualidade e Segurança Alimentar dos seus produtos, e à satisfação dos clientes.

Recursos Humanos – Alicerçada na cultura e valores de Jerónimo Martins, esta área de abrangência corporativa tem por missão definir e implementar a estratégia e as políticas globais de Recursos Humanos ao nível dos seus principais pilares – Recrutamento, Formação, Desenvolvimento, Compensação e Benefícios – zelando pelo respectivo cumprimento, salvaguardando as particularidades das diferentes geografias onde o Grupo opera e as singularidades das suas Companhias.

As actividades desenvolvidas por esta Direcção Funcional, em 2017, encontram-se detalhadas no Capítulo V, ponto 8 – Ser um Empregador de Referência – do Relatório e Contas.

Relações com Investidores – Responsável pela comunicação com os investidores – accionistas ou não, institucionais e privados, nacionais e estrangeiros – bem como com os analistas que elaboram pareceres e formulam recomendações relativas ao título Jerónimo Martins. É igualmente da responsabilidade desta Direcção a coordenação de todos os assuntos relativos ao relacionamento com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

As actividades desenvolvidas por esta Direcção Funcional encontram-se detalhadas nos pontos 56 e 58.

Segurança – Responsável pela implementação de uma estratégia de segurança com a finalidade de garantir a segurança e a protecção dos colaboradores, dos clientes, dos valores e dos activos do Grupo Jerónimo Martins. Neste âmbito, a Direcção de Segurança define e coordena os procedimentos em termos de prevenção de segurança de pessoas e património das companhias, intervindo sempre em situações de furtos, roubos e outras actividades ilícitas e/ou violentas perpetradas nas instalações do Grupo.

Em 2017, no plano de actividades da Direcção de Segurança foram retomadas as auditorias de sistemas de segurança das lojas das insígnias do Grupo, avaliando a conformidade legal e o risco de segurança electrónica, com vista à optimização dos procedimentos de segurança adoptados. No último semestre foram realizadas ainda, avaliações das condições de segurança das instalações das companhias do universo JM Agro-Alimentar e acções de sensibilização de prevenção do risco de segurança aos gerentes de lojas do Grupo.

Segurança de Informação – Responsável pelo planeamento, implementação e manutenção de um sistema de gestão de segurança da informação e de cibersegurança em todas as Companhias do Grupo. Tem ainda a responsabilidade pela preparação da resposta a incidentes de segurança, bem como a respectiva gestão, e apoio na recuperação dos sistemas em caso de interrupção das operações.

Reportam a esta Direcção Corporativa os *Information Security Officers* (ISO) de cada país, que asseguram a conformidade com as Políticas e Normas de Segurança da Informação em vigor e prestam apoio às respectivas áreas de negócio e de suporte.

Em 2017, destacam-se a avaliação da arquitectura de segurança do Grupo, o programa de sensibilização interna para a segurança de informação, a preparação para incidentes de segurança e a promoção da segurança dos dados pessoais.

Sistemas de Informação – A sua missão consiste em apoiar o crescimento do negócio de forma sustentável, conduzindo à mudança através da introdução de inovação em tecnologias de informação relevantes em todas as Companhias do Grupo.

Esta Direcção é responsável por definir e implementar a Estratégia Global de Sistemas de Informação do Grupo, por promover a inovação com recurso à tecnologia e por harmonizar sistemas, políticas e processos de gestão de IT.

As principais prioridades de 2017 foram no sentido de:

- crescimento eficiente: apoiar a expansão orgânica do Grupo e, adicionalmente, implementar um sistema que permita a exportação de produtos; prestar apoio no processo de abertura de um novo Centro de Distribuição em Alfena para suportar o crescimento das operações logísticas e as entregas às lojas; novo modelo logístico na Polónia; plano de *disaster recovery* na ARA; *upgrades* de infraestrutura e automatização de processos recorrentes com tecnologia RPA (*robotic process automation*);

- digital: criação de novas capacidades focadas na experiência do consumidor, desde sinalética digital a vendas online, mobile app e MB way em lojas. Ainda este ano iniciou-se uma nova fase de colaboração digital no Grupo ao nível de cada posto de trabalho;

- relevância para o consumidor: colocação de foco na melhoria do sortido, mais generalizados e novos momentos de campanhas e acções especiais de acordo com a geografia (por exemplo: Mini Cashier no POS na ARA).

Adicionalmente, foram realizados importantes progressos no sentido da implementação de processos mais eficientes em projectos internos, conforme representado no Global IT Dashboard.

Áreas Operacionais

O modelo de organização de Jerónimo Martins tem como principal objectivo assegurar a especialização nos vários negócios do Grupo, através da criação de áreas geográficas e áreas operacionais que garantam a proximidade necessária aos diversos mercados.

O negócio de Distribuição Alimentar está dividido por áreas geográficas – Portugal, Polónia e Colômbia – e, dentro destas, por áreas operacionais. Em Portugal, existem duas áreas operacionais: Pingo Doce (Supermercados e Hipermercados) e Recheio (Cash & Carry) que integra também a divisão de Food Service através da Caterplus. Na Polónia conta com a unidade operacional Biedronka (lojas alimentares) e na Colômbia com a Ara (lojas alimentares).

No portefólio do Grupo encontra-se ainda um segmento de negócio dedicado ao Retalho Especializado, contando em Portugal com as áreas operacionais Jeronymo (cafetarias) e Hussel (lojas de chocolates e confeitaria) e na Polónia com a área operacional Hebe (drugstores).

Nos três últimos anos, o Grupo concretizou os primeiros investimentos na área Agro-Alimentar, iniciando actividade nas áreas dos lacticínios, carne bovina e aquacultura, com o principal foco na protecção e diferenciação da cadeia de abastecimento das operações de Distribuição Alimentar.

B. Funcionamento

22. Existência e Local Onde Pode ser Consultado o Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração

O Regulamento do Conselho de Administração encontra-se disponível no sitio da Sociedade na Internet, no *link* mencionado no ponto 61 (“Endereços Relevantes”).

23. Número de Reuniões Realizadas e Grau de Assiduidade de Cada Membro do Conselho de Administração às Reuniões Realizadas

O Conselho de Administração, cujas competências se encontram descritas no Artigo Décimo Terceiro do Pacto Social, reúne, pelo menos, quatro vezes por ano, com qualquer um dos seus Administradores a poder fazer-se representar nas reuniões do Conselho por outro Administrador, mediante carta dirigida ao Presidente.

Durante o ano 2017, o Conselho de Administração reuniu seis vezes e em todas as reuniões foram elaboradas as respectivas actas.

Os Administradores que não compareceram pessoalmente nas reuniões do Conselho de Administração fizeram-se representar nos termos estatutários, tendo o grau de assiduidade de cada Administrador às referidas reuniões, durante o exercício das respectivas funções, sido o seguinte:

Pedro Soares dos Santos	100%
Andrzej Szlezak	100%
António Viana-Baptista	100%
Artur Stefan Kirsten ¹	67%
Clara Streit ¹	83%
Francisco Seixas da Costa	100%
Hans Eggerstedt	100%
Henrique Soares dos Santos	100%
Sérgio Rebelo	100%

¹ Sempre que não compareceu pessoalmente fez-se representar nos termos estatutários.

24. Indicação dos Órgãos da Sociedade Competentes Para Realizar a Avaliação de Desempenho dos Administradores Executivos

A avaliação do desempenho dos Administradores Executivos encontra-se cometida à Comissão de Vencimentos, nomeada pela Assembleia Geral (ver infra pontos 66 e seguintes).

Efectivamente, cabe à Comissão de Vencimentos, no âmbito da Política de Remunerações definida, apreciar o desempenho individual e colectivo dos Administradores Executivos, ponderar a sua influência e impacto nos negócios de Jerónimo Martins e aferir o respectivo alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade.

Conforme referido infra (ver ponto 27), não existem actualmente na Sociedade comissões compostas exclusivamente por Administradores. Não obstante, o desempenho dos Administradores Executivos que integram comissões de composição mista (i.e., composta também por não Administradores) é avaliado, nos mesmos termos já referidos, pela Comissão de Vencimentos.

25. Critérios Pré-Determinados Para a Avaliação de Desempenho dos Administradores Executivos

Os critérios pré-determinados para a avaliação dos Administradores Executivos resultam do estabelecido na Política de Remunerações descrita infra no ponto 69.

26. Disponibilidade de Cada um dos Membros do Conselho de Administração, Com Indicação dos Cargos Exercidos em Simultâneo em Outras Empresas, Dentro e Fora do Grupo, e Outras Actividades Relevantes Exercidas pelos Membros Daquele Órgão no Decurso do Exercício

No decurso do exercício, os membros do Órgão de Administração desempenharam também funções em outras sociedades, a saber:

Pedro Soares dos Santos

Administrador da Jerónimo Martins Serviços, S.A.*
Administrador da Jerónimo Martins Polska, S.A.*
Administrador da Jerónimo Martins Drogerie i Farmacja Sp. z o.o.*
Administrador da Jerónimo Martins Colombia, SAS*
Administrador da Recheio, SGPS, S.A.*
Administrador da JMR – Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A.*
Administrador da Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A.*
Administrador da Arica Holding B.V.
Presidente do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*
Presidente do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V.*

Andrzej Szlezak

Presidente do Conselho de Supervisão da Agora, S.A.
Membro do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*

António Viana-Baptista

Administrador da Semapa, SGPS, S.A.
Administrador da Arica Holding B.V.
Administrador (Não-Executivo) da Abertis Infraestructuras, S.A.

Artur Stefan Kirsten

Membro da Comissão Executiva e Administrador Financeiro da Vonovia SE
Presidente do Conselho de Supervisão da Vonovia Finance B.V.
Membro do Conselho de Supervisão da AVW Versicherungsmakler GmbH
Vice-Presidente do Conselho de Administração da Conwert Immobilien Invest SE
Administrador da Movendo Capital, B.V.
Administrador da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.

Clara Christina Streit

Administrador (Não-Executivo) da Vontobel Holding AG, Vontobel Bank AG (Zurique)
Membro do Conselho de Supervisão da Vonovia SE
Administrador (Não-Executivo) da Unicredit SpA
Membro do Conselho de Supervisão do NN Group N.V.

Francisco Seixas da Costa

Membro do Conselho Consultivo da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Membro do Conselho Consultivo da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
Presidente do Conselho Consultivo Internacional da Fundação Calouste Gulbenkian
Membro do Conselho Consultivo Estratégico da Mota-Engil, S.A.
Administrador (Não-Executivo) da EDP Renováveis, S.A.
Membro da Comissão de Nomeações e Retribuições da EDP Renováveis, S.A.
Administrador (Não-Executivo) da Mota-Engil Engenharia e Construções África, S.A.
Membro da Comissão de Auditoria da Mota-Engil Engenharia e Construções África, S.A.
Membro do Conselho Geral Independente da RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.

Hans Eggerstedt

Administrador da Arica Holding B.V.

Henrique Soares dos Santos

Administrador da Nesfia – Sociedade Imobiliária, S.A.
Administrador da Jerónimo Martins - Serviços, S.A.*
Administrador da Arica Holding B.V.

Administrador da Sindcom – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.
Administrador da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, II, S.A.

Sérgio Tavares Rebelo

Membro do Conselho Consultivo do *Global Markets Institute* da Goldman Sachs
Administrador (Não-Executivo) da *Integrated DNA Technologies, Inc.*
Membro do Conselho de Supervisão da *Warta – Retail & Services Investments B.V.**
Membro do Conselho de Supervisão da *New World Investments B.V.**

As funções exercidas noutras sociedades não afectaram a disponibilidade dos Administradores para acompanhar os assuntos da Sociedade, como aliás decorre do grau de assiduidade constante do ponto 23.

C. Comissões no Seio do Conselho de Administração e Administrador-Delegado

27. Identificação das Comissões Criadas no Seio do Conselho de Administração, e Local Onde Pode Ser Consultado o Regulamento de Funcionamento

Não existem, actualmente, na Sociedade comissões compostas exclusivamente por Administradores, sem prejuízo da Comissão de Auditoria referida nos pontos 30 a 33, cujo regulamento se encontra disponível no sítio da Sociedade na Internet, no *link* mencionado no ponto 61 (“Endereços Relevantes”).

Foram, contudo, criadas comissões na Sociedade, integradas por membros do Conselho de Administração e também por outras pessoas que não são Administradores, analisadas no ponto 29.

28. Identificação de Administrador-Delegado

O Conselho de Administração designou um Administrador-Delegado, responsável pela execução das decisões estratégicas tomadas pelo Conselho, de acordo com a respectiva delegação de competências, e uma Direcção Executiva, responsável por coadjuvar o Administrador-Delegado nas funções que lhe foram delegadas pelo Conselho de Administração.

O cargo de Administrador-Delegado é desempenhado por Pedro Soares dos Santos.

29. Indicação das Competências de Cada Uma das Comissões Criadas e Síntese das Actividades Desenvolvidas no Exercício Dessas Competências

Direcção Executiva

A Direcção Executiva da Sociedade, cujo mandato coincide com o mandato do Conselho de Administração que a designar, é constituída pelo Administrador-Delegado, Pedro Soares dos Santos, que a preside, por Carlos Martins Ferreira, Luís Araújo, Marta Lopes Maia, Nuno Abrantes, Pedro Leandro e Sara Miranda. De acordo com o respectivo regulamento, à Direcção Executiva cabe aconselhar o Administrador-Delegado, no âmbito da respectiva delegação de poderes, no exercício das seguintes funções:

* Sociedades que integram o Grupo

- controlo da implementação, pelas Sociedades do Grupo, da orientação estratégica e das políticas definidas pelo Conselho de Administração;
- controlo financeiro e contabilístico do Grupo e das Sociedades que o integram;
- coordenação superior das actividades operacionais a cargo das diversas sociedades do Grupo, integradas ou não em áreas de negócio;
- lançamento de novos negócios e acompanhamento dos mesmos até à sua implementação e integração nas respectivas áreas de negócio;
- implementação da política de gestão de Recursos Humanos definida para os quadros superiores de todo o Grupo.

Em 2017, a Direcção Executiva reuniu para cumprimento das atribuições que se lhe encontram cometidas, tendo sido elaboradas actas das respectivas reuniões, as quais foram entregues ao Presidente do Conselho de Administração e ao Secretário da Sociedade.

Comissão de Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa (CGSRC)

A CGSRC é constituída por um mínimo de três e um máximo de nove membros, não obrigatoriamente Administradores, designados pelo Conselho de Administração, sendo um deles o Presidente.

O Conselho de Administração designou para Presidente da CGSRC o actual Presidente do Conselho de Administração, Pedro Soares dos Santos, integrando de igual forma esta Comissão Andrzej Szlezak, Artur Santos Silva, José Soares dos Santos e Maria de Fátima Barros.

No desempenho da sua missão, a CGSRC colabora com o Conselho de Administração, avaliando e submetendo-lhe as propostas de orientação estratégica no domínio da Responsabilidade Corporativa, assim como acompanhando e supervisionando de modo permanente as matérias relativas: i. ao governo societário, responsabilidade social, ambiente e ética; ii. à sustentabilidade dos negócios do Grupo; iii. aos códigos internos de ética e de conduta; e iv. aos sistemas de avaliação e resolução de conflitos de interesses, nomeadamente no que respeita a relações entre a Sociedade e os seus accionistas ou outros stakeholders.

Em particular, no que tange ao governo societário, cabe-lhe acompanhar, rever e avaliar a adequação do modelo de governo da Sociedade e a sua consistência com as recomendações, padrões e melhores práticas nacionais e internacionais de governo societário, dirigindo ao Conselho de Administração as recomendações e propondo as alterações tidas por adequadas.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética de Jerónimo Martins é composta por três a cinco membros nomeados pelo Conselho de Administração, sob proposta da Comissão de Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa. Actualmente, é constituída por Susana Correia de Campos, Adriana Olarte e Patrícia Farinha. A Comissão de Ética tem como missão acompanhar, com isenção e independência, a divulgação e o cumprimento do Código de Conduta do Grupo em todas as sociedades que o integram.

No desempenho das suas atribuições, compete à Comissão de Ética: i. estabelecer os canais de comunicação com os destinatários do Código de Conduta de Jerónimo Martins e recolher as informações que lhe sejam dirigidas a este propósito; ii. zelar pela existência de um sistema adequado de controlo interno do cumprimento deste Código, ao proceder, designadamente, à avaliação das recomendações resultantes destas acções de controlo; iii. apreciar as questões que, igualmente no âmbito do cumprimento deste Código de Conduta, lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, pela Comissão de Auditoria e pela CGSRC, e, ainda, analisar, em abstracto, aquelas que sejam levantadas por qualquer colaborador, cliente ou parceiro de negócio; iv. submeter à CGSRC

a adopção de quaisquer medidas que considere convenientes, onde se incluem a revisão de procedimentos internos e propostas de alteração do próprio Código de Conduta; e, por fim; v. elaborar um relatório anual, a apresentar à CGSRC, sobre as actividades desenvolvidas.

A Comissão de Ética reporta funcionalmente à CGSRC, que tem atribuições em matéria de governo societário, responsabilidade social, ambiente e ética, incluindo as relativas aos códigos internos de ética e de conduta. Das reuniões realizadas em 2017, para cumprimento das atribuições que se lhe encontram cometidas, foram lavradas as respectivas actas.

Comissão de Controlo Interno

A Comissão de Controlo Interno (CCI), nomeada pelo Conselho de Administração e reportando à Comissão de Auditoria, tem como competências específicas a avaliação da qualidade e fiabilidade do sistema de controlo interno e do processo de preparação das demonstrações financeiras, assim como a avaliação da qualidade do processo de monitorização em vigor nas sociedades do Grupo, com vista a assegurar o cumprimento das leis e regulamentos a que estas estão sujeitas. No desempenho desta última atribuição, compete à CCI obter informações regulares sobre as contingências, de natureza legal ou fiscal, que afectam as Companhias do Grupo.

A CCI reúne mensalmente, em regra, para exercício das atribuições que se lhe encontram cometidas, tendo sido lavradas actas de tais reuniões. É composta por um Presidente (Alan Johnson) e quatro Vogais (Francisco Martins, Jerónimo David Duarte, Madalena Mena e Henrique Soares dos Santos). Nenhum dos elementos é Administrador Executivo da Sociedade.

Em 2017, a CCI prosseguiu as suas actividades de supervisão e avaliação dos riscos e processos críticos, tendo apreciado os relatórios preparados pelo Departamento de Auditoria Interna. Uma vez que nestas reuniões é convidado a participar um representante da equipa de Auditoria Externa, são também dadas a conhecer a esta Comissão as conclusões dos trabalhos de auditoria externa que têm lugar ao longo do ano.

Subsecção III Fiscalização (Comissão de Auditoria)

A. Composição

30. Identificação do Órgão de Fiscalização (Comissão de Auditoria) Correspondente ao Modelo Adoptado

O órgão de fiscalização da Sociedade consiste na Comissão de Auditoria, em consequência do modelo de governo anglo-saxónico adoptado.

Para além das competências que lhe são atribuídas por lei, compete à Comissão de Auditoria, no desempenho das suas atribuições:

- fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos, podendo, para este efeito, recorrer à colaboração da CCI, que lhe reportará regularmente os resultados do seu trabalho, evidenciando as situações que deverão ser analisadas pela Comissão de Auditoria;
- avaliar regularmente a auditoria externa;

- aprovar os planos de actividade no âmbito da gestão de risco e acompanhar a sua execução, procedendo, designadamente, à avaliação das recomendações resultantes das acções de auditoria e das revisões de procedimentos efectuadas;
- zelar pela existência de um sistema adequado de controlo interno de gestão de risco nas sociedades de que Jerónimo Martins seja titular de acções, quotas ou partes sociais, controlando o efectivo cumprimento dos seus objectivos;
- aprovar os programas de actividades de auditoria interna, cujo respectivo Departamento lhe reportará funcionalmente, e externa;
- seleccionar, sob proposta da Direcção Executiva, o prestador de serviços de auditoria externa;
- fiscalizar a revisão legal de contas;
- apreciar e fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, nomeadamente quando este preste serviços adicionais à Sociedade;
- emitir parecer prévio sobre negócios de relevância significativa entre a Sociedade e os seus accionistas titulares de participação qualificada – ou entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários –, estabelecendo os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância.

Para o cabal desempenho das suas funções, a Comissão de Auditoria solicita e aprecia toda a informação de gestão que considere necessária, bem como tem acesso irrestrito à documentação produzida pelos auditores da Sociedade, podendo-lhes solicitar qualquer informação que entenda necessária e sendo a primeira destinatária dos relatórios finais elaborados pelos auditores externos.

Durante o ano que passou, a Comissão de Auditoria prestou particular atenção à gestão do risco financeiro e à análise dos relatórios e controlo das medidas de correcção propostas pela Auditoria Interna.

31. Composição da Comissão de Auditoria, Com Indicação do Número Estatutário Mínimo e Máximo de Membros, Duração Estatutária do Mandato, Número de Membros Efectivos, Data da Primeira Designação, e Data do Termo de Mandato de Cada Membro. Política de Diversidade.

Nos termos dos Estatutos, a Comissão de Auditoria é composta por três membros do Conselho de Administração, um dos quais será o seu Presidente.

Os membros da Comissão de Auditoria são eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de três anos designados em simultâneo com os membros do Conselho de Administração, devendo as listas propostas para este último Órgão discriminar os membros que se destinam a integrar a Comissão de Auditoria, os quais não podem exercer funções executivas na Sociedade.

A composição da Comissão de Auditoria ao longo do período em análise, foi a seguinte:

Sérgio Tavares Rebelo

- Presidente da Comissão de Auditoria
- Primeira designação em 10 de Abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Clara Streit

- Primeira designação em 14 de Abril de 2016
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Hans Eggerstedt

- Primeira designação em 30 de Março de 2007
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Política de Diversidade

Aplica-se, a este respeito, o referido no ponto 16.

32. Identificação dos Membros da Comissão de Auditoria Que se Considerem Independentes, nos Termos do Art. 414.º, n.º 5 CSC

Todos os membros da Comissão de Auditoria cumprem o regime das incompatibilidades previsto no n.º 1 do Artigo 414.º-A CSC, com excepção da alínea b). Sérgio Tavares Rebelo e Clara Streit cumprem ainda os critérios legais de independência estabelecidos no Artigo 414.º, n.º 5 CSC, remetendo-se para o referido no n.º 18 quanto ao vogal Hans Eggerstedt.

33. Qualificações Profissionais de Cada Um dos Membros da Comissão de Auditoria e Outros Elementos Curriculares Relevantes

As qualificações profissionais dos membros da Comissão de Auditoria encontram-se descritas no ponto 19 (“Qualificações Profissionais dos Membros do Conselho de Administração”).

Refira-se apenas em termos adicionais que a larga experiência dos elementos que integram a Comissão em cargos estatutários, bem como a sua competência técnica nesta matéria, têm constituído uma especial mais-valia para a Sociedade.

O Presidente da Comissão de Auditoria, Sérgio Tavares Rebelo, é reconhecido internacionalmente como um dos melhores economistas da actualidade, distinguindo-se enquanto professor de Finanças Internacionais na Kellogg School of Management. Tendo sido consultor de inúmeras instituições financeiras, que incluem, entre outros, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Banco de Portugal, ocupou também vários cargos em organizações sem fins lucrativos. A sua ímpar formação académica e os seus conhecimentos em matérias de gestão de risco, nomeadamente, financeiro, para além da sua assertividade e discernimento no levantamento de questões sobre os negócios e os países onde operam, garantem uma especial competência para assegurar a presidência do órgão de fiscalização da Sociedade.

B. Funcionamento

34. Existência e Local Onde Pode Ser Consultado o Regulamento da Comissão de Auditoria

O Regulamento da Comissão de Auditoria encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no link mencionado no ponto 61 (“Endereços Relevantes”).

35. Número de Reuniões Realizadas e Grau de Assiduidade às Reuniões Realizadas de Cada Membro da Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria reúne, pelo menos, uma vez a cada três meses e tem como competências a fiscalização da administração da Sociedade, exercendo as competências que lhe são atribuídas por lei e pelo Artigo Vigésimo dos Estatutos.

Durante o ano 2017, a Comissão de Auditoria reuniu seis vezes e de todas as reuniões foram elaboradas as respectivas actas.

O grau de assiduidade de cada membro da Comissão de Auditoria às reuniões, aferido em termos da sua presença física, durante o exercício das respectivas funções, foi o seguinte:

Sérgio Rebelo	100%
Clara Streit	100%
Hans Eggerstedt	100%

36. Disponibilidade de Cada Um dos Membros da Comissão de Auditoria, Com Indicação dos Cargos Exercidos em Simultâneo em Outras Empresas, Dentro e Fora do Grupo, e Outras Actividades Relevantes Exercidas Pelos Membros Daquela Órgão no Decurso do Exercício

Os membros da Comissão de Auditoria mostraram-se sempre disponíveis para o exercício das suas funções ao longo de 2017, participando na vida societária sempre que tal se revelou necessário ou em que consideraram adequada a sua intervenção.

As funções que os membros da Comissão de Auditoria exercem em outras sociedades encontram-se descritas no ponto 26 ("Funções que os Membros do Conselho de Administração Exercem em Outras Sociedades").

C. Competências e Funções

37. Descrição dos Procedimentos e Critérios Aplicáveis À Intervenção do Órgão de Fiscalização Para Efeitos de Contratação de Serviços Adicionais ao Auditor Externo

De acordo com o disposto na Lei n.º 148/2015 de 9 de Setembro, a prestação de outros serviços, para além dos serviços de auditoria, fica sujeita à verificação de adequação (sob o ponto de vista das ameaças à independência e das medidas de salvaguarda eventualmente necessárias) e aprovação prévia, devidamente fundamentada, pela Comissão de Auditoria.

38. Outras Funções dos Órgãos de Fiscalização

As competências atribuídas à Comissão de Auditoria encontram-se descritas no ponto 30.

Subsecção IV Revisor Oficial de Contas

39. Identificação do Revisor Oficial de Contas e do Sócio Revisor Oficial de Contas Que o Representa

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., ROC n.º 178, registado na CMVM com o n.º 20161480, representada por João Carlos Miguel Alves, ROC n.º 896 ou por Rui Abel Serra Martins, ROC n.º 1119.

O anterior Revisor Oficial de Contas da Sociedade, PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., ROC n.º 183, registado na CMVM com o n.º 20161485, representada por João Rui Fernandes Ramos, ROC n.º 1333 ou por António Joaquim Brochado Correia, ROC n.º 1076, manteve-se em funções até ao dia 6 de Abril de 2017.

40. Indicação do Número de Anos Em Que o Revisor Oficial de Contas Exerce Funções Consecutivamente Junto da Sociedade e/ou Grupo

O Revisor Oficial de Contas exerce funções junto da Sociedade desde o dia 6 de Abril de 2017.

O anterior Revisor Oficial de Contas da Sociedade, PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., exerceu funções junto da Sociedade pelo período de 29 anos. No cômputo deste período, teve-se em conta o período de tempo que outras sociedades de revisores oficiais de contas, correspondentes da PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., desempenharam essas funções em Jerónimo Martins.

41. Descrição de Outros Serviços Prestados Pelo Revisor Oficial de Contas à Sociedade

O Revisor Oficial de Contas exerce também as funções de Auditor Externo da Sociedade, conforme referido no ponto 42, sendo feita referência no ponto 46 a outros trabalhos efectuados pelo Revisor Oficial de Contas para a Sociedade.

Subsecção V Auditor Externo

42. Identificação do Auditor Externo Designado Para os Efeitos do Art. 8.º CVM e do Sócio Revisor Oficial de Contas Que o Representa no Cumprimento Dessas Funções, Bem Como o Respectivo Número de Registo na CMVM

O Auditor Externo da Sociedade é a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., ROC n.º 178, registado na CMVM com o n.º 20161480, representada por João Carlos Miguel Alves, ROC n.º 896 ou por Rui Abel Serra Martins, ROC n.º 1119.

No âmbito das suas funções, durante o ano 2017, o Auditor Externo acompanhou a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno, participando nas reuniões da Comissão de Controlo Interno, reportando quaisquer deficiências detectadas no exercício da sua actividade, bem como apresentando as recomendações necessárias relativamente aos processos e mecanismos analisados.

O Auditor Externo pôde verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, através da análise das actas das reuniões da Comissão de Vencimentos, da política de remuneração em vigor e da demais informação contabilístico-financeira necessária para o efeito.

O anterior Auditor Externo da Sociedade, PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., registado na CMVM com o n.º 20161485, representada por João Rui Fernandes Ramos, ROC n.º. 1333, ou por António Joaquim Brochado Correia, ROC n.º. 1076, manteve-se em funções até ao dia 6 de Abril de 2017.

43. Indicação do Número de Anos em que o Auditor Externo e o Respetivo Sócio Revisor Oficial de Contas que o Representa no Cumprimento Dessas Funções Exercem Funções Consecutivamente Junto da Sociedade e/ou Grupo

A Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., bem como o sócio que a representa, exercem funções de Auditor Externo junto da Sociedade desde o dia 6 de Abril de 2017.

O anterior Auditor Externo da Sociedade, PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., exerceu funções junto da Sociedade pelo período de 29 anos. No cômputo deste período, teve-se em conta o período de tempo que outras sociedades de revisores oficiais de contas, correspondentes da PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., desempenharam essas funções em Jerónimo Martins

44. Política e Periodicidade da Rotação do Auditor Externo e do Respetivo Sócio Revisor Oficial de Contas que o Representa no Cumprimento Dessas Funções

A Sociedade não tem definida política específica quanto à periodicidade da rotação do Auditor Externo e do respectivo Revisor Oficial de Contas. A mesma segue, no entanto, o previsto no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro, que prevê no n.º. 2 do seu artigo 54º, que o período máximo para o exercício de funções do sócio responsável pela revisão legal de contas é de sete anos, sendo que a sociedade de revisores oficiais de contas poderá, nos termos do n.º. 3 do supra citado artigo, ser nomeada como Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, para o exercício máximo de dois mandatos com a duração de quatro anos, ou de três mandatos com a duração de três anos.

45. Indicação do Órgão Responsável Pela Avaliação do Auditor Externo e Periodicidade com que Essa Avaliação é Feita

A Comissão de Auditoria é o órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo, o que faz anualmente.

46. Identificação de Trabalhos, Distintos dos de Auditoria, Realizados pelo Auditor Externo Para a Sociedade e/ou Para Sociedades que com ela se Encontrem em Relação de Domínio, Bem Como Indicação dos Procedimentos Internos Para Efeitos de Aprovação da Contratação de Tais Serviços e Indicação das Razões para a sua Contratação

Dos serviços, que não são de revisão legal de contas e auditoria externa, solicitados por Sociedades do Grupo ao Auditor Externo e a outras entidades pertencentes à mesma rede, há a considerar o seguinte:

- até 6 de Abril de 2017, foram solicitados à PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. serviços, no montante total de 7.500 euros, referentes a serviços de certificação do cálculo da pegada de carbono, e acesso a uma base de dados fiscais;

- de 6 de Abril de 2017 em diante foram solicitados à Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A. serviços, no montante total de 39.150 euros, salientando-se os relativos, a serviços de garantia de fiabilidade no âmbito de legislação aplicável nos países em que o Grupo opera, serviços de apoio em matéria de recursos humanos e serviços de formação prestada a colaboradores em programas não especificamente preparados para o Grupo.

Todos estes serviços foram necessários à regular actividade das Sociedades do Grupo, sendo que, após devida ponderação, o Auditor Externo e/ou as entidades pertencentes à mesma rede foram considerados como aqueles que melhor poderiam prestá-los. Para além de terem sido prestados por funcionários que não participam em qualquer trabalho de auditoria no Grupo, estes serviços são laterais aos trabalhos dos auditores, não afectando, quer pela sua natureza, quer pelo seu valor, a independência do Auditor Externo no exercício da sua função.

Conforme resulta do procedimento referido no ponto 37, todos os serviços acima mencionados foram sujeitos a aprovação prévia, devidamente fundamentada, pela Comissão de Auditoria.

47. Indicação do Montante da Remuneração Anual Paga Pela Sociedade e/ou por Pessoas Colectivas em Relação de Domínio ou de Grupo ao Auditor e a Outras Pessoas Singulares ou Colectivas Pertencentes à Mesma Rede e Discriminação da Percentagem Respeitante aos Seguintes Serviços

Relativamente a 2017, o total de remunerações pagas ao Auditor Externo e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede, apresenta-se da seguinte forma:

À PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. foi pago o montante total de 7.500 euros, por serviços prestados até ao dia 6 de Abril de 2017.

Em termos percentuais, o valor referido divide-se, no período em causa, da seguinte forma*:

	Valor	%
Pela Sociedade		
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	-	-
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal (€)	-	-
Valor de outros serviços que não revisão de contas (€)	7.500	100,0%
Por entidades que integrem o Grupo		
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	-	-
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal (€)	-	-
Valor de outros serviços que não revisão de contas (€)	-	-

* Esclarece-se que apenas foram considerados no presente quadro os valores efectivamente dispendidos em 2017. Os valores referentes a outros serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. até ao dia 6 de Abril de 2017, nomeadamente, de revisão de contas, foram pagos de forma antecipada, em 2016, e considerados nos valores divulgados referentes a esse ano.

À Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A. foi pago o montante de 785.147 euros, por serviços prestados a partir do dia 6 de Abril de 2017.

Em termos percentuais, o valor referido divide-se da seguinte forma:

	Valor	%
Pela Sociedade		
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	86.650	11,0%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal (€)	-	-
Valor de outros serviços que não revisão de contas (€)	15.500	2,0%
Por entidades que integrem o Grupo		
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	659.346	84,0%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	2.700	0,3%
Valor dos serviços de consultoria fiscal (€)	-	-
Valor de outros serviços que não revisão de contas (€)	20.951	2,7%

Secção C ORGANIZAÇÃO INTERNA

Subsecção I Estatutos

48. Regras Aplicáveis à Alteração dos Estatutos da Sociedade (Art. 245.º-A, n.º 1, al. h) CVM)

Não estão estatutariamente definidas quaisquer regras aplicáveis à alteração dos estatutos da Sociedade, pelo que a esta matéria se aplicam os termos definidos por Lei.

Subsecção II Comunicação de Irregularidades

49. Meios e Política de Comunicação de Irregularidades Ocorridas na Sociedade

Desde 2004, a Comissão de Ética de Jerónimo Martins implementou um sistema de comunicação bottom-up que garante a possibilidade de todos os colaboradores, a todos os níveis, acederem aos canais que permitem fazer chegar, aos destinatários reconhecidos pelo Grupo, informação sobre eventuais irregularidades ocorridas no interior do mesmo, bem como quaisquer outros comentários ou sugestões que entendam fazer, em particular no que diz respeito ao cumprimento dos manuais de procedimento instituídos, especialmente do Código de Conduta.

Com este instrumento ficaram clarificadas as linhas de orientação sobre temáticas tão diversas como o cumprimento da legislação vigente, o respeito pelos princípios da não-discriminação e da igualdade de oportunidades, as preocupações ambientais, a transparência nas negociações e a integridade nas relações com fornecedores, clientes e entidades oficiais, entre outras.

A Comissão de Ética fez divulgar, junto de todos os colaboradores do Grupo, os meios ao dispor destes para que, se necessário, comuniquem com este órgão. Tal é facilitado através do envio de carta de remessa livre ou da utilização de correio electrónico interno ou externo com endereço dedicado. Os interessados poderão ainda solicitar, ao respectivo Director-Geral ou ao Director Funcional, os esclarecimentos necessários sobre as normas em vigor e a sua aplicação ou darem-lhes conhecimento de qualquer situação que as possa pôr em causa.

Independentemente do canal de comunicação escolhido, será assegurado o anonimato de todos os que o pretendam.

Subsecção III Controlo Interno e Gestão de Riscos

50. Pessoas, Órgãos ou Comissões Responsáveis pela Auditoria Interna e/ou Pela Implementação de Sistemas de Controlo Interno

Cabe ao Departamento de Auditoria Interna avaliar a qualidade e eficácia dos sistemas de Controlo Interno e de Gestão de Risco estabelecidos pelo Conselho de Administração.

Os objectivos do Controlo Interno passam por assegurar a eficiência das operações, a fiabilidade dos relatórios financeiros e operacionais e o respeito pelas leis e regulamentos. Para a sua validação e com base na avaliação dos riscos operacionais e dos processos críticos de cada Companhia, é definido o plano de actividades do Departamento de Auditoria Interna.

Os resultados das auditorias efectuadas são mensalmente avaliados na Comissão de Controlo Interno e reportados à Direcção Executiva do Grupo. Trimestralmente, os mesmos são disponibilizados à Comissão de Auditoria. Com a mesma regularidade, é efectuado um ponto de situação das recomendações acordadas com os responsáveis das áreas auditadas.

Durante o exercício de 2017, realizaram-se, entre outras, auditorias a processos de gestão de stocks, recolha de fundos, gestão de contas a pagar e a receber, proveitos suplementares, qualidade e segurança alimentar, investimentos e sistemas de informação, entre outras.

51. Explicitação das Relações de Dependência Hierárquica e/ou Funcional Face a Outros Órgãos ou Comissões da Sociedade

O responsável pelo Departamento de Auditoria Interna reporta hierarquicamente ao Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado e, funcionalmente, à Comissão de Auditoria. O responsável pelo Departamento de Auditoria Interna é também vogal da Comissão de Controlo Interno que, por sua vez, reporta à Comissão de Auditoria.

Ver organograma constante do ponto 21.

52. Existência de Outras Áreas Funcionais com Competências no Controlo de Riscos

a) Sistema Corporativo de Gestão de Risco

O Grupo, e em particular o seu Conselho de Administração, presta grande atenção aos riscos que afectam o negócio e seus objectivos e está dedicado a assegurar que a Gestão do Risco é uma componente efectiva e fundamental da estratégia, cultura e do processo de criação de valor do Grupo.

O enquadramento da Gestão de Risco encontra-se detalhado na Política de Gestão de Risco do Grupo, na qual se define o Sistema Corporativo de Gestão de Risco e se estabelecem as funções e responsabilidades pela sua execução.

a.1) Objectivos da Gestão de Risco

O Sistema Corporativo de Gestão de Risco não pretende eliminar completamente o risco das actividades do Grupo, mas sim assegurar que são desenvolvidos todos os esforços para que o risco seja gerido de forma adequada, maximizando as oportunidades potenciais e minimizando os efeitos adversos do risco.

O Sistema Corporativo de Gestão de Risco do Grupo tem por objectivo estruturar e organizar consistentemente a forma como o Grupo identifica e avalia os riscos, assegurando que estes são analisados de forma abrangente, considerando as dependências e correlações entre as várias áreas de risco, promovendo o alinhamento do processo em toda a organização. Neste estabelece-se, também, os procedimentos para reporting, com vista a assegurar a adequada monitorização e o acompanhamento das medidas de mitigação e de controlo dos riscos.

Devido à dimensão e dispersão geográfica das actividades de Jerónimo Martins, uma Gestão de Risco bem-sucedida depende da activa participação de todos os colaboradores, os quais devem assumir essa preocupação como parte integrante das suas funções, em particular através da identificação, reporte e mitigação dos riscos associados à sua área de responsabilidade. Todas as actividades têm assim de ser desenvolvidas com a compreensão da natureza do risco e a consciência do potencial impacto de eventos inesperados sobre a Companhia e a sua reputação.

O Grupo está empenhado em assegurar que todos os colaboradores recebem orientações e formação adequada sobre os princípios de Gestão de Risco, sobre os critérios e processos definidos na Política de Gestão de Risco e sobre as suas responsabilidades individuais na gestão efectiva dos riscos.

a.2) Organização da Gestão de Risco

O modelo de Governo da Gestão de Risco encontra-se definido de forma a assegurar a eficácia da Estrutura da Gestão de Risco (*Risk Management Framework*), encontrando-se alinhado com o Modelo das Três Linhas de Defesa, que distingue entre três grupos (ou linhas) que envolvem uma Gestão de Risco efectiva, e que são:

- Primeira Linha de Defesa (Operações de Negócio: Responsáveis pelo Risco) – responsável pelas actividades quotidianas de Gestão do Risco, alinhadas com a estratégia de negócio, os procedimentos internos existentes e a política de Gestão de Risco;
- Segunda Linha de Defesa (Funções de Supervisão / Compliance: Gestores de Risco Corporativo e de Unidade de Negócio) – responsável pela análise e reporting da Gestão de Risco, bem como pelo desenvolvimento de políticas com vista a melhorar a eficiência dos processos de Gestão de Risco. Esta segunda linha também inclui funções como o Controlo Financeiro, Segurança, Qualidade e Segurança Alimentar, entre outras áreas corporativas;
- Terceira Linha de Defesa (Supervisão Independente: Auditoria Interna e Auditoria Externa) – responsável por garantir a eficácia dos mecanismos de governo, Gestão de Risco e de controlo interno, incluindo a forma como as primeiras e segundas linhas de defesa asseguram os objectivos de controlo e Gestão de Risco.

A estrutura organizacional da Gestão de Risco considera as seguintes funções e responsabilidades:

- o Conselho de Administração é responsável pela definição da estratégia e da Política de Gestão de Risco e pela definição dos objectivos em matéria de assunção de riscos, cabendo-lhe ainda providenciar para que sejam criados os sistemas de controlo necessários, com vista a garantir que os riscos incorridos estão em conformidade com os objectivos fixados;
- a Comissão de Auditoria aprova os planos de actividade da área de Gestão de Risco, acompanhando a sua execução e fiscalizando a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos;
- o Administrador-Delegado, coadjuvado pela Direcção Executiva, assegura a implementação da estratégia e da Política de Gestão de Risco definida pelo Conselho de Administração, bem como promove uma cultura atenta ao risco na organização, assegurando que a Gestão de Risco se encontra embutida em todos os processos e actividades;
- o Comité de Risco assiste e aconselha a Direcção Executiva, enquanto órgão coadjuvante do Administrador-Delegado, na avaliação e monitorização de medidas de mitigação dos diferentes tipos de risco e garantir a existência de uma estrutura de Gestão de Risco eficaz, que assegura que os níveis de exposição ao risco se encontram alinhados com os objectivos e estratégias aprovadas pelo Conselho de Administração;

- a Direcção de Gestão de Risco Corporativo (GRC) é responsável pela implementação da estrutura de Gestão de Risco e pela coordenação de todas as actividades de Gestão de Risco, oferecendo suporte à Direcção Executiva e ao Comité de Risco na identificação de exposição a riscos que possam comprometer a estratégia e os objectivos do Grupo. A GRC é também responsável pela coordenação e alinhamento das práticas seguidas pelas Companhias nos Planos de Continuidade de Negócio (PCN);
- o Gestor de Risco da Unidade de Negócio é responsável pela implementação das iniciativas de Gestão de Risco ao nível das Companhias e pelo suporte das actividades dos respectivos Responsáveis pelo Risco;
- os Responsáveis pelo Risco compreendem todos os colaboradores que tenham a seu cargo a execução e/ou controlo de um determinado processo ou actividade, dentro de uma unidade de negócio ou da estrutura corporativa, sendo responsáveis pela gestão dos riscos envolvidos nessas actividades;
- o Departamento de Auditoria Interna baseia o seu trabalho no conjunto de riscos significativos, conforme identificados pela gestão, auditando os processos de Gestão de Risco em toda a Organização, de forma a garantir a eficácia e eficiência na Gestão de Risco e a prestar suporte activo no processo de Gestão de Risco.

53. Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Actividade

Riscos Estratégicos

A gestão de riscos estratégicos envolve a monitorização de factores como as tendências sociais, políticas e macroeconómicas: a evolução demográfica, as preferências dos consumidores, o ciclo de vida dos negócios, a dinâmica dos mercados (financeiros, de trabalho, de recursos naturais e energéticos), a situação geopolítica, a actividade da concorrência, a inovação tecnológica, a disponibilidade de recursos, as alterações ao nível legal e regulatório e o escrutínio social a que as actividades do Grupo se encontram expostas.

Esta informação é utilizada pela equipa de gestão para compreender as necessidades de mercado e, assim, identificar ameaças e oportunidades nas indústrias e sectores em que desenvolve actividade, nomeadamente em termos de potencial de rentabilidade e crescimento, mas também em termos de alinhamento estratégico e adequação do seu modelo de negócio às condições de mercado actuais e futuras.

Riscos Operacionais

Resulta da condução das normais funções do negócio constantes da cadeia de valor do Grupo, focando-se nos riscos que resultam dos processos operacionais das suas unidades.

A classe de riscos operacionais considera os riscos relacionados com a gestão de categorias e *sourcing*, gestão de stocks, gestão de fundos, logística e *supply chain* e na eficiência e segurança na utilização de recursos e activos.

Os riscos de fraude, branqueamento de capitais e corrupção são igualmente considerados na avaliação das actividades operacionais mais relevantes e a adequabilidade e alcance dos controlos e das medidas de mitigação são, também, revistas e reconsideradas sempre que necessário.

Riscos de Segurança Alimentar

O Grupo procura disponibilizar produtos e soluções alimentares mais saudáveis, assegurando e impondo medidas de segurança alimentar em estrita observância com os standards de segurança alimentar.

As Direcções de Qualidade e Segurança Alimentar das diferentes Companhias do Grupo têm sob sua responsabilidade a: i. prevenção, através de auditorias de selecção, avaliação e acompanhamento de fornecedores; ii. monitorização, através do acompanhamento do produto ao longo de todo o fluxo logístico para análise do cumprimento de requisitos de boas práticas e de certificação; e iii. formação, através da realização periódica de simulacros e acções de sensibilização.

As Companhias são continuamente monitorizadas por técnicos de controlo de qualidade, para assegurar a implementação de procedimentos e avaliar a eficiência dos processos de formação e a adequabilidade das instalações e equipamento.

Riscos Ambientais

Assegurar a gestão eficiente de recursos, ao mesmo tempo que se promove a preservação ambiental, é fundamental para o crescimento sustentado dos negócios do Grupo Jerónimo Martins. Dada a dimensão das suas Companhias, têm sido realizados estudos sobre os impactos dessas actividades nos ecossistemas e serviços e recursos que estes proporcionam nos seguintes âmbitos: i. Impactos da actividade das Companhias do Grupo na biodiversidade e dependência dos serviços dos ecossistemas; ii. Práticas de gestão agrícola com foco no consumo de água e energia, biodiversidade e gestão económica; iii. Análise de Risco sobre o Pescado comercializado nas unidades do Grupo; iv. Análise de riscos e oportunidades associadas aos impactos decorrentes das alterações climáticas nas actividades do Grupo; e v. Mapeamento das commodities de desflorestação, suas origens e métodos de produção nos produtos de Marcas Próprias e Percíveis.

Como resultado dos estudos associados à gestão da biodiversidade, foram identificados eixos prioritários de actuação cuja acção passa pela formação, parcerias com fornecedores e investigação e desenvolvimento. É o caso dos trabalhos que têm sido desenvolvidos com fornecedores em Portugal, que levou à publicação de um Manual de Agricultura Sustentável e da estratégia corporativa de pescado sustentável que define linhas de acção específica de acordo com as categorias de risco identificadas¹.

No que se refere quer aos riscos decorrentes das alterações climáticas, quer aos associados às commodities de desflorestação, foram identificadas as seguintes tipologias:

- Regulamentar, podendo representar um aumento de custos resultantes do cumprimento de legislação ambiental;
- Física, podendo resultar na escassez de alguns recursos naturais, como os produtos agrícolas, ou na disrupção da cadeia de abastecimento associada a fenómenos climáticos;
- Reputacional, associados às expectativas dos stakeholders para que o Grupo reduza as suas emissões de carbono e contribua para o combate à desflorestação.

A probabilidade de ocorrência destas situações e o seu nível de impacto, incluindo financeiro, bem como a gestão dos mesmos, são analisadas pelo Grupo como parte dos processos de avaliação de

¹ Para mais informação sobre estes temas consulte os pilares 'Respeitar o Ambiente' e 'Comprar com Responsabilidade', ambos no capítulo "Responsabilidade Corporativa e Criação de Valor" deste relatório.

risco. Considerando os riscos decorrentes das alterações climáticas, em particular, o Grupo divulga esta avaliação na resposta anual ao CDP (Carbon Disclosure Project), nos programas Climate e Forest, ambos disponíveis para consulta em <https://www.cdp.net>.

Riscos de Segurança Física e de Pessoas

A Direcção de Segurança tem a responsabilidade de assegurar a existência de condições que garantam a integridade física das pessoas e das instalações.

A gestão do risco de segurança física e de pessoas envolve a definição e divulgação de normas e instruções de trabalho, a realização de acções de sensibilização e formação de colaboradores, de auditorias realizadas às lojas, a elaboração da avaliação de riscos de todos os estabelecimentos e a execução de simulacros de emergência.

Riscos de Sistemas de Informação

Os riscos associados a Sistemas de Informação são analisados considerando as suas diferentes componentes: planeamento e organização, desenvolvimento, inovação, gestão de operações, segurança de informação e continuidade.

A componente de Segurança de Informação no Grupo está a cargo de uma Direcção dedicada em exclusivo a essa matéria e consiste na implementação e manutenção de um Sistema de Gestão de Segurança da Informação que garanta a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação crítica para o negócio, desenvolvendo actividades de monitorização e controlo no sentido de identificar e mitigar potenciais vulnerabilidades.

Riscos de Regulamentação

O cumprimento da legislação é assegurado pelos Departamentos Jurídicos das Companhias do Grupo.

Ao nível da *Holding*, a Direcção de Assuntos Jurídicos garante, igualmente, a coordenação e a implementação de estratégias para a protecção dos interesses de Jerónimo Martins em caso de litígio, gerindo ainda o aconselhamento externo.

O *compliance* em matéria de dados pessoais é acompanhado pelo Departamento de Privacidade, em estreita colaboração com a Direcção de Assuntos Jurídicos da *Holding*, com os Departamentos Jurídicos das Companhias e com o Departamento de Segurança de Informação.

No sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de natureza fiscal, a Direcção de Fiscalidade da *Holding* presta assessoria às sociedades do Grupo, para além de supervisionar também o contencioso fiscal destas.

Riscos Financeiros

Factores de Risco

Jerónimo Martins encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente: risco de preço, que inclui risco de taxa de juro e cambial; risco transaccional, que inclui risco de crédito e de liquidez; e risco decorrente do portefólio de investimentos do Grupo, que abrange diversos riscos tais como, taxa de juro, crédito, cambial, inflação, político e fiscal.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro da Sociedade.

A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A actividade desta área é conduzida pela Direcção de Operações Financeiras, sendo responsável, com a cooperação das áreas financeiras das Companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Trimestralmente, são apresentados à Comissão de Auditoria relatórios de compliance com a Política de Gestão de Riscos Financeiros.

A informação sobre os riscos financeiros aos quais o Grupo se encontra exposto encontra-se detalhada na nota 31 – Riscos Financeiros, do Capítulo III do Relatório e Contas.

54. Descrição do Processo de Identificação, Avaliação, Acompanhamento, Controlo e Gestão de Riscos

A Estrutura de Gestão de Risco assume um processo contínuo de avaliação de riscos, sendo parte integral do processo normal de decisão e dos processos de gestão.

O processo de Gestão de Risco do Grupo encontra-se alinhado com as recomendações do standard internacional ISO 31000 e visa principalmente distinguir o que é irrelevante do que é material, requerendo uma gestão activa, que envolve para tal a consideração das fontes de risco, da probabilidade de ocorrência de determinado evento e das consequências da sua manifestação no contexto do ambiente de controlo.

O Grupo prepara e mantém um perfil de risco agregado, listando todos os riscos operacionais e estratégicos com relevo e os respectivos mecanismos de mitigação e de controlo implementados, o qual é actualizado regularmente com informação resultante dos processos correntes de avaliação de risco.

Como parte dos processos de planeamento Estratégico e Operacional é realizada uma revisão anual global, com a coordenação da Direcção de Gestão de Risco Corporativa, para que a informação relativa aos principais riscos seja devidamente actualizada e considerada durante o planeamento. Desta forma, despoleta o desenvolvimento das opções em análise, bem como a identificação de novas acções que reforcem a defesa dos objectivos a desenvolver.

55. Principais Elementos dos Sistemas de Controlo Interno e de Gestão de Risco Implementados na Sociedade Relativamente ao Processo de Divulgação de Informação Financeira (Art. 245.º-A, n.º 1, al. m) CVM)

O Conselho de Administração está altamente empenhado em assegurar a fiabilidade do reporte financeiro do Grupo, nomeadamente, garantindo que o Grupo tem implementadas políticas adequadas, que garantem de forma razoável que as transacções são registadas e reportadas com respeito pelos princípios contabilísticos geralmente aceites (GAAP - Generally Accepted Accounting Principles), e que as despesas são só realizadas quando devidamente autorizadas.

Os riscos que envolvem o reporte financeiro encontram-se mitigados, através da segregação de responsabilidades e pela implementação de controlos de prevenção e detecção, os quais envolvem a limitação de acesso a sistemas de IT, e um sistema abrangente de monitorização da performance.

Controlos adicionais resultam da supervisão desenvolvida pela Comissão de Auditoria e das avaliações de fiabilidade asseguradas pela Comissão de Controlo Interno a respeito da preparação e

divulgação de informação financeira e ainda das actividades de monitorização desenvolvidas pelo Departamento de Planeamento e Controlo do Grupo, relativamente ao desempenho das diferentes unidades de negócio e da análise dos desvios face aos planos aprovados.

Subsecção IV Apoio ao Investidor

56. Serviço Responsável pelo Apoio ao Investidor, Composição, Funções, Informação Disponibilizada Por Esses Serviços e Elementos Para Contacto

Composição

O Gabinete de Relações com Investidores de Jerónimo Martins tem a seguinte composição:

Responsável: Cláudia Falcão

Equipa: Ana Maria Marcão, Hugo Fernandes e Raquel Freitas

Principais Funções

O Gabinete de Relações com Investidores de Jerónimo Martins é responsável pela comunicação com todos os investidores – institucionais e privados, nacionais e estrangeiros – bem como com os analistas que elaboram pareceres e formulam recomendações relativas ao título da Sociedade. São igualmente da responsabilidade do Gabinete todos os assuntos relativos ao relacionamento com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Política de Comunicação de Jerónimo Martins com o Mercado de Capitais

A política de comunicação de Jerónimo Martins com o mercado de capitais visa assegurar um fluxo regular de informação relevante - descrição histórica, desempenho actual e perspectivas futuras - que, com respeito pelos princípios da simetria e da simultaneidade, crie uma imagem fiel do desempenho dos negócios e da estratégia da Companhia junto dos investidores, accionistas, analistas e do público em geral.

A estratégia de comunicação financeira delineada para cada ano pauta-se pelos princípios de transparência, rigor e consistência que asseguram que toda a informação relevante é transmitida de forma não discriminatória, clara e completa aos seus stakeholders.

Informação Disponibilizada

O Gabinete elabora anualmente um Plano de Comunicação para o Mercado Financeiro, que, devidamente enquadrado na estratégia global de comunicação de Jerónimo Martins, se pauta pelos princípios acima enunciados.

Neste sentido, com o objectivo de transmitir ao mercado uma visão actualizada e clara das estratégias das diferentes áreas de negócio do Grupo em termos de desempenho operacional e de perspectivas, o Gabinete organiza um conjunto de eventos, com o objectivo de dar a conhecer os vários negócios de Jerónimo Martins, as suas estratégias e perspectivas de futuro e, em simultâneo, acompanhar o desenvolvimento das actividades do ano, mediante o esclarecimento de eventuais questões.

Ao longo de 2017, foram desenvolvidas acções que permitiram ao mercado financeiro um diálogo não apenas com o próprio Gabinete, mas também com a equipa de gestão do Grupo. Destacam-se as seguintes:

- reuniões com analistas financeiros e investidores;
- respostas às questões dirigidas ao Gabinete, colocadas via correio electrónico para endereço próprio;
- atendimento telefónico;
- divulgação de comunicados ao mercado através da extranet da CMVM, do sítio institucional de Jerónimo Martins, da Euronext Lisboa e da remessa de mensagens de e-mail dirigidas a todos os investidores e analistas financeiros que constam da base de dados criada e actualizada pelo Gabinete;
- apresentações realizadas à comunidade financeira: apresentação de resultados, roadshows, conferências e Assembleia Geral Anual de accionistas;
- organização de visitas às operações da Polónia e da Colômbia, com o *management* das respectivas Companhias;
- desenvolvimento e actualização da página de relação com investidores no sítio institucional da Sociedade.

Com o objectivo de tornar a informação facilmente acessível a todos os interessados, as comunicações regularmente efectuadas pelo Gabinete são integralmente disponibilizadas no sítio institucional de Jerónimo Martins em <https://www.jeronimomartins.com/pt/>.

O sítio disponibiliza, em português e inglês, não só a informação obrigatória, como também informação de carácter geral sobre o Grupo e as Companhias que o integram, e ainda outros dados considerados relevantes, designadamente:

- comunicados ao mercado sobre factos relevantes;
- contas anuais, incluindo o Relatório Anual sobre a actividade desenvolvida pela Comissão de Auditoria, contas semestrais e trimestrais do Grupo;
- indicadores económico-financeiros e dados estatísticos, actualizados semestral ou anualmente, consoante a Companhia ou área de negócio;
- a mais recente apresentação do Grupo realizada à comunidade financeira e acervo histórico;
- informações sobre o desempenho do título em bolsa;
- calendário anual de eventos societários, divulgado no início de cada ano, incluindo, entre outros, as reuniões da Assembleia Geral de accionistas e a divulgação de contas anuais, semestrais e trimestrais;
- informação sobre o Governo da Sociedade;
- Código de Conduta de Jerónimo Martins;
- Estatutos da Sociedade;
- regulamentos internos em vigor;
- informações relativas às Assembleias Gerais de accionistas;
- actas das reuniões da Assembleia Geral de accionistas, ou respectivos extractos;
- acervo histórico das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às Assembleias Gerais de accionistas realizadas nos três anos antecedentes.

Contactos

O contacto com o Gabinete é possível através da Representante para as Relações com o Mercado e Responsável pelo Gabinete de Relações com Investidores – Cláudia Falcão – e do endereço de e-mail: investor.relations@jeronimo-martins.com.

As principais coordenadas de acesso ao Gabinete são as seguintes:

Morada: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033, Lisboa
Telefone: +351 21 752 61 05

57. Representante Para as Relações com o Mercado

A representante de Jerónimo Martins para as relações com o mercado é a responsável pelo Gabinete de Relações com Investidores, Cláudia Falcão.

58. Informação Sobre a Proporção e o Prazo de Resposta aos Pedidos de Informação Entrados no Ano ou Pendentes de Anos Anteriores

No âmbito das questões dirigidas ao Gabinete de Relações com Investidores, ao longo de 2017, foram registados 371 contactos presenciais com investidores e analistas financeiros e 443 pedidos de informação colocados via correio electrónico ou através de contacto telefónico, tendo sido dada aos mesmos resposta imediata ou dentro de um prazo adequado à natureza do pedido.

Subsecção V Sítio de Internet

59. Endereço (s)

O sítio institucional da Sociedade na Internet é disponibilizado em português e em inglês e pode ser acedido através dos seguintes endereços:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/>

60. Local Onde se Encontra Informação Sobre a Firma, a Qualidade de Sociedade Aberta, a Sede, e Demais Elementos Mencionados no Art. 171.º CSC

As informações relativas ao Artigo 171.º CSC encontram-se disponíveis no sítio institucional de Jerónimo Martins através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/contactos/>

61. Local Onde se Encontram os Estatutos e os Regulamentos de Funcionamento dos Órgãos e/ou Comissões

Os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos Órgãos e/ou Comissões encontram-se disponíveis no sítio institucional de Jerónimo Martins através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/estatutos-e-regulamentos/>

62. Local Onde se Disponibiliza Informação Sobre a Identidade dos Titulares dos Órgãos Sociais, do Representante Para as Relações com o Mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou Estrutura Equivalente, Respectivas Funções e Meios de Acesso

A informação em causa encontra-se disponível no sítio institucional de Jerónimo Martins e pode ser acedida através dos seguintes links:

- Identidade dos titulares dos Órgãos Sociais:

Conselho de Administração:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/conselho-de-administracao/>

Comissão de Auditoria

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/comissao-de-auditoria/>

Assembleia Geral

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/assembleia-geral/>

Revisor Oficial de Contas

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/revisor-oficial-de-contas-e-auditor-externo/>

- Identidade do representante para as Relações com o Mercado:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/contactos-investidor/>

- Informação atinente ao Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/contactos-investidor/>

63. Local Onde se Disponibilizam os Documentos de Prestação de Contas, Que Devem Estar Acessíveis Pelo Menos Durante Cinco Anos, Bem Como o Calendário Semestral de Eventos Societários, Divulgado no Início de Cada Semestre, Incluindo, Entre Outros, Reuniões da Assembleia Geral, Divulgação de Contas Anuais, Semestrais e, Caso Aplicável, Trimestrais

O local onde se disponibiliza a informação em causa é o sítio institucional de Jerónimo Martins, através dos seguintes links:

- Documentos de prestação de contas:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/apresentacoes-e-relatorios/>

- Calendário semestral de eventos societários:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/calendario-financeiro/#1505502691919-400fdf9d-c43897ff-f66f7e8e-3b65>

64. Local Onde são Divulgados a Convocatória Para a Reunião da Assembleia Geral e Toda a Informação Preparatória e Subsequente Com Ela Relacionada

O local onde são divulgadas a convocatória para a reunião da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada, é o sítio institucional de Jerónimo Martins, acessível através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/assembleia-geral/>

65. Local Onde se Disponibiliza o Acervo Histórico com as Deliberações Tomadas nas Reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o Capital Social Representado e os Resultados das Votações, com Referência aos Três Anos Antecedentes

O local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o capital social representado, os resultados das votações, com referência aos anos antecedentes, incluindo os últimos três, é o sítio institucional de Jerónimo Martins, acessível através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/assembleia-geral/>

Secção D REMUNERAÇÕES

Subsecção I Competência para a Determinação

66. Indicação Quanto À Competência para a Determinação da Remuneração dos Órgãos Sociais, do Administrador-Delegado e dos Dirigentes da Sociedade

Nos termos do Artigo Vigésimo Nono dos Estatutos, a remuneração dos Órgãos Sociais é fixada pela Assembleia Geral ou por uma Comissão por esta nomeada. Ao abrigo desta última possibilidade, entenderam os accionistas de Jerónimo Martins designar uma Comissão de Vencimentos para fixar a remuneração dos titulares de Órgãos Sociais.

A Comissão de Vencimentos é eleita por um período de três anos, estando em curso o mandato para o triénio 2016-2018.

A remuneração dos dirigentes da Sociedade é determinada pela respectiva Administração.

Subsecção II Comissão de Remunerações / Comissão de Vencimentos

67. Composição da Comissão de Remunerações / Comissão de Vencimentos, Incluindo Identificação das Pessoas Singulares ou Colectivas Contratadas Para Lhe Prestar Apoio e Declaração Sobre a Independência de Cada Um dos Membros e Assessores

Em Assembleia Geral, realizada em 14 de Abril de 2016, foram eleitos para integrar a Comissão de Vencimentos, para o triénio em curso, Elizabeth Bastoni (cooptada Presidente), Erik Geilenkirchen e Jorge Ponce de Leão².

Nenhum dos referidos elementos da Comissão de Vencimentos é Membro do Órgão de Administração da Sociedade ou tem cônjuge, parentes ou afins nessas circunstâncias, nem tem relações com os Membros do Conselho de Administração que possam afectar a sua imparcialidade no exercício das suas funções.

No ano em análise, não foi contratada para apoiar a Comissão de Vencimentos no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou colectiva.

68. Conhecimentos e Experiência dos Membros da Comissão de Remunerações / Comissão de Vencimentos em Matéria de Política de Remunerações

Os Membros da Comissão de Vencimentos têm vastos conhecimentos e experiência internacional em matérias de gestão e de política de remuneração, o que lhes confere as competências necessárias para um exercício efectivo e adequado das respectivas funções.

Elizabeth Bastoni detém várias graduações por diferentes Universidades Internacionais. Iniciou a sua carreira na área da consultoria fiscal, com especialização em impostos de expatriados. Desempenhou

² Jorge Ponce de Leão apresentou renúncia ao cargo já em Janeiro de 2018 por obrigação de exclusividade derivada da sua nomeação como administrador de uma empresa pública / de capitais públicos.

posteriormente funções na Thales, como Directora de Desenvolvimento Profissional, Compensação e Benefícios, e como Directora de Recursos Humanos. Foi responsável Global de Compensações e Benefícios da The Coca-Cola Company, Directora Executiva e Responsável de Recursos Humanos e Comunicação da Carlson, Chief HR Officer da BMGI (Bill and Melinda Gates Investments), Membro do Conselho de Administração e Presidente das Comissões de Compensações da Carlson Wagonlit Travel e do Grupo Rezidor Hotel, e também Membro da Direcção da Associação de Recursos Humanos WorldatWork. É actualmente Membro Não Executivo do Conselho de Administração, integrando a Comissão de Compensações e Nomeações, da Sociéte BIC.

Erik Geilenkirchen tem um Master em Engenharia Mecânica. Desde 1989 a sua actividade profissional tem dado especial enfoque à área dos recursos humanos, tendo desempenhado funções durante nove anos no Grupo Hay. Posteriormente, assumiu as funções de Vice-Presidente de Recursos Humanos do Grupo Ahold (Ásia/Pacífico), Vice-Presidente Senior (Ásia/Pacífico) no Grupo Philips com responsabilidades na área de recursos humanos e Chief Human Resources Officer do Grupo Cofra Holding. É o fundador do sítio "IntelligentBoardRoom.com".

Jorge Ponce de Leão é licenciado em Direito, estando ligado à área do Direito do Trabalho desde o início da década de 1970, nas qualidades de consultor jurídico externo e no seio de algumas empresas nacionais. Foi chefe dos Serviços Jurídicos e Fiscais (Grupo Jerónimo Martins – área industrial), e Administrador de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. durante a década de 1990. Desempenhou funções de gestão na área de Recursos Humanos da Radiotelevisão Portuguesa, foi CEO da SAIP SGPS e Presidente do Conselho de Administração da ANA – Aeroportos de Portugal.

Para procurar conhecer melhor o negócio e a cultura e valores da Sociedade, os membros da Comissão de Vencimentos tiveram a oportunidade de visitar as Operações do Grupo nos vários países em que este opera. A Comissão considerou esta iniciativa importante para assegurar que as políticas e processos relacionados com a remuneração dos órgãos sociais, em particular no que se refere a Administradores com funções executivas, estão efectivamente alinhados com a estratégia para o negócio, e com a restante organização.

Subsecção III Estrutura das Remunerações

69. Descrição da Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização a Que se Refere o Art. 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho

A Comissão de Vencimentos entendeu não se justificar uma alteração profunda dos princípios básicos que têm constituído o cerne da Política de Remuneração dos Órgãos Sociais, que continuou a ter em atenção o actual quadro legislativo e recomendatório, bem como a estrutura organizativa adoptada pelo Conselho de Administração.

No que respeita à organização do Conselho de Administração, continuaram a ser especialmente ponderadas pela Comissão de Vencimentos as seguintes características, designadamente:

- a existência de um Administrador-Delegado, responsável pela gestão corrente da Sociedade, bem como de Administrador ou Administradores a quem tenham sido atribuídos ou possam vir a ser atribuídos encargos especiais;
- a participação de Administradores Não-Executivos em Comissões Especializadas, que assim são chamados a devotar tempo acrescido aos assuntos da Sociedade.

Em face deste modelo organizativo, não considerou a Comissão de Vencimentos existirem razões para se proceder a uma modificação substancial dos princípios que têm vindo a ser adoptados na Política de Remuneração dos Órgãos Sociais.

Na fixação da remuneração dos órgãos sociais em 2017, e de forma a garantir que os níveis remuneratórios da Companhia são adequados e em linha com as melhores práticas internacionais, sendo esse o contexto em que o Grupo trabalha, a Comissão de Vencimentos baseou-se em estudos comparativos³. Tais estudos incluíram não só outras sociedades do PSI-20, como também empresas do mesmo sector cotadas noutros mercados europeus, tendo sempre em consideração as referidas características da Sociedade.

Relativamente à remuneração de Administradores com funções executivas, a Comissão de Vencimentos manteve a existência de duas componentes, uma variável e outra fixa que, em conjunto assegurem uma remuneração competitiva no mercado, e que constituam elemento motivador de um elevado desempenho individual e colectivo, de forma a permitir estabelecer e atingir metas ambiciosas de acelerado crescimento e adequada remuneração do accionista.

Anualmente, a componente variável é fixada pela Comissão de Vencimentos, tendo em conta o contributo que se espera dos Administradores com funções executivas para os resultados, a rentabilidade dos negócios na perspectiva do accionista (EVA), a evolução da cotação das acções, o trabalho desenvolvido durante o exercício, o grau de realização dos projectos integrados no Strategic Scorecard do Grupo e os critérios aplicados na atribuição de remuneração variável aos restantes Quadros.

A Política de Remuneração continua a procurar recompensar os Administradores com funções executivas pelo desempenho sustentado da Sociedade no longo prazo, e a satisfação dos interesses societários e accionistas dentro deste enquadramento temporal. Por isso, a componente variável tem em conta a contribuição dos Administradores com funções executivas para a condução dos negócios designadamente através da concretização dos objectivos de EVA incluídos no Plano de Médio e Longo Prazo aprovado pelo Conselho de Administração e da implementação de um conjunto de projectos transversais às Companhias do Grupo, que tendo sido identificados pelo Conselho de Administração como essenciais para assegurar a competitividade futura dos negócios, têm uma calendarização que pode ultrapassar um ano de calendário, sendo os Administradores com funções executivas responsabilizados por cada fase de cumprimento, no âmbito das respectivas funções.

A remuneração variável encontra-se, como se refere, dependente de critérios, objectivos e metas pré-determinados a fixar no início de cada ano pela Comissão de Vencimentos, os quais têm em consideração o crescimento real da empresa, a riqueza criada para os accionistas e a sustentabilidade a longo prazo.

Atento o contributo das diversas geografias e áreas de negócio onde o Grupo opera para o volume de negócios e para os resultados consolidados, a Comissão de Vencimentos entende adequado que o pagamento da remuneração dos Administradores com funções executivas, quer na componente fixa, quer na componente variável, possa ser repartido entre a Sociedade e as respectivas sociedades subsidiárias, cujos órgãos de administração por aqueles sejam integrados, em proporção a fixar pela Comissão de Vencimentos.

No que respeita ao diferimento de parte da remuneração variável, a Comissão de Vencimentos, após estudo efectuado em 2011, não chegou a uma conclusão sobre as vantagens ou inconvenientes da sua adopção, considerando que a forma como se encontra estruturada a remuneração dos Administradores com funções executivas é adequada e permite o alinhamento dos interesses destes com os interesses da Sociedade no longo prazo. Pelo mesmo motivo, entende a Comissão de Vencimentos ser desnecessária a fixação de limites máximos potenciais, agregados e/ou individuais, da remuneração a pagar aos Membros dos Órgãos Sociais, mais considerando que a Política de Remunerações adoptada está em linha com as práticas remuneratórias da generalidade das empresas congéneres do PSI20, ponderadas as características da Sociedade.

³ Baseados em informação pública disponível e em documentos publicados por firmas especializadas de consultadoria.

A Sociedade não celebrou com os Administradores quaisquer contratos que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração fixada pela Sociedade, nem tem conhecimento de que os mesmos o hajam feito com terceiros.

A ausência de um período de diferimento da remuneração variável torna desnecessária a existência de mecanismos destinados a impedir a celebração por Administradores Executivos de contratos que subvertam a razão de ser dessa componente da remuneração.

Relativamente à Comissão de Auditoria, a remuneração dos seus Membros continua a ser composta, exclusivamente, por uma componente fixa. Tal como a remuneração dos Administradores que não desempenham funções executivas na Sociedade.

No que concerne aos Administradores que integrem Comissões Especializadas (compostas ou não exclusivamente por Administradores) e que não exercem funções executivas na Sociedade, a Comissão de Vencimentos entendeu adequado manter a atribuição de senhas de presença, tendo em atenção que as funções exercidas nas referidas Comissões implicam uma maior exigência em termos de disponibilidade.

De igual forma, no que diz respeito aos Administradores com funções não executivas que integrem órgãos de fiscalização das sociedades subsidiárias da Sociedade, uma vez que tal encargo decorrerá do exercício das suas funções enquanto Administradores, a Comissão de Vencimentos entendeu adequado atribuir-lhes senhas de presença.

Tal como estabelecido pela Comissão de Vencimentos em 2010, mantiveram-se os *fringe benefits* seguro de vida e de saúde para Administradores com funções executivas.

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com contrato de prestação de serviços de revisão das contas com o Grupo Jerónimo Martins, o qual abrange a quase totalidade das suas subsidiárias. A respectiva remuneração deverá estar em linha com o que se pratica no mercado.

Na Assembleia Geral Anual de 2005, foi aprovado um Plano de Pensão de Reforma para os Administradores Executivos, melhor descrito no ponto 76.

A Política de Remunerações foi sujeita à apreciação da Assembleia Geral Anual realizada no ano transacto.

70. Informação Sobre o Modo Como a Remuneração É Estruturada de Forma a Permitir o Alinhamento dos Interesses dos Membros do Órgão de Administração com os Interesses de Longo Prazo da Sociedade, bem como Sobre o Modo Como é Baseada na Avaliação do Desempenho e Desincentiva a Assunção Excessiva de Riscos

Como resulta da Política de Remunerações descrita no ponto 69, a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos Membros do Conselho de Administração com os interesses de longo prazo da Sociedade.

A fixação de componentes de remuneração fixa e variável, a dependência da definição da remuneração variável da verificação de vários factores objectivos, nomeadamente o crescimento real da empresa, a riqueza criada para os accionistas, a implementação de projectos transversais às Companhias do Grupo que assegurem a competitividade futura dos negócios e a sustentabilidade a longo prazo, determinam que o desempenho da gestão da Sociedade seja efectuado tendo em atenção os interesses da Sociedade e dos accionistas, não só no curto prazo, mas também no médio e no longo prazos.

Dentro dos princípios da política de remunerações em vigor, e de forma a assegurar alinhamento com as melhores práticas de mercado, a Comissão de Vencimentos considerou adequado rever o processo de definição de objectivos e avaliação do desempenho de Administradores com funções executivas, em particular do Administrador-Delegado, tendo acompanhado o progresso das metas qualitativas e quantitativas, numa base trimestral. Definiu ainda metas qualitativas claras e mensuráveis, nomeadamente com base em relatórios de analistas ESG (Ambiental, Social e de Governo da Sociedade).

Com base na análise rigorosa e detalhada de múltiplas fontes de evidência internas e também independentes, a Comissão de Vencimentos acompanhou o progresso dos vários indicadores de desempenho, quer quantitativos (crescimento das vendas, resultados líquidos, EVA e gearing), quer qualitativos (orientação estratégica e alocação de recursos / investimentos, saúde organizacional e gestão do talento, e relações multi-stakeholder).

Como referido no ponto 69, a Sociedade não celebrou com os Administradores quaisquer contratos que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração fixada pela Sociedade.

71. Referência à Existência de Uma Componente Variável da Remuneração e Informação Sobre Eventual Impacto da Avaliação de Desempenho Nesta Componente

A remuneração de Administradores com funções executivas compreende uma componente variável dependente, para além do mais, de avaliação de desempenho em função do cumprimento efectivo dos objectivos e metas, medido pelo comportamento dos indicadores qualitativos e quantitativos. Ver pontos 69 e 70.

72. Diferimento do Pagamento da Componente Variável da Remuneração, com Menção do Período de Diferimento

Não existe um período de diferimento de pagamento da remuneração variável. Ver ponto 69.

73. Critérios em Que se Baseia a Atribuição de Remuneração Variável em Acções Bem Como Sobre a Manutenção, Pelos Administradores Executivos, Dessas Acções, Sobre Eventual Celebração de Contratos Relativos a Essas Acções, Designadamente Contratos de Cobertura (Hedging) ou de Transferência de Risco, Respectivo Limite, e Sua Relação Face ao Valor da Remuneração Total Anual

A Sociedade não tem qualquer tipo de plano de atribuição de acções aos Administradores e dirigentes na acepção do n.º 3 do Artigo 248.º-B CVM.

74. Critérios em Que se Baseia a Atribuição de Remuneração Variável em Opções e Indicação de Período de Diferimento e do Preço de Exercício

A Sociedade não tem qualquer tipo de plano de atribuição de opções de aquisição de acções aos Administradores e dirigentes na acepção do n.º 3 do Artigo 248.º-B CVM.

75. Principais Parâmetros e Fundamentos de Qualquer Sistema de Prémios Anuais e de Quaisquer Outros Benefícios Não Pecuniários

Ver pontos 69 a 71. Os Administradores com funções executivas beneficiam ainda dos *fringe benefits* seguro de vida e de saúde.

76. Principais Características dos Regimes Complementares de Pensões ou de Reforma Antecipada Para os Administradores e Data em Que Foram Aprovados em Assembleia Geral, em Termos Individuais

Em Assembleia Geral Anual de 2005, foi aprovado um Plano de Pensão de Reforma para os Administradores Executivos.

Trata-se de um Plano de Pensões de Contribuição Definida, em que é fixado previamente o valor da contribuição - sendo actualmente a percentagem de desconto mensal para o Fundo de 17,5% - variando o valor dos benefícios em função dos rendimentos obtidos. Cabe à Comissão de Vencimentos a definição da taxa de contribuição da empresa e da contribuição inicial.

São considerados Participantes do Plano, tal como definidos no respectivo regulamento, os Administradores Executivos da Sociedade, sendo que, no caso específico dos Administradores Executivos que se encontrassem em funções à data da Assembleia Geral de 2005, aqueles que optassem pelo presente Plano de Pensões deixariam de estar em condições de elegibilidade relativamente ao Plano de Complemento de Reforma, ao renunciarem expressa e irrevogavelmente a este.

A data da reforma coincide com o próprio dia ou o dia um do mês seguinte àquele em que o Participante complete a idade normal de reforma, conforme estabelecido no Regime Geral da Segurança Social. Um Participante será considerado em estado de invalidez total e permanente, se for reconhecido como tal pela Segurança Social Portuguesa.

O salário pensionável é o salário base ilíquido mensal pago pela Sociedade e por quaisquer sociedades suas subsidiárias directas ou indirectas, multiplicado por 14 e dividido por 12. A este valor mensal fixo acresce, no final de cada ano civil, um valor variável constituído por todos os valores auferidos a título de remuneração variável da referida Sociedade e sociedades subsidiárias.

Adicionalmente, para Administradores que se encontrassem em exercício de funções à data da referida Assembleia Geral de 2005, aplica-se o regime complementar de pensões ou de reforma, nos termos de cujo Regulamento têm direito a Complemento de Reforma os Administradores que, cumulativamente, tenham: i. mais de 60 anos; ii. exercido funções executivas; e iii. desempenhado cargos de Administrador há mais de 10 anos. Este complemento foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de 1996 e apenas podem beneficiar do mesmo Administradores que não tenham optado pelo Plano de Pensão de Reforma anteriormente referido.

Subsecção IV Divulgação das Remunerações

77. Indicação do Montante Anual da Remuneração Auferida, de Forma Agregada e Individual, pelos Membros dos Órgãos de Administração da Sociedade, Proveniente da Sociedade, Incluindo Remuneração Fixa e Variável e, Relativamente a Esta, Menção às Diferentes Componentes que lhe Deram Origem

A remuneração ilíquida auferida pelos Membros do Órgão de Administração, paga pela Sociedade, durante o exercício de 2017, totalizou 1.567.750,00 euros, correspondendo 890.500,00 euros a remuneração fixa, 378.000,00 euros a remuneração variável e 299.250,00 euros de contribuições para o plano de pensão de reforma.

Na tabela abaixo encontram-se discriminados os valores remuneratórios ilíquidos pagos individualmente aos Membros do Conselho de Administração:

Administrador	Remunerações Pagas (euros)		
	Componente Fixa	Componente Variável *	Plano de Pensões de Reforma
Pedro Soares dos Santos	220.500,00	378.000,00	299.250,00
Andrzej Szlezak	80.000,00	-	-
António Viana-Baptista	80.000,00	-	-
Artur Stefan Kirsten	80.000,00	-	-
Clara Christina Streit	80.000,00	-	-
Francisco Seixas da Costa	80.000,00	-	-
Hans Eggerstedt	80.000,00	-	-
Henrique Soares dos Santos	80.000,00	-	-
Sérgio Tavares Rebelo	110.000,00	-	-

* Remuneração variável anual atribuída e paga em 2017, na sequência da avaliação de desempenho no exercício de 2016

78. Montantes a Qualquer Título Pagos Por Outras Sociedades em Relação de Domínio ou de Grupo ou Que Se Encontrem Sujeitas a um Domínio Comum

Adicionalmente em relação aos valores referidos no ponto 77, foi pago a Administradores por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade durante o exercício de 2017 um valor total ilíquido de 1.251.500,00 euros, encontrando-se discriminados na tabela infra os valores remuneratórios ilíquidos pagos individualmente:

Administrador	Remunerações Pagas (euros)	
	Componente Fixa	Componente Variável *
Pedro Soares dos Santos ¹	409.500,00	702.000,00
Andrzej Szlezak ²	50.000,00	-
Sérgio Tavares Rebelo ²	90.000,00	-

* Remuneração variável anual atribuída e paga em 2017, na sequência da avaliação de desempenho no exercício de 2016

¹ Por exercício de funções em Órgão de Administração

² Por exercício de funções em Órgão de Fiscalização

79. Remuneração Paga Sob a Forma de Participação nos Lucros e/ou de Pagamento de Prémios e os Motivos Por Que Tais Prémios e/ou Participação nos Lucros Foram Concedidos

A Sociedade não pagou a Administradores quaisquer remunerações sob a forma de participação nos lucros ou prémios (para além da remuneração variável referida nos pontos 77 e 78, definida nos termos da Política de Remunerações descrita no ponto 69).

80. Indemnizações Pagas ou Devidas a Ex-Administradores Executivos Relativamente à Cessação Das Suas Funções Durante o Exercício

Não foi paga durante o exercício, nem existe qualquer obrigação de pagamento de indemnização, em caso de cessação das funções durante o mandato do Órgão de Administração.

81. Indicação do Montante Anual da Remuneração Auferida, de Forma Agregada e Individual, Pelos Membros dos Órgãos de Fiscalização da Sociedade, Para Efeitos da Lei N.º 28/2009, de 19 de Junho

A remuneração auferida pelos Membros da Comissão de Auditoria, nessa qualidade, de forma agregada foi no montante ílquido de 60.000,00 euros, encontrando-se discriminados na tabela infra os valores remuneratórios ílquidos pagos individualmente:

Comissão de Auditoria	Remunerações Pagas (euros)	
	Componente Fixa	Componente Variável
Sérgio Tavares Rebelo (Presidente)	20.000,00	-
Hans Eggerstedt	20.000,00	-
Clara Christina Streit	20.000,00	-

82. Indicação da Remuneração No Ano de Referência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral

A remuneração paga pela Sociedade ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral no ano em referência foi no montante de 7.500,00 euros.

Subsecção V Acordos com Implicações Remuneratórias

83. Limitações Contratuais Previstas Para a Compensação a Pagar por Destituição Sem Justa Causa de Administrador e Sua Relação Com a Componente Variável da Remuneração

Não existem limitações contratuais previstas para a compensação a pagar a Administradores em caso de destituição sem justa causa, sendo esta matéria regulada pela legislação aplicável.

84. Referência à Existência e Descrição, Com Indicação dos Montantes Envolvidos, de Acordos Entre a Sociedade e os Titulares do Órgão de Administração e Dirigentes, na Aceção do n.º 3 do Art. 248.º-B CVM, que Prevejam Indemnizações em caso de Demissão, Despedimento Sem Justa Causa ou Cessação da Relação de Trabalho na Sequência de Uma Mudança de Controlo da Sociedade (Art. 245.º-A, n.º 1, al. I) CVM)

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares dos Órgãos de Administração, dirigentes ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho em sequência de mudança de controlo da Sociedade.

Subsecção VI

Planos de Atribuição de Acções ou Opções sobre Acções (“Stock Options”)

85. Identificação do Plano e dos Respectivos Destinatários

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções.

86. Caracterização do Plano (Condições de Atribuição, Cláusulas de Inalienabilidade de Acções, Critérios Relativos ao Preço das Acções e o Preço de Exercício das Opções, Período Durante o Qual as Opções Podem Ser Exercidas, Características das Acções ou Opções a Atribuir, Existência de Incentivos Para a Aquisição de Acções e ou o Exercício de Opções)

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções.

87. Direitos de Opção Atribuídos Para a Aquisição de Acções (“Stock Options”) De Que sejam Beneficiários os Trabalhadores e Colaboradores da Empresa

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de opções de aquisição de acções.

88. Mecanismos de Controlo Previstos Num Eventual Sistema de Participação dos Trabalhadores no Capital na Medida em que os Direitos de Voto Não Sejam Exercidos Directamente Por Estes (Art. 245.º-A, n.º 1, al. e) CVM)

Na Sociedade não existe qualquer sistema de participação de trabalhadores no capital.

Secção E TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Subsecção I Mecanismos e Procedimentos de Controlo

89. Mecanismos Implementados Pela Sociedade Para Efeitos de Controlo de Transacções Com Partes Relacionadas

Negócios com Membros do Órgão de Administração

Os negócios entre a Sociedade e os seus Administradores, quando existam, ficam sujeitos ao disposto no Artigo 397.º CSC, pelo que só podem ser celebrados mediante deliberação do Conselho de Administração que os autorize, na qual o Administrador interessado não pode votar, e que deverá ser precedida de parecer favorável da Comissão de Auditoria.

Tendo em conta a eleição de Andrzej Szlezak (sócio da sociedade de advogados Sołtysiński Kawecki & Szlezak (SK&S), um dos *External Legal Counsel* do Grupo Jerónimo Martins) para o cargo de Administrador de Jerónimo Martins, para o mandato 2013-2015, o Conselho de Administração autorizou, desde 2013, nos termos do n.º 2 do Artigo 397.º CSC e com o parecer favorável da Comissão de Auditoria, a manutenção de contratos de prestação de serviços jurídicos entre a Sociedade e as suas subsidiárias e a referida sociedade de advogados.

Negócios com Outras Partes Relacionadas

O Conselho de Administração adoptou os procedimentos e critérios deliberados pela Comissão de Auditoria no âmbito de negócios com outras partes relacionadas. Ver ponto 91.

90. Indicação das Transacções Que Foram Sujeitas a Controlo no Ano de Referência

Não foram sujeitas a controlo, em 2017, quaisquer transacções.

91. Descrição dos Procedimentos e Critérios Aplicáveis à Intervenção do Órgão de Fiscalização para Efeitos da Avaliação prévia dos Negócios a Realizar Entre a Sociedade e Titulares de Participação Qualificada ou Entidades Que Com Eles Estejam em Qualquer Relação, nos Termos do Art. 20.º CVM

Neste ponto, cumpre referir que em termos de procedimento a Comissão de Auditoria tem como competência, de acordo com o respectivo Regulamento, emitir parecer prévio sobre negócios de relevância significativa entre a Sociedade e os seus accionistas titulares de participação qualificada – ou entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do Artigo 20.º CVM –, estabelecendo os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância.

A Comissão de Auditoria aprovou o procedimento e os critérios a aplicar nestas situações.

Assim, ficam sujeitos a avaliação e parecer prévio da Comissão de Auditoria, os negócios ou operações entre, por um lado, a Sociedade ou as sociedades integrantes do Grupo Jerónimo Martins e, por outro, os titulares de Participações Qualificadas ou entidades que com eles se encontrem em qualquer relação, que preencham um dos seguintes critérios:

- a) tenham um valor igual ou superior a 3 (três) milhões de euros ou a 20% das vendas do accionista em causa;
- b) embora tenham um valor inferior ao resultante da aplicação dos critérios referidos na alínea anterior, quando somados com o valor dos demais negócios celebrados com o mesmo accionista titular de Participação Qualificada durante o mesmo exercício, perfaçam um valor acumulado igual ou superior a cinco milhões de euros;
- c) independentemente do valor, possam causar um impacto material na reputação da Sociedade, no que respeita à sua independência nas relações com titulares de Participações Qualificadas.

Subsecção II Elementos Relativos aos Negócios

92. Indicação do Local dos Documentos de Prestação de Contas Onde Está Disponível Informação Sobre os Negócios Com Partes Relacionadas, de Acordo Com a IAS 24

A informação sobre negócios com partes relacionadas encontra-se na nota 27 – Partes Relacionadas do Capítulo III do Relatório e Contas.

PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de Governo das Sociedades Adoptado

A Sociedade adoptou o Código de Governo das Sociedades da CMVM (que se encontra publicado no sítio desta instituição em

<http://www.cmvm.pt/pt/Legislacao/Legislacaonacional/C%C3%B3digo%20de%20Governo%20das%20Sociedades/Pages/Listagem-Governo-das-Sociedades.aspx>, por entender que o mesmo assegura um nível adequado de protecção dos interesses dos accionistas e de transparência do Governo Societário.

A Sociedade rege-se ainda pelo seu Código de Conduta, cujo conteúdo coteja com aspectos ligados ao governo da mesma, e que pode ser consultado no seu sítio institucional. Todos os seus Órgãos Sociais se regem por regulamentos, documentação que igualmente se encontra disponibilizada no sítio institucional da Sociedade em <https://www.jeronimomartins.com/pt/>.

2. Análise do Cumprimento do Código do Governo das Sociedades Adoptado

2.1. Declaração de Cumprimento

A Sociedade cumpre na sua essência as recomendações da CMVM ínsitas no Código de Governo das Sociedades de 2013. Admite-se, porém, que existem algumas recomendações que não foram adoptadas na íntegra conforme melhor se refere infra.

De seguida, apresenta-se a indicação discriminada das recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades da CMVM, as adoptadas, as adoptadas parcialmente, as não adoptadas e as não aplicáveis, bem como remissão para o texto do Relatório onde se pode aferir o cumprimento ou a justificação para a não adopção ou adopção parcial destas recomendações.

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOPÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
I. VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE		
I.1. As sociedades devem incentivar os seus accionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de acções necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via electrónica.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12
I.2. As sociedades não devem adoptar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus accionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12
I.3. As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada acção ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos accionistas.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
I.4. Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 13
I.5. Não devem ser adoptadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem susceptíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Adoptada	Parte I, Secção A, Subsecção I, pontos 4 e 5, e Secção B, Subsecção I, ponto 12
II. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1. Supervisão e Administração		
II.1.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, Pontos 21 e 28
II.1.2. O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21
II.1.3. O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.	Não aplicável	
II.1.4. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: a) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; b) reflectir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 24, 25 e 29, e Secção D, Subsecção III, ponto 69
II.1.5. O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objectivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efectivamente incorridos são consistentes com aqueles objectivos.	Adoptada	Parte I, Secção C, Subsecção III, pontos 50, 52 e 54

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOPÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
II.1.6. O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da actividade dos restantes membros do órgão de administração.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 18
II.1.7. Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adoptado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista e o respectivo free float. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: a. ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; b. ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma directa ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa colectiva; c. ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; d. viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha recta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares directa ou indirectamente de participação qualificada; e. ser titular de participação qualificada ou representante de um accionista titular de participações qualificadas.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 18
II.1.8. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21
II.1.9. O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	Não aplicável	
II.1.10. Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, Ponto 21
II.2. Fiscalização		
II.2.1. Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 19 e Subsecção III, pontos 32 e 33
II.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respectiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30
II.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, e Subsecção V, ponto 45

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOPÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
II.2.4. O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30 e Secção C, Subsecção III, ponto 52
II.2.5. A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a detecção de potenciais ilegalidades.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29 e Secção C, Subsecção III, ponto 50
II.3. Fixação de Remunerações		
II.3.1. Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção II, ponto 67
II.3.2. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação actual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção II, ponto 67
II.3.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter, adicionalmente: a) identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais; b) informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos; d) informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.	Parcialmente adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 70 e Parte II, ponto 2.1, al. a)
II.3.4. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano.	Não aplicável	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 73 e 74
II.3.5. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do sistema.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 76
III. REMUNERAÇÕES		
III.1. A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efectivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 70
III.2. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18, Secção D, Subsecção III, ponto 69 e Subsecção IV, pontos 77, 78 e 79
III.3. A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.	Não adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, ponto 69 e Parte II, ponto 2.1. als. a) e b)

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOPÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
III.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.	Não adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, ponto 72 e Parte II, ponto 2.1. al. c)
III.5. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, ponto 69
III.6. Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as acções da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções.	Não aplicável	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69, 73 e 74
III.7. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 74
III.8. Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respectivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, ponto 69 e Subsecção V, ponto 84

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
IV. AUDITORIA		
IV.1. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção V, ponto 42
IV.2. A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Parcialmente adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, Subsecção III, ponto 37, Subsecção V, ponto 46, e Parte II, ponto 2.1, al. d)
IV.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respectivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção V, ponto 44
V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS		
V.1. Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do Art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Adoptada	Parte I, Secção A, Subsecção II, ponto 10, Secção E, Subsecção I, pontos 89 e 91
V.2. O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do Art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários –, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.	Adoptada	Parte I, Secção E, Subsecção I, ponto 91
VI. INFORMAÇÃO		
VI.1. As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade actual em termos económicos, financeiros e de governo.	Adoptada	Parte I, Secção C, Subsecção IV, ponto 56 e Subsecção V, ponto 59
VI.2. As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.	Adoptada	Parte I, Secção C, Subsecção IV, pontos 56 e 58

À luz do texto recomendatório em causa, as seguintes recomendações, também referenciadas na tabela supra, não foram cumpridas na íntegra. Seguem-se as correspondentes explicações.

a) Relativamente à **alínea b) da recomendação II.3.3.**, cabe explicar que a matéria relativa à remuneração dos Administradores, incluindo a fixação de limites máximos para todas as componentes da remuneração, se encontra na exclusiva disponibilidade da Comissão de Vencimentos, órgão emanado da Assembleia Geral da Sociedade e independente do Conselho de Administração. Desta forma, o cabal cumprimento da recomendação em apreço é da exclusiva competência da Comissão de Vencimentos, tendo esta decidido não dar cumprimento ao recomendado, em virtude de entender que a forma como se encontra estruturada a remuneração dos Administradores Executivos é adequada e permite o alinhamento dos interesses destes com os interesses da Sociedade no longo prazo e está em linha com as práticas remuneratórias da generalidade das empresas congéneres, ponderadas as características da Sociedade.

b) Quanto à **recomendação III.3.**: ver a explicação constante da alínea anterior.

c) Relativamente à **recomendação III.4.**, cumpre referir que a Política de Remuneração da Sociedade não prevê o diferimento do pagamento de toda ou de parte da componente variável da remuneração, acreditando a Comissão de Vencimentos ter encontrado, até ao momento, os mecanismos que permitem o alinhamento entre os interesses de Administradores Executivos e os interesses de longo prazo da Sociedade e dos accionistas, ao possibilitar o crescimento sustentado dos negócios desta e a correspondente criação de valor para aqueles.

d) No que respeita à **recomendação IV.2.** cabe explicar que, em 2011, a Comissão de Auditoria estabeleceu as regras relativas à prestação de serviços de consultoria pelo Auditor Externo, tendo determinado: i. a possibilidade da contratação dos mesmos, desde que a independência do auditor seja assegurada; e ii. a obrigatoriedade da aprovação prévia por esta Comissão, logo que o montante global acumulado deste tipo de serviços ultrapasse, em determinado ano, 10% dos honorários globais para os serviços de auditoria. A Comissão de Auditoria entende que a prestação de serviços diferentes dos de auditoria até ao referido montante de 10% não é susceptível de afectar a independência do auditor. Mais entende que esta solução é a mais adequada à plurilocalização geográfica do Grupo e às necessidades específicas das suas subsidiárias sediadas noutras jurisdições.

3. Outras Informações

Não existem outros elementos ou informações adicionais que sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adoptadas.

RESPONSABILIDADE CORPORATIVA E CRIAÇÃO DE VALOR



Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor

1. A Nossa Abordagem	198
2. Envolvimento com os Stakeholders	200
3. Highlights 2017	202
4. Promover a Saúde pela Alimentação	204
5. Respeitar o Ambiente	213
6. Comprar com Responsabilidade	223
7. Apoiar as Comunidades Envolventes	233
8. Ser um Empregador de Referência	240
9. Compromissos para 2015-2017	250
10. Compromissos para 2018-2020	253
11. Tabela de Indicadores	255

1. A Nossa Abordagem

Com 225 anos de actividade, o Grupo Jerónimo Martins trabalha para criar valor de forma sustentada, respeitando a qualidade de vida das gerações presentes e futuras e mitigando, tanto quanto possível, o impacto das suas actividades sobre os ecossistemas dos quais o Grupo depende. A estratégia de Responsabilidade Corporativa, formada por cinco eixos de actuação, é transversal às Companhias do Grupo, procurando responder aos desafios identificados pelos seus stakeholders¹ e aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pelas Nações Unidas²:

I - Promover a Saúde pela Alimentação

A promoção da saúde pela alimentação materializa-se em duas estratégias de actuação:

- i. fomentar a qualidade e diversidade dos produtos alimentares que as Companhias comercializam;
- ii. assegurar a segurança alimentar no sentido mais lato, abrangendo a disponibilidade, acessibilidade e sustentabilidade dos produtos comercializados.

II - Respeitar o Ambiente

O Grupo procura promover a gestão eficiente de recursos, aliada à preservação ambiental com vista a reduzir os impactes ambientais gerados pelos seus negócios. São três as áreas de actuação prioritárias: alterações climáticas, biodiversidade e gestão de resíduos.

III - Comprar com Responsabilidade

As Companhias do Grupo acompanham as origens e processos produtivos dos produtos que desenvolvem e adquirem, procurando integrar preocupações éticas, sociais e ambientais nas suas decisões ao longo da cadeia de abastecimento. O Grupo está empenhado em desenvolver relacionamentos comerciais duradouros, praticar preços justos e apoiar a produção local nos países onde opera.

IV - Apoiar as Comunidades Envolventes

O Grupo está fortemente comprometido com as comunidades dos países onde opera, promovendo a coesão social e procurando contribuir para quebrar ciclos de pobreza e malnutrição, através de apoios a projectos e causas junto dos grupos mais frágeis da sociedade: crianças e jovens, e idosos carenciados.

V - Ser um Empregador de Referência

Através da criação de emprego, o Grupo pretende estimular o desenvolvimento socioeconómico nos mercados onde actua. Para tal, promove políticas salariais equilibradas e um ambiente de trabalho estimulante e positivo, numa relação de compromisso firme com os seus colaboradores, que são alvo também de políticas de responsabilidade social, extensíveis às suas famílias.

¹ Os 10 principais temas materiais encontram-se referidos no subcapítulo 2 - "Envolvimento com Stakeholders", e no website www.jeronimomartins.com.

² Conheça as principais acções do Grupo na publicação "The Power of Collective Action" disponível no website www.jeronimomartins.com e na tabela de indicadores incluída no final deste Capítulo.

Grupo Jerónimo Martins mantém-se nos principais Índices ESG

O desempenho do Grupo no âmbito da sua actuação nos pilares de Responsabilidade Corporativa tem vindo a ser acompanhado por um conjunto alargado de stakeholders, entre os quais analistas de Ambiente, Sociedade e Governance (ESG).

Em 2017, o Grupo Jerónimo Martins manteve-se nos índices FTSE Russel: FTSE4Good Developed Index e FTSE4Good Europe Index, que identificam as empresas que melhor gerem os riscos de sustentabilidade através de compromissos e de acções no desenvolvimento dos seus negócios.

O Grupo manteve, também, a sua presença nos índices STOXX Global ESG Leaders, STOXX Global ESG Environmental Leaders, Ethibel Excellence Investment Registers, Ethibel Sustainability Index Excellence Europe, e Euronext Vigeo Eurozone 120.

Também continuou a assegurar a sua presença nos índices MSCI ACWI ESG Leaders e MSCI ACWI SRI que representam as empresas com elevado desempenho nas áreas social, ambiental e de governance. O Grupo atingiu o rating AA, a um nível da liderança, em 2017.

Estes índices identificam as empresas que melhor gerem os riscos ESG e são utilizados, por exemplo, em produtos de investimento estruturados e como benchmark. Esta inclusão resulta do reconhecimento dos compromissos, acções e resultados do Grupo na área da sustentabilidade e no desenvolvimento de longo prazo dos seus negócios.

Modelo de Negócio e Relação com o Desenvolvimento Sustentável



2. Envolvimento com os Stakeholders

O Grupo Jerónimo Martins considera que o envolvimento com as partes interessadas (stakeholders) constitui um passo relevante na identificação e gestão dos aspectos ambientais, sociais e económicos materiais que, por esse motivo, devem ser incluídos na sua estratégia de actuação e comunicação. Para o efeito, e no sentido de assegurar uma melhoria contínua, o Grupo utiliza diferentes canais de comunicação com o objectivo de promover um maior alinhamento com as necessidades e expectativas dos seus stakeholders.

Stakeholders	Interlocutores	Canais de Comunicação
Accionistas e Investidores	Direcção de Relações com Investidores.	Website corporativo, e-mail, relatórios e contas, revista corporativa semestral, comunicados financeiros, reuniões, conferências, roadshows, Investor's Day e assembleias gerais.
Analistas	Direcção de Relações com Investidores, Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	Website corporativo, e-mail, relatórios e contas, revista corporativa semestral, comunicados financeiros, reuniões, conferências e Investor's Day.
Organismos Oficiais, Entidades de Supervisão e Autarquias Locais	Direcção de Relações com Investidores, Direcções Fiscais, Direcções Jurídicas, Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	Website corporativo, e-mail e correio físico, revista corporativa semestral e reuniões.
Fornecedores, Parceiros e Prestadores de Serviços	Direcções Comerciais, Marketing, Qualidade e Desenvolvimento de Marca Própria, Segurança Alimentar, Ambiente, Regionais de Operações, Técnicas, Expansão, TI e Comissão de Ética.	Portal JM Direct, visitas de acompanhamento, auditorias de qualidade e segurança alimentar, reuniões de negócios, contactos directos e revista corporativa semestral.
Colaboradores	Direcções de Recursos Humanos, Escola de Formação, Comissão de Ética e Serviços de Atendimento ao Colaborador.	Serviços de Atendimento ao Colaborador (linha telefónica, correio físico e eletrónico), revistas internas, intranet, reuniões operacionais e de gestão, relações interpessoais, avaliação anual de desempenho, sessões de formação e estudos de clima interno.
Clientes e Consumidores	Serviço de Apoio ao Cliente, Provedoria do Cliente e Comissão de Ética.	Linhas "verdes" de contacto telefónico, e-mail, website corporativo e correio físico.
Comunidades Locais	Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas, Lojas e Centros de Distribuição.	Visitas de acompanhamento, reuniões, protocolos e parcerias/mecenato.
Jornalistas	Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	Website corporativo, comunicados de imprensa, conferências de imprensa, reuniões, relatórios e contas e revista corporativa semestral.
ONGs e Associações	Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	Visitas de acompanhamento, reuniões, parcerias/mecenato e revista corporativa semestral.

O Grupo Jerónimo Martins integra, ainda, ao nível institucional e ao nível das suas Companhias, diversas organizações e iniciativas nacionais e internacionais na área da Responsabilidade Corporativa que lhe permitem conhecer as tendências nestas dimensões³.

³ Para mais detalhes sobre a forma como nos relacionamos com os stakeholders e sobre as organizações que o Grupo integra consulte www.jeronimomartins.com, na área de "Responsabilidade".

Como resultado do seu envolvimento contínuo com os seus stakeholders, o Grupo destaca, por ordem decrescente, os seguintes aspectos materiais⁴:

1. Qualidade e segurança alimentar;
2. Selecção de fornecedores com base em critérios de sustentabilidade;
3. Oferta de produtos de origem sustentável;
4. Condições laborais;
5. Preferência por fornecedores locais;
6. Envolvimento e apoio a colaboradores, às suas famílias e comunidades locais;
7. Oferta de produtos saudáveis;
8. Gestão e valorização dos resíduos;
9. Eficiência energética e redução dos consumos de água;
10. Gestão do relacionamento com fornecedores.

No sentido de assegurar o cumprimento, divulgação e reforço dos Princípios de Responsabilidade Corporativa, o Grupo conta, ainda, com a Comissão de Governo da Sociedade e de Responsabilidade Corporativa que colabora com o Conselho de Administração e com a Comissão de Ética⁵.

A rede social profissional LinkedIn, que no final de 2017 contava com cerca de 110 mil seguidores, continua a ser um meio importante para a divulgação das actividades do Grupo, entre as quais se incluem as acções desenvolvidas no âmbito dos cinco pilares da Responsabilidade Corporativa. Neste contexto, ao longo de 2017, divulgaram-se 72 posts relacionados com a Responsabilidade Corporativa, tendo-se verificado mais de 2,2 milhões de impressões⁶.

⁴ O reporte da actuação do Grupo em cada um destes temas poderá ser consultado ao longo deste capítulo, na área dedicada a cada um dos pilares de actuação que materializam o compromisso com o desenvolvimento sustentável e no seu canal de Responsabilidade em www.jeronimomartins.com.

⁵ As competências de cada uma destas Comissões estão desenvolvidas em www.jeronimomartins.com, na área de "Investidor".

⁶ Este indicador diz respeito ao número de vezes que cada post foi exibido a usuários do LinkedIn.

3. Highlights 2017

Promover a Saúde pela Alimentação

- As reformulações nutricionais de produtos de Marca Própria, preveniram a entrada no mercado de 718 toneladas de gordura, 64 toneladas de gordura saturada, 85 toneladas de açúcar e 59 toneladas de sal;
- na Polónia, foi lançada a gama GoBio, que se destina a clientes que preferem produtos biológicos. Também os primeiros produtos vegan chegaram ao sortido da Biedronka;
- em Portugal, lançaram-se 11 novos produtos da gama Pura Vida. Esta gama destina-se a públicos com necessidades e/ou preferências dietéticas específicas, como produtos sem adição de açúcar, sem glúten ou sem lactose;
- em Portugal, adoptaram-se símbolos nos rótulos de produtos alimentares que facilitam a escolha dos consumidores, tais como o ícone “Sem OGM” para produtos cujos ingredientes pudessem potencialmente ter sido modificados geneticamente, o ícone calórico em bebidas alcoólicas e, também para bebidas alcoólicas, a simbologia que desaconselha o consumo por parte de grávidas.

Respeitar o Ambiente

- Em 2017, a redução da pegada de carbono do Grupo (por 1.000 € de vendas) foi de 13,6%, face a 2014, garantindo o cumprimento do seu objectivo de redução para o triénio 2015-2017;
- os consumos de energia e água, por mil euros de vendas, sofreram uma redução de 8,1% e 0,6% face a 2016, respectivamente.
- o Grupo adoptou a resolução do Consumer Goods Forum, com vista à redução do desperdício alimentar para metade até 2025, tendo 2016 como ano de referência;
- verificou-se uma redução no consumo de sacos de caixa (plástico, papel e plástico reutilizável), por 1.000 € de vendas, em 7%. No que se refere aos trolleys, estes duplicaram as suas vendas por 1.000 € de vendas, face a 2016;
- a taxa de valorização de resíduos produzidos pelo Grupo e encaminhados para soluções de valorização aumentou para 84,7%, mais 1,6 p.p. do que em 2016.

Comprar com Responsabilidade

- Em 2017, manteve-se a aquisição de, no mínimo, 80% de produtos a fornecedores locais em todas as insígnias de Distribuição Alimentar que o Grupo opera;
- o Grupo atingiu o objectivo de continuar a introduzir certificados de sustentabilidade (ex., UTZ, Marine Stewardship Council e Rainforest Alliance, entre outros) nos seus produtos de Marca Própria e Frescos, tendo lançado 60 produtos com estas características em 2017;
- em 2017, e com base nas espécies identificadas em 2015, verificou-se o cumprimento das linhas definidas para a estratégia de sustentabilidade do pescado do Grupo;
- o Grupo Jerónimo Martins obteve, no CDP Forests 2017 uma pontuação global de “A-” para o óleo de palma e papel e madeira, posicionando-o no patamar “Liderança”, a um passo de atingir a pontuação máxima (A). As commodities soja e carne bovina obtiveram uma classificação de “B”, correspondendo ao nível de “Gestão”.

Apoiar as Comunidades Envolventes

- O valor de apoios oferecidos pelo Grupo foi de cerca de 21,7 milhões de euros, um aumento de 21% quando comparado com 2016;
- em Portugal, celebrou-se uma parceria com a Pão a Pão – Associação para a Integração de Refugiados do Médio Oriente, na perspectiva de dar resposta à inclusão e empregabilidade de refugiados sírios, através do lançamento de um restaurante. O apoio do Grupo é dado em géneros alimentares no valor anual de 18 mil euros.

- também em Portugal, o projecto “Semear”, que consiste na criação de oportunidades de trabalho para pessoas com dificuldades intelectuais, viu os seus primeiros resultados através da venda de 17 toneladas de hortícolas nas lojas Pingo Doce;
- 437 lojas da Biedronka e 12 Centros de Distribuição doaram à Caritas 670 toneladas de excedentes alimentares que, estando aptos para consumo, não podem ser colocados à venda;
- o número de escolas envolvidas no programa “Śniadanie Daje Moc” (O Pequeno-Almoço dá Força) aumentou 6,3% face ao ano lectivo anterior para as 8.318, o que corresponde a mais de metade das escolas primárias da Polónia. O programa abrangeu 275.758 crianças, um incremento de mais de 40%;
- na Colômbia, a Ara manteve o seu apoio aos programas da ABACO – Banco de Alimentos de Colombia para a doação de excedentes alimentares a populações vulneráveis nos vários municípios onde estão implementadas as suas lojas. Mais de 116 toneladas foram oferecidas, estimando-se terem chegado a 1.544 famílias.

Ser um Empregador de Referência

- O Grupo criou 7.970 postos de trabalho, representando um crescimento líquido de 8,3% face a 2016;
- foram atribuídos mais de 100 milhões de euros em prémios aos seus colaboradores e registaram-se mais de 8.700 promoções ao nível das lojas, Centros de Distribuição e estruturas centrais;
- o investimento em iniciativas de apoio aos colaboradores nas áreas da Saúde, Educação e Bem-Estar Familiar ascenderam a 18,7 milhões de euros. Na Polónia, através do programa “Możesz Liczyć na Biedronkę” (Podes Contar com a Biedronka) foi concedido apoio financeiro a 5.446 colaboradores em situação de vulnerabilidade. Em Portugal, o Fundo de Emergência Social, que conta com a colaboração de assistentes sociais, permitiu apoiar 706 colaboradores.

4. Promover a Saúde pela Alimentação

4.1. Introdução

Tendo em mente os milhões de clientes que todos os dias visitam as lojas do Grupo, Jerónimo Martins leva a sério o compromisso de defender e promover a saúde pública por via da alimentação. Além disso, procura incentivar o consumo responsável como forma de promover também a sustentabilidade do seu negócio.

Estas prioridades advêm da observação dos hábitos alimentares da sociedade nos últimos anos e da constatação que o consumo, em excesso, de açúcar, sal e gorduras saturadas tem resultado num aumento da prevalência de doenças como a obesidade, a diabetes, a osteoporose e as doenças cardiovasculares.

Para o Grupo, ser um agente activo na mudança destes hábitos alimentares implica, além da promoção de estilos de vida mais saudáveis, um compromisso com o investimento no desenvolvimento e na democratização do acesso a produtos alimentares de Marca Própria nutricionalmente equilibrados, menos processados e destinados à satisfação de necessidades dietéticas específicas, em que se incluem as intolerâncias a determinados ingredientes, a par de uma rotulagem nutricional completa e intuitiva.

A promoção da saúde pela alimentação concretiza-se fundamentalmente em duas estratégias de actuação, complementadas com objectivos e planos de acção transversais aos países e sectores onde o Grupo opera, em linha com o tema material referido pelos mais de 4.700 stakeholders auscultados na análise feita às partes interessadas do Grupo em 2016:

- i. fomentar a qualidade e diversidade da alimentação;
- ii. garantir a segurança alimentar.

4.2. Qualidade e Diversidade

Por forma a garantir os elevados padrões de Qualidade e Segurança Alimentar dos produtos que são comercializados, as linhas de orientação existentes em Portugal, na Polónia e na Colômbia integram três políticas fundamentais:

- Política de Qualidade e Segurança Alimentar – garante um sistema de melhoria contínua dos processos de desenvolvimento e monitorização de produtos de Marca Própria e de Perecíveis;
- Política Nutricional – alinhada com as recomendações da Organização Mundial da Saúde, define seis dimensões no desenvolvimento das Marcas Próprias: perfil nutricional, ingredientes, rotulagem, tamanho das porções, melhoria contínua e comunicação;
- Política de Organismos Geneticamente Modificados – assente no princípio de que os produtos de Marca Própria não contêm ingredientes nem aditivos de origem transgénica e que, nos casos em que tal não se verifique, os consumidores serão informados através da respectiva rotulagem.

Adicionalmente, as *Guidelines* de Desenvolvimento de Produtos de Marca Própria reforçam os princípios listados na Política Nutricional, definindo:

- restrições quanto à utilização de corantes, conservantes e outros aditivos sintéticos supérfluos;
- quantidades máximas admitidas de alguns ingredientes como o sal, açúcar ou gordura nos produtos;
- estratégias de reformulação nutricional;
- materiais de embalagem permitidos para contacto com géneros alimentares;
- princípios de rotulagem nutricional, incluindo informações sobre saúde, nutrição e promoção de estilos de vida saudáveis;

- planos de monitorização de produto, onde se incluem testes sensoriais, auditorias e controlos laboratoriais.

Em 2017, procedeu-se à revisão das *Guidelines* dando maior foco aos critérios nutricionais para produtos consumidos maioritariamente por crianças, nomeadamente quanto aos nutrientes presentes nos produtos.

4.2.1. Lançamentos

Na Polónia, o Grupo lançou produtos com potenciais benefícios para a saúde e também destinados a pessoas com necessidades alimentares específicas, incluindo:

- preparados de vegetais salteados com tempero Mroźna Kraina, nas variedades de quinoa, arroz integral e girassol com sementes de linhaça, alimentos que são fontes de proteína e de fibra;
- filetes de bacalhau congelado Złota Rybka e bife de atum congelado Marinero, sem adição de fosfatos, que são habitualmente utilizados na conservação de pescado;
- iogurtes estilo-islandês (skyr) FruVita, natural e nas variedades de framboesa, mirtilo e groselha, sem gordura e com elevado teor de proteína;
- massas Pastani de cereais integrais como o centeio, trigo, trigo sarraceno e espelta, sendo fontes de fibra e de minerais, importantes para uma dieta equilibrada.

Durante o ano, Jerónimo Martins lançou produtos certificados para consumidores *vegan*, ou seja, cuja composição exclui, entre outros, carne e outros produtos de origem animal como ovos, laticínios e mel, contribuindo assim, por via da escala e da capilaridade da cadeia, para a democratização do seu acesso a toda a população. Contam-se os *snacks* de fruta Vitabella, uma fonte de fibra sem açúcar adicionado, com baixo teor de sal e sem glúten, e ainda o *wrap* de tortilha de milho Pano.

Na mesma lógica de democratização, foi lançada a gama GoBio, destinando-se a clientes que preferem produtos biológicos – observando métodos de produção que, entre outros, não recorrem ao uso de fitofármacos. Os iogurtes naturais e leite fresco contendo apenas 2% de gordura são as primeiras referências desta gama, sendo certificados de acordo com os requisitos comunitários.

O Grupo manteve a parceria com a Polskie Stowarzyszenie Osób z Celiakią i na Diecie Bezglutenowej (Associação Polaca de Celíacos e da Dieta Sem Glúten) para o acompanhamento do lançamento de produtos sem glúten, que inclui o processo de produção, garantindo a ausência de contaminação cruzada, e a certificação do produto final. Em 2017, chegaram ao mercado 21 referências sem glúten, destacando-se as conservas Marinero de arenque, cavala e atum.

A Biedronka lançou, ainda, sete produtos sem lactose, que incluem os gelados Symfonia, também sem glúten, os queijos *quark* Puszysty Bez Laktozy e o leite fresco Mleczna Dolina. Este destaca-se por ser o primeiro leite fresco de Marca Própria na Polónia para pessoas intolerantes à lactose.

Em 2016, a Biedronka foi a primeira cadeia de distribuição a lançar a gama Wolno Gotowane (Cozinhado Lentamente). Trata-se de produtos de conveniência confeccionados previamente por forma a manterem praticamente inalteradas as propriedades nutricionais, evitando o uso de conservantes e prolongando o tempo de vida de prateleira. Em 2017, duas novas referências de carne de pato foram adicionadas à gama.

Também nos Frescos, a galinha criada ao ar livre Kraina Mięś é produzida sem o uso de antibióticos e sem ração contendo Organismos Geneticamente Modificados (OGM).

Em Portugal, o Grupo manteve o foco no lançamento de produtos Pingo Doce com benefícios para a saúde e/ou pouco processados, apostando igualmente em porções mais convenientes para os consumidores:

- iogurtes Magro 0% de frutos tropicais e de morango, sem gordura e sem adição de açúcares. A sua composição é rica em cálcio, fósforo e vitamina B2 (riboflavina) que contribuem para o normal funcionamento do metabolismo;
- iogurtes estilo-grego 0% gordura, nas variedades natural e lima/limão. Além de serem fontes de cálcio e conterem elevados teores de proteína, apenas contêm açúcares naturalmente presentes. No último caso, têm menos 30% de açúcares comparativamente à média do mercado;
- bolachas matinais de leite e cereais, chocolate, aveia, quinoa e papoila, e cereais ancestrais, cuja quantidade de cereais na composição pode variar entre 37% e 76%, todos contendo óleo de girassol alto oleico (que tem ácidos gordos polinsaturados superiores aos do azeite e com propriedades antioxidantes através do Ómega 3 e Ómega 6 e das vitaminas E e K) e sendo fontes de ferro e fibra. São comercializadas em saquetas de 50 gramas;
- Nuggets de frango com queijo, com 68% de peito de frango, sem intensificadores de sabor. É sugerida na embalagem a sua preparação no forno, o que contribui para que se torne numa opção alimentar mais saudável;
- Snacks de maçã desidratada, sem adição de açúcares e com alto teor em fibra. Cada pacote equivale a duas porções de fruta.

Na gama Pura Vida, destinada a públicos com necessidades e/ou preferências dietéticas específicas, como produtos sem adição de açúcar, glúten e lactose, foram lançados 11 novos produtos, fixando-se em 87 o total de referências. Destacam-se:

- as Bebidas de Arroz, Arroz e Coco, Aveia, e de Amêndoa, sem açúcares adicionados e de origem livre de OGM. São fontes de cálcio e de várias vitaminas. A Bebida de Arroz não contém glúten;
- o Chocolate com Stevia, composto por 70% de cacau e sem adição de açúcares. Tem também um alto teor em fibra, magnésio, fósforo e ferro;
- a Farinha de Linhaça, que é uma semente importante na regulação do colesterol e bom funcionamento do sistema circulatório. Sendo uma fonte de zinco, tem ainda um alto teor em fibra, Ómega 3, vitamina B1, ferro, magnésio e fósforo;
- a Quinoa em Grão, um superalimento com alto teor em fitonutrientes, como a fibra, rica em vitamina B1 e fósforo.

Na extensão 0% Lactose, o Grupo lançou o Arroz Doce, uma sobremesa tradicional de Portugal.

Na Colômbia, 11 novos produtos das Marcas Exclusivas Ara foram introduzidos no mercado numa perspectiva de disponibilizar alternativas mais saudáveis aos consumidores daquele país, entre os quais:

- os cereais Heil de granola, nas variedades de amêndoa e noz, e de frutos vermelhos desidratados, sendo fontes de fibra e com propriedades antioxidantes;
- os cereais de pequeno-almoço consumidos por públicos mais jovens Chocorila, Honky Tonky e Zokis, fortificados com até 12 vitaminas e minerais, com pouca quantidade de açúcar, valor calórico reduzido e sem gordura;
- as tortitas de milho e de arroz com sal marinho Heil, com teores de sal reduzidos, sem gordura, sem açúcar, sem glúten e com baixo valor calórico;
- os leites De La Cuesta, nas variedades sem lactose e semi-desnatada, e leite gordo, ambos UHT, com pouca gordura e calorias.

4.2.2. Reformulações

A estratégia de reformulações foca-se em diminuir, substituir ou retirar da composição de produtos ingredientes como o sal, o açúcar e a gordura por forma a contribuir positivamente para uma melhor saúde pública. Com vista à maximização dos resultados pretendidos, a execução da estratégia dá prioridade à reformulação de produtos de grande consumo e/ou aos preferidos pelas crianças.

Na Polónia, reformularam-se 47 produtos alimentares, tendo sido eliminados sal, açúcar e gordura. No total, foram retiradas 713 toneladas de gordura, 81 toneladas de açúcar e 48 de sal.⁷

Os teores de sal foram reduzidos em nove referências embaladas de peixe (salmão, arenque e cavala, muito apreciados naquele país), entre os 3% e os 37%, totalizando mais de 22 toneladas.

Os teores de gordura foram reduzidos em 21 referências das marcas exclusivas da Biedronka, destacando-se os tradicionais pastéis recheados *pierogi* previamente cozidos e aptos para posterior fritura, da marca *Swojska Chata*. Nas variedades vaporizados, receita russa e de recheio de cogumelo e repolho, a gordura foi reduzida entre os 10% e os 30%, num total de cerca de 78 toneladas.

Relativamente ao açúcar, entre as 15 referências reformuladas, assinalam-se três variedades de sopas instantâneas *Gorqca Chwila*, com reduções entre os 24% e os 49%, equivalentes a cerca de três toneladas.

Em Portugal, o Grupo reformulou 41 produtos, evitando a entrada no mercado de cerca de três toneladas de açúcar, mais de cinco toneladas de gordura, mais de 64 de gordura saturada e 11 toneladas de sal.

No âmbito da unidade de negócio *Meal Solutions* do *Pingo Doce*, foi possível evitar a introdução no mercado de mais de seis toneladas de açúcar.

Reformulações Totais

Em 2017, o Grupo evitou a entrada no mercado de:

- 718 toneladas de gordura;
- 64 toneladas de gordura saturada;
- 85 toneladas de açúcar;
- 59 toneladas de sal.

4.2.3. Promoção de Escolhas Mais Saudáveis

Os Manuais de *Packaging* prevêem a divulgação na rotulagem das características e benefícios dos produtos de Marca Própria, cumprindo os requisitos técnicos e legais, nomeadamente sobre a composição nutricional dos produtos, e apresentando tabelas nutricionais completas, com valores por 100 gramas e por dose.

A adoção voluntária de informação nutricional mais intuitiva, na frente das embalagens, tem sido uma prioridade para o Grupo no sentido de permitir ao consumidor uma decisão mais consciente dos produtos que compra.

Em Portugal, destacam-se:

- a adoção do símbolo “Sem OGM” para produtos cujos ingredientes pudessem potencialmente ter sido modificados geneticamente;
- a adoção de ícone calórico em bebidas alcoólicas;
- a adoção, também para bebidas alcoólicas, de simbologia que desaconselha o consumo por parte de grávidas;
- a manutenção da iconografia para produtos fontes de Ómega 3, sem lactose, sem glúten, sem açúcares adicionados e sem gordura;
- a manutenção da identificação de produtos de charcutaria *Pingo Doce* que contenham pouca quantidade de gordura com o símbolo “Escolha Saudável”, em colaboração com a Fundação Portuguesa de Cardiologia.

Na Polónia, assinalam-se:

- a adoção da indicação de fibra na tabela nutricional (verso das embalagens);
- a adoção da simbologia europeia para a dieta vegan e para produtos orgânicos, acompanhando os lançamentos e certificações destas gamas para consumidores com necessidades e/ou preferências alimentares específicas;
- a manutenção da iconografia para produtos fontes de Ómega 3, sem lactose e sem glúten.

⁷ A quantidade de toneladas removidas é obtida através do seguinte método de cálculo: quantidades destes ingredientes presentes na fórmula das referências abrangidas multiplicada pelo número de unidades vendidas no ano.

O Pingo Doce tem vindo a seguir, desde há 10 anos, os princípios da Dieta Mediterrânica como referência para o desenvolvimento de produtos de Marca Própria e para as refeições da unidade de negócio Meal Solutions, como elemento diferenciador na comunicação com os seus públicos. Além dos conselhos em matéria de confecção e de acompanhamento com vegetais/fruta veiculados nas embalagens de produtos, a revista bimestral “Sabe Bem”, com uma tiragem média de 150 mil exemplares, manteve-se como um dos meios de comunicação preferenciais sobre esta dieta, através da publicação de receitas que incentivam também o reaproveitamento de alimentos e o combate ao desperdício alimentar.

O website do Pingo Doce, para além de desempenhar um papel incentivador da adopção desta dieta, publica ainda uma lista de produtos sem lactose ou glúten, com o objectivo de auxiliar os consumidores na sua escolha. A actualização desta lista é feita todos os meses pela equipa de nutrição do Pingo Doce, de acordo com o controlo analítico efectuado aos produtos de Marca Própria.

O ano ficou ainda marcado pelo lançamento da campanha publicitária [Junto Fazemos da Mesa um Lugar Melhor](#), que pretendeu sensibilizar para a importância da alimentação para a saúde física e psicológica/emocional, alertando, nomeadamente, para o excesso de peso das crianças e jovens, para a divisão de tarefas entre homens e mulheres, para os desafios impostos às famílias pelo ritmo de vida quotidiano e pela redefinição dos núcleos familiares, assumindo como elemento central a mesa de refeições.

Na Biedronka, o Grupo investiu na [divulgação](#) da gama de charcutaria Kraina Wedlin Nature, considerando que são produtos *clean label*, ou seja, sem aditivos (como fosfatos, conservantes, corantes artificiais) ou potenciadores de sabor (como o glutamato monossódico).

Em 2017, também teve continuidade a campanha exclusiva [Gang Świeżaków](#), criada com o intuito de promover a alimentação de fruta e vegetais junto das crianças através de uma colecção de peluches, e acompanhada por aplicação digital com jogos interactivos e didácticos que potenciam a memória e a velocidade de raciocínio. Neste âmbito, foram desenvolvidos ainda:

- uma [campanha](#) de início de ano lectivo com a Caritas Polska, doando integralmente as vendas de todos os peluches ocorridas num determinado fim-de-semana, que serviu para suportar projectos de carácter social da instituição;
- um livro de promoção de hábitos nutricionais saudáveis, dirigido às crianças, em parceria com o Instytut Żywności i Żywienia (Instituto de Alimentação e Nutrição Polaco), instituição que desenvolve estudos sobre as necessidades alimentares dos consumidores e promove acções sobre a relevância da alimentação na saúde.

Colaborando com este instituto, o Grupo manteve a campanha “Codziennie Bądź w Formie” (Em Forma Todos os Dias), através da qual disponibilizou uma linha especial de atendimento telefónico para aconselhar os consumidores a fazerem as escolhas nutricionais mais saudáveis e a lerem os rótulos de produtos.

A Biedronka manteve o seu apoio ao projecto [Zielona Kraina](#) (Terra Verde), desenvolvido em parceria com o fornecedor Green Factory, da marca exclusiva Vital Fresh. Este projecto tem por objectivo promover hábitos alimentares saudáveis entre as crianças de escolas primárias. Foram desenvolvidos 165 workshops culinários em 61 escolas de sete cidades, que tiveram como público-alvo mais de 3.600 alunos.

A promoção da Dieta Mediterrânica, o incentivo a estilos de vida activos e a partilha de receitas para pessoas com necessidades alimentares específicas foram prioridades na Polónia, tendo sido desenvolvidos folhetos informativos, num total de 2 milhões de exemplares. Adicionalmente, foram publicados 54 artigos em vários órgãos de comunicação social, descrevendo os perfis nutricionais e qualidade dos produtos Biedronka e os seus benefícios para a saúde. A estes, juntam-se ainda 40 artigos divulgados através de meios internos destinados a colaboradores.

4.2.4. Parcerias e Apoios

Com o objectivo de aprender e partilhar conhecimento aprofundado sobre alimentação, nutrição e saúde, o Grupo promove um diálogo activo com instituições, através da divulgação de produtos destinados a pessoas com necessidades alimentares específicas.

Em Portugal, no âmbito da parceria com a Direcção-Geral de Saúde (DGS) para a partilha de receitas saudáveis, o Pingo Doce contribuiu com 25 receitas sobre a Dieta Mediterrânica desenvolvidas pela sua equipa de nutrição para o Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável, que podem ser consultadas em www.alimentacaosaudavel.dgs.pt. Adicionalmente, a DGS participou em cinco artigos na revista “Sabe Bem”, do Pingo Doce.

Enquanto parte da Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED), o Pingo Doce manteve-se activo nas comissões técnicas dedicadas à qualidade alimentar.

O Grupo prosseguiu, ainda, as parcerias com instituições que visam contribuir para uma alimentação saudável, tais como:

- a Associação Portuguesa de Nutricionistas, para o patrocínio do Congresso da Nutrição e Alimentação;
- a Associação Portuguesa de Celíacos, para a identificação e divulgação de produtos sem glúten;
- a Fundação Portuguesa de Cardiologia, para a identificação de produtos de charcutaria com baixo teor de gordura;
- a Partnerstwo dla Zdrowia (Parceria para a Saúde), para os projectos Milk Start e Śniadanie Daje Moc (O Pequeno Almoço Dá Força), na Polónia⁸;
- a Polskie Stowarzyszenie Osób z Celiakią i na Diecie Bezglutenowej (Associação Polaca de Celíacos e da Dieta Sem Glúten), para a certificação de 21 novos produtos sem glúten.

Na Colômbia, a Ara iniciou a sua participação nas comissões de trabalho do Instituto Colombiano de Normas Técnicas (ICONTEC) para a discussão e criação de normas de qualidade e segurança alimentar, aplicáveis a todas as categorias de produtos.

4.3. Qualidade e Segurança Alimentar

Jerónimo Martins investe continuamente na certificação e monitorização dos seus processos, instalações e equipamentos por forma a garantir produtos de qualidade e seguros. Para isso, na implementação de procedimentos adequados e avaliação dos respectivos indicadores de desempenho, conta não só com os seus técnicos de Qualidade e de Segurança Alimentar, como também com auditores externos.

Tendo em conta a análise de riscos efectuada nos três países onde o Grupo está presente, foram actualizados os processos de controlo com vista a ajustá-los às mudanças introduzidas no sortido de produtos.

4.3.1. Certificações

Durante o ano de 2017 foram renovadas/mantidas as seguintes certificações:

- Certificação ISO 22000:2005, relativa ao processo de armazenagem e distribuição em todos os 15 Centros de Distribuição, e ao processo de desenvolvimento de produtos na sede da Biedronka;
- Certificação ISO 9001:2008 quanto ao Desenvolvimento de Marcas Próprias, em Portugal, e Acompanhamento do Produto/Fornecedor após Lançamento;

⁸ Para mais informação sobre este programa, consulte o subcapítulo 7. “Apoiar as Comunidades Envolventes”.

- Certificação HACCP segundo o Codex Alimentarius das cozinhas centrais do Pingo Doce de Gaia, Aveiro e Odivelas;
- Certificação HACCP segundo o Codex Alimentarius das lojas Recheio Cash & Carry (incluindo a loja na Madeira);
- Certificação HACCP segundo o Codex Alimentarius de uma loja franchisada do Recheio nos Açores;
- Certificação HACCP segundo o Codex Alimentarius das plataformas Food Service da Caterplus em Lisboa e no Algarve;
- Certificação HACCP, na vertente da Segurança Alimentar, com base no Codex Alimentarius dos Centros de Distribuição de Azambuja, Modivas, Alfena e Algoz.

Em 2017, todos os Centros de Distribuição da Polónia renovaram a certificação para manipulação de produtos biológicos, de acordo com o Regulamento CE 834/2007.

4.3.2. Auditorias

Para garantir os elevados padrões de Qualidade e Segurança Alimentar dos produtos comercializados pelo Grupo, realizam-se auditorias de controlo de processos, instalações e equipamentos.

Distribuição Polónia

As lojas na Polónia foram alvo de auditorias internas, assim como os Centros de Distribuição foram auditados tanto interna como externamente para verificação da adequação de instalações, equipamentos e procedimentos.

Lojas e Centros de Distribuição	Biedronka			Centros de Distribuição		
	2017	2016	Δ 2017/2016	2017	2016	Δ 2017/2016
Auditorias Internas	5.371	4.411	+22%	30	30	-
Auditorias de Acompanhamento	201	25	+704%	-	-	-
Auditorias Externas	-	-	-	31	30	+3%
Desempenho HACCP*	80%	81%	-1 p.p.	96%	96%	-

*Na Biedronka, a implementação HACCP é avaliada com base em referenciais próprios, que, por sua vez, se baseiam no Codex Alimentarius. Nos Centros de Distribuição, a taxa de conformidade diz respeito à certificação ISO 22000 – Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, que se baseia nos princípios do HACCP do Codex Alimentarius.

Durante 2017, realizaram-se análises a superfícies de trabalho, equipamentos e manipuladores de produtos, com o objectivo de controlar os riscos microbiológicos, recorrendo a laboratórios externos acreditados. Foram executadas 269 análises, um aumento de 56% face a 2016.

Distribuição Portugal

Auditorias realizadas ao Pingo Doce e ao Recheio:

Lojas e Centros de Distribuição	Pingo Doce			Recheio			Centros de Distribuição		
	2017	2016	Δ 2017/2016	2017	2016	Δ 2017/2016	2017	2016	Δ 2017/2016
Auditorias Internas	836	1.004	-17%	85	106	-24%	39	25	+56%
Auditorias de Acompanhamento	1.376	785	+75%	139	107	+30%	76	19	+300%
Auditorias Externas	19	16	+19%	55	32	+72%	10	3	+233%
Desempenho HACCP*	88%	86%	+2 p.p.	87%	82%	+5 p.p.	90%	91%	-1 p.p.

*No Pingo Doce, tal como no Recheio, a implementação HACCP é avaliada em referenciais próprios, baseados no Codex Alimentarius e adequados às realidades em que as Companhias operam.

O aumento das auditorias de acompanhamento deveu-se à implementação da estratégia de maior acompanhamento e apoio na sistematização do sistema HACCP nas lojas, em detrimento das auditorias de avaliação. Quanto às auditorias externas, surgem na sua maioria na sequência de actividades inspectivas oficiais.

No que diz respeito aos Centros de Distribuição, os acréscimos face a 2016 podem explicar-se pelo facto de se terem realizado acompanhamentos quinzenais aos Armazéns com o objectivo de monitorizar o cumprimento de boas práticas.

Recorrendo a laboratórios externos acreditados, o Pingo Doce, o Recheio e os respectivos Centros de Distribuição efectuaram ainda 126.215 análises de Qualidade e Segurança Alimentar que visaram superfícies de trabalho, manipuladores de produtos Perecíveis e produtos manipulados nas lojas, assim como a água e o ar. Este valor representa um aumento de 5% face ao ano anterior.

Distribuição Colômbia

Na Colômbia, foram realizadas auditorias às lojas Ara e aos Centros de Distribuição por empresas externas.

Lojas e Centros de Distribuição	Ara			Centros de Distribuição		
	2017	2016	Δ 2017/2016	2017	2016	Δ 2017/2016
Auditorias Internas	308	182	+69%	3	2	+50%
Boas Práticas de Higiene e Qualidade*	65%	72%	-7 p.p.	91%	95%	-4 p.p.

* A taxa de conformidade apresentada refere-se à pontuação obtida face às boas práticas, nas quais os critérios visam garantir a qualidade e segurança dos produtos de acordo com a lei, avaliando a própria operação e o sistema de controle e procedimentos. Os critérios incluem, entre outros, aspectos de higiene e controlo de qualidade das instalações para o manuseamento do produto, tais como temperatura, das embalagens, e para os procedimentos de gestão de resíduos orgânicos.

O decréscimo da avaliação das boas práticas de higiene e qualidade nas lojas Ara deve-se à implementação de um plano de calibração com dois laboratórios externos.

Também se realizaram análises a superfícies de trabalho, manipuladores de produtos perecíveis, produtos manipulados nas lojas e água, num total de 8.218 análises. Este valor representa um aumento de 158% face ao ano 2016, quando se registaram 3.185 análises, que se explica pela expansão do número de lojas.

4.3.3. Análises

Em matéria de Segurança Alimentar, o Grupo realiza, para além das auditorias internas referidas no ponto anterior, análises laboratoriais aos fornecedores de produtos Perecíveis e de Marca Própria e a fornecedores em geral, que podem ser consultadas no subcapítulo 6. “Comprar com Responsabilidade”, bem como análises laboratoriais aos produtos Perecíveis e de Marca Própria que comercializa nas suas insígnias. Estas são realizadas em laboratórios externos acreditados.

Distribuição Polónia

Número de Análises/Amostras recolhidas	2017	2016	Δ 2017/2016
Marca Própria – Alimentar	12.050	12.218	-1%
Marca Própria – Não-Alimentar*	878	1.332	-34%
Fruta e Vegetais	751	759	-1%
Carne e Pescado	375	1.621	-77%
Padaria	71	39	+82%
Ovos	128	-	-

* Foram realizadas, ainda, 33 inspecções a produtos não-alimentares de Marca Própria.

A diferença verificada nas análises de Padaria deve-se ao aumento do número de referências nesta categoria em 2017. As diminuições nas áreas de Marca Própria Não-Alimentar e nos produtos

frescos de Carne e Pescado têm a sua origem, respectivamente, na mudança para fornecedores estratégicos cujo desempenho analítico dos produtos tornaram desnecessária a execução de mais análises, e ao facto de em 2016 terem sido executadas várias análises de Carne, uma planificação que se tornou desnecessária em 2017. A análise de ovos foi realizada para responder aos requisitos legais neste país.

Distribuição Portugal

Número de Análises/Amostras recolhidas	2017	2016	Δ 2017/2016
Marca Própria – Alimentar*	15.852	12.566	+26%
Marca Própria – Não-Alimentar	4.134	3.971	+4%
Fruta e Vegetais	2.937	2.529	+16%
Carne	1.428	1.391	+3%
Pescado	1.038	1.050	-1%
Padaria	511	642	-20%
Meal Solutions	1.038	1.456	-29%

*Incluindo análises de rotina à presença de glúten, Organismos Geneticamente Modificados (OGM), lactose, e à denominação de espécies.

O aumento nas análises efectuadas aos produtos alimentares de Marca Própria deve-se sobretudo ao aumento de frequência de controlos de autenticidade (DNA e OGM) e pesquisa de alergéneos (glúten, leite e lactose).

Na categoria de Fruta e Vegetais, o aumento verificado deve-se, entre outros, à introdução de novos parâmetros de avaliação no que diz respeito ao controlo de resíduos de pesticidas, cumprindo assim os novos regulamentos da União Europeia. No caso da Padaria, o decréscimo registado, tem como motivos a descontinuação de produtos e não ter sido necessário executar novas avaliações nutricionais.

A diminuição do número de análises realizadas a produtos das *Meal Solutions* resulta, entre outros, da consolidação dos processos das cozinhas Pingo Doce e não terem sido adquiridos novos equipamentos, tornando desnecessárias novas validações.

Distribuição Colômbia

Na Colômbia, realizaram-se 5.023 análises laboratoriais a produtos disponibilizados nas lojas, o que traduz um aumento de 16% face a 2016.

Número de Análises/Amostras recolhidas	2017	2016	Δ 2017/2016
Marca Própria – Alimentar	4.146	3.434*	+21%
Marca Própria – Não-Alimentar	817	813*	+1%
Fruta e Vegetais	17	26	-35%
Carne	26	44	-41%
Pescado	5	7	-43%
Padaria	12	10	+20%

* Dados corrigidos face a 2016 cujo âmbito foi modificado de "Número de Produtos Analisados" para "Número de Análises".

O aumento nos produtos de Marca Própria deve-se essencialmente ao lançamento de novos produtos e, conseqüentemente, à necessidade de verificações efectuadas.

4.3.4. Formação

A formação em Higiene e Segurança Alimentar abrangeu 17.593 colaboradores na Polónia (39.541 horas de formação), 10.795 colaboradores em Portugal (54.689 horas) e 3.549 colaboradores na Colômbia (17.847 horas).

5. Respeitar o Ambiente

5.1. Introdução

Num contexto de crescente pressão sobre os recursos naturais, o Grupo Jerónimo Martins é continuamente desafiado a melhorar a eficiência e reduzir os impactes ambientais ao longo das cadeias de abastecimento das suas Companhias. As áreas de actuação prioritárias, tal como definido na Política Ambiental⁹ em vigor, são a preservação da biodiversidade, o combate às alterações climáticas e a gestão responsável de resíduos.

Auditorias Ambientais e Certificação Ambiental

O Sistema de Gestão Ambiental implementado nos Centros de Distribuição (CD) de Jerónimo Martins baseia-se na norma internacional ISO 14001:2012. Em Portugal, o número de CD com esta certificação manteve-se em quatro (Azambuja, Vila do Conde, Algoz e Alfena) de um total de sete. Na Polónia, 15 dos 17 CD existentes têm a mesma certificação, garantindo que mais de 70% dos CD do Grupo são certificados por esta norma. Nos próximos três anos, é objectivo do Grupo incrementar para 25 o número de estabelecimentos com esta certificação. Também em 2017, todos os CD da Polónia renovaram a certificação para manipulação de produtos biológicos, de acordo com o Regulamento CE 834/2007.

Adicionalmente, o Grupo realizou auditorias internas em lojas, armazéns e CD para garantir a conformidade com os requisitos legais e com os procedimentos internos de Gestão Ambiental. Em 2017, foram realizadas 299 auditorias, entre Portugal e Polónia. Sempre que a pontuação obtida nas auditorias é inferior a 100%, são definidas acções correctivas.

5.2. Biodiversidade

Com uma forte especialização em Frescos, o Grupo sabe que os volumes de vendas anuais de Carne, Peixe, Fruta e Vegetais, entre outros produtos Perecíveis, tem impactes nos ecossistemas. Reconhece, por isso, a responsabilidade de conhecer, mitigar e reflectir esses impactes na definição de políticas, estratégias e processos operacionais.

Para o efeito, o Grupo avalia os riscos relacionados com os diferentes serviços dos ecossistemas tendo por base a metodologia *Ecosystem Services Review*, proposta pelo World Research Institute. Com base nesta abordagem, Jerónimo Martins definiu 11 eixos prioritários de actuação que conduzem os projectos e práticas de gestão, e nos quais se incluem: (i) gestão da informação; (ii) formação; (iii) parcerias com fornecedores; e (iv) investigação e desenvolvimento.

Entre os projectos de investigação que o Grupo desenvolveu e apoiou, destaca-se a caracterização dos potenciais riscos das espécies de pescado mais vendidas pelas Companhias em Portugal e na Polónia. Esta análise, efectuada por uma entidade especializada independente, em conjunto com as equipas de Ambiente e de Sustentabilidade, identificou aspectos como o nível de exploração dos stocks, os impactes sobre os ecossistemas e as comunidades envolventes, a rastreabilidade e as condições laborais, concluindo-se que nenhuma das espécies comercializadas apresentava risco elevado.

Em 2017, o Grupo avaliou o grau de vulnerabilidade de todas as espécies de pescado comercializadas em Portugal e na Polónia¹⁰. Esta análise foi baseada na Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN Red List of Threatened Species) e resultou na descontinuação da comercialização da única espécie classificada

⁹ Disponível para consulta na área de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com.

¹⁰ Para saber mais sobre as acções desenvolvidas pelo Grupo neste âmbito, consulte, neste capítulo, o subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade".

como “Críticamente em Perigo”, para a qual não foi possível assegurar a produção, ao longo de todo o ciclo de vida, em regime de aquacultura. Para informação mais detalhada, consulte a área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

Na agricultura, e depois da realização de um estudo sobre as práticas dos fornecedores de Fruta e Vegetais em Portugal, foi desenvolvido um manual para promover a utilização de métodos de produção que potenciem, entre outros aspectos, a protecção da biodiversidade. Em 2017, a metodologia do manual foi aplicada a 40 explorações agrícolas de 25 fornecedores do Grupo, tendo sido determinado o índice de sustentabilidade global para cada uma delas. Em 2018, Jerónimo Martins continuará a disponibilizar progressivamente este manual aos seus fornecedores de Fruta e Vegetais em Portugal para que possam calcular e partilhar o seu índice de sustentabilidade global, bem como as respectivas medidas de melhoria, permitindo ao Grupo, deste modo, acompanhar o seu progresso ao longo do tempo. Pretende-se que este projecto venha a ser alargado aos fornecedores na Polónia e na Colômbia nos próximos anos.

5.3. Alterações Climáticas

O IPCC¹¹ alerta que os impactes das alterações climáticas se farão sentir num aumento da temperatura média global, na subida do nível médio do mar e numa acentuação da frequência e intensidade dos fenómenos climáticos extremos. Para além dos efeitos sobre a redução da produtividade agrícola, também são esperados impactes ao nível das Operações como resultado de secas, inundações e nevões. O Acordo de Paris, já em vigor e ratificado por dois dos três países onde o Grupo opera, compromete os países signatários a reduzirem as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) por forma a assegurar que o aumento da temperatura média global não excede os 2° C.

Por este motivo, Jerónimo Martins está focado na implementação de medidas que promovam a redução de consumos energéticos e a minimização de GEE associados, por exemplo, a processos logísticos e gases de refrigeração, bem como de medidas relacionadas com o combate à desflorestação, nomeadamente através das commodities relacionadas com este risco: óleo de palma, soja, carne bovina e papel e madeira¹².

5.3.1. Pegada de Carbono

Em 2017¹³, a pegada de carbono (âmbitos 1 e 2) foi de 1.208.592 toneladas equivalentes de dióxido de carbono (CO₂e), uma diminuição de 4,6% face a 2016, que se justifica, sobretudo, pela redução significativa dos factores de emissão *market-based* associados ao consumo de electricidade. Pelo mesmo motivo, o valor específico diminuiu de 0,0867 para 0,0743 toneladas equivalentes de carbono por cada mil euros de vendas.

Pegada de Carbono – Indicadores	2017	2016	Δ 2017/2016
Valor global (âmbitos 1 e 2) – t CO ₂ e ¹⁴	1.208.592	1.267.496	-4,6%
Valor específico (âmbitos 1 e 2) – t CO ₂ e/’000 €	0,0743	0,0867	-14,3%
Pegada de Carbono – Indicadores	2017	2016	Δ 2017/2016
	(t CO ₂ e)	(t CO ₂ e)	
Pegada de Carbono Global (âmbitos 1 e 2)¹⁴			
▪ Distribuição Portugal	263.207	339.515	-22,5%
▪ Agro-Alimentar	2.465	2.697	-8,6%
▪ Distribuição Polónia	911.490	*912.332	-0,1%
▪ Distribuição Colômbia	31.430	12.952	+142,7%

¹¹ IPCC é a sigla, em língua inglesa, para Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change).

¹² Para conhecer as iniciativas do Grupo relativas às commodities associadas ao risco de desflorestação, consulte, neste capítulo, o subcapítulo 6. “Comprar com Responsabilidade”.

¹³ A contabilização da Pegada de Carbono referente ao ano de 2017 foi verificada por uma entidade externa e independente. O documento respeitante ao processo de certificação pode ser consultado na área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

¹⁴ As emissões de âmbito 2 baseiam-se em factores de emissão do tipo *location-based* (aquecimento) e *market-based* (electricidade), conforme tabela “Pegada de Carbono – Indicadores”.

Pegada de Carbono (âmbito 1 – impactes directos)			
▪ Fugas de gases refrigerantes	146.482	157.794	-7,2%
▪ Utilização de CO ₂	18.904	18.007	+5,0%
▪ Consumo de combustíveis	56.074	59.053	-5,0%
▪ Frota de ligeiros	16.451	15.074	+9,1%
Pegada de Carbono (âmbito 2 – impactes indirectos)			
▪ Consumo de electricidade (location-based)	825.710	779.842	+5,9%
▪ Consumo de electricidade (market-based)	950.687	995.050	-4,5%
▪ Aquecimento (location-based)	19.994	22.518	-11,2%
Pegada de Carbono (âmbito 3 – outros impactes indirectos)			
▪ Transporte de mercadorias para as lojas (Distribuição)	164.532	155.867	+5,6%
▪ Deposição de resíduos em aterro	36.912	19.980	+84,7%
▪ Incineração de resíduos	221	-	N/A
▪ Compostagem de resíduos orgânicos	120	432	-72,2%
▪ Consumo de energia em lojas franchising	15.685	16.697	-6,1%
▪ Viagens de avião de colaboradores	1.804	1.970	-8,4%

* Valores corrigidos conforme resultados da auditoria externa de 2017 para certificação da Pegada de Carbono.

Notas: O cálculo da pegada de carbono das diferentes actividades segue a metodologia proposta no "Greenhouse Gases Protocol" do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), nos seus três níveis: impactes directos, indirectos e de terceiros. Os valores apresentados tiveram em conta factores de emissão definidos pelo IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change (Painel Intergovernamental para Alterações Climáticas) para gases refrigerantes, pela Direcção-Geral de Energia e Geologia em Portugal, pela Unidad de Planeación Minero Energética (Unidade de Planeamento Mineiro Energético) na Colômbia, pelo Krajowy Ośrodek Bilansowania i Zarządzania Emisjami (Centro Polaco para Balanço e Gestão de Emissões, para combustíveis e aquecimento), pela Agência Internacional de Energia, pelos fornecedores (electricidade), pelo Greenhouse Gases Protocol (combustíveis utilizados na frota de ligeiros e transporte de mercadorias e viagens aéreas) e pelo UK Government GHG Conversion Factors for Company Reporting (resíduos)).

5.3.2. Consumos de Água e Energia

A racionalização dos consumos de água e de energia constitui um dos eixos de acção no combate às alterações climáticas, motivando iniciativas de redução da sua utilização que contribuam quer para a sustentabilidade quer para a redução de custos operacionais.

O Grupo integra critérios ambientais nos projectos de construção e de remodelação das suas infra-estruturas. A Biedronka, o Pingo Doce, o Recheio e a Ara têm vindo a implementar sistemas de controlo eficiente de centrais de frio, tecnologias mais eficientes em termos de iluminação (LED, clarabóias e células fotoeléctricas), móveis refrigerados e arcas congeladoras dotadas de portas e tampas e, ainda, sistemas de gestão autónoma de energia, procurando uma gestão mais racional da energia necessária. Outras medidas, como a instalação de redutores de caudal, torneiras com temporizadores e sensores de regulação para máquinas de gelo, também têm vindo a ser implementadas. O investimento nestas medidas – superior a 65 milhões de euros nos últimos quatro anos – evitou a emissão de mais de 65 mil toneladas de carbono e apresenta um período de retorno inferior a 5 anos.

Como complemento às medidas tecnológicas de redução de consumos de água e energia, Jerónimo Martins tem vindo a investir em projectos de promoção de adopção de boas práticas comportamentais. As "Equipas para Gestão dos Consumos de Água e Energia", projecto iniciado em 2011 nas lojas em Portugal, conseguiram, em sete anos, uma redução destes consumos em 357.700 m³ e 36.565.800 kWh. Dinamizado por desafios mensais e por um benchmarking interno, este projecto gerou uma poupança acumulada de mais de 4,4 milhões de euros.

Alfena, um Centro de Distribuição mais eficiente

O CD de Alfena entrou em funcionamento em Abril de 2017. Com o objectivo de reduzir o consumo de água e de energia, foram instaladas as seguintes tecnologias:

- painéis solares térmicos para aquecimento de águas quentes sanitárias (creche e balneários);
- 100% das armaduras de iluminação com recurso à tecnologia LED;
- sistemas de comando e regulação de fluxo luminoso da iluminação em função da detecção de presença e/ou luminosidade exterior;
- recuperação de calor do sistema de extracção de fumos da cantina para climatização de ar insuflado para o interior da cozinha;
- aproveitamento de águas pluviais no armazém de devoluções para utilização, por exemplo, no sistema de rega exterior.

Este projecto permite aumentar a eficiência energética, obtendo reduções de cerca de 32% no consumo de energia face a uma tecnologia comum, bem como contribuir para poupanças de água da ordem dos 1.700 m³.

No que se refere a edifícios de escritório, o projecto Let's Go Green, que abrange seis locais em Portugal, permitiu uma redução no consumo de electricidade de 344.900 kWh, entre 2015 e 2017. No que se refere ao consumo de água, verificou-se um aumento de 209 m³, justificado pelo aumento de 28% no número de colaboradores presente nestes locais. Quando convertido em consumo de água por colaborador, verifica-se uma redução de cerca de 2m³ por colaborador, no mesmo período. É objectivo do Grupo alargar, progressivamente, estes projectos a outros países.

Consumo de Energia

Consumo total	2017	2016	Δ 2017/2016
Consumo de energia			
▪ Valor absoluto – GJ	6.634.950	*6.488.383	+2,3%
▪ Valor específico – GJ/000 €	0,408	*0,444	-8,1%
Consumo de energia por unidade de negócio			
▪ Distribuição Portugal – GJ	1.997.887	*1.943.772	+2,8%
▪ Distribuição Polónia – GJ	4.184.639	*4.327.971	-3,3%
▪ Distribuição Colômbia – GJ	419.569	*184.296	+127,7%
▪ Agro-Alimentar – GJ	32.855	*32.344	+1,6%

* Valores revistos de forma a incluir o consumo de combustíveis da frota de ligeiros.

Consumo de Água

Consumo total	2017	2016	Δ 2017/2016
Consumo de água			
▪ Valor absoluto – m ³	2.780.958	2.513.756	+10,6%
▪ Valor específico – m ³ /000	0,171	0,172	-0,6%
Consumo de água por unidade de negócio			
▪ Distribuição Portugal – m ³	1.767.613	1.630.890	+8,4%
▪ Distribuição Polónia – m ³	813.818	735.383	+10,7%
▪ Distribuição Colômbia – m ³	105.994	66.454	+59,5%
▪ Agro-Alimentar – m ³	93.533	81.029	+15,4%

Os aumentos dos consumos de água e de energia devem-se à expansão das operações (aumento do número de lojas e outras infra-estruturas) e, na Polónia, aos investimentos na área de Perecíveis.

Extracção de Água por fonte

Consumo total (m ³)	2017	2016	Δ 2017/2016
Consumo de água total	2.780.958	2.513.756	+10,6%
▪ Rede municipal	2.598.057	-	-
▪ Água subterrânea	181.787	-	-
▪ Outras fontes	1.114	-	-
Consumo de água por unidade de negócio			
▪ Distribuição Portugal	1.767.613	1.630.890	+8,4%
• Rede municipal	1.590.621	-	-
• Água subterrânea	175.878	-	-
• Outras fontes	1.114	-	-
▪ Distribuição Polónia	813.818	735.383	+10,7%
• Rede municipal	813.818	-	-
• Água subterrânea	0	-	-
• Outras fontes	0	-	-
▪ Distribuição Colômbia	105.994	66.454	+59,5%
• Rede municipal	105.994	-	-
• Água subterrânea	0	-	-
• Outras fontes	0	-	-
▪ Agro-Alimentar	93.533	81.029	+15,4%
• Rede municipal	87.624	-	-
• Água subterrânea	5.909	-	-
• Outras fontes	0	-	-

Cerca de 93% do total de água consumida pelo Grupo é proveniente da rede municipal. Para operações menos exigentes em termos de qualidade da água (ex., rega e sistemas de refrigeração), o Grupo detém as licenças necessárias. Em 2017, as descargas de águas residuais no meio natural (apenas Companhias de Portugal) representaram cerca de 3% do volume total de águas residuais gerado pelo Grupo, as quais são devidamente tratadas antes da sua rejeição. No que diz respeito ao reaproveitamento de água, o CD de Alfena recolheu mais de 1.100 m³ de água da chuva para utilização nos sistemas de refrigeração, rega e lavagem exterior de camiões.

Energias Renováveis

Tecnologia	N.º edifícios	Poupança energia/ano	Poupança CO ₂ /ano
Postes de iluminação alimentados a partir de painéis fotovoltaicos	1	72.000 kWh	*28 t
Sistema tubular de transporte da luz solar	21	120.291 kWh	*46 t
Colectores solares para produção de água quente utilizada no aquecimento das águas sanitárias e/ou no sistema de ar condicionado	17	482.685 kWh	*184 t
Bombas de calor geotérmico	13	1.523.014 kWh	519 t

* Estes valores reflectem a actualização ao factor de emissão da electricidade.

O investimento em energias renováveis, que se traduziu no aumento do número de edifícios com colectores solares e com bombas de calor geotérmico, permitiu uma poupança anual de cerca de 2,2 milhões kWh, equivalente a aproximadamente 85 mil euros, representando um incremento de 19%, em termos de kWh, face a 2016.

5.3.3. Redução dos Impactes Ambientais dos Processos Logísticos

No âmbito do compromisso do Grupo de reduzir os impactes ambientais associados aos processos logísticos, destacam-se as seguintes acções:

- em Portugal, no final de 2017, 83% das viaturas de transporte de mercadorias cumpriam os requisitos Euro 5 (169 veículos) e Euro 6 (107 veículos). Na Polónia, 93% das viaturas de transporte de mercadorias cumpriam os requisitos Euro 5 (620 veículos) e Euro 6 (267 veículos). Na Colômbia, 12% dos camiões cumpriam os requisitos Euro 5 (14 veículos);

- em Portugal, procedeu-se à alteração do diesel convencional para “top diesel” nas viaturas da frota afectada aos CD, existindo uma poupança de 0,2 l/100 km, o que originou, em 2017, uma redução no consumo de gasóleo de cerca de 50.000 litros;
- a operação de *backhauling* na Polónia correspondeu a um volume de 361.592 paletes recolhidas, mais 18% do que em 2016, tendo resultado numa poupança de 1.321.940 km e evitando a emissão de 3.436 toneladas de CO₂. Em Portugal, esta operação representou um volume de 192.400 paletes, mais 2% do que em 2016, tendo resultado numa poupança de 6.732.404 km, o equivalente à não emissão de 5.981 toneladas de CO₂ para a atmosfera.

5.3.4. Gestão de Gases de Refrigeração

O Grupo actua no controlo de fugas, na utilização de tecnologias mais eficientes e colabora com prestadores de serviços na área de frio e climatização, com o objectivo de minimizar as emissões de gases com efeito de estufa. Em Portugal e na Polónia, têm sido realizados investimentos em gases refrigerantes naturais:

- na Polónia, nos 16 CD da Biedronka, estão implementados sistemas de arrefecimento de *roll-containers* térmicos com neve de CO₂. Em Portugal, existe o mesmo sistema no CD de Algoz;
- encontram-se instaladas tecnologias de refrigeração que recorrem unicamente a CO₂ (33 lojas em Portugal, 259 lojas e três CD na Polónia);
- cinco CD (quatro em Portugal e um na Polónia) possuem armazéns refrigerados (frio positivo e/ou negativo) com sistemas mantidos a amoníaco combinado com glicol;
- em Portugal, o CD de Alfena dispõe de sistema de arrefecimento e refrigeração através de CO₂ (máquinas de gelo, câmara de congelados e de refrigerados da cantina);
- 119 lojas em Portugal possuem sistemas de frio mantidos a R-134a combinado com glicol e duas lojas possuem o sistema de frio em cascata (gás R-134a ou monopropileno glicol combinado com CO₂);
- 247 lojas em Portugal e 955 lojas na Polónia têm arcas congeladoras que recorrem unicamente a propano;
- na Polónia, 179 atrelados utilizam o gás refrigerante R452A, em substituição do R404A, originando uma redução superior a 50% no GWP¹⁵ e, portanto, mitigando o contributo para o aquecimento global.

Jerónimo Martins tem vindo a testar soluções nas lojas e CD no sentido de cumprir com os compromissos voluntários de redução de GEE, bem como assegurar o cumprimento das obrigações legais futuras. Sempre que possível, as novas lojas ou grandes remodelações recorrem à utilização de equipamentos com fluidos de baixo GWP - no caso das instalações de aquecimento, ventilação e ar condicionado - e de gases refrigerantes 100% naturais - no caso de instalações de frio industrial.

5.4. Gestão de Resíduos

A redução dos resíduos gerados e o seu encaminhamento para valorização contribuem para a diminuição da utilização de recursos naturais e para um modelo de Economia Circular.

Taxa de Valorização de Resíduos

	2017	2016	Δ 2017/2016 (p.p.)
Distribuição – Global*	84,7%	83,1%	+1,6
Distribuição – Portugal	59,0%	59,9%	-0,9
Distribuição – Polónia	91,2%	89,2%	+1,9
Distribuição – Colômbia	80,8%	78,2%	+2,6
Agro-Alimentar	52,8%	91,7%	-38,8

* Inclui todas as empresas do sector da Distribuição do Grupo Jerónimo Martins.

¹⁵ GWP é a sigla, em língua inglesa, para Potencial de Aquecimento Global (Global Warming Potential).

A taxa de valorização de resíduos do Grupo (Distribuição) fixou-se em 84,7%, um valor que representa um acréscimo de 1,6 p.p. em comparação com o ano de 2016.

5.4.1. Caracterização de Resíduos

Em 2017, o Grupo produziu 446.564 toneladas de resíduos, um aumento de 6,3% face a 2016. Esta evolução deve-se ao crescimento nas operações do Grupo.

Resíduo	Distribuição Portugal (ton.)		Distribuição Polónia (ton.)		Distribuição Colômbia (ton.)		Agro-Alimentar (ton.)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Cartão e Papel	34.068	34.418	236.176	211.565	7.958	4.950	4	5
Plástico	2.202	2.302	8.055	8.375	496	274	4	3
Madeira	220	218	2.188	1.917	46	27	-	-
Orgânicos	4.210	4.307	71.847	70.787	11	-	-	-
Indiferenciados	40.510	38.981	29.317	33.627	1.494	1.089	43	1
Óleos e Gorduras Alimentares	166	181	-	-	5	1	-	-
Resíduos de Tratamento de Efluentes	4.433	4.212	-	-	457	376	-	-
Resíduos Perigosos	9	10	185	109	0	1	2	5
Outros Resíduos	1.150	654	1.307	1.537	0	1	-	46

5.4.2. Valorização de Resíduos de Clientes

No âmbito da preocupação em promover a valorização de resíduos junto dos seus clientes, o Grupo procura assegurar as infra-estruturas necessárias e sensibilizar colaboradores, clientes e comunidades envolventes. Em 2017, destacam-se os seguintes projectos:

- a rede de ecopontos do Pingo Doce abrangeu 372 lojas, perfazendo 88% do parque de lojas;
- a valorização das cápsulas de café e tampas/rolhas/caricas resultou em mais de 3.500 euros, que revertem para instituições de solidariedade social;
- 97% do parque de lojas da Biedronka têm ecopontos para recolha de pequenos electrodomésticos, lâmpadas fluorescentes e pilhas;
- com a revisão do quadro legal colombiano, o projecto de recolha de pilhas usadas pelos clientes na Colômbia foi reactivado, tendo sido colocados novos ecopontos em 186 lojas (47% do total do parque de lojas em 2017).

Para informação mais detalhada sobre o número e tipo de ecopontos disponibilizados a clientes, consulte a área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

Resíduos Depositados por Clientes nos Ecopontos das Lojas

Resíduo (valores em toneladas)	2017	2016	Δ 2017/2016
PORTUGAL			
Pilhas	12,01	12,49	-3,8%
REEE ¹⁶ (incluindo lâmpadas fluorescentes)	78,70	82,04	-4,1%
Óleos Alimentares Usados	100,35	109,26	-8,2%
Tinteiros	2,16	3,17	-31,9%
Cápsulas	94,68	108,99	-13,1%
Tampas, Rolhas e Caricas	8,51	10,24	-16,1%

¹⁶ REEE – Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos.

Resíduo (valores em toneladas)	2017	2016	Δ 2017/2016
POLÓNIA			
Pilhas	133,54	145,82	-8,4%
REEE ⁹ (incluindo lâmpadas fluorescentes)	176,16	224,56	-21,6%
COLÔMBIA			
Pilhas	0,18	0	N/A

Em Portugal e na Polónia, a redução de 13% das quantidades totais de resíduos de clientes recolhidos deve-se, sobretudo, ao contínuo aumento de pontos de recolha de proximidade oferecidos pelos municípios e outras entidades.

Desperdício Alimentar

O Grupo adoptou a resolução do Consumer Goods Forum, com vista à redução do desperdício alimentar para metade até 2025, tendo 2016 como ano de referência.

Assim, recorrendo às recomendações do protocolo Food Loss and Waste, foi determinado para as empresas da Distribuição Alimentar do Grupo um valor anual para o desperdício alimentar e que se encontra disponível para consulta na área de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com.

Em 2018 e anos seguintes será dada continuidade às práticas e projectos que têm vindo a ser desenvolvidos (ex., parcerias com fornecedores e donativos de alimentos a instituições de solidariedade) no sentido da prossecução do compromisso assumido pelo Grupo.

5.5. Principais Consumos de Materiais

É objectivo do Grupo conhecer a origem e os métodos de produção dos recursos materiais utilizados, promovendo cadeias de abastecimento e práticas de consumo mais sustentáveis.

Principais materiais consumidos

Input	2017	2016	Δ 2017/2016	
	ton.	ton.	ton.	ton./'000€
Embalagens de papel e cartão de produtos de Marca Própria	*182.523	171.611	6%	-7%
Outros materiais de embalagens de produtos de Marca Própria**	*311.061	301.810	3%	-4%
Papel de escritório	717	654	10%	-2%
Folhetos promocionais	40.825	18.313	123%	100%

* Valor estimado com base no crescimento das vendas de artigos de Marcas Próprias, face a 2016.

** Inclui metais, plásticos e outros materiais com excepção do papel e cartão comunicados acima.

Apesar do aumento absoluto de materiais consumidos, devido à expansão das operações do Grupo, verifica-se uma redução do consumo quando comparado com o volume de vendas. A excepção a este decréscimo reside no consumo de papel associado aos folhetos promocionais, justificada pela alteração da estratégia comercial na Polónia, que passou a investir mais neste canal associado à intensificação de campanhas promocionais semanais.

Racionalização do Consumo de Papel

Em 2017, o Grupo continuou a desenvolver projectos de redução do consumo de papel e a promover a utilização de papel proveniente de florestas geridas de forma sustentável. Medidas como a gestão electrónica da facturação permitiram uma poupança de mais de 7,85 milhões de folhas, o equivalente a 940 árvores.

Na Polónia, o papel utilizado nos escritórios é produzido por empresas que possuem certificação ambiental ou que, pelo menos, possuem um sistema de gestão ambiental certificado e, na Colômbia, o mesmo é fabricado a partir da cana-de-açúcar. Em Portugal, o papel possui “Rótulo Ecológico Europeu”.

Em Portugal, o papel utilizado na impressão das revistas das insígnias tem certificação Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC) ou FSC e/ou as empresas que o produzem possuem certificação ISO 14001. O papel utilizado para os folhetos da insígnia Pingo Doce e para os folhetos e catálogos da insígnia Recheio possui “Rótulo Ecológico Europeu” ou certificação FSC ou PEFC. Na Polónia, o papel utilizado para os folhetos tem certificação FSC ou PEFC, “Rótulo Ecológico Europeu” ou rótulo “Blue Angel”.

Ecodesign de Embalagens

O Grupo trabalha em colaboração com os fornecedores para melhorar a ecoeficiência das embalagens de produtos de Marca Própria segundo estratégias de design que visam (i) reduzir o impacto ambiental associado a embalagens de artigos comercializados; e (ii) otimizar os custos de produção, transporte e gestão de resíduos das embalagens. Para o período 2018-2020, tem como objectivo implementar, anualmente, pelo menos 20 projectos desta natureza.

Referências abrangidas	Portugal	Polónia	Unidade
Número de referências	265	12	SKU*
Poupança de materiais de embalagem	2.495	979	t de materiais/ano
Transportes evitados	475	-	t CO ₂ e/ano
Embalagens com certificação FSC	42	-	SKU*

*SKU – Stock Keeping Unit.

Na Polónia, todas as caixas de fornecedores polacos para acondicionamento de Fruta e Vegetais são feitas de cartão reciclado e com certificação FSC, tendo-se iniciado, em 2017, a replicação do projecto para produtos de Marca Própria (500 referências).

Embalagens Reutilizáveis

Em Portugal, o uso de caixas plásticas reutilizáveis nas áreas de Perecíveis e de Lacticínios manteve-se nos 17% do total de caixas movimentadas. Na Polónia, foi dada continuidade ao projecto de utilização de caixas de plástico reutilizáveis para o acondicionamento e transporte de pequenos equipamentos electrónicos (mais de 77 mil unidades) e, na Colômbia, prosseguiu-se com a utilização de caixas de transporte reutilizáveis para água engarrafada e para fruta e legumes (cerca de 596 mil unidades).

Sacos de caixa e soluções reutilizáveis

Input	2017	2016	Δ 2017/2016	
	ton. uni.	ton. uni.	ton. uni.	ton. uni. / '000€
Sacos de caixa de plástico – toneladas	5.531	5.339	3,6%	-7%
Sacos de caixa de papel – toneladas	117	173	-32,4%	-39%
Sacos reutilizáveis de plástico – toneladas	2.050	1.875	9,3%	-2%
Sacos reutilizáveis de rafia – toneladas	976	978	-0,2%	-10%
Trolleys – unidades	26.954	11.718	130,0%	107%

No Grupo Jerónimo Martins, os sacos de plástico não são distribuídos gratuitamente nas caixas de pagamento de nenhuma das Companhias. Esta iniciativa tem sido progressivamente adoptada desde 2007.

5.6. Sensibilização de Colaboradores e Consumidores

O Grupo reconhece a relevância dos comportamentos individuais e colectivos para uma melhor gestão dos recursos naturais, das emissões e dos resíduos. Como tal, desenvolveu várias iniciativas de sensibilização, dirigidas aos colaboradores, clientes e consumidores. Para informação mais detalhada, consulte a área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

5.7. Parcerias e Apoios

Focado na promoção de projectos de recuperação de *habitats* naturais e de protecção da diversidade biológica, o Grupo apoiou as seguintes iniciativas em Portugal:

Instituição	Projecto	Montante	Apoio iniciado em	Mais informações em
Oceanário de Lisboa	Campanha Super Animais Pingo Doce II	€ 107.550	2017	www.oceanario.pt
Oceanário de Lisboa	Oceanário de Lisboa	€ 100.000	2003	www.oceanario.pt
Jardim Zoológico	Campanha Super Animais PD I	€ 86.000	2017	www.zoo.pt
World Wildlife Fund (WWF)	“Green Heart of Cork”	€ 10.000	2013	www.wwf.pt
Liga para a Protecção da Natureza (LPN)	ECOs-Locais	€ 10.000	2011	www.lpn.pt
European Recycling Platform (ERP) – Portugal	Projecto “Geração Depositário”	€ 5.000	2013	www.geracaodepositario.abae.pt
Jardim Zoológico	Apadrinhamento do Lémure-de-cauda-anelada	€ 5.300	2015	www.zoo.pt

Em 2017, Jerónimo Martins manteve a parceria com os Green Project Awards Portugal na categoria de Investigação e Desenvolvimento. Com o prémio Jerónimo Martins-Green Project Awards, no valor de 20 mil euros, pretende-se apoiar projectos de investigação científica que tenham potencial de replicabilidade e que beneficiem o ambiente, a sociedade e a economia. Em 2017, o projecto premiado “ECO-Zement” destacou-se pelo carácter inovador na utilização de um resíduo proveniente do processo de refinação de petróleo em materiais de construção à base de cimento. A substituição parcial do cimento pelo referido resíduo (que se estima que atinja as 1.700 toneladas anuais depositadas em aterro) tem um impacto ambiental menor do que os materiais convencionais, uma vez que aproveita uma matéria-prima usualmente desperdiçada, reduzindo as emissões de carbono e o consumo de recursos naturais não renováveis.

6. Comprar com Responsabilidade

6.1. Introdução

O Grupo considera que o desenvolvimento de parcerias com os fornecedores e prestadores de serviço é fundamental para o reforço da proposta de valor e a promoção do desenvolvimento socioeconómico das regiões onde está presente. Procura integrar critérios sociais, ambientais e éticos nas suas escolhas e tomadas de decisão, com o objectivo de promover uma redução contínua dos impactes das suas actividades hoje e no futuro, tal como preconizado na Política de Compras Sustentáveis e no Código de Conduta para Fornecedores¹⁷.

6.2. Compromisso: Fornecedores Locais

Jerónimo Martins opta, preferencialmente e em circunstâncias de paridade de condições comerciais, por fornecedores locais. O recurso à importação verifica-se essencialmente nos seguintes casos:

- i. escassez de produto por motivo de sazonalidade na produção, comum na área de Fruta e Vegetais;
- ii. quando não existe o produto ao nível local ou a respectiva produção não tem volume suficiente para garantir o abastecimento das lojas das cadeias;
- iii. quando a relação qualidade-preço dos produtos nacionais não permite que seja cumprido o compromisso de qualidade ao melhor preço que o Grupo mantém com os consumidores.

Em 2017, na Polónia, 92% dos produtos comercializados foram adquiridos a fornecedores locais. Em Portugal, este rácio fixou-se em 84% e na Colômbia em mais de 95%.

Perecíveis e Marca Própria

Também no que respeita a Marca Própria, a maioria dos produtos foi adquirida a fornecedores locais, dos quais mais de 95% na Colômbia, 92% na Polónia, e entre 60% (Pingo Doce) e 72% (Recheio) em Portugal. Na área de Perecíveis¹⁸, verifica-se a mesma tendência, com 67% dos produtos em Portugal a serem adquiridos a fornecedores locais, enquanto na Polónia este valor é de 83%. Na Colômbia, este rácio é superior a 95%.

Como forma de sensibilizar e promover a aquisição de produtos de origem local junto dos seus consumidores, o Grupo utiliza sinalética específica.

Em Portugal, os produtos nacionais encontram-se identificados com as etiquetas “O Melhor de Portugal Está Aqui”, no caso dos Perecíveis, e “Produzido em Portugal” e “Fruta 100% Portuguesa” quando são produtos de Marca Própria.

Na Polónia, os produtos de origem nacional são identificados com a etiqueta “Polski Produkt” (Produto Polaco) ou com a etiqueta “#jedzcpolskie” (Coma o que é Polaco). Neste último caso, a Biedronka manteve o website www.jedzcpolskie.biedronka.pl para a promoção do consumo de fruta e vegetais, partilha de informação sobre os fornecedores locais com quem trabalha e ainda sugestões de receitas.

Na Colômbia, os produtos de origem nacional são marcados com a etiqueta “Hecho en Colombia” (Feito na Colômbia) e os produtos de Marca Própria são marcados com a etiqueta “Una Marca de Ara” (Uma Marca Ara).

¹⁷ Disponíveis para consulta na área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

¹⁸ A informação sobre a proporção de produtos adquiridos a fornecedores em cada uma das categorias de Perecíveis está disponível na área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

Relacionamento com Fornecedores

O Grupo privilegia o desenvolvimento de relações duradouras e de cooperação com os seus produtores e fornecedores, que se podem traduzir em acompanhamento técnico, apoio na optimização de processos e/ou garantia de escoamento do produto, estimulando assim as economias locais. Destacam-se as seguintes iniciativas:

Portugal

- Em 2017, o Pingo Doce desenvolveu uma parceria com um fornecedor local para disponibilizar nas suas lojas o produto “Maçã das Beiras”, de origem portuguesa, tendo comercializado mais de 1.000 toneladas;
- o Grupo manteve a relação de parceria com uma cooperativa de pescadores da zona de Sesimbra para a pesca de peixe-espada preto, assegurando-se a qualidade e a competitividade dos preços, assim como a prática de artes de pesca tradicionais, que permitem a regeneração sustentada da espécie;
- foi lançada, em Julho, uma campanha de promoção de porco 100% nacional em cerca de 40% das lojas Pingo Doce com o objectivo de promover a produção local. No ano, mais de 26,5 mil toneladas do porco comercializado tinham origem portuguesa;
- o Pingo Doce manteve, em 2017, a medida extraordinária de apoio aos produtores portugueses de produtos Perecíveis com quem trabalha e que são membros da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP). Esta medida consiste na antecipação para uma média de 10 dias (em vez dos 30 dias previstos na lei) do prazo de pagamento praticado pelo Pingo Doce, sem custos financeiros para o produtor. Desde a sua criação em 2012, já beneficiaram desta iniciativa cerca de 500 produtores nas categorias de Fruta, Legumes, Carne, Peixe, Charcutaria e Vinhos.

Polónia

- A Polónia é um dos maiores produtores de morangos da Europa. Para fazer face ao limitado tempo de vida útil para consumo deste fruto, a Biedronka estabeleceu uma rede com mais de 100 fornecedores, localizados nas regiões próximas dos CD, no sentido de assegurar a qualidade e quantidades suficientes de morangos, reduzindo o tempo entre a colheita e a disponibilidade do produto nas lojas. No primeiro ano de projecto (2014), foram vendidas 74 toneladas entre Julho e Setembro. Em 2016, e como resultado da consolidação desta iniciativa, foi possível comercializar 650 toneladas no mesmo período. Em 2017, a Biedronka atingiu as 1.000 toneladas, um aumento de cerca de 54% face a 2016;
- em 2017, a Biedronka aumentou o número de SKUs biológicos na área dos Perecíveis de Marca Própria para 22, face aos nove alcançados em 2016. Estes consistem na oferta permanente de Fruta e Vegetais, como maçãs, cebola ou tubérculos, e na oferta de produtos sazonais como citrinos, tomate e abóbora. O volume comercializado aumentou 150% face a 2016, correspondendo a um total de 1.700 toneladas e contribuindo, em conjunto com os seus fornecedores, para o aumento da oferta destes tipos de produtos na Polónia;
- na área de Padaria, a Biedronka desenvolveu um pão tradicional cozido em forno de lenha, num projecto em parceria com uma Padaria Polaca – Nowakowski Piekarnie – fundada em 1925. Elaborado com base numa receita tradicional, o pão é amassado à mão e cozido num forno com madeira de faia certificada. Mais de 2,3 milhões de unidades foram comercializadas em 2017;
- no âmbito da secção de Talho, destaca-se a parceria desenvolvida com produtores Polacos de carne bovina cujo ciclo de vida é controlado em conjunto com a Biedronka numa abordagem “field to fork”. Iniciado em Abril, o Festival da Carne Bovina ocorre na segunda semana de cada mês em cerca de 100 lojas. No primeiro ano de projecto, foram comercializadas mais de 30 toneladas.

Colômbia

- Desde o arranque das suas Operações em 2013, a Ara tem vindo a trabalhar com o objectivo de estabelecer relações estáveis e de parceria com fornecedores colombianos. Em 2017, colaborou com 95 fornecedores locais, que forneceram mais de 580 produtos de Marca Própria;
- realizou-se a 5.ª edição do Congresso de Marca Própria Ara, em Bogotá, com o tema “Dar ‘Asas’ a um Retalho Melhor”, na qual participaram cerca de 170 actuais e potenciais fornecedores locais;
- com o apoio de um fornecedor local, a Ara desenvolveu o produto “BBQ wings”, o primeiro do género no mercado Colombiano. O produto é servido com um molho barbecue e de especiarias sem corantes artificiais ou glutamato de sódio. Em apenas seis meses, o produto foi incluído no top 25 dos produtos mais vendidos em duas das três regiões onde o Grupo está presente: Eixo Cafeeiro e Bogotá;
- a Ara decidiu alargar o portfólio de produtos de padaria, que, até ao momento se focava no pão e baguetes, à massa folhada. Para o efeito, juntou técnicos da sua equipa de qualidade, chefs profissionais e os três fornecedores que já tinham experiência na produção de pastelaria. Foram desenvolvidos cinco produtos, incluindo o croissant francês e o pastel de galinha/carne, que contribuíram para um aumento de like-for-like na ordem dos dois dígitos na categoria de Padaria & Pastelaria.

6.3. Compromisso: Direitos Humanos e do Trabalhador

O Grupo trabalha com fornecedores que se comprometem a cumprir as disposições legais e os acordos nacionais e internacionais aplicáveis em matéria de Direitos Humanos e do Trabalhador, tal como estabelecido na Política de Compras Sustentáveis¹⁹.

Jerónimo Martins assume o compromisso de cessar relações comerciais com fornecedores sempre que toma conhecimento de que estes e/ou os seus fornecedores desenvolvem práticas de abuso dos Direitos Humanos, da Criança e/ou dos Trabalhadores e/ou no caso de não incorporarem preocupações éticas e ambientais no desenvolvimento da sua actuação nem estarem dispostos a desenhar e a implementar um plano correctivo.

Adicionalmente, e no âmbito da participação no The Consumer Goods Forum, o Grupo assume o compromisso de contribuir para erradicar o trabalho forçado – como definido pela International Labour Organization – ao longo das cadeias de abastecimento das suas insígnias e de continuar a assegurar a sua inexistência nas operações.

6.4. Compromisso: Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção

A par dos aspectos éticos e sociais já referidos, Jerónimo Martins também privilegia métodos de produção com menor consumo de recursos naturais e impactes para os ecossistemas.

Desflorestação

Destacam-se as acções associadas às commodities de desflorestação (óleo de palma, soja, carne bovina, madeira e papel) no sentido de reduzir as emissões de carbono associadas à destruição de floresta, conservar a biodiversidade nestes ecossistemas e contribuir para eliminar as violações de Direitos do Homem, da Criança e/ou dos Trabalhadores que têm vindo a ser denunciadas.

¹⁹ Disponível para consulta na área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

Para o efeito, o Grupo mapeia – desde 2014 – a presença destes ingredientes nos produtos de Marca Própria e Percíveis comercializados em Portugal, na Polónia e na Colômbia. Adicionalmente, Jerónimo Martins questiona os fornecedores em cujos produtos estes ingredientes foram identificados, sobre a respectiva origem e a existência de certificação de sustentabilidade. Os resultados deste trabalho são publicamente divulgados na resposta anual ao Carbon Disclosure Project (CDP) Forests. Os valores referentes a 2017 foram, pela primeira vez, verificados por uma entidade externa.

É objectivo do Grupo assegurar, de modo progressivo, a origem sustentável das seguintes matérias-primas, em linha com o compromisso de “Zero Net Deforestation by 2020” assumido no âmbito da participação no The Consumer Goods Forum²⁰. Em 2017, registaram-se os seguintes resultados:

- Óleo de palma
 - Foram consumidas 22.956 toneladas nos produtos de Marca Própria e Percíveis em 2017, uma redução de 38%, face a 2014. Esta redução resulta, essencialmente, de uma substituição por óleos alimentares com um melhor perfil nutricional;
 - do total de óleo de palma utilizado, cerca de 26% tem certificação RSPO.
- Soja
 - Em 2017, verificou-se a presença directa de 13.649 toneladas de soja nos produtos de Marca Própria e Percíveis do Grupo. Deste total, 8.215 toneladas são provenientes de países em risco de desflorestação²¹, um valor cerca de seis vezes superior ao registado em 2014. Este aumento da proveniência de países em risco de desflorestação, deve-se sobretudo à expansão da operação do Grupo na Colômbia, país com um consumo elevado de óleos alimentares contendo soja e em que uma percentagem significativa é proveniente da Bolívia. O Grupo está a desenvolver esforços no sentido de caracterizar as práticas agrícolas adoptadas por estes fornecedores. A soja indirectamente presente nestes produtos (ex., utilizada na ração animal) foi calculada em 283.667 toneladas;
 - os níveis de certificação sustentável da soja utilizada (ex., RTRS e ProTerra) situaram-se em menos de 1% para a soja directa e cerca de 3% para a soja indirecta. De ressaltar que apenas 3% do total de soja disponível no mercado detém este tipo de certificação²².
- Papel e Madeira
 - Os produtos de Marca Própria representaram um consumo de 108.439 toneladas de papel e madeira, excluindo produtos de embalagem, um aumento de 8%, face a 2014. Destes, 9.417 toneladas são provenientes de países em risco de desflorestação²¹, representando uma redução, face a 2014, de 41%. Já o papel e o cartão contidos em material de embalagem foram responsáveis pelo consumo de 94.460 toneladas;
 - do total de papel e madeira utilizados nos produtos de Marca Própria, 7% têm certificação sustentável, o mesmo acontecendo para 66% dos produtos de embalagem de papel e cartão.
- Carne bovina
 - A carne bovina presente em produtos de Marca Própria e Percíveis foi calculada em 42.849 toneladas, representando um aumento de 37%, face a 2014 associado ao aumento das operações do Grupo. Destas, 938 toneladas têm origem em países em risco de desflorestação²¹, face às 2,83 toneladas verificadas em 2014. Esta evolução deve-se sobretudo à aquisição de carne bovina de países como Uruguai, Brasil e Argentina;
 - cerca de 2% do total de carne bovina utilizada nestes produtos tem origem nestes países.

Também em 2017 o Grupo aderiu à Roundtable on Sustainable Palm Oil e deu os primeiros passos na adesão ao Soy Buyers Coalition, um projecto liderado pelo The Consumer Goods Forum e que

²⁰ Para mais detalhes sobre as acções nesta matéria, consulte www.cdp.net.

²¹ Os países em risco de desflorestação considerados são definidos de acordo com as *guidelines* do Consumer Goods Forum, para a soja e o papel e madeira. Para a carne bovina, o Grupo considera as mesmas origens que as consideradas para a soja.

²² Informação disponibilizada pelo The International Institute for Sustainable Development no relatório *Standards and Biodiversity: Thematic Review* (2017).

conta com a participação de mais de 10 empresas dos sectores da indústria e retalho com o objectivo de desenvolver e implementar projectos que contribuam para travar a desflorestação nas principais regiões produtoras de soja no Brasil.

Grupo Jerónimo Martins obtém “A-” e “B” no CDP Forests 2017

Em 2017, o Grupo obteve uma pontuação global de “A-” para o óleo de palma e papel e madeira, posicionando o Grupo no patamar “Liderança”, a um passo de atingir a pontuação máxima (A). As *commodities* soja e carne bovina obtiveram uma classificação de “B”, correspondendo ao nível de “Gestão”.

O programa “Forests”, do CDP, avalia o desempenho ao nível da estratégia seguida para as *commodities* associadas à desflorestação, incluindo a transparência no reporte de informação e gestão de risco. O CDP é uma organização internacional sem fins lucrativos que desenvolve programas para empresas e cidades medirem, divulgarem e gerirem informações ambientais relevantes.

Pescado

No contexto da estratégia de pescado sustentável, e como resultado dos estudos conduzidos neste domínio²³, Jerónimo Martins definiu linhas de acção para reduzir a pressão sobre espécies ameaçadas²⁴. Estas incluem: i) proibir a compra e venda de espécies classificadas como “Críticamente em Perigo” e para as quais não existam licenças extraordinárias que o permitam; ii) procurar alternativas provenientes de aquacultura para as espécies classificadas como “Em Perigo”, não realizando acções promocionais envolvendo as que têm origem em populações selvagens e que não sejam provenientes de stocks geridos de forma sustentável e/ou que não apresentem certificado de sustentabilidade; e iii) limitar as acções promocionais de espécies classificadas no nível “Vulnerável” sempre que não sejam provenientes de aquacultura e/ou que não sejam provenientes de stocks geridos de forma sustentável e/ou que não apresentem certificado de sustentabilidade.

Em 2017, e com base nas espécies identificadas em 2015, verificou-se o cumprimento das linhas acima definidas:

- não foram comercializadas espécies classificadas como “Críticamente em Perigo”, para as quais não existam licenças extraordinárias para o efeito;
- as promoções de espécies classificadas como “Em Perigo” apenas foram realizadas para espécies provenientes de aquacultura;
- verificou-se uma redução de 10% nas promoções de espécies classificadas como em estado “Vulnerável”, sendo que destas mais de 95% foram provenientes ou de espécies criadas em aquacultura ou de stocks geridos de modo sustentável.

Parcerias de combate ao desperdício alimentar

O combate ao desperdício alimentar constitui um desafio para o Grupo em várias frentes e, conseqüentemente, envolve vários dos pilares de Responsabilidade Corporativa. No que diz respeito ao relacionamento com os fornecedores, Jerónimo Martins promoveu a aquisição de alimentos não-calibrados, que anteriormente tinham pouco ou nenhum valor. Desta forma, contribuiu para a redução do desperdício a montante das suas operações, ao mesmo tempo que garantiu que estes produtos, cujo perfil nutricional é igual aos produtos calibrados económicos, são integrados na cadeia de valor, chegando à mesa dos consumidores.

²³ Para saber mais sobre as acções desenvolvidas neste âmbito, consulte o subcapítulo 5 – “Respeitar o Ambiente” neste capítulo.

²⁴ Baseada na classificação da International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN) e da Convention on International Trade and Endangered Species of Wild Fauna and Flora (CITES).

Os alimentos não-calibrados são incorporados nas sopas em Portugal e na Polónia ou em produtos de 4.ª gama (vegetais cortados e lavados prontos a utilizar), sendo também vendidos a um preço reduzido nas lojas Recheio.

No total, em 2017, foi assegurada a introdução no mercado de mais de 13.600 toneladas destes produtos, também conhecidos como fruta e legumes “feios”, um aumento superior a 2% face a 2016.

Redução de distâncias percorridas pelos produtos

O Grupo desenvolveu parcerias com os fornecedores de Fruta e Vegetais com vista a reduzir os impactes ambientais associados à sua comercialização. É o caso da produção de mangas em Espanha ou no Senegal. Estas parcerias têm características de produção semelhantes às mangas produzidas no Brasil, mas permitem reduzir a distância percorrida em mais de 5.000 km e substituir o meio de transporte aéreo pelo marítimo ou terrestre, conduzindo a uma diminuição significativa das emissões de CO₂. A redução da distância percorrida permite ainda assegurar em loja um produto de maior qualidade, uma vez que torna possível colher a manga num estado de maturação mais avançado. Em 2017 comercializámos mais de 47 mil quilos de mangas provenientes destes países.

A decisão de assegurar o abastecimento de determinados produtos estratégicos, através da produção própria da Companhia Jerónimo Martins Agro-Alimentar, traduz-se numa maior facilidade no controlo operacional do processo, na redução das distâncias percorridas pelos produtos, e consequentes emissões de carbono, e no tempo de entrega em loja, contribuindo para uma maior qualidade do produto. É o caso da carne de bovino da raça Angus e da produção de robalo e dourada em aquacultura, variedades tradicionalmente produzidas fora de Portugal. Em 2017, foi assegurado o abastecimento de mais de 350 toneladas de Angus e 1.330 kg de robalo. É objectivo do Grupo aumentar, progressivamente, estas quantidades.

Produtos Certificados

Jerónimo Martins procura incorporar, progressivamente, no seu sortido, produtos de Marca Própria e Percíveis com certificados de sustentabilidade. Em 2017, foram lançadas:

- 15 novas referências com a certificação Marine Stewardship Council (MSC);
- 13 referências com certificação biológica na Polónia, 11 na categoria Fruta & Vegetais e 2 referências Marca Própria;
- 13 referências com certificação Forest Stewardship Council (FSC) relativa a embalagem primária utilizada nos produtos;
- 13 referências com certificação UTZ para o ingrediente cacau;
- 3 referências Dolphin Safe;
- 2 referências de bebidas contendo café ou chá com certificação “Rainforest Alliance”;
- 1 referência de um produto contendo fibra de papel na sua composição com certificação PEFC.

A tabela abaixo representa a quantidade total de produtos de Marca Própria e Percíveis com certificação de sustentabilidade nos anos de 2017 e 2016, verificando-se um aumento de 30% do número de SKUs com estas características.

Certificação	#SKU		Δ 2017/2016
	2017	2016	
Biológica*	64	49	+31%
FSC**	43	30	+42%
UTZ	22	14	+57%
MSC	16	10	+60%
Dolphin Safe	15	12	+25%
PEFC**	14	13	+8%
SFI**	13	13	0%
EU Ecolabel	7	8	-13%
Rainforest Alliance	6	4	+50%
Fairtrade	1	1	0%
Total	202	155	+30%

* Estes produtos são desenvolvidos de acordo com as regras da produção biológica, sendo certificados por uma entidade externa e apresentam o logótipo da União Europeia, que assegura o cumprimento do Regulamento Comunitário para a Agricultura Biológica.

** Número inclui produtos com esta certificação e/ou material de embalagem com esta certificação.

A Biedronka manteve a sua adesão à iniciativa “Charter for Sustainable Cleaning” (Compromisso para a Limpeza Sustentável), promovida pela AISE - International Association for Soaps, Detergents and Maintenance Products, que promove a melhoria do desempenho de produtos da categoria de Higiene e Limpeza num conjunto de critérios: toxicidade, ecoeficiência e consumo de matérias-primas, entre outros.

Cacau, chá e café sustentáveis em produtos de Marca Própria

Em 2017, foram lançadas 13 referências contendo cacau com certificação UTZ, conseguindo um total de 22 referências na Polónia e em Portugal. Produtos com esta certificação demonstram que a matéria-prima foi obtida recorrendo a um modelo de agricultura sustentável.

No mesmo período, a Biedronka lançou duas referências, uma contendo chá e outra café, com certificação “Rainforest Alliance”, assegurando que estes ingredientes são provenientes de agricultura sustentável e que cumprem os critérios ambientais e sociais definidos por esta entidade.

O Grupo manteve ainda a referência de café com certificação 100% Fairtrade. Esta certificação assegura o cumprimento de critérios sociais, ambientais e económicos, apoiando pequenos fornecedores através do pagamento de um valor mínimo garantido de produção.

Estas certificações promovem a adopção de boas práticas agrícolas, garantindo uma melhoria das condições de trabalho e da qualidade de vida dos agricultores, assim como a protecção dos recursos naturais dos quais dependem.

Bem-estar animal

Testes em animais

O Grupo Jerónimo Martins cumpre o disposto na Directiva Europeia 201/63/EU em todos os países onde opera e não permite a realização de testes em animais na sua Marca Própria e Perecíveis. A excepção reside nos produtos de alimentação animal, para os quais são realizados testes sensoriais com o intuito de avaliar o grau de satisfação da população-alvo a que se destinam, e também em produtos cujo objectivo é controlar ou eliminar espécies parasitárias e/ou superpopulações que possam ser fontes de contaminação ou doença (e.g., insectos).

Práticas adoptadas

No âmbito da promoção do bem-estar animal, o Grupo cumpriu com as indicações da Directiva Europeia 98/58/EC nas áreas de operação, bem como a legislação em vigor. Sempre que possível, promoveu práticas acima do benchmark.

O Grupo destaca a produção de galinhas do campo de Marca Própria na Biedronka, cuja comercialização, disponível em todas as lojas duplicou face a 2016. As galinhas são criadas sem o uso de antibióticos e sem ração que contenha organismos geneticamente modificados. Este projecto foi iniciado em 2015 em conjunto com fornecedores polacos e, até à data, é único na Polónia.

Também as explorações de borrego para comercialização pelo Pingo Doce são geridas em regime de pasto natural, de acordo com os pressupostos de agricultura e pecuária de Elevado Valor Natural. Este conceito prevê que os sistemas de produção, de baixa intensidade e com inputs reduzidos, possam contribuir para a protecção da biodiversidade das regiões onde estão implementados.

Adicionalmente, Jerónimo Martins assume o compromisso de eliminar, até 2025, a venda de ovos das Marcas Próprias das Companhias do Grupo que sejam provenientes de galinhas enjauladas.

No âmbito das actividades do Grupo na área de produção Agro-Alimentar, destacam-se as seguintes acções:

Carne bovina de raça Angus:

- disponibilização de uma área por animal superior aos 3 m² recomendados, em mais de 60%;
- reposição diária de palha fresca nas camas;
- condução de animais em mangas adequadas, banindo a utilização de choques eléctricos e práticas semelhantes.

Aquacultura:

- produção em mar aberto e não em tanques, permitindo que os peixes se desenvolvam no seu habitat natural;
- o manuseamento é reduzido ao mínimo até à captura, de forma a evitar o stress no animal.

6.5. Auditorias a Fornecedores

Qualidade e Segurança Alimentar

O Grupo audita regularmente os seus fornecedores de Perecíveis e de Marca Própria numa perspectiva de avaliação e de acompanhamento a vários níveis: da gestão e controlo de processos, do sistema de qualidade implementado, da formulação de produtos e dos aspectos laborais e ambientais. As auditorias são obrigatórias para os fornecedores que desenvolvam a sua actividade em territórios onde o Grupo opera.

A avaliação dos fornecedores contempla ainda requisitos ambientais, com um peso de 5% na avaliação. Estes requisitos incluem critérios associados à gestão da água, efluentes líquidos, resíduos, emissões para a atmosfera, ruído e substâncias perigosas. A reavaliação de cada fornecedor ocorre periodicamente, com uma frequência pré-definida e baseada na classificação obtida.

O Grupo também avalia as condições de higiene e segurança no trabalho e de formação, que assumem um peso de 10% na avaliação. Estes requisitos incluem critérios como a existência e utilização de vestuário adequado, de equipamentos de lavagem de mãos, regras de conduta e higiene pessoal, existência e condições de áreas sociais, vestiários e instalações sanitárias para colaboradores e o controlo de que administrada a formação adequada ao exercício da função.

Auditorias a fornecedores de Perecíveis e de Marca Própria*

	2017	2016	Δ 2017/2016
Portugal			
Perecíveis	921	847	+9%
Marca Própria – Alimentar e Não-Alimentar	259	244	+6%
Polónia			
Perecíveis	357**	376***	-5%
Marca Própria – Alimentar e Não-Alimentar****	446	451	-1%
Colômbia			
Perecíveis	57	56	+2%
Marca Própria – Alimentar e Não-Alimentar	150	165	-9%

*As auditorias incluem os seguintes tipos: selecção, controlo e acompanhamento.

** Em 2017, foram ainda realizadas mais 1.189 inspecções.

*** Valor corrigido face a 2016 de modo a excluir o número de inspecções (1.078).

**** Em 2017, foram ainda realizadas mais 3.429 inspecções a produtos não-alimentares de Marca Própria e, em 2016, mais 3.074.

Na Colômbia, a redução do número de auditorias na Marca Própria deve-se ao elevado resultado de desempenho obtido, em 2016, por 30 dos fornecedores avaliados. Para esses casos, a frequência da sua realização passa a bienal.

Certificações

Em matéria de certificações, e no caso de fornecedores estrangeiros não abrangidos pelo sistema de auditorias internas, o Grupo exige uma certificação em Segurança Alimentar reconhecida pela Global Food Safety Initiative, nomeadamente British Retail Consortium (BRC), Global Good Agricultural Practices (Global G.A.P.), HACCP/Codex Alimentarius ou ISO.

Todos os potenciais novos fornecedores de produtos de Marca Própria e de Perecíveis têm de ser auditados de acordo com os critérios internos do Grupo (comuns para as três geografias em que se desenvolvem as operações). No caso de fornecedores que não se encontrem nestas geografias, deverão ser certificados segundo os standards alimentares do BRC, da International Featured Standards (IFS) ou da Food Safety System Certification (FSSC) 22000.

Produtos não-alimentares de Marca Própria distinguidos

Em 2017, os produtos não-alimentares da Biedronka voltaram a ser distinguidos pela sua qualidade e/ou inovação. É o caso das fraldas da Marca Própria Dada, às quais o Instytut Matki i Dziecka (Instituto da Mãe e da Criança) manteve a atribuição do Golden Logo, sendo o único produto do género com esta distinção. Também os produtos dermocosméticos para crianças da Marca Própria Dada, como as toalhas de limpeza, mantiveram a avaliação positiva por parte deste Instituto.

O amaciador para roupa “Eden Sensitive” foi recomendado pela Associação Polaca de Alergologia (Polskie Towarzystwo Alergologiczne) por não conter alérgenos, sendo reconhecido como um produto hipoalergénico.

Ambiente

O Grupo realiza também auditorias exclusivamente ambientais quer a prestadores de serviço, quer a fornecedores de mercadorias, com vista a assegurar o cumprimento dos requisitos mínimos de desempenho ambiental, a avaliação do nível de desempenho e a definição de um plano de acção para correcção de não conformidades. Os fornecedores são seleccionados com base em critérios de materialidade para o Grupo (volume de negócios e criticidade do produto e/ou local de produção).

Em 2017, foram realizadas 35 auditorias ambientais a prestadores de serviços em Portugal e oito na Polónia. O nível de desempenho ambiental (para a totalidade dos prestadores de serviços em Portugal auditados, desde 2009) é de: 12% com classificação de “Ótimo”, 8% “Alto”, 75% “Básico” e 5% “Inadequado”.

As auditorias ambientais a fornecedores de Perecíveis e de Marcas Próprias são conduzidas por uma entidade externa. Em 2017, foram auditados 60 fornecedores em Portugal. O nível de desempenho ambiental (para a totalidade dos fornecedores auditados, desde 2016) é de: 8% com classificação de “Ótimo”, 5% “Alto”, 60% “Básico” e 27% “Inadequado”.

Para todos os prestadores de serviços e fornecedores auditados e classificados com o nível “Inadequado” (inferior a 70%) e/ou que não cumpram com a totalidade dos requisitos críticos definidos foi apresentado um plano correctivo de acção com resposta obrigatória por parte do fornecedor no prazo máximo de seis meses. Jerónimo Martins reserva-se o direito de suspender a colaboração com os parceiros de negócio que não cumpram com o plano correctivo de acção definido, cuja eficácia é aferida numa segunda auditoria realizada sempre no ano imediatamente subsequente ao da primeira auditoria.

6.6. Formação a Fornecedores

Em Portugal e na Polónia, realizaram-se mais de 20 acções de formação e reuniões, envolvendo fornecedores, focadas em temas de Qualidade e Segurança Alimentar, aprofundando-se o trabalho de cooperação com os parceiros de negócio, especialmente em matéria de discussão de áreas de melhoria e desenvolvimento de produtos inovadores.

Em 2017, na área de Ambiente, foram realizadas, em Portugal, quatro acções de formação sobre guias electrónicas para transporte de resíduos, com a presença de 41 participantes em representação de operadores de gestão de resíduos, e dois workshops sobre o Manual de Agricultura Sustentável, em que estiveram presentes 30 participantes, representantes de fornecedores de fruta e legumes.

No mesmo ano, o Grupo organizou a sua 6ª Conferência de Sustentabilidade “The Power of Collective Action” dedicada aos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e a forma como as parcerias podem contribuir para o seu cumprimento. O evento, com a duração de um dia, contou com a participação de mais de 20 fornecedores e prestadores de serviço polacos e portugueses do Grupo.

7. Apoiar as Comunidades Envolventes

7.1. Introdução

Com mais de 3.500 lojas alimentares de proximidade espalhadas por mais de mil cidades, vilas e aldeias de três países, o Grupo reconhece a importância de ser um cidadão activo na contribuição para a superação dos riscos socioeconómicos que as comunidades enfrentam, nomeadamente através do combate à subnutrição e à fome, e do empenhamento na quebra dos ciclos de pobreza e de exclusão social. Além disso, apoia projectos na área do conhecimento sobre nutrição, com o objectivo de sensibilizar, em especial as gerações mais novas, para a prática de padrões alimentares e estilos de vida saudáveis.

Esta é a linha orientadora da Política de Apoio às Comunidades Envolventes, disponível em www.jeronimomartins.com, que se foca nos grupos mais vulneráveis da sociedade: os idosos e as crianças e jovens carenciados.

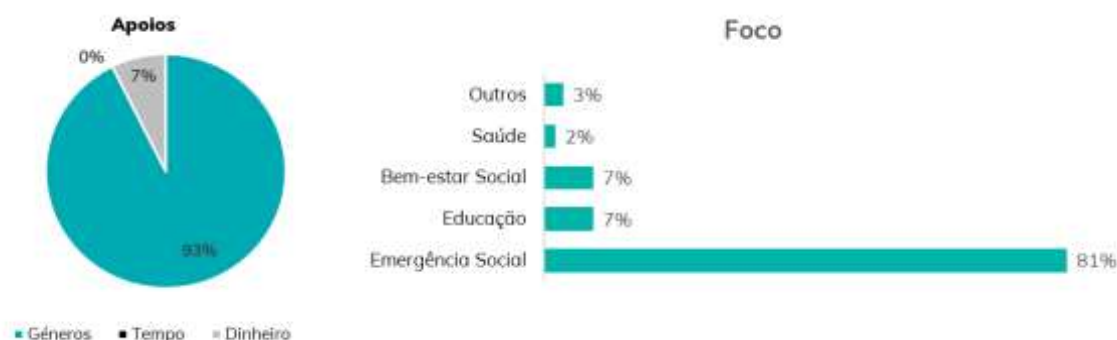
7.2. Gestão da Política

As acções apoiadas ou promovidas pelo Grupo são monitorizadas e avaliadas em relação ao impacto que produzem, numa óptica de alocação eficiente de recursos a projectos que abrangem o maior número possível de pessoas e/ou que gerem os maiores e melhores resultados.

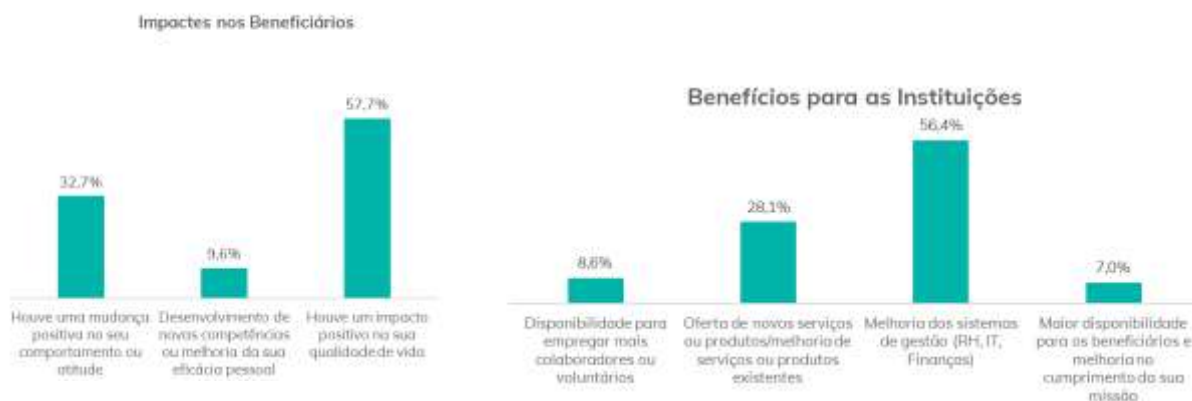
Os critérios implícitos à metodologia de avaliação de impacto social London Benchmarking Group (LBG), da qual o Grupo é membro desde 2011, permitem, não só aferir se as mudanças sociais são atingidas, mas também recolher o feedback dos colaboradores na agilização dos apoios.

Em 2017, foi possível medir o impacto decorrente da aplicação de mais de 8,1 milhões de euros²⁵ em apoios atribuídos a 144 organizações que, por sua vez, se estima terem chegado a mais de 268 mil beneficiários. Este montante compreende doações sob a forma de géneros e também monetária, focando-se maioritariamente em apoios nas áreas da Emergência Social, Educação e Bem-Estar Social.

Medição de Impactes Sociais



²⁵ Este valor corresponde às actividades/projectos medidos junto das instituições e seus beneficiários e com um limite mínimo a partir do qual se considera poderem ser obtidos dados significativos de impactes sociais. Não corresponde, por este motivo, ao montante reportado como valor total de apoios oferecidos pelo Grupo Jerónimo Martins.



A maioria dos beneficiários inquiridos pelas instituições reportaram impactes positivos na sua qualidade de vida. Também as instituições confirmaram que o apoio disponibilizado por Jerónimo Martins e suas Companhias havia permitido investir em melhorias dos sistemas de gestão, quer em recursos humanos, quer em tecnologias de informação e de gestão.

O reporte dos principais indicadores, segundo o modelo LBG, pode ser encontrado no website corporativo, no canal [Apoiar as Comunidades Envolventes](#).

São também realizadas visitas de acompanhamento às instituições com as quais o Grupo celebrou acordos de cooperação para verificação *in loco* da qualidade das infra-estruturas e do serviço prestado.

7.3. Apoios Directos

Em 2017, o Grupo manteve a oferta de produtos alimentares a instituições que se dedicam ao alívio da pobreza extrema e os apoios monetários a organizações que realizam trabalho pedagógico com crianças e jovens em risco, numa tentativa de travar o abandono escolar e a exclusão social.

Os apoios directos, em espécie e monetários, atribuídos ao nível corporativo e por todas as Companhias do Grupo perfizeram um total de cerca de 21,7 milhões de euros em 2017, o que representa um aumento de 21% face a 2016.

Combate ao Desperdício Alimentar

Os excedentes alimentares que se encontram em condições de segurança alimentar, mas que não podem ser vendidos, são doados pelo Grupo, nas várias geografias, a instituições de apoio social.

Estes excedentes chegam, desta forma, a pessoas em situação de vulnerabilidade extrema.

Estimamos, em 2017, o equivalente a 10,7 mil toneladas doadas.

Corporativo

Jerónimo Martins apoiou mais de 50 instituições, totalizando mais de 3,7 milhões de euros em donativos para suportar projectos ao nível da educação, literacia e cultura (82%), ao nível social (11%) e para outras tipologias de apoio nas áreas da saúde, ambiente e cidadania (7%).

Com a chegada de refugiados a Portugal provenientes de vários países do Médio Oriente, nomeadamente da Síria, foi celebrada uma parceria com a Pão a Pão – Associação para a Integração de Refugiados do Médio Oriente, na perspectiva de dar resposta à inclusão e empregabilidade de refugiados sírios, através do lançamento de um restaurante.

Denominado Mezze (Refeição), este é um restaurante situado no centro de Lisboa, onde se pode comer refeições tradicionais da Síria, sendo que o apoio do Grupo, no valor anual de 18 mil euros, é dado em géneros alimentares.

O Grupo apoia também o projecto "Despert'arte", que consiste no desenvolvimento de iniciativas culturais através de uma plataforma de criação artística que alia o contributo de artistas de diferentes áreas – nomeadamente, da música, cinema, escrita, dança, ilustração ou fotografia – à participação de crianças, jovens e adultos provenientes de instituições de solidariedade social, proporcionando-lhes novas experiências.

Jerónimo Martins manteve o apoio, pelo terceiro ano consecutivo, à Academia do Johnson, que tem como missão o combate à exclusão social e ao abandono escolar de cerca de 160 crianças e jovens provenientes de comunidades vulneráveis da zona metropolitana de Lisboa. Com um aumento de 20 pessoas apoiadas face ao ano transacto, a Academia disponibiliza ferramentas educacionais, profissionais e culturais, através de técnicos especializados, que, recorrendo à prática de desporto e apoiando o estudo como forma de desenvolvimento comportamental, social e técnico, ajudam a prevenir situações de risco e a potenciar a integração nas escolas e na sociedade.

O Grupo integrou, ainda, dois jovens da Academia em contexto real de trabalho, tendo sido contratados para a estrutura central e para o Pingo Doce.

Pingo Doce

O Pingo Doce apoiou mais de 400 instituições de solidariedade social em Portugal que cumprem a sua missão nas zonas de influência das lojas da cadeia, com géneros alimentares e valor monetário.

No total, as doações ascenderam a mais de 14,6 milhões de euros. 96% deste valor corresponde a donativos alimentares que, com um peso equivalente²⁶ a mais de 9,6 mil toneladas, são distribuídos por 367 instituições espalhadas por todo o país.

Neste âmbito, o Pingo Doce desenvolveu uma campanha de comunicação para informar os clientes do peso total de produtos doados pelas lojas no suporte às instituições das suas comunidades.

Recheio

O Recheio, João Gomes Camacho e Caterplus ofereceram donativos em géneros alimentares e também monetários a 147 instituições, num valor de mais de 550 mil euros. Deste valor, 84% corresponde a ofertas de excedentes alimentares equivalentes a 318²⁷ toneladas.

Biedronka

Na Polónia, o valor dos apoios fixou-se em mais de 2,5 milhões de euros, a mais de 400 instituições.

A Biedronka deu continuidade às operações para a doação à Caritas e a outras instituições, de excedentes alimentares que, estando aptos para consumo e cumprindo os requisitos de segurança alimentar, não podem ser vendidos. Começando com 63 lojas e sete Centros de Distribuição (CD) activos nas doações em 2016, a Companhia chegou às 437 lojas e a 12 CD no final de 2017.

²⁶ Este valor é calculado utilizando uma estimativa do Banco Alimentar Contra a Fome, de Portugal, de 1,46 euros por cada quilograma.

²⁷ Este valor é calculado utilizando uma estimativa do Banco Alimentar Contra a Fome, de Portugal, de 1,46 euros por cada quilograma.

As doações de alimentos totalizaram, assim, cerca de 670 toneladas²⁸, o equivalente a um valor de mais de 1,4 milhões de euros, estimando-se terem chegado a cerca de 11 mil pessoas.

Ainda neste âmbito, a Biedronka suportou a aquisição de dois veículos refrigerados de transporte de mercadorias, em cerca de 77 mil euros. A este montante juntou-se o valor resultante das vendas da campanha [Gang Świeżaków](#) (peluches de fruta e legumes), de cerca de 170 mil euros que serviu, entre outros, para a aquisição de mais cinco veículos para a Caritas.

Tal como em anos anteriores, no âmbito do Dia Mundial da Criança, a Biedronka apoiou a campanha “Vamos Ficar Juntos”, desenvolvida em conjunto com a Caritas para fomentar o reforço de laços entre as crianças e as suas famílias. A campanha teve lugar em 22 cidades de várias regiões da Polónia, tendo sido mais de 200 mil as crianças e pais que usufruíram de acções de entretenimento e de géneros alimentares oferecidos pela Biedronka, num investimento de mais de 100 mil euros.

Ara

Na Colômbia, a Ara terminou, no final de 2016, a oferta, no âmbito do protocolo de apoio ao Instituto Colombiano de Bienestar Familiar (ICBF), de géneros alimentares às amas comunitárias que cuidam de crianças até aos cinco anos de idade provenientes de famílias e bairros com muito poucos recursos financeiros.

O programa *Madres Comunitarias* cumpriu o propósito de colmatar as deficiências nutricionais que as crianças enfrentavam em matéria de proteínas, vitaminas e minerais, sendo feita, através do ICBF, uma monitorização do encaminhamento dos alimentos, assim como do bem-estar mental e físico, e uma avaliação dos indicadores nutricionais das crianças beneficiadas. Em 2018, este apoio será redesenhado para responder a outras necessidades das crianças, designadamente ao nível da higiene pessoal.

Entre 2014 e 2016, foram abrangidas pela parceria entre a Ara e o ICBF um total de 3.668 crianças, provenientes de 262 creches. Foram oferecidos mais de 14.750 cabazes alimentares durante este período, num valor superior a 179 mil euros, o equivalente a mais de 220 toneladas de alimentos doados.

Ainda neste país, foi mantido o apoio à Abaco – Asociación de Bancos de Alimentos de Colombia, cuja missão é estabelecer alianças estratégicas com parceiros públicos e privados para o combate à fome e ao desperdício alimentar, através do encaminhamento de excedentes a pessoas carenciadas. Em 2017, a Ara foi responsável pela doação, no âmbito deste programa, de mais de 116 toneladas de excedentes alimentares, cerca de 30% do total gerido pela Abaco naquele país, equivalentes a um valor superior a 238 mil euros, um aumento de 170% por via da expansão de lojas. Estima-se que estes alimentos tenham chegado a uma média mensal de mais de 590 pessoas, evitando, ao mesmo tempo, a emissão equivalente a 2.400 toneladas de CO₂ que, de outra forma, seriam depositadas em aterro.

7.4. Voluntariado Interno e Outras Campanhas

Os colaboradores do Grupo mantiveram a sua participação nos programas da Associação Junior Achievement Portugal, com o objectivo de promover o empreendedorismo junto de crianças e jovens, através do ensino de temas como a relação com a família e com as comunidades, a economia, e sobre como criar um negócio. No ano lectivo de 2016/2017 registaram-se 121 voluntários e para o ano lectivo 2017/2018, 109 inscrições.

²⁸ Este valor é calculado utilizando uma estimativa da Federação de Bancos Alimentares da Polónia, no valor equivalente de 2,15 euros (9 zlotys) por cada quilograma.

Durante a época de Natal, foi organizada uma campanha interna de solidariedade para oferecer presentes pedidos por 145 crianças provenientes de famílias desestruturadas, que vivem em lares de acolhimento apoiados numa base contínua por Jerónimo Martins.

Adicionalmente, durante a Festa de Natal, que junta cerca de 1.000 managers e a gestão de topo do Grupo, realizou-se uma exposição de fotografias em contextos urbanos tiradas por crianças e jovens de quatro instituições com as quais o Grupo tem um acordo de cooperação. No âmbito da iniciativa "Somos Imagem", os colaboradores tiveram a oportunidade de ver exposta a criatividade destas crianças e jovens sob o tema "Crescimento".

Jerónimo Martins ofereceu a vários colaboradores as peças produzidas, sensibilizando-os para a necessidade de valorizar o olhar destas crianças e jovens sobre o mundo que os rodeia, como forma de promover a inclusão social. O valor doado pelo Grupo no âmbito desta iniciativa à Casa Pia, Obra do Ardina, Aldeias SOS e SOL – Associação de Apoio às Crianças Infectadas pelo Vírus da Sida, totalizou 2.500 euros. Esta verba servirá para potenciar o investimento no desenvolvimento pessoal e educativo das crianças e jovens pelas quais são responsáveis.

7.5. Apoios Indirectos

A sensibilização da sociedade para o envolvimento em campanhas de recolha de alimentos e outros artigos, assim como em iniciativas de angariação de verbas, pode ajudar a criar uma consciência colectiva para o combate à fome e à subnutrição de pessoas com maior vulnerabilidade, nomeadamente através do apoio ao trabalho que todos os dias é desenvolvido por instituições de solidariedade social.

Em Portugal, os clientes do Pingo Doce doaram, nas campanhas do Banco Alimentar Contra a Fome, cerca de 1.000 toneladas de alimentos²⁹. Adicionalmente, os cartões vendidos a consumidores, convertíveis em géneros alimentares destinados a apoiar instituições, totalizaram mais de 198 mil euros.

Na Polónia, em parceria com a Federação dos Bancos Alimentares Polacos e com a Caritas, os clientes da Biedronka mobilizaram-se para a oferta de produtos alimentares através de várias campanhas realizadas ao longo do ano. A estimativa da organização aponta para doações de mais de 1.000 toneladas de géneros alimentares.

Na Colômbia, a Ara também tem vindo a sensibilizar os consumidores para o auxílio aos mais necessitados através do arredondamento do valor das suas compras. O valor doado é entregue, mensalmente, à Fundación Aldeas Infantiles SOS Colombia para o programa *Fortalecimiento Familiar*, nos municípios de Ríosucio, Bolívar e Bogotá. As doações dos clientes aumentaram 73% para mais de 86 mil euros, valor que serviu para apoiar o trabalho desenvolvido pelas Aldeas SOS, que dão apoio a crianças e jovens provenientes de 1.544 famílias.

²⁹ Estimativa da instituição referida.

7.6. Outros Apoios

As parcerias com agentes da sociedade civil são mecanismos essenciais para compreender e abordar os principais riscos sociais, assim como para identificar e concretizar oportunidades de aprofundamento da coesão social nos países onde o Grupo opera. Jerónimo Martins acredita que só através da conjugação de esforços e da acção colectiva é possível ter um impacto positivo e duradouro na vida das pessoas.

Nesse contexto, a Biedronka tem colaborado com a Danone, a Lubella e o Instytut Matki i Dziecka (Instituto da Mãe e da Criança) no âmbito da *Partnerstwo dla Zdrowia* (Parceria para a Saúde) para o combate à malnutrição das crianças através, por um lado, da facilitação do acesso a produtos com perfis nutricionais adequados e, por outro, da sensibilização para a alimentação saudável.

Os dois projectos que a Companhia apoia são:

- os produtos sociais da gama [Mleczny Start](#) (Milk Start), que são vendidos exclusivamente na Biedronka e foram criados com o propósito de oferecer, a preços reduzidos, soluções alimentares que providenciem até 25% das necessidades diárias de vitaminas e minerais recomendadas para o salutar crescimento das crianças. Sem qualquer lucro associado, em 2017 foi vendida uma média mensal de 1,4 milhões de unidades, totalizando, em mais de 10 anos, um número superior a 200 milhões de unidades.
- o programa [Śniadanie Daje Moc](#) (O Pequeno-Almoço Dá Força), que procura sensibilizar, de forma lúdica através de materiais pedagógicos, as crianças até aos três anos de idade das escolas primárias aderentes, os seus pais e os professores, sobre a importância da primeira refeição do dia para uma nutrição equilibrada e um crescimento saudável. Registaram-se 8.318 escolas envolvidas, traduzindo um aumento de 6,3% face ao ano lectivo anterior, o que corresponde a uma representatividade de mais de metade das escolas primárias do país. O programa abrangeu 275.758 crianças, um incremento de mais de 80 mil crianças.

Ainda num contexto de alimentação, a Biedronka manteve a cooperação com o fornecedor de vegetais Green Factory para a continuidade do programa [Zielona Kraina](#) (Terra Verde), que conta com a participação do Instytut Żywności i Żywienia (Instituto de Alimentação e Nutrição Polaco). Num alinhamento com os programas escolares e padrões alimentares recomendados por especialistas, fizeram-se 400 *workshops* gratuitos (que incluem a preparação de refeições, jogos e palestras) com nutricionistas e cozinheiros no ano lectivo de 2016/2017. No ano lectivo corrente, fizeram-se 189 até Dezembro, em 61 escolas. Nos anos lectivos 2015/2016 e 2016/2017, a Biedronka contou com mais de 13 mil crianças do 4.º ano de escolaridade.

Em Portugal, em parceria com a ABAE – Associação Bandeira Azul Europa, o Grupo colaborou no projecto Eco-Cozinheiros, no âmbito do programa [Alimentação Saudável e Sustentável](#), que visa sensibilizar os alunos das escolas participantes para temas como a alimentação, a nutrição e a sustentabilidade da produção agro-alimentar.

Projecto Semear

Em Portugal, a colaboração de Jerónimo Martins para o programa [Semear](#) foi iniciada em 2014 com o objectivo de apoiar jovens adultos, dos 18 aos 45 anos, com dificuldade intelectual e do desenvolvimento, através de projectos que lhes permitam ultrapassar barreiras à sua inclusão socioprofissional, considerando a elevada taxa de desemprego nesta população vulnerável.

As áreas de Qualidade e Comercial apoiaram a implementação do programa, que consiste na produção de hortícolas e frutícolas, aconselhando sobre as culturas com viabilidade de comercialização nas lojas Pingo Doce. Com o apoio do fornecedor de hortícolas Estevão Luís Salvador, foi possível oferecer formação técnica por via de estágios e uma solução para o embalamento e comercialização dos produtos.

Este ano, venderam-se 12 toneladas de abóbora *butternut* (manteiga) e 5 toneladas de batata-doce tricolor.

Neste projecto, esteve sob avaliação a confecção de ementas completas com ingredientes locais e sazonais, e que pudessem ser executadas em contexto escolar. O Grupo apoiou financeiramente a aquisição de bens alimentares, a deslocação das equipas e ofereceu aos vencedores de cada escalão de escolaridade fornos solares. Mais de 200 alunos participaram nas várias provas desenvolvidas.

Prémios de Literatura Infantil Pingo Doce e Biedronka

A promoção e difusão da literatura infantil tem sido uma prioridade do Grupo no âmbito da democratização do acesso aos livros como fonte de conhecimento, espírito crítico e criatividade por parte das gerações mais jovens.

A par da estratégia de comercialização de livros a preços acessíveis a todos os orçamentos familiares, o Pingo Doce e a Biedronka têm dinamizado concursos de literatura infantil que promovem o surgimento de novos autores de escrita e ilustração.

A 4.^a edição do [Prémio de Literatura Infantil Pingo Doce](#) e a 3.^a edição do [Piórko](#), que recompensam os vencedores com um valor de 50.000 euros a dividir igualmente pelas categorias de texto e ilustração e com a oportunidade de publicação e venda das suas obras, resultaram em mais de 2.350 e 4.100 candidaturas, respectivamente. Desde as suas primeiras edições, o valor acumulado dos prémios atribuídos ascende aos 350.000 euros e o número total de livros premiados vendidos ascende, respectivamente, a cerca de 69.000 e 115.000.

8. Ser um Empregador de Referência

8.1. Introdução

São mais de 100 mil as pessoas que contribuem diariamente para o crescimento sustentado do negócio de Jerónimo Martins. A aposta contínua no desenvolvimento da equipa, no investimento nas condições de trabalho e nas políticas de compensação de desempenho são incontornáveis no reforço de uma cultura sólida e coesa que coloca os colaboradores em primeiro lugar.

Num contexto de expansão, a atracção contínua do talento para fazer face às necessidades de crescimento do Grupo, apostando na diversidade de perfis e competências constitui uma prioridade estratégica, a par da criação de oportunidades de inclusão no mercado de trabalho para pessoas vulneráveis no respectivo acesso.

Em 2017, as Companhias do Grupo criaram 7.970 postos de trabalho, o que representa um aumento líquido de 8,3% face a 2016. Proporcionaram-se, ainda, 972 estágios em contexto real de trabalho nas diferentes Companhias do Grupo.

A equipa Jerónimo Martins caracterizou-se pelos seguintes indicadores em 2017:

- 104.203 pessoas: 68.037 na Polónia, 31.713 em Portugal e 4.453 na Colômbia;
- 76% mulheres;
- 66% dos cargos de management são ocupados por mulheres;
- 14% têm idade inferior a 25 anos; 38% têm idades compreendidas entre os 25 e os 34; 31% entre os 35 e os 44; 13% entre os 45 e os 54; 4% com 55 ou mais anos de idade;
- 89% são contratados a tempo inteiro;
- 64% são efectivos.

8.2. Princípios e Valores

Jerónimo Martins conduz os seus negócios de acordo com os valores e princípios éticos que pautam a sua conduta, numa relação transparente com os vários stakeholders com os quais se relaciona: colaboradores, clientes, parceiros de negócio e investidores, entre outros.

O Código de Conduta corporiza o padrão de comportamentos esperados dos colaboradores, independentemente das funções desempenhadas, sendo entregue e fazendo parte dos conteúdos formativos aquando da sua admissão. A aplicação do Código é reforçada através dos diferentes canais de comunicação interna disponíveis.

A Comissão de Ética do Grupo é o órgão responsável por acompanhar, com imparcialidade e total independência, a divulgação e o cumprimento deste Código na Organização. Disponibiliza, por isso, um e-mail de contacto para comunicação de dúvidas ou de incidentes relacionados com o mesmo, salvaguardando a confidencialidade dos contactos recebidos. Mais informação sobre o Código de Conduta e a Comissão de Ética em www.jeronimomartins.com.

8.2.1. Respeito pelos Direitos Humanos e do Trabalhador

O Grupo respeita a legislação internacional e nacional das geografias onde exerce actividade e aplica as orientações da Organização das Nações Unidas e da Organização Mundial do Trabalho.

A actuação do Grupo fundamenta-se nos princípios do respeito e tratamento digno de cada indivíduo, quer nos processos de recrutamento e selecção, quer ao nível do desenvolvimento

profissional e avaliação de desempenho, proibindo qualquer prática, directa ou indirecta, de discriminação e fomentando uma cultura de justiça e meritocracia.

Jerónimo Martins guia-se pelo cumprimento rigoroso da legislação nacional dos países onde opera e, designadamente, dos prazos de pré-aviso estabelecidos pela lei no que se refere a mudanças de natureza operacional.

As Companhias do Grupo não empregam colaboradores menores de idade, estando devidamente salvaguardados os riscos decorrentes do trabalho infantil e do trabalho forçado. De igual modo, também os direitos dos povos indígenas não estão, sob qualquer forma, colocados em risco pela actividade das Companhias.

8.2.2 Liberdade de Associação e Contratação Colectiva

O Grupo respeita, ainda, a liberdade de associação e o direito à contratação colectiva, bem como a actividade sindical, nos termos estabelecidos pela legislação aplicável em cada geografia e conforme estabelecido no Código de Conduta.

A contratação colectiva de trabalho negociada entre as partes, por ora existindo apenas em Portugal, abrange mais de 90% dos colaboradores neste país.

8.3. Atracção de Talento

Pretendendo continuar a investir na sua posição de referência quanto à atracção de talento, Jerónimo Martins manteve um processo de alinhamento das práticas de recrutamento em cada um dos países onde está presente, com a aposta em programas de captação e na diversidade dos perfis.

8.3.1. Recrutamento

Manteve-se o foco na consistência do processo de recrutamento nos diferentes negócios, partilhando as melhores práticas e estabelecendo um padrão de exigência elevado no que se refere à aquisição de talento.

A rede profissional LinkedIn continua a ser uma ferramenta valiosa de atracção de talento e de posicionamento do Grupo enquanto empregador de referência (*Employment Branding*), tendo sido lançada uma [página de apresentação](#) para estudantes e recém-graduados. Verificou-se um aumento substancial do número de candidatos recrutados através desta rede e do número de seguidores da [página do Grupo](#) que, no final do ano eram cerca de 110.000.

8.3.2. Mobilidade Interna

A mobilidade interna constitui uma estratégia de desenvolvimento dos colaboradores, possibilitando a partilha e transmissão de novos conhecimentos e/ou processos entre as áreas de partida e destino. Seguindo a tendência de anos anteriores, 43.776 colaboradores mudaram de função, local de trabalho ou de empresa no Grupo Jerónimo Martins.

O Grupo aposta também na mobilidade internacional, com o objectivo de reforçar o desenvolvimento de competências e responder a necessidades específicas do negócio, num contexto de expansão. Um total de 57 colaboradores encontram-se em situação de expatriação.

8.3.3. Programas de Talento Jovem

Com mais de 30 anos de existência, o “Management Trainee Programme” é o principal programa de atração do talento jovem para o Grupo, oferecendo uma carreira no negócio da Distribuição Alimentar e a oportunidade de adquirir competências e conhecimento, através de uma combinação única de trabalho em contexto real e de um programa de formação customizado. Em 2017, Jerónimo Martins admitiu 39 trainees.

Também o “Summer Internship Programme” ofereceu a 74 estudantes das universidades portuguesas e polacas uma experiência de aprendizagem única durante as férias de Verão. O programa tem fomentado a imagem do Grupo enquanto empregador, ajudando também a identificar futuros candidatos para os programas de trainees e outras oportunidades de recrutamento.

Nos termos da lei aplicável na Colômbia, o SENA – Servicio Nacional de Aprendizaje estipulou uma quota de estágios destinada a promover o desenvolvimento de competências e oportunidades de emprego para estudantes. Desde 2012, a Ara contratou 343 estagiários.

Para incrementar o talento jovem no Grupo Jerónimo Martins, e dando continuidade à parceria com a Universidade de Aveiro, em Portugal, foram criados dois programas de bolsas de estudo para filhos de colaboradores e para estudantes do Mestrado em Gestão Comercial, naquela universidade. No conjunto destes programas, 19 alunos beneficiarão de apoio financeiro.

8.4. Desenvolvimento e Compensação

A identificação e o planeamento da sucessão das funções existentes na Organização constituem uma prioridade estratégica. Por esse motivo, foi estabelecida uma parceria com a consultora Korn Ferry International, com vista à criação de uma abordagem global ao nível do mapeamento do talento interno e identificação de necessidades de desenvolvimento.

No que respeita a compensação, o Grupo procurou seguir uma política competitiva e alinhada com a estratégia definida em cada país.

Dado o foco em elevados padrões de desempenho, Jerónimo Martins pretende reconhecer e recompensar os colaboradores pelo cumprimento de objectivos. Assim, a remuneração variável é crucial nas políticas de compensação, sendo o instrumento que garante o alinhamento entre a política retributiva e a cultura de meritocracia definida.

O valor total dos prémios anuais atribuídos aos colaboradores fixou-se em 107 milhões de euros, registando-se 8.774 promoções.

Consciente de que os benefícios desempenham um papel importante na protecção e segurança dos colaboradores, o Grupo disponibiliza um pacote de benefícios competitivo em cada geografia quando comparado com as melhores práticas dos mercados locais.

Em 2017, Jerónimo Martins procedeu à revisão e melhoramento das suas políticas de mobilidade internacional de curto e longo prazo, fomentando, assim, a mobilidade do talento interno.

8.5. Formação

A estratégia de formação manteve o foco principal no desenvolvimento de competências fundamentais para a Organização, através de programas exclusivos e personalizados, complementados por soluções internacionais de educação executiva em parceria com universidades.

Adicionalmente, foram estabelecidas soluções de aprendizagem específicas de curta duração e de inscrição aberta.

Neste âmbito, realizou-se a 5.ª edição do *Strategic Management Programme*, que contou com 38 participantes dos três países, na Universidade Católica Portuguesa e na Kellogg School of Management, expondo os participantes a conceitos inovadores de gestão e às tendências globais, contribuindo para consolidar redes internas, espírito de equipa e cultura organizacional.

Em Portugal, o Grupo implementou a 4.ª edição do Programa Geral de Gestão no Retalho, em parceria com a Universidade Católica Portuguesa, focado no desenvolvimento das competências de gestão dos colaboradores, promovendo a aquisição de uma visão mais alargada do negócio e a inovação, através de projectos de desenvolvimento, para responder a desafios específicos do negócio.

Mantendo o foco nas formações de liderança, Jerónimo Martins criou o programa “*Be a Leader*” para agregar diversas iniciativas de formação que serão implementadas em todos os negócios.

Desenvolveram-se igualmente as competências digitais e de inovação dos colaboradores, através de programas como o *Digital Executive Programme*, desenhado em colaboração com a Universidade Nova de Lisboa, os *Design Thinking Workshops*, e sessões internas de partilha de conhecimento.

A Escola de Formação Jerónimo Martins, em Portugal, manteve o foco no desenvolvimento de competências de gestão e liderança dos colaboradores, destacando-se, entre outros, os programas Geral e Avançado de Gestão de Loja e os programas Geral e Avançado de Gestão da Secção nas Companhias Pingo Doce e Recheio.

Reflectindo a aposta na qualidade de excelência dos Perecíveis, o Grupo reforçou os programas formativos alinhados com as necessidades operacionais. O Pingo Doce continuou a investir na construção de programas de formação no contexto dos Perecíveis, quer directamente através da Escola de Formação, quer em parceria com a Marinha Portuguesa, na Escola de Tecnologias Navais do Alfeite, na área de Padaria e Meal Solutions.

Na Polónia, deu-se continuidade à formação na área estratégica dos Perecíveis, focando as categorias de Fruta, Vegetais, Flores, Padaria, Talho e Peixaria.

A Biedronka Management Academy deu continuidade aos programas de formação para gerentes e gerentes-adjuntos de loja, tendo revisto o seu programa e procurando desenvolver competências relacionadas com a liderança e desenvolvimento de equipas, e foco na concretização de objectivos.

Em parceria com a Kozminsky University, a 3.ª edição do Programa Geral de Gestão dirigido a *managers* e *senior managers* visou o aprofundamento do conhecimento nas áreas de Liderança, Gestão, Finanças, Logística e Marketing.

A plataforma de *e-learning* “*Biedronka Virtual School*” abrangeu mais de 2.700 colaboradores, permitindo o contacto com conteúdos formativos no local de trabalho.

Na Colômbia, merece destaque a parceria com o CESA – Colegio de Estudios Superiores de Administración, para o desenvolvimento do Programa de Gestão de Retalho, visando o aprofundamento do conhecimento do negócio e uma maior sensibilização para os desafios futuros da Ara. Destaca-se, ainda, o reforço das competências dos formadores internos, através de um programa de formação de formadores.

A Ara desenvolveu, ainda, diversas formações adaptadas às necessidades do negócio como marketing, employer branding, gestão de categorias de produtos, qualidade, recrutamento, aspectos legais, e e-commerce, entre outras.

Em 2017, o esforço de investimento global na formação teve como resultado um crescimento de 17% do volume de formação face ao ano anterior, a que corresponde um total de 63.478 acções realizadas. A redução do número de acções de formação face ao ano passado, corresponde ao trabalho desenvolvido ao nível da melhoria na gestão da formação dada aos colaboradores, o qual se reflectiu no aumento do volume de formação.

Indicadores de Formação	2017	2016	Δ2017/2016
N.º Total de Acções	63.478	67.063	-5%
Volume de Formação *	4.630.703	3.954.810	+17%

* Volume de formação = n.º de horas realizadas X n.º de participantes em formação.

8.6. Programas de Inclusão no Mercado de Trabalho

Portugal tem sido pioneiro no Grupo ao nível da implementação de projectos de inclusão social e empregabilidade estabelecidos com diversos parceiros em três eixos essenciais de actuação: deficiência, situação de particular vulnerabilidade social, e pessoas migrantes e refugiadas. Em 2017, foram abrangidos 70 acolhimentos de formação em contexto prático de trabalho, alguns dos quais precederam contratação, nas Companhias Pingo Doce ou Recheio.

Destacam-se, a título de exemplo, as parcerias com o JRS - Serviço Jesuíta aos Refugiados, Arco Maior, Casa Pia de Lisboa, Vale de Acór, Academia do Johnson, Cercica – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Cascais, Focus CRL, APSA – Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger ou BIPP – Banco de Informação de Pais para Pais.

8.7. Segurança e Saúde no Trabalho

O Grupo preocupa-se com o bem-estar dos seus colaboradores, através da disponibilização de infraestruturas e de equipamentos seguros, e da dinamização de campanhas de segurança assentes no reforço de uma cultura de prevenção dos comportamentos associados a riscos de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Em Portugal, sob o mote “Segurança ou Consequência”, lançou-se a campanha de Segurança e Saúde no Trabalho, subordinada ao tema da movimentação de cargas. Esta campanha assentou em três pilares: formação, sensibilização e promoção do tema nas equipas. Os Delegados de Segurança, colaboradores a quem são confiadas as especiais responsabilidades de formar os seus colegas e sensibilizá-los para a importância da adopção de boas práticas, foram os embaixadores desta campanha.

Desenvolveram-se ainda outras actividades destinadas a alcançar melhorias na segurança e saúde dos colaboradores, destacando-se acções de avaliação dos riscos psicossociais e ergonómicos, assim como acções de formação, simulacros e auscultação dos colaboradores nas temáticas de segurança.

Para além de exames médicos de vigilância da saúde, realizaram-se diversos rastreios, com o objectivo de alertar para a importância dos cuidados preventivos e divulgar práticas saudáveis.

Procurando-se uma gestão integrada e otimizada do sistema de saúde no trabalho, foi lançada a plataforma informática JM Care, com vista à gestão dos exames médicos, auditorias aos postos de trabalho e gestão de programas de promoção da saúde no trabalho.

Na Polónia, registou-se uma redução na frequência e gravidade dos acidentes de trabalho, reflexo da implementação do programa de prevenção das causas mais comuns de acidentes de trabalho, denominado “3 Areas of Particular Hazard”: movimentação em loja, manipulação de trolley e utilização de cutelaria.

A certificação da Biedronka segundo a norma OHSAS 18001 Sistemas de Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional, pela Det Norske Veritas, faz da insígnia a única retalhista do mercado polaco com esta distinção e confirmando o elevado grau de segurança das operações do Grupo através de auditorias externas.

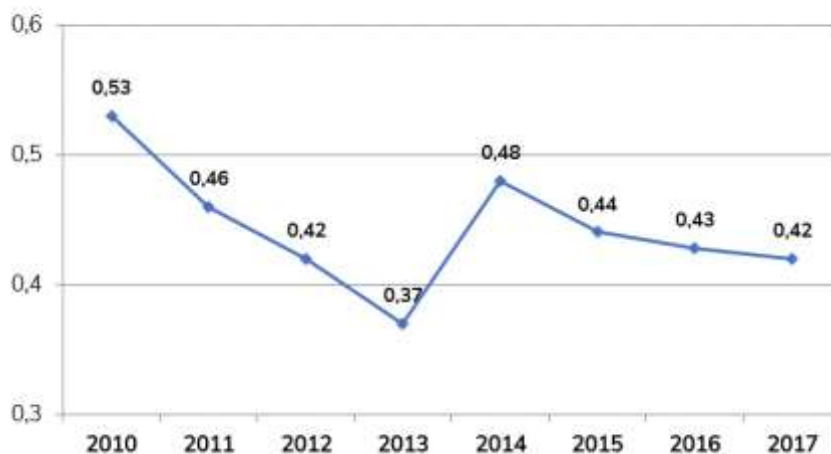
Em 2017, Jerónimo Martins decidiu distinguir as lojas que demonstraram especial atenção aos temas relacionados com a cultura de segurança e envolvimento dos colaboradores.

Realizou-se o evento “Nationwide First Aid Competitions”, para equipas de salvamento em parceria com o Serviço Estatal de Combate a Incêndios, para além das iniciativas regulares de formação, informação e documentação, entre outras.

Na Colômbia, foi reforçada a formação e informação junto das áreas operacionais verificando-se uma redução do índice de gravidade.

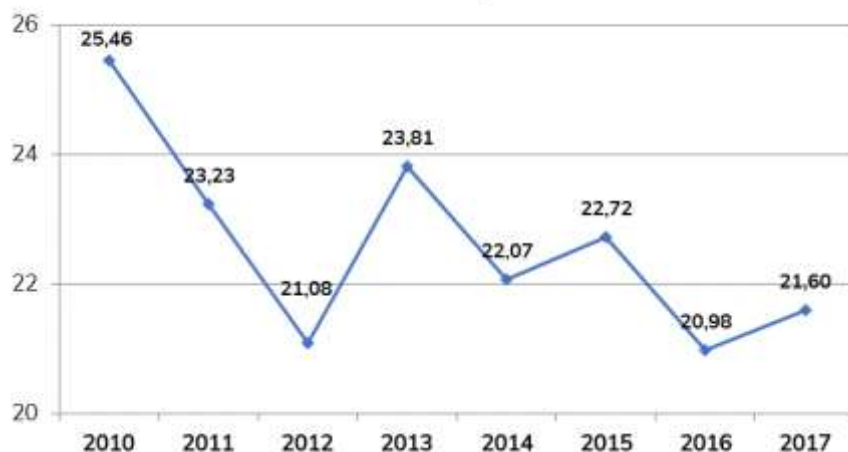
Indicadores Agregados de Segurança e Saúde

Índice de Gravidade



Índice de Gravidade = (Total de dias perdidos resultantes de acidentes que tenham ocorrido no local de trabalho com dias perdidos e aceites pela companhia de seguros / Total de Horas Trabalhadas) x 10³

Índice de Frequência



Índice de Frequência = (Total Nº de Acidentes que tenham ocorrido no local de trabalho com dias perdidos e aceites pela companhia de seguros + Nº Mortes que tenham ocorrido no local de trabalho) / Total de Horas Trabalhadas x 10⁶

Âmbito	Horas de Formação	Simulacros	Auditorias
Portugal	16.230	227	687
Polónia	33.940	1.972	837
Colômbia	11.899	215	438

Adicionalmente, em 2017, o Grupo realizou 27.666 exames de saúde em Portugal, 78.548 na Polónia e 4.592 na Colômbia, no âmbito das disposições legais em matéria de saúde no trabalho.

8.8. Responsabilidade Social Interna

A Responsabilidade Social Interna, que se materializa no apoio aos colaboradores e suas famílias, faz parte da estratégia do Grupo. Actuando nas áreas específicas da Saúde, Educação e Bem-Estar Familiar, os diferentes programas implementados em Portugal e na Polónia têm permitido reforçar o apoio ao mais importante activo de Jerónimo Martins: as pessoas.

Na Polónia, uma parte substancial do valor investido nestes programas é suportada pelo Fundo Social, em cumprimento das disposições legais em vigor.

8.8.1. Saúde

A Saúde continua a ser uma das áreas com maior investimento, sendo desenvolvidos programas que preencham ausências de resposta dos Serviços Nacionais de Saúde, em Portugal e na Polónia. Em 2017, o Grupo investiu mais de 1,8 milhões de euros neste eixo.

Em Portugal, o programa "SOS Dentista" tem como objectivo apoiar os colaboradores com problemas de saúde oral que não tenham capacidade financeira para suportar os custos totais dos tratamentos dentários. Com três edições lançadas, abrangeu mais de 2.865 colaboradores. Em 2017, 818 colaboradores concluíram os seus tratamentos. Para os filhos de colaboradores, o programa "SOS Dentista Júnior" possibilitou a 99 crianças com idades entre os 7 e os 17 anos a conclusão dos seus tratamentos.

Através do programa "Famílias Especiais", apoiámos 41 crianças. Este programa visa oferecer às famílias com crianças e jovens com necessidades especiais terapias complementares (hidroterapia e

hipoterapia), terapias domiciliares (fisioterapia, terapia da fala e terapia ocupacional) e suporte ao cuidador.

Desenvolvido em parceria com a Fundação Champalimaud e a Cruz Vermelha Portuguesa, o programa "Mais Vida" tem como objectivo garantir resposta em situações de doença oncológica. Em 2017, acompanharam-se 41 pessoas no âmbito deste programa.

Na Polónia, com o programa "Razem Zadbajmy o Zdrowie" (Vamos Cuidar da Saúde Juntos), os colaboradores foram convidados a fazerem exames médicos gratuitos, acompanhados por um programa educacional e várias actividades relacionadas com a saúde e a boa forma, como por exemplo, competições de corrida e ciclismo. Em 2017, 2.841 colaboradores beneficiaram deste programa.

O programa "Mali Bohaterowie" (Pequenos-Heróis) é destinado aos colaboradores na Polónia cujos filhos sofrem de problemas de saúde. Podem solicitar-se subsídios que são destinados a serviços médicos, aquisição de medicamentos, produtos para cuidados pessoais ou equipamentos de reabilitação. Este programa destina-se a crianças com graves problemas de saúde e possuidores de certificado de deficiência, permitindo solicitar subsídios para equipamentos de reabilitação ou terapia, bem como, a frequência de campos de reabilitação/integração. No ano em análise, participaram no programa 191 crianças.

Outra iniciativa é o "Multisport Card", que decorre durante todo o ano. Através da atribuição de um cartão pré-pago, os colaboradores têm acesso a actividades desportivas e de lazer numa rede de mais de 3.500 instalações em toda a Polónia. É uma iniciativa que promove a saúde e a boa forma dos colaboradores. Em 2017, 9.116 colaboradores beneficiaram deste programa.

O programa "Wracaj do Zdrowia" (Recupere Rapidamente) foi lançado em 2017, visando apoiar financeiramente os colaboradores na recuperação de doenças graves, crónicas e que representem risco de vida. No primeiro ano do programa, 53 colaboradores foram apoiados.

8.8.2 Educação

A Educação mantém-se como um pilar estratégico para Jerónimo Martins. Neste sentido, prossegue o investimento em programas que procuram fazer a diferença na vida dos colaboradores, aplicando-se, em 2017, cerca de 1,4 milhões de euros.

Em Portugal, o programa "Bolsas de Estudo" disponibiliza apoio financeiro na prossecução dos estudos e finalização de um grau académico. As 100 bolsas concedidas anualmente destinam-se aos filhos dos colaboradores, aos colaboradores que se matriculam pela primeira vez e aos que já se encontram a frequentar um curso superior e não obtiveram apoio estatal. Desde o seu lançamento em 2012, Jerónimo Martins atribuiu 427 Bolsas de Estudo, 95 das quais em 2017.

O programa "Regresso às Aulas" incorpora várias iniciativas. Além de oferecer um Kit Escolar às crianças que entram no ensino primário, inclui descontos na compra de livros escolares, livros escolares gratuitos para famílias numerosas com baixos rendimentos, condições especiais para a aquisição de computador e um vale de 5 euros para compra de material escolar. Este ano, 827 crianças receberam o seu Kit Escolar.

Mais de 1.500 crianças participaram nos "Summer Camps", cujas actividades são adaptadas à idade dos participantes (e incluem crianças com necessidades especiais), abordando temas como o desporto, educação, arte ou cultura. Além das modalidades residencial e não-residencial, deu-se continuidade à iniciativa "Aventura em Inglaterra", uma experiência que inclui um curso de inglês e visitas turísticas e culturais naquele país.

Na Polónia, o programa "Do Szkoły z Biedronką" (Retorno às Aulas com a Biedronka) ajudou os filhos dos colaboradores no primeiro ano de aulas, oferecendo material escolar. Em 2017, 760 crianças foram beneficiadas. Este programa apoia, ainda, famílias com baixos rendimentos através de um cartão pré-pago, cujo montante do financiamento é calculado com base na situação socioeconómica do colaborador. 4.826 famílias tiveram acesso a este benefício em 2017.

O programa "Campos de Verão" é desenhado para oferecer actividades educacionais para ajudar a desenvolver a criatividade e os interesses das crianças. Destina-se a filhos de colaboradores (entre os 8 e os 12 anos) com baixo rendimento no agregado. Em 2017, participaram 1.142 crianças. O programa "Olá Biedronka", um acampamento de Verão com a duração de duas semanas, é destinado a adolescentes (entre os 14 e os 17 anos) permitindo a frequência de um curso de inglês. Durante este ano participaram neste programa 160 jovens.

8.8.3 Bem-Estar Familiar

Em Portugal, o "Fundo de Emergência Social" visa apoiar os colaboradores que têm necessidade económica comprovada ou se encontram num contexto social ou familiar de risco. O trabalho desenvolvido junto dos colaboradores e suas famílias é suportado por assistentes sociais que garantem uma resposta eficaz, rápida e profissional.

Este apoio encontra-se dividido em cinco áreas: alimentação, saúde, educação, aconselhamento jurídico e orientação financeira. Este ano foram apoiados 706 colaboradores, representando um investimento superior a 570.000 euros.

Também na Polónia, o programa "Możesz liczyć na Biedronkę" (Podes Contar com a Biedronka) destina-se aos colaboradores e suas famílias em situação de vulnerabilidade. Em 2017, foram concedidos apoios financeiros a 5.446 colaboradores.

O programa "Biedronka dla Seniora" (Séniors da Biedronka) destina-se aos colaboradores aposentados em situação financeira difícil devido à ausência de actividade profissional. Em 2017, foram apoiados 37 ex-colaboradores.

As iniciativas desenvolvidas no Dia da Criança e no Natal são implementadas em Portugal e na Polónia visando celebrar momentos especiais para os colaboradores. Em ambos os países, foram distribuídos 124.573 presentes. Ofereceram-se, ainda, 5.373 Kits Bebê aos colaboradores que foram pais, procurando suprir algumas despesas regulares nos primeiros dias de vida dos seus filhos.

Em 2017, o Grupo investiu cerca de 15,5 milhões de euros no pilar do Bem-Estar Familiar.

8.9. Retenção e Envolvimento com os Colaboradores

O Grupo tem como preocupação a auscultação regular dos seus colaboradores por forma a fomentar a participação e os níveis de envolvimento e compromisso com a Organização. Essa constituirá o barómetro de avaliação do sucesso das políticas e a identificação dos temas que deverão constituir o foco de atenção.

Neste sentido, foi construída uma abordagem global a esta auscultação que, em cada geografia, compreende dois momentos distintos: o *Global Survey*, aplicado a cada dois anos em todas as Companhias do Grupo, e o *Pulse Survey*, com periodicidade anual, destinado a auscultar uma amostra representativa de colaboradores.

Também a estratégia de comunicação interna constitui um instrumento valioso no alinhamento da cultura organizacional, princípios e valores, bem como na partilha das iniciativas, potenciando o orgulho de pertença à Organização.

A estratégia multicanal e o reforço da comunicação interna digital têm permitido chegar a um número crescente de colaboradores independentemente do seu local de trabalho ou da sua função, garantindo a sua informação e envolvimento relativamente aos desafios do negócio.

Volvido um ano sobre o lançamento da plataforma de intranet “Our JM”, a comunicação tem vindo a ser trabalhada e consolidada de modo a que os colaboradores possam ter um maior conhecimento das diferentes Companhias do Grupo, missão e pilares de actuação, bem como o acesso a conteúdos de interesse específico para cada país.

Em Portugal e na Polónia, e a partir de 2018 também na Colômbia, os Serviços de Atendimento ao Colaborador permitem o esclarecimento de questões laborais ou pedidos de apoio social, assegurando-se que o tratamento de tais contactos é efectuado de acordo com as garantias de confidencialidade. Estes serviços pretendem reforçar a relação de proximidade e confiança com os colaboradores.

Serviço de Atendimento aos Colaboradores		
	Nº. de Contactos / Procedimentos Iniciados	% de Procedimentos Concluídos
Portugal	18.418	98%
Polónia	5.087	94%

Na Colômbia, de acordo com a legislação aplicável, encontra-se estabelecido o Comité de Convivência Laboral, destinado à recepção e resolução de queixas de colaboradores, incluindo situações de alegada ou eventual discriminação.

O ano fica, ainda, marcado pelo lançamento do *Workplace Going Digital*, um projecto estratégico que tem como objectivo iniciar a transformação dos processos de trabalho no Grupo, fornecendo as ferramentas digitais necessárias à mudança, através das quais se pretende promover uma maior colaboração e comunicação, que resulte em ganhos de eficiência e produtividade.

9. Compromissos para 2015-2017

Pilares de actuação	Compromissos 2015-2017	Progresso
Promover a Saúde pela Alimentação	Prosseguir a melhoria do perfil nutricional dos produtos de Marca Própria, através da inovação e reformulação de produtos, e nas refeições de Meal Solutions.	<p>Cumprido. Entre 2015 e 2017, o Grupo evitou a entrada no mercado de:</p> <ul style="list-style-type: none"> 988 toneladas de gordura, incluindo saturada; 525 toneladas de açúcar; 164 toneladas de sal.
	Continuar a desenvolver programas de promoção da Dieta Mediterrânica e de sensibilização para a leitura de rótulos alimentares junto dos consumidores.	<p>Cumprido. Em Portugal, o Pingo Doce manteve a sua aposta na revista “Sabe Bem”, com 150 mil exemplares de tiragem média, dando destaque à confecção mais saudável dos produtos e à oferta da marca Pingo Doce.</p> <p>Na Polónia, no âmbito da promoção de informação sobre nutrição, a Biedronka desenvolveu em conjunto com o Instytut Żywności i Żywienia (Instituto de Alimentação e Nutrição Polaco) as campanhas “Wiesz Co Jesz” (Saiba o Que Come) e “Codziennie Bądź w Formie” (Em Forma Todos os Dias) para aconselhar os consumidores a fazerem as escolhas nutricionais mais saudáveis e lerem os rótulos de produtos.</p>
	Aumentar o número de referências da gama sem lactose e sem glúten, nos produtos de Marca Própria, em Portugal e na Polónia.	<p>Cumprido. Entre 2015-2017, lançaram-se na Polónia 77 produtos sem glúten ou sem lactose. Neste período, foram ainda lançados 48 produtos da gama Pura Vida, que se destina a públicos com necessidades e/ou preferências dietéticas específicas, como produtos sem adição de açúcar, sem glúten ou sem lactose.</p>
	Em Portugal, garantir que os produtos destinados a públicos infantis têm um perfil nutricional superior ao benchmark do mercado.	<p>Cumprido. Neste período lançaram-se produtos como a “Farinha Láctea Pêra Pingo Doce”, destinando-se a bebés a partir dos quatro meses de idade, não tendo glúten na sua composição e contendo leite de transição. O seu teor de açúcar é 9 p.p. inferior ao benchmark. No caso das “Bolsas de Fruta Pingo Doce”, estes produtos são feitos à base de puré de fruta, diferenciando-se do benchmark que utiliza concentrado. As “Bebidas de Soja Kids”, por seu turno, contêm vitaminas B1, E, D ou iodo, diferenciando-se dos benchmarks.</p>
	Em Portugal, na área de Meal Solutions, desenvolver e implementar informação nutricional.	<p>Cumprido. No âmbito da adaptação aos regulamentos nacionais e comunitários, as refeições das Meal Solutions foram rotuladas com informação relativa a perfis nutricionais, estando disponíveis para consulta a pedido do cliente, e foram ainda desenvolvidas peças de comunicação nas zonas de atendimento no sentido de divulgar os aspectos legalmente exigíveis ao nível dos alergénios.</p>
	Em Portugal, na área de Meal Solutions, testar refeições para consumidores com necessidades alimentares especiais ou que procurem outras opções alimentares.	<p>Cumprido. Durante o ano de 2016, aumentou-se a oferta de refeições dirigidas a consumidores vegetarianos ou que procuram opções mais saudáveis de sete referências para 12. Todas as semanas estão disponíveis nos Restaurantes e Take Away do Pingo Doce três pratos desta tipologia.</p>
	Em Portugal, continuar a desenvolver e implementar informação nutricional na Padaria.	<p>Cumprido. No âmbito da adaptação dos regulamentos nacionais e comunitários sobre perfis nutricionais e comunicação dos alergénios, o Pingo Doce rotulou os seus produtos de Padaria e Pastelaria pré-embalados e embalados a pedido dos clientes, com a informação necessária.</p>
Respeitar o Ambiente	Reduzir a pegada de carbono do Grupo em 2% no triénio 2015-2017 (por 1.000 € de vendas), face a 2014.	<p>Cumprido. Em 2017, a redução da pegada de carbono do Grupo (por 1.000 € de vendas) foi de 13,6%, face a 2014.</p>
	Reduzir anualmente o consumo de água e electricidade em 2% (face a igual parque de lojas em Portugal e Polónia).	<p>Parcialmente cumprido. Foram verificadas reduções nos consumos LFL para os três anos, em média, superiores a 2%:</p> <p>2017 – Água: -9,4%; Eletricidade: -3,1%.</p> <p>2016 – Água: -1,9%; Eletricidade: -1,2%.</p> <p>2015 – Água: -1,7%; Eletricidade: -2,5%.</p> <p>Os valores de 2015 e 2016 foram revistos de forma a refletirem também a evolução das vendas.</p>

Pilares de actuação	Compromissos 2015-2017	Progresso
	Reduzir a quantidade de resíduos enviados para aterro em 5 p.p. no triénio 2015-2017, face a 2014 (objectivo medido com o rácio quantidade de resíduos valorizados / quantidade total de resíduos).	Não cumprido. Em 2017, verificou-se um aumento da taxa de valorização em 2,2 p.p., face a 2014.
	Aumentar o número de locais com certificação ambiental (20 no mínimo).	Não cumprido. No final de 2017, existiam 19 CD com certificação ambiental ISO 14001. O número de CD em Portugal com a referida certificação manteve-se em quatro, uma vez que o CD Guardedeiras foi encerrado. Na Polónia são agora 15 os CD com a mesma certificação ambiental, estando a ser preparado o alargamento do âmbito para o 16º CD da Biedronka inaugurado no final de 2017.
Comprar com Responsabilidade	Em todas as insígnias, garantir a continuidade de compras de, no mínimo, 80% de produtos alimentares a fornecedores locais.	Parcialmente cumprido. Em 2017, todas as insígnias de Distribuição Alimentar, com excepção do Pingo Doce (77%), em Portugal, Polónia e Colômbia cumpriram este compromisso, comprando mais de 80% de produtos alimentares a fornecedores locais. Como um todo, as compras alimentares das companhias de distribuição alimentar do Grupo foram superiores a 89%.
	Continuar a introduzir certificados de sustentabilidade (certificações UTZ, Fairtrade, MSC, EU-Ecolabel ou outras) para pelo menos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Marca Própria (dois produtos); ▪ Frescos (quatro produtos). 	Cumprido. Em 2017 foram lançadas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ 15 novas referências com a certificação Marine Stewardship Council (MSC) (Biedronka); ▪ 13 referências com certificação biológica na Polónia, 11 na categoria Fruta & Vegetais e 2 referências Marca Própria (Biedronka); ▪ 13 referências com certificação Forest Stewardship Council (FSC) relativa a embalagem primária utilizada nos produtos (Pingo Doce); ▪ 13 referências com certificação UTZ para o ingrediente cacau (Biedronka); ▪ 3 referências Dolphin Safe em Portugal (Recheio); ▪ 2 referências de bebidas contendo café ou chá com certificação "Rainforest Alliance" (Biedronka); ▪ 1 referência de um produto contendo fibra de papel na sua composição com certificação PEFC (Biedronka).
	Reduzir, em 5%, a presença de óleo de palma no total de vendas de produtos de Marcas Próprias.	Cumprido. Verificou-se uma redução de 38% de óleo de palma nos produtos de Marca Própria e Perecíveis em 2017, face a 2014. Esta redução resulta, essencialmente, de uma substituição por óleos alimentares com um melhor perfil nutricional.
	Reduzir, em 5%, os produtos de soja, bovino e madeira e papel provenientes de países em risco de desflorestação.	Não cumprido. Em 2017, verificou-se uma redução, face a 2014, de 41% dos produtos de papel e madeira provenientes de países em risco de desflorestação e um aumento de soja e carne bovina de países em risco de desflorestação. Para mais detalhes sobre as acções do Grupo, nomeadamente o progresso em 2017, serão disponibilizadas informações em www.jeronimomartins.com e em www.cdp.net ao longo de 2018.
Apoiar as Comunidades Envolveres	Monitorização e divulgação dos impactos sociais resultantes dos apoios oferecidos, de acordo com o modelo London Benchmarking Group (LBG).	Cumprido. Os resultados foram divulgados pelo Grupo em www.jeronimomartins.com referentes a estes anos e em 2017 foram também incluídos no presente Capítulo.
	Em Portugal, iniciar pelo menos um projecto de investimento comunitário por ano, direccionado para crianças, jovens ou idosos provenientes de meios vulneráveis.	Parcialmente cumprido. Em 2016 e 2017, manteve-se o apoio ao projecto comunitário Academia do Johnson, iniciado em 2015. Em 2017 iniciou-se a parceria com a Pão a Pão – Associação para a Integração de Refugiados do Médio Oriente, na perspectiva de dar resposta à inclusão e empregabilidade de refugiados sírios.

Pilares de actuação	Compromissos 2015-2017	Progresso
	<p>Na Polónia, reforçar o envolvimento em projectos de cariz social, focados nas crianças, jovens e idosos provenientes de meios vulneráveis.</p>	<p>Cumprido. Foram mantidos vários projectos de cariz social, entre os quais o “Esperança para o Euro”, que pretende contribuir para o desenvolvimento de crianças institucionalizadas provenientes de famílias com dificuldades económicas. A Biedronka continuou a participar na plataforma Parceria para a Saúde em dois projectos: “Milk Start” e “O Pequeno-Almoço Dá Força”. Adicionalmente, foi lançado o projecto Zielona Kraina (Terra Verde) para a promoção de alimentação saudável nas escolas.</p>
	<p>Na Polónia, aprofundar o programa de combate à malnutrição infantil, no âmbito do projecto Partnerstwo dla Zdrowia (Parceria para Saúde):</p> <ul style="list-style-type: none"> - aumento do número de escolas em, pelo menos, 5% em cada ano lectivo. 	<p>Cumprido. Nesta plataforma multi-stakeholder, em 2017, o número de escolas envolvidas aumentou 6,3% face ao ano lectivo anterior para as 8.318, o que corresponde a mais de metade das escolas primárias do país. O programa abrangeu 275.758 crianças, um incremento de mais de 80 mil crianças desde 2016.</p>
	<p>Na Colômbia manter o apoio ao programa “Madres Comunitarias”, apoiando duas creches comunitárias, por cada loja Ara aberta.</p>	<p>Não cumprido. Os apoios regulares de géneros alimentares foram mantidos a 262 creches comunitárias em 2016, igual número face a 2015 apesar da expansão das lojas Ara, devido a uma redefinição do programa a nível governamental. Entre 2014 e 2016, foram abrangidas pela parceria entre a Ara e o ICBF um total de 3.668 crianças. Foram oferecidos mais de 14.750 cabazes alimentares durante este período, num valor superior a 179 mil euros, o equivalente a mais de 220 toneladas de alimentos doados.</p>
	<p>Na Colômbia, alargar o envolvimento em projectos sociais como as Aldeas Infantiles SOS Colombia e com a Abaco – Asociación de Bancos de Alimentos de Colombia para a doação de géneros alimentares.</p>	<p>Cumprido. O apoio ao projecto Aldeas Infantiles SOS Colombia tem sido alargado às regiões de expansão da Ara. Sendo um apoio indirecto, através do arredondamento voluntário do valor das compras dos clientes para esta causa, que superaram os 169 mil euros neste período, garantiu-se um apoio importante a crianças e jovens provenientes de milhares de famílias.</p> <p>O apoio à Abaco – Asociación de Bancos de Alimentos de Colombia materializou-se na doação de mais de 352 mil em excedentes alimentares neste três anos, que se estima terem chegado a uma média mensal de mais de 590 pessoas em 2017.</p>
<p>Ser um Empregador de Referência</p>	<p>No seguimento dos compromissos assumidos no triénio anterior e mantendo-se um contexto económico difícil e muito desafiante para as famílias dos colaboradores, particularmente em Portugal e na Polónia, manter-se-á o foco estratégico:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. na contínua melhoria das condições de trabalho dos colaboradores; ii. no suporte à qualidade de vida das nossas famílias, nas diferentes geografias onde operamos. 	<p>Cumprido. Em Portugal, foi lançado o Programa “SOS Dentista Júnior” em 2016, destinado aos filhos dos colaboradores com idades compreendidas entre os 7 e os 17 anos. Em 2017, 99 crianças concluíram os seus tratamentos. Estendeu-se também a todo o país o programa “Mais Vida”, dedicado ao apoio familiar do doente oncológico.</p> <p>Neste período foi dada continuidade a outros programas de apoio social a colaboradores em situação de vulnerabilidade como o “Mali Bohaterowie” (Pequenos-Heróis), destinado aos colaboradores na Polónia cujos filhos sofrem de problemas de saúde. Podem solicitar-se subsídios que são destinados a serviços médicos, aquisição de medicamentos, produtos para cuidados pessoais ou equipamentos de reabilitação, abrangendo 191 crianças em 2017. O Fundo de Emergência Social em Portugal tem estado disponível desde 2011 tendo apoiado, em 2017, 706 colaboradores.</p>


10. Compromissos para 2018-2020

Pilares de actuação	Compromissos 2018-2020
Promover a Saúde pela Alimentação	Prosseguir a melhoria do perfil nutricional dos produtos de Marca Própria, através da inovação e reformulação de produtos, e nas refeições de Meal Solutions.
	Continuar a desenvolver programas de promoção da Dieta Mediterrânica e hábitos nutricionais saudáveis com base em recomendações de especialistas locais e de sensibilização para a leitura de rótulos alimentares junto dos consumidores.
	Aumentar em 5% ao ano, face a 2017, o número de referências da gama sem lactose e sem glúten, nos produtos de Marca Própria, em Portugal e na Polónia.
	Em Portugal e na Polónia, desenvolver soluções alimentares sem proteína animal destinadas a consumidores com necessidades/preferências alimentares específicas.
	Em Portugal e na Polónia, garantir que os produtos destinados a públicos infantis têm um perfil nutricional superior ao benchmark do mercado.
	Em todas as geografias, manter a execução de análises de produtos de Marca Própria quanto às suas matérias-primas em laboratórios externos, assegurando a autenticidade das mesmas e combatendo a fraude alimentar.
	Em todos os países, garantir a utilização de rotulagem voluntária "Não OGM" para todas as referências potencialmente contendo ingredientes geneticamente modificados.
	Em todos os países, facilitar o consumo responsável por via da rotulagem voluntária nas dimensões nutricional e quanto a informação alcoólica.
	Em todos os países, facilitar junto dos consumidores a gestão das datas de validade dos produtos alimentares e combater o desperdício alimentar, através da adopção, sempre que possível face aos requisitos legais, de apenas uma data de validade presente nos rótulos de produtos.
	Respeitar o Ambiente
Reduzir anualmente o consumo de água em 2% (por 1.000 € de vendas).	
Reduzir anualmente o consumo de electricidade em 2% (por 1.000 € de vendas).	
Reduzir a quantidade de resíduos enviados para aterro em 5 p.p. no triénio 2018-2020, face a 2017.	
Concretizar, anualmente, pelo menos 20 projectos de ecodesign de embalagens em artigos de Marca Própria.	
Reduzir o desperdício alimentar do Grupo em 10% no triénio 2018-2020, face a 2016.	
Comprar com Responsabilidade	Aumentar o número de locais com certificação ambiental (25 no mínimo).
	Garantir que 80% das compras do Grupo Jerónimo Martins, de produtos alimentares, são realizadas a fornecedores locais.
	Continuar a introduzir certificados de sustentabilidade (e.g. UTZ, Fairtrade, MSC, ASC, RSPO, EU Ecolabel, EU Organic Label, etc.) para pelo menos 10 produtos de Marca Própria e Perecíveis.
	Contribuir para atingir o objectivo de Desflorestação Líquida Zero até 2020 tal como definido pelo The Consumer Goods Forum, nomeadamente através da gestão activa do óleo de palma, soja, carne bovina e madeira e papel.
	Realizar, anualmente, pelo menos 50 auditorias ambientais a fornecedores de Marca Própria e Perecíveis.
Apoiar as Comunidades Envolventes	Realizar, anualmente, pelo menos 40 auditorias ambientais a prestadores de serviços.
	Monitorização e divulgação dos impactos sociais resultantes dos apoios oferecidos, de acordo com o modelo London Benchmarking Group (LBG).
	Em Portugal, iniciar pelo menos um projecto de investimento comunitário por ano, direccionado para crianças, jovens ou idosos provenientes de meios vulneráveis.
	Na Polónia, reforçar o envolvimento em projectos de cariz social, focados nas crianças, jovens e idosos provenientes de meios vulneráveis.
	Na Polónia, expandir o programa de doações alimentares directamente das lojas para organizações não-governamentais locais. Até 2020, abranger 1.500 lojas.
Lançar em conjunto com a Caritas Polska, um programa de apoio a séniores vulneráveis, esperando-se impactar pelo menos 4.000 pessoas todos os anos.	
Na Colômbia, manter o envolvimento em projectos sociais como as Aldeas Infantiles SOS	

Pilares de actuação	Compromissos 2018-2020
	Colúmbia, e com a Abaco – Asociación de Bancos de Alimentos de Colúmbia para a doação de géneros alimentares.
Ser um Empregador de Referência	Melhoria contínua da qualidade de vida dos colaboradores através dos programas de responsabilidade social interna em todos os países onde nos encontramos presentes.
	Reforço contínuo dos programas de formação e informação a respeito do Código de Conduta dirigidos a todos os colaboradores da Organização, independentemente do seu local de trabalho ou função, promovendo o respectivo cumprimento.
	Promover a diversidade na atracção de talento.

11. Tabela de Indicadores

A tabela de indicadores abaixo é inspirada na metodologia da Global Reporting Initiative, G4 Index.

Nº.	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
G4-1	Declaração do principal responsável pela tomada de decisões da organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia de sustentabilidade.	Ver "Mensagem do Presidente".	---
G4-2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I – Informação sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção C. "Organização Interna".	---
G4-3	Denominação da Organização relatora.	Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	---
G4-4	Principais marcas, produtos e serviços.	Ver Cap. I. "O Grupo Jerónimo Martins".	---
G4-5	Localização da sede da Organização.	Rua Actor António Silva n.º 7 1649-033 Lisboa	---
G4-6	Número de países em que a Organização opera e onde se encontram as principais operações (ou países) que representam uma relevância específica para as questões de sustentabilidade.	Ver Cap. I. "O Grupo Jerónimo Martins".	---
G4-7	Tipo e natureza jurídica de propriedade.		
G4-8	Mercados abrangidos.		
G4-9	Dimensão da Organização relatora.		
G4-10	Mão-de-obra total. 	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência".	---
G4-11	Colaboradores abrangidos por Acordo Colectivo de Trabalho.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência".	Princípio 3 10
G4-12	Descrição da cadeia de fornecimento da Organização.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "A Nossa Abordagem".	---
G4-13	Principais alterações na Organização, durante o período de reporte, seja na dimensão, estrutura organizacional ou estrutura accionista ou na cadeia de fornecimento.	Não aplicável.	---
G4-14	Princípio da precaução da Organização.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I – Informação sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção C. "Organização Interna", subsecção III - Controlo Interno e Gestão de Riscos e Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor".	----
G4-15	Iniciativas que a Organização subscreve ou defende.	Ver canal "Sobre Nós", página "Organizações a que pertencemos" e canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Os Nossos Públicos" no website http://www.jeronimomartins.com .	---
G4-16	Participação significativa em associações e/ou organizações nacionais/ internacionais.	Ver Cap. I. "O Grupo Jerónimo Martins" e Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I – Informação Obrigatória Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade.	---
G4-17	Estrutura operacional da Organização e principais Direcções, subsidiárias e joint ventures.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Envolvimento com Stakeholders".	12
G4-18	Processo para a definição do conteúdo do relatório.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "A Nossa Abordagem" e subcapítulo 2. "Envolvimento com Stakeholders".	12
G4-19	Aspectos materiais para o relatório.	O Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor" demonstra o progresso do Grupo face aos aspectos materiais identificados, representando mais de 99% do volume de negócios do Grupo.	12
G4-20	Limitações dos aspectos materiais dentro da Organização.	Não aplicável.	---
G4-21	Limitações dos aspectos materiais fora da Organização.	Não aplicável.	---
G4-22	Alterações ou correcções à informação reportada	Não aplicável.	---

Nº.	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
	em relatórios anteriores e os motivos para estas alterações.		
G4-23	Alterações significativas no âmbito, limite ou métodos de cálculo aplicados.	Não aplicável.	---
G4-24	Grupos de stakeholders.		
G4-25	Base para a identificação e seleção dos stakeholders.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "A Nossa Abordagem" e subcapítulo 2. "Envolvimento com Stakeholders". Ver canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina	16
G4-26	Abordagens utilizadas para envolver os stakeholders.	"Os Nossos Públicos" no website http://www.jeronimomartins.com .	
G4-27	Questões e preocupações identificadas através do envolvimento com os stakeholders e a resposta da Organização.	O presente Relatório Anual do Grupo Jerónimo Martins abrange o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017.	12
G4-28	Período abrangido para as informações apresentadas no relatório.	O Relatório Anual do Grupo Jerónimo Martins anterior ao presente refere-se ao ano de 2016.	12
G4-29	Data do último relatório publicado.	O Relatório de Responsabilidade Corporativa (incluído no Relatório & Contas) é anual.	12
G4-30	Ciclo de publicação de relatórios.	comunicacao@jeronimo-martins.com .	12
G4-31	Contacto para perguntas referentes ao relatório ou ao seu conteúdo.	A informação contida e assinalada nesta tabela foi submetida a verificação por uma entidade externa – PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	12
G4-33	Política e prática actual relativa à procura de um processo independente de garantia de fiabilidade que acompanha o Relatório de Sustentabilidade.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I – Informação Obrigatória Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade.	16
G4-34	Modelo de governace da Organização.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Obrigatória Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secções A e B.	16
G4-35	Processo de delegação de competências para temas económicos, ambientais e sociais do órgão de governo com maior nível de responsabilidade para responsáveis executivos e outros colaboradores.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Obrigatória Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secções A e B.	16
G4-36	Reportar se a Organização atribuiu a responsabilidade pelos temas económicos, sociais e ambientais a um responsável executivo e se os cargos de Direcção reportam directamente para o órgão de Governo com maior responsabilidade.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Envolvimento com os Stakeholders".	16
G4-37	Processos de auscultação entre os stakeholders e Órgãos de Governo com maior nível de responsabilidade em temas ambientais, sociais e económicos. Caso a auscultação seja delegada, descrever para quem é efectuada a delegação e o feedback concedido para o Órgão de Governo com mais responsabilidade.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Obrigatória Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secções A e B.	16
G4-38	Composição dos órgãos de governo mais elevados e os seus comités.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Obrigatória Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção A.	16
G4-39	Reportar se o cargo de Chairman é acumulado com responsabilidades executivas (caso aplicável, explicar as razões que levam à acumulação das responsabilidades).	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Obrigatória Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secções A e B.	16
G4-40	Processos e critérios para a determinação das qualificações e competências exigidas aos membros do órgão de governo hierarquicamente mais elevado.	Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta e o Código de Conduta de Fornecedores no website http://jeronimomartins.com . Ver canal "Investidor", página "Governo da Sociedade", subpágina "Comissões Especializadas" no website http://jeronimomartins.com .	16
G4-41	Processos para evitar a ocorrência de conflitos de interesses.		

Nº.	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
G4-42	Papel dos órgãos mais altos de administração.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Obrigatória Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secções A, B e C.	16
G4-43	Medidas para desenvolvimento e aumento de conhecimento global dos órgãos de gestão relativamente aos tópicos ambientais, sociais e económicos.	O Grupo realiza actividades (ex.: Conferência de Sustentabilidade do Grupo, newsletters internas e relatórios de progresso) que permitem aos seus órgãos de gestão um maior conhecimento sobre os tópicos relacionados com o desenvolvimento sustentável. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor".	16
G4-44	Processos para a avaliação do desempenho do órgão de governança hierarquicamente mais elevado, especialmente em relação ao desempenho económico, ambiental e social.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Obrigatória Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção D.	16
G4-45	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na identificação e gestão de impactos, riscos e oportunidades derivados de questões económicas, ambientais e sociais.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Obrigatória Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção C.	16
G4-46	Papel do órgão de governança na revisão da eficiência dos processos de gestão de risco dos tópicos ambientais, sociais e económicos.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Obrigatória Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção C.	16
G4-47	Frequência com que o mais alto órgão de governança analisa impactos, riscos e oportunidades derivados de questões económicas, ambientais e sociais.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Obrigatória Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção C.	16
G4-48	Órgão máximo/comité responsável pela aprovação do Relatório de Sustentabilidade e revisão dos temas materiais.	A responsabilidade pela aprovação do Relatório de Responsabilidade Corporativa, incluído no Relatório e Contas Anual é da Assembleia Geral de Accionistas.	16
G4-49	Processo de comunicação de temas críticos ao mais alto cargo de governação.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Obrigatória Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade.	16
G4-51	Políticas de Remuneração dos altos cargos de gestão.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Obrigatória Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção D.	Princípio 6 8
G4-52	Processo de atribuição de remuneração.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Obrigatória Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção D.	Princípio 6 8
G4-53	Consideração dos interesses dos stakeholders em matéria de remuneração.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Obrigatória Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção D.	8
G4-56	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da Organização.	Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta e o Código de Conduta de Fornecedores no website http://www.jeronimomartins.com .	Princípio 2
G4-57	Mecanismos internos e externos para o reporte de conselhos sobre o comportamento ético e legal, e questões relacionadas com a integridade organizacional.	Ver canal "Investidor", página "Governo da Sociedade", subpágina "Comissões Especializadas" no website http://www.jeronimomartins.com .	Princípio 10 16
G4-58	Mecanismos internos e externos de reporte de preocupações sobre o comportamento antiético ou ilegal, e questões relacionadas com a integridade organizacional.	Ver canal "Investidor", página "Governo da Sociedade", subpágina "Comissões Especializadas" no website http://www.jeronimomartins.com .	Princípio 10 16
G4-EC1	Valor económico directo gerado e distribuído.	Ver Cap. III. "Demonstrações Financeiras Consolidadas" e indicador G4-EC7.	8
G4-EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da Organização, devido às alterações climáticas.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Obrigatória Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção C. "Organização Interna".	13
G4-EC3	Cobertura das obrigações em matéria de plano de benefícios da Organização.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Obrigatória Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção D. Ver Cap. III. "Demonstrações Financeiras Consolidadas".	---






















Nº.	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
G4-EC4	Benefícios financeiros significativos, recebidos pelo governo.	O Grupo Jerónimo Martins não recebeu nenhum apoio financeiro significativo dos governos português, polaco ou colombiano durante o exercício de 2017.	16
G4-EC6	Proporção de colaboradores para cargos seniores contratados localmente.	82% dos colaboradores com cargos seniores são contratados localmente.	Princípio 6 10
G4-EC7	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estruturas e serviços fornecidos.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 7.2. "Gestão da Política". Ver canal "Responsabilidade", página "Apoiar as Comunidades Envolventes" no website http://www.jeronimomartins.com .	2
G4-EC8	Impactos económicos indirectos significativos, inclusive a extensão dos impactos.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade".	8 10
G4-EC9	Política, práticas, e proporção das despesas em fornecedores locais, em unidades operacionais importantes.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.5. "Principais Consumos de Materiais".	Princípio 7 12
G4-EN1	Consumo de materiais por peso ou volume.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.5. "Principais Consumos de Materiais".	---
G4-EN2	Percentagem de materiais usados provenientes de reciclagem.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas".	Princípio 7 7
G4-EN3	Consumo de energia dentro da organização.	Este indicador é apresentado sobre a forma de CO ₂ e no âmbito do cálculo da Pegada Carbónica do Grupo - emissões de âmbito 3. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas". Inclui o consumo de combustível das viagens aéreas, a energia consumida nas lojas <i>franchising</i> e o consumo de combustível no transporte de mercadorias entre os Centros de Distribuição e as lojas.	Princípio 7 7
G4-EN4	Consumo de energia fora da organização.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas".	Princípio 7 7
G4-EN5	Intensidade energética.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas".	Princípio 7 7
G4-EN6	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.4. "Gestão de Resíduos".	Princípio 7 6
G4-EN7	Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas".	Princípio 7 6
G4-EN8	Total de consumo de água segmentado por fonte.	Não aplicável. Mais de 93% do total de água consumida pelo Grupo é proveniente da rede municipal. Para operações menos exigentes em termos de qualidade da água (ex., rega e sistemas de refrigeração), o Grupo detém as licenças necessárias.	6
G4-EN9	Recursos hídricos significativamente afectados pelo consumo de água.	Inferior a 1%.	Princípio 7 6
G4-EN10	Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada.	As infraestruturas do Grupo Jerónimo Martins cumprem os requisitos legais em matéria ambiental e, na sua grande maioria, estão contextualizadas em malha urbana. No âmbito particular do Agro-Alimentar, o Grupo detém propriedades pontualmente localizadas ou próximas da Rede Ecológica Nacional, colaborando com as entidades governamentais no sentido de assegurar a sua conservação.	14 15
G4-EN11	Localização em áreas protegidas ou adjacentes.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.2. "Biodiversidade".	Princípio 7 14 15
4-EN12	Impactes na biodiversidade.	Não aplicável às actividades do Grupo em	
G4-	Habitats protegidos ou restaurados.		

Nº.	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
EN13		2017. Não obstante, o Grupo participa num conjunto de iniciativas de conservação de habitats e ecossistemas como o Green Heart of Cork, da WWF e os Eco-Locais, da LPN.	
G4-EN14	Número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afectadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.2. "Biodiversidade" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Compromisso: Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	
G4-EN15	Emissões Directas de Gases com Efeito de Estufa (Âmbito 1).		Princípio 7 13
G4-EN16	Emissões Indirectas de Gases com Efeito de Estufa (Âmbito 2).		
G4-EN17	Outras Emissões Indirectas de Gases com Efeito de Estufa (Âmbito 3).		
G4-EN18	Intensidade das Emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE).		
G4-EN19	Iniciativas de redução das emissões de gases com efeito de estufa e redução alcançada ³⁰ .		
G4-EN20	Emissões de substâncias destruidoras de ozono, por peso.	Em 2017 verificou-se a emissão de 6,55 kg de CFC-11 eq., associado à utilização dos gases R22 e R141b, em equipamentos de ar condicionado na Colômbia que fazem parte do imobilizado de lojas adquiridas. Estes representam cerca de 0,8% do total deste tipo de equipamentos utilizados nas Companhias do Grupo.	13
G4-EN21	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas.	Este aspecto não é material. Pequenas quantidades são emitidas pela combustão de combustíveis fósseis (uso de combustível no local para operação de equipamentos, geradores de emergência e aquecimento e frota de empresas de veículos leves).	
G4-EN22	Total de efluentes líquidos classificados por qualidade e por destino.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor"; subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.4. "Gestão de Resíduos".	Princípio 7 15
G4-EN23	Quantidade total de resíduos por tipo e por método de tratamento.		
G4-EN24	Número e volume total de derrames significativos.	Em 2017, não ocorreram derrames com impactes ambientais significativos.	
G4-EN25	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia – Anexos I, II, III, VIII e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional.	Este aspecto não é material. Nenhuma das actividades referidas é assegurada pelas empresas do Grupo Jerónimo Martins.	15
G4-EN26	Identidade, dimensão, estatuto de protecção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respectivos habitats, afectados de forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial.	Este aspecto não é material, uma vez que tem uma expressão residual nas actividades do Grupo (inferior a 3%). Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas".	14
G4-EN27	Mitigação dos impactes ambientais de produtos e serviços.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Compromisso: Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	Princípio 7 14
G4-EN28	Percentagem recuperada dos produtos vendidos e das suas respectivas embalagens.	Este aspecto não é material. Não obstante, o Grupo promove a recolha de resíduos de clientes nas suas lojas encaminhando-os para valorização. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.4. "Gestão de Resíduos".	12


³⁰ A verificação incidiu apenas sobre a redução de emissões de gases com efeito de estufa alcançada.

Nº.	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
G4-EN30	Impactes ambientais significativos resultantes do transporte.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas".	---
G4-EN31	Total de gastos e investimentos ambientais.	O Grupo tem feito investimentos significativos no suporte e melhoria do seu desempenho ambiental, nomeadamente no investimento de sistemas de refrigeração natural, eficiência energética, energias renováveis, recolha de resíduos de clientes para valorização e projectos de apoio à conservação de biodiversidade.	Princípio 7
G4-EN32	Fornecedores avaliados de acordo com critérios ambientais.	 Em 2017, o Grupo auditou 259 novos fornecedores. Estes foram todos avaliados também na componente ambiental. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.5. "Auditorias a Fornecedores".	Princípio 8 12
G4-EN33	Impactes ambientais negativos na cadeia de abastecimento e acções tomadas.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.2. "Biodiversidades" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.5. "Auditorias a Fornecedores".	7
G4-EN34	Número de queixas e reclamações ambientais protocoladas, processadas e solucionadas por meio de um mecanismo formal.	O total de reclamações ambientais registadas é inferior a 1%.	---
G4-LA2	Benefícios para colaboradores a tempo inteiro que não são atribuídos aos colaboradores temporários ou a tempo parcial.	Todos os benefícios são aplicados a colaboradores, independentemente da sua situação contratual.	8 10
G4-LA4	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação colectiva.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "Princípios e Valores".	8 10
G4-LA6	Tipo de lesões, dias perdidos, índice de absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho, discriminados por género.	Os indicadores agregados de saúde e segurança no trabalho, quanto aos índices de frequência e gravidade, estão disponíveis no Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.7 "Saúde e Segurança no Trabalho".	Princípio 1 8 10
G4-LA7	Colaboradores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas com a sua ocupação.	Este aspecto não é material.	---
G4-LA8	Aspectos de saúde e segurança abrangidos por acordos formais com sindicatos.	Não aplicável.	---
G4-LA9	Média de horas de formação, por ano, por colaborador, discriminadas por categoria de funções.	O número de acções de formação e o respectivo volume pode ser consultado no Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.5. "Formação".	Princípio 6 8 10
G4-LA10	Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor"; subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.5. "Formação".	Princípio 6 8 10
G4-LA11	Percentagem de colaboradores que recebem regularmente avaliação de desempenho.	Todos os colaboradores estão abrangidos pelo processo de avaliação de desempenho, de acordo com os critérios definidos internamente.	---
G4-LA12	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade.	 A equipa Jerónimo Martins está descrita no Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.1. "Introdução".	8 10
G4-LA14	Fornecedores avaliados com base em critérios relativos a práticas laborais.	 Em 2017, o Grupo auditou 259 novos fornecedores de Marca Própria e Percíveis. Estes foram também avaliados nas componentes relativas a práticas laborais (ex.: existência e utilização de vestuário adequado, de equipamentos de lavagem de mãos, regras	Princípio 2 8 10

N.º	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
		de conduta e higiene pessoal, existência e condições de áreas sociais, vestiários e instalações sanitárias para colaboradores e o controlo de administração de formação adequada ao exercício da função).	
G4-LA15	Impactos sociais negativos na cadeia de abastecimento e acções tomadas.	 Em 2017, foram auditados 1.356 fornecedores de Marca Própria e Perecíveis. Destes, 23 (1,7%) foram identificados como tendo práticas laborais com impactes negativos (ex: inexistência e/ou má utilização de vestuário adequado, de equipamentos de lavagem de mãos, incumprimento de regras de conduta e higiene pessoal, entre outros), em que 16 (70% das não conformidades) se comprometeram a implementar medidas de correcção. Dos 7 (30% das não conformidades) remanescentes, o Grupo terminou a relação comercial por incumprimento de um conjunto de aspectos, nos quais também se incluem os relacionados com os aspectos laborais.	Princípio 1
G4-HR1	Acordos de investimento e contratos com cláusulas de direitos humanos.	Os contratos celebrados com novos fornecedores implicam o conhecimento e adesão ao Código de Conduta de Fornecedores do Grupo Jerónimo Martins. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.3. "Compromisso: Direitos Humanos e do Trabalhador".	Princípio 2  
G4-HR2	Formação em políticas e práticas de Direitos Humanos.	O Grupo desenvolve acções de formação sobre o seu Código de Conduta, que inclui aspectos de Direitos Humanos, nas suas Companhias. Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta no website http://www.jeronimomartins.com .	Princípio 1  
G4-HR4	Operações e fornecedores identificados com risco de violação do direito de liberdade de associação e negociação colectiva, e medidas tomadas.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "Princípios e Valores" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.3. "Compromisso: Direitos Humanos e do Trabalhador".	Princípio 3  
G4-HR5	Operações e fornecedores identificados com risco de trabalho infantil, e medidas tomadas.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "Princípios e Valores" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.3. "Compromisso: Direitos Humanos e do Trabalhador".	Princípio 5  
G4-HR6	Operações e fornecedores identificados com risco de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo, e medidas tomadas.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "Princípios e Valores" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.3. "Compromisso: Direitos Humanos e do Trabalhador".	Princípio 4  
G4-SO1	Envolvimento com a comunidade local.	 Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 7.2. "Gestão da Política".	
G4-SO3	Unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I – Informação sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção C. "Organização Interna".	
G4-SO4	Formação em políticas e práticas anti-corrupção.	O Grupo desenvolve acções de formação sobre o seu Código de Conduta, que inclui aspectos de práticas anti-corrupção nas suas Companhias. Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de	Princípio 10 

Nº.	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
		Conduta no website http://www.jeronimomartins.com .	
G4-SO6	Valor total de contribuições políticas por país e beneficiário.	As empresas do Grupo Jerónimo Martins não apoiam partidos políticos ou os seus representantes, nem contribuem financeiramente para grupos que possam apoiar interesses partidários. Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta no website http://www.jeronimomartins.com .	
G4-PR1	Avaliação dos impactes dos produtos na saúde e segurança.	 Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Promover a Saúde pela Alimentação" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", subsecção 6.5. "Auditorias a Fornecedores".	
G4-PR3	Rotulagem de produtos e serviços.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 4.2. "Qualidade e Diversidade" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", subsecção 6.4. "Compromisso: Produção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	
G4-PR6	Venda de produtos banidos ou sob disputa.	Não aplicável. Jerónimo Martins não vende qualquer tipo de produto contestado ou banido, nas geografias onde opera.	
---	Prosseguir a melhoria do perfil nutricional dos produtos de Marca Própria, através da inovação e reformulação de produtos, e nas refeições de Meal Solutions.	 Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 4.2. "Qualidade e Diversidade".	 
---	Cálculo do consumo de commodities de desflorestação nos produtos de Marca Própria e Perecíveis em 2017.	 Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", subsecção 6.4. "Compromisso: Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	  
---	Reduzir, em 5%, a presença de óleo de palma no total de vendas de produtos de Marcas Próprias.	 Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", subsecção 6.4. "Compromisso: Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	  
---	Reduzir, em 5%, os produtos de soja, bovino e madeira e papel provenientes de países em risco de desflorestação.	 Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", subsecção 6.4. "Compromisso: Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	  
---	Monitorização e divulgação dos impactos sociais resultantes dos apoios oferecidos, de acordo com o modelo London Benchmarking Group (LBG).	 Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 7.2. "Gestão da Política". Ver canal "Responsabilidade", página "Apoiar as Comunidades Envolventes" no website http://www.jeronimomartins.com .	

Legenda:

 Indicador submetido a verificação externa.

Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

- | | |
|---|---|
| 1 Erradicar a pobreza | 10 Reduzir as desigualdades |
| 2 Erradicar a fome | 11 Cidades e comunidades sustentáveis |
| 3 Saúde de qualidade | 12 Produção e consumo sustentáveis |
| 4 Educação de qualidade | 13 Acção climática |
| 5 Igualdade de género | 14 Proteger a vida marinha |
| 6 Água potável saneamento | 15 Proteger a vida terrestre |
| 7 Energias renováveis e acessíveis | 16 Paz, justiça e instituições eficazes |
| 8 Trabalho digno e crescimento económico | 17 Parcerias para a implementação dos Objectivos |
| 9 Indústria, inovação e infraestruturas | |

Princípios do Pacto Global das Nações Unidas

Direitos Humanos

- Princípio 1: As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos, reconhecidos internacionalmente;
- Princípio 2: Garantir a sua não participação em violações dos direitos humanos.

Práticas Laborais

- Princípio 3: As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo à negociação coletiva;
- Princípio 4: A abolição de todas as formas de trabalho forçado e obrigatório;
- Princípio 5: Abolição efetiva do trabalho infantil;
- Princípio 6: Eliminação da discriminação no emprego.

Proteção ambiental

- Princípio 7: As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
- Princípio 8: Realizar iniciativas para promover a responsabilidade ambiental;
- Princípio 9: Encorajar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias amigas do ambiente.

Anticorrupção

- Princípio 10: As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS



Jerónimo Martins, SGPS, S.A.
Sociedade Aberta

Número comum de matrícula na Conservatória
do Registo Comercial e de Pessoa Colectiva: 500 100 144

Capital social 629.293.220 EUR

Rua Actor António Silva, N.º 7

1649 - 033 LISBOA

Demonstrações Financeiras Individuais

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	266
Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016	
DEMONSTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS	266
Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016	
BALANÇO	267
Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016	
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	268
Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016	
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	269
Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016	

Índice das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais	Página
1. Actividade.....	270
2. Políticas contabilísticas.....	270
3. Custos operacionais	279
4. Empregados	279
5. Custos financeiros líquidos	281
6. Locações operacionais	282
7. Impostos.....	282
8. Ganhos (perdas) em subsidiárias	285
9. Ganhos (perdas) em outros investimentos	285
10. Activos fixos tangíveis.....	285
11. Activos intangíveis	287
12. Propriedades de investimento	288
13. Partes de capital.....	289
14. Empréstimos concedidos	289
15. Activos financeiros disponíveis para venda.....	290
16. Devedores, acréscimos e diferimentos	290
17. Caixa e equivalentes de caixa	291
18. Caixa gerado pelas operações	291
19. Capital e reservas	291
20. Resultado por acção	292
21. Empréstimos obtidos	293
22. Provisões e ajustamentos ao valor de realização	294
23. Credores, acréscimos e diferimentos	294
24. Instrumentos financeiros derivados	295
25. Garantias.....	296
26. Contingências, activos contingentes e passivos contingentes.....	296
27. Subsidiárias e activos financeiros disponíveis para venda	297
28. Subsidiárias, joint ventures e associadas – participações directas e indirectas	297
29. Partes relacionadas.....	297
30. Informação sobre riscos financeiros	301
31. Informações adicionais exigidas por diplomas legais.....	302
32. Eventos subsequentes à data do balanço	303

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2017	2016
Prestações de serviços	29	21.069	20.797
Custo das prestações de serviços	3	(14.289)	(13.719)
Resultados brutos		6.780	7.078
Outros proveitos e ganhos operacionais	3	707	102
Custos administrativos	3	(17.880)	(10.737)
Outros custos e perdas operacionais	3	(12.469)	(7.511)
Resultados operacionais		(22.862)	(11.068)
Custos financeiros líquidos	5	(597)	(105)
Ganhos (perdas) em subsidiárias	8	569.220	360.002
Ganhos (perdas) em outros investimentos	9	197	(295)
Resultados antes de impostos		545.958	348.534
Imposto sobre o rendimento do exercício	7.1	(6.742)	2.111
Resultados líquidos		539.216	350.645
Resultado básico e diluído por acção - euros	20	0,858	0,558

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

DEMONSTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2017	2016
Resultados líquidos		539.216	350.645
Outros rendimentos integrais:			
Itens que não serão reclassificados para resultados			
Remensurações de benefícios pós emprego	4.2	(1.257)	(641)
Imposto relacionado	7.3	283	144
		(974)	(497)
Itens que poderão ser reclassificados para resultados			
Variação do justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	15	-	297
Imposto relacionado	7.3	-	(67)
		-	230
Outros rendimentos integrais, líquidos de impostos		(974)	(267)
Total de rendimentos integrais		538.242	350.378

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2017	2016
Activo			
Activos fixos tangíveis	10	1.137	725
Activos intangíveis	11	4.347	1.221
Propriedades de investimento	12	2.470	2.470
Partes de capital em subsidiárias	13	665.016	665.016
Empréstimos a subsidiárias	14	652.370	500.840
Activos financeiros disponíveis para venda	15	-	80
Impostos diferidos activos	7.3	4.677	5.600
Outros devedores	16	19.367	19.367
Total de activos não correntes		1.349.384	1.195.319
Imposto sobre o rendimento a recuperar	7.4	1.090	73
Empréstimos a subsidiárias	14	192.880	93.445
Devedores, acréscimos e diferimentos	16	17.535	15.288
Caixa e equivalentes de caixa	17	35.451	120.910
Total de activos correntes		246.956	229.716
Total do activo		1.596.340	1.425.035
Capital próprio e passivo			
Capital	19.1	629.293	629.293
Prémios de emissão	19.1	22.452	22.452
Acções próprias	19.2	(6.060)	(6.060)
Outras reservas	19.3	-	-
Resultados retidos	19.4	903.853	745.814
Total do capital próprio		1.549.538	1.391.499
Benefícios concedidos a empregados	4.2	18.899	18.745
Provisões para riscos e encargos	22	13.403	5.464
Impostos diferidos passivos	7.3	1.250	584
Total de passivos não correntes		33.552	24.793
Credores, acréscimos e diferimentos	23	13.249	8.743
Empréstimos obtidos	21	1	-
Total de passivos correntes		13.250	8.743
Total do capital próprio e do passivo		1.596.340	1.425.035

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	Capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Outras reservas	Resultados retidos	Total do capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2016		629.293	22.452	(6.060)	(230)	562.201	1.207.656
Variação do justo valor de activos financeiros disponíveis para venda							
- Valor bruto	15				297		297
- Imposto diferido	7.3				(67)		(67)
Remensurações de benefícios pós-emprego							
- Valor bruto	4.2					(641)	(641)
- Imposto diferido	7.3					144	144
Outros rendimentos integrais		-	-	-	230	(497)	(267)
Resultados do exercício de 2016						350.645	350.645
Total de rendimentos integrais		-	-	-	230	350.148	350.378
Pagamento de dividendos						(166.535)	(166.535)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016		629.293	22.452	(6.060)	-	745.814	1.391.499
Variação do justo valor de activos financeiros disponíveis para venda							
- Valor bruto	15						-
- Imposto diferido	7.3						-
Remensurações de benefícios pós-emprego							
- Valor bruto	4.2					(1.257)	(1.257)
- Imposto diferido	7.3					283	283
Outros rendimentos integrais		-	-	-	-	(974)	(974)
Resultados do exercício de 2017						539.216	539.216
Total de rendimentos integrais		-	-	-	-	538.242	538.242
Pagamento de dividendos	19.5					(380.203)	(380.203)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017		629.293	22.452	(6.060)	-	903.853	1.549.538

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2017	2016
Actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e outros devedores		22.896	23.696
Pagamentos a fornecedores e outros credores		(27.355)	(21.848)
Pagamentos ao pessoal		(16.343)	(12.796)
Caixa gerado pelas operações	18	(20.802)	(10.948)
Juros e custos similares pagos	5	(839)	(212)
Imposto sobre o rendimento		2.269	753
Fluxos de caixa de actividades operacionais		(19.372)	(10.407)
Actividades de investimento			
Alienação de partes de capital em subsidiárias	13	-	306.460
Reembolso de empréstimos e prest. suplem. capital concedidos a subsidiárias	14	12.595	53.595
Alienação de activos fixos tangíveis	10	-	2
Alienação de activos financeiros disponíveis para venda	15	187	-
Juros recebidos	8	1.840	4.636
Dividendos recebidos	8	567.309	280.000
Empréstimos e prestações suplementares de capital concedidos a subsidiárias	14	(263.560)	(184.530)
Aquisição de activos fixos tangíveis	10	(627)	(302)
Aquisição de activos intangíveis	11	(3.899)	(632)
Aquisição de outros activos financeiros		(105)	-
Fluxos de caixa de actividades de investimento		313.740	459.229
Actividades de financiamento			
Recebimentos relativos a empréstimos obtidos	21	1	-
Recebimentos de juros e proveitos similares	5	375	353
Reembolso de empréstimos obtidos	21	-	(161.852)
Pagamento de dividendos	19.5	(380.203)	(166.535)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		(379.827)	(328.034)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(85.459)	120.788
Movimento de caixa e outros equivalentes			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		120.910	122
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(85.459)	120.788
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17	35.451	120.910

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

1. Actividade

A Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (JMH) é a empresa-mãe do Grupo Jerónimo Martins (Grupo). A sua actividade consiste essencialmente na gestão do seu portefólio de investimentos. As actividades do Grupo e o seu desempenho durante o ano de 2017 encontram-se detalhados no Capítulo II deste Relatório Anual.

Sede Social: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033 Lisboa

Capital Social: 629.293.220 euros

Número Comum de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial e de Pessoa Colectiva: 500100144

JMH está cotada na Euronext Lisboa desde 1989.

Estas Demonstrações Financeiras Individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 27 de Fevereiro de 2018.

2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas estão descritas nas notas a estas Demonstrações Financeiras Individuais. As políticas contabilísticas identificadas nesta nota aplicam-se de forma transversal na preparação das Demonstrações Financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, excepto quando referido em contrário.

2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em milhares de euros (m EUR).

As Demonstrações Financeiras Individuais de JMH foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia (UE), à data de 31 de Dezembro de 2017.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas segundo o princípio do custo histórico excepto no que respeita às propriedades de investimento, activos financeiros ao justo valor através de resultados e aos activos financeiros disponíveis para venda, os quais se encontram registados ao respectivo justo valor.

A preparação de Demonstrações Financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e assunções que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da Gestão em relação aos eventos e acções correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da Gestão que as estimativas e assunções adoptadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos activos e passivos (nota 2.8).

Alteração de políticas contabilísticas e bases de apresentação

2.1.1 Novas normas, alterações e interpretações adoptadas por JMH

Em 2017 e 2018 foram emitidos pela UE os seguintes Regulamentos, os quais foram adoptados pela JMH desde 1 de Janeiro de 2017:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 1989/2017	IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Reconhecimento de Impostos Diferidos Sobre Perdas Não Realizadas (alterações)	Janeiro 2016	1 Janeiro 2017
Regulamento n.º 1990/2017	IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa: Iniciativa de Divulgação (alterações)	Janeiro 2016	1 Janeiro 2017
Regulamento n.º 182/2018	Ciclo 2014-2016 de melhorias às normas IFRS: IFRS 12 Divulgações de Interesses em Outras Entidades (alterações)	Dezembro 2016	1 Janeiro 2017

A JMH adoptou as alterações acima referidas, não havendo qualquer impacto significativo nas suas Demonstrações Financeiras Individuais.

2.1.2 Novas normas, alterações e interpretações adoptadas pela UE, mas sem aplicação efectiva aos exercícios iniciados a 1 de Janeiro de 2017 e não aplicadas antecipadamente

A UE adoptou entre Janeiro de 2016 e Fevereiro de 2018 um conjunto de normas e alterações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), a aplicar em períodos subsequentes:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 1905/2016	IFRS 15 Rédito de Contratos com Clientes (nova)	Maio 2014	1 Janeiro 2018
Regulamento n.º 2067/2016	IFRS 9 Instrumentos Financeiros (nova)	Julho 2014	1 Janeiro 2018
Regulamento n.º 1986/2017	IFRS 16 Locações (nova)	Janeiro 2016	1 Janeiro 2019
Regulamento n.º 1987/2017	IFRS 15 Rédito dos Contratos com Clientes: Clarificações (alterações)	Abril 2016	1 Janeiro 2018
Regulamento n.º 1988/2017	IFRS 4 Contratos de Seguro: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros juntamente com a IFRS 4 Contratos de Seguro (alterações)	Setembro 2016	1 Janeiro 2018
Regulamento n.º 182/2018	Ciclo 2014-2016 de melhorias às normas IFRS: IFRS 1 Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente (alterações)	Dezembro 2016	1 Janeiro 2018

Estas normas e alterações são de aplicação efectiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018, e não foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras Individuais. Não se espera que venham a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Individuais de JMH.

2.1.3 Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB e IFRIC mas ainda não adoptadas pela UE

O IASB emitiu, em 2014, 2016 e 2017 as seguintes normas, alterações e interpretações que se encontram ainda em processo de adopção pela UE:

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 14 Desvios Tarifários (nova)	Janeiro 2014	Data a determinar ¹
IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente: Venda ou contribuição de activos entre um investidor e a sua associada ou joint venture (alterações)	Setembro 2014	Data a determinar ²
IFRS 2 Pagamento com Base em Acções: Classificação e mensuração das transacções (alterações)	Junho 2016	1 Janeiro 2018
IFRIC 22 Transacções em moeda estrangeira e pagamentos antecipados (nova)	Dezembro 2016	1 Janeiro 2018
IAS 40 Propriedade de Investimento: Transferências (alterações)	Dezembro 2016	1 Janeiro 2018
IFRS 17 Contratos de Seguro (nova)	Mai 2017	1 Janeiro 2021
IFRIC 23 Incertezas quanto ao tratamento de impostos sobre o rendimento (nova)	Junho 2017	1 Janeiro 2019
IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Elementos de pré-pagamento com compensação negativa (alterações)	Outubro 2017	1 Janeiro 2019
IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente: Interesses de longo prazo em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente (alterações)	Outubro 2017	1 Janeiro 2019
Ciclo 2015-2017 de melhoria às normas IFRS: IFRS 3 Concentração de Actividades Empresariais; IFRS 11 Acordos Conjuntos; IAS 12 Impostos sobre o Rendimento e IAS 23 Custos de Empréstimos (alterações)	Dezembro 2017	1 Janeiro 2019

¹ A UE decidiu suspender o processo de aprovação desta norma intercalar e esperar pela norma definitiva.

² A UE decidiu suspender indefinidamente a aprovação destas alterações, tal como o IASB.

A Gestão está a avaliar o impacto da adopção futura destas novas normas, alterações e interpretações às normas já em vigor, não sendo expectável a esta data um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Individuais de JMH.

2.1.4 Alteração de políticas contabilísticas

Para além do acima referido, a JMH não alterou as suas políticas contabilísticas durante o exercício de 2017, nem foram apurados erros relativos aos exercícios anteriores, que obrigassem à reexpressão das Demonstrações Financeiras.

2.2 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (euro) à taxa de câmbio em vigor à data da transacção.

À data do balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor a essa data e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas como resultados do exercício, excepto quando se tratam de activos e passivos que sejam classificados como cobertura de fluxos de caixa, para os quais, as diferenças de câmbio resultantes são diferidas nos capitais próprios ou quando estas se relacionam com activos financeiros disponíveis para venda, que sejam instrumentos de capital próprio.

2.3 Partes de capital e empréstimos a subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais JMH tem controlo. JMH controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afectar esses retornos, através do seu poder sobre a entidade.

As partes de capital e os empréstimos concedidos a subsidiárias são registadas pelo valor de aquisição. São constituídos ajustamentos para perdas por imparidade nos casos em que se justifique, nomeadamente quando as participações financeiras registem deteriorações significativas ao nível da sua posição financeira, e os testes de imparidade realizados por JMH concluem que é necessário registar perdas de imparidade em relação às participações e outros activos líquidos (nota 2.5).

2.4 Activos financeiros

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço de JMH na data de negociação ou contratação, que é a data em que JMH se compromete a adquirir o activo. No momento inicial, os activos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para os activos ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados. Estes activos são desreconhecidos quando: i. expiram os direitos contratuais de JMH ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ii. JMH tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou iii. não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, JMH tenha transferido o controlo sobre os activos.

Os activos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido, quando, e só quando, JMH tenha o direito a compensar os montantes reconhecidos e tenha a intenção de liquidar pelo valor líquido.

JMH classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: i) activos financeiros ao justo valor através de resultados, ii) empréstimos e contas a receber e iii) activos financeiros disponíveis para venda. A sua classificação depende do propósito que conduziu à sua aquisição.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Um activo financeiro é reconhecido nesta categoria se foi classificado como detido para negociação ou se foi designado como tal no reconhecimento inicial. Os activos financeiros são detidos para negociação se forem adquiridos com a principal intenção de serem vendidos no curto prazo. Nesta categoria integram-se também os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de activos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem os montantes de rendimentos de juros e dividendos.

Empréstimos e contas a receber

Correspondem a activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações activo. São originados pelo decurso normal das actividades operacionais de JMH, no fornecimento de serviços, e sobre os quais JMH não tem intenção de negociar. Os empréstimos e contas a receber são subsequentemente mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo.

São incluídos no activo corrente, excepto para saldos com maturidades de mais de 12 meses da data de relato, os quais são classificados como activos não correntes.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: i. JMH tem intenção de manter por tempo indeterminado; ii. são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou iii. não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como activos não correntes excepto se houver intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data de balanço.

As partes de capital detidas que não sejam participações em empresas do Grupo, empresas controladas conjuntamente ou associadas são classificadas como activos financeiros disponíveis para venda e reconhecidas no balanço como activos não correntes.

Estes activos financeiros são contabilizados inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transacção. As variações de justo valor subsequentes são registadas directamente em Outras reservas até que o activo financeiro seja vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, momento em que o ganho ou perda acumulado, anteriormente reconhecido no capital próprio, é incluído no resultado líquido do período. Os dividendos de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do exercício na rubrica de ganhos em outros investimentos, quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

Os activos financeiros disponíveis para venda relativos a investimentos em instrumentos de capital são registados ao custo quando o seu justo valor não possa ser determinado com fiabilidade.

2.5 Imparidade

2.5.1 Imparidade de activos não financeiros

Exceptuando propriedades de investimento (nota 12) e impostos diferidos activos (nota 7.3), os activos de JMH, essencialmente as partes de capital em subsidiárias, são analisados à data de cada balanço por forma a detectar indicadores de eventuais perdas por imparidade. Se existirem indicadores, o valor recuperável do activo é avaliado.

Nos testes de imparidade a partes de capital em subsidiárias, os dados das avaliações para cálculo do valor de uso dos investimentos são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado em que opera cada uma das áreas de negócio. Baseiam-se em projecções de cash flows para os próximos cinco anos, tendo em atenção os planos de médio e longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

Anualmente é determinado o valor recuperável dos activos da JMH para os quais existem indicadores de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um activo excede a quantia recuperável, este é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos activos

A quantia recuperável de activos não financeiros corresponde ao valor mais alto entre o seu justo valor menos custos de venda e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso de um activo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do activo em questão.

A quantia recuperável dos activos, que por si só não geram fluxos de caixa independentes, é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respectiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações ou amortizações, que o activo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.5.2 Imparidade de activos financeiros

JMH analisa, a cada data de balanço, se existe evidência objectiva que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros se encontra em imparidade.

A quantia recuperável de contas a receber corresponde ao valor actual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como factor de desconto a taxa de juro efectiva implícita na operação original.

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respectiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade.

Empréstimos a subsidiárias

O teste de imparidade aos empréstimos a subsidiárias é realizado em simultâneo com o teste de imparidade às partes de capital em subsidiárias. O investimento considerado para efeitos de comparação com o valor de uso calculado é o montante do custo histórico das partes de capital e dos empréstimos concedidos. Apenas será reconhecida uma perda por imparidade em empréstimos a subsidiárias depois do montante correspondente à parte de capital estar totalmente coberto por um ajustamento para perdas por imparidade.

Activos financeiros disponíveis para venda

No caso de partes de capital classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no justo valor do instrumento abaixo do seu custo é considerado como um indicador que os activos se encontram em imparidade. Se alguma evidência semelhante existir para activos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, menos qualquer perda por imparidade do activo financeiro anteriormente reconhecida em resultados - é removida de capitais próprios e reconhecida na demonstração de resultados. Perdas por imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são revertidas através da demonstração dos resultados, a não ser no momento da sua alienação.

Clientes, devedores e outros activos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objectivos que JMH não irá receber todos os montantes a que tem direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- I. Análise de incumprimento;
- II. Dificuldades financeiras do devedor;
- III. Probabilidade de falência do devedor.

Os ajustamentos para perdas por imparidade são determinados pela diferença entre a quantia recuperável e o valor de balanço do activo financeiro e são registados por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes activos é reduzido para a quantia recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável, é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas por imparidade. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Quando os valores a receber de clientes ou de outros devedores que se encontram vencidos são objecto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.6 Reconhecimento de proveitos

Prestações de serviços

Os proveitos associados com as prestações de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transacção à data de balanço.

2.7 Informação por segmentos

Dada a actividade de gestão de participações financeiras desenvolvidas por JMH, o reporte da informação relativa a segmentos operacionais nas contas individuais de JMH não faz sentido. Esta informação encontra-se pormenorizada nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

2.8 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

Activos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

A determinação do justo valor das propriedades de investimento, assim como as vidas úteis dos activos, é baseada em estimativas da Gestão. A determinação da existência de perdas por imparidade destes activos tangíveis e intangíveis envolve também a utilização de estimativas. O valor recuperável e o justo valor destes activos é normalmente determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos, requerem julgamento significativo por parte da Gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

Justo valor de instrumentos financeiros

O justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado activo é determinado com base em métodos de avaliação. A utilização de metodologias de valorização requer a utilização de pressupostos, sendo que alguns deles requerem a utilização de estimativas. Desta forma, alterações nos referidos pressupostos poderiam resultar numa alteração do justo valor reportado.

Imparidade em partes de capital e empréstimos a subsidiárias

Em regra, o registo de imparidade num investimento de acordo com as IFRS é efectuado quando o valor de balanço do investimento excede o valor actual dos fluxos de caixa futuros. O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa estimados e a decisão de considerar a imparidade envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão em relação ao desenvolvimento futuro das suas subsidiárias. Na mensuração da imparidade, são utilizados preços de mercado, se disponíveis, ou outros parâmetros de avaliação, baseados na informação disponível das subsidiárias. No sentido de determinar se a imparidade existe, JMH considera a capacidade e a intenção de deter o investimento por um período razoável de tempo que seja suficiente para uma previsão da recuperação do justo valor até (ou acima) do valor de balanço, incluindo uma análise de factores como os resultados esperados da subsidiária, o enquadramento económico e o estado do sector.

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura. Os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Se as taxas utilizadas para o reconhecimento de impostos diferidos aumentarem em 1 p.p., o impacto nas contas de JMH seria o seguinte:

	Impacto nas contas de JMH	
	Demonstração dos resultados	Outros rendimentos integrais
Aumento da taxa em 1 p.p.	137	63

Um montante positivo significa um ganho nas contas de JMH.

Imparidade de clientes e devedores

Sempre que existem riscos de existência de perdas por imparidade de clientes e devedores, a Gestão mantém ajustamentos para perdas por imparidade, de forma a reflectir as perdas estimadas resultantes da incapacidade dos clientes de efectuarem os pagamentos nas datas previstas e nos montantes contratados. Ao avaliar a razoabilidade do ajustamento para as referidas perdas por imparidade, a Gestão baseia as suas estimativas numa análise do tempo de incumprimento decorrido dos seus saldos de clientes, a sua experiência histórica de abates, o histórico de crédito do cliente e mudanças nos termos de pagamento do cliente.

Se as condições financeiras do cliente ou devedor se deteriorarem, os ajustamentos para perdas por imparidade e os abates reais poderão ser superiores aos esperados.

Pensões e outros benefícios de longo prazo concedidos a empregados

A determinação das responsabilidades por pagamento de pensões e outros benefícios de longo prazo requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de benefício.

Na determinação da taxa de desconto apropriada, a Gestão considera as taxas de juro de obrigações corporativas com uma notação de crédito de 'AA' ou superior, dadas por reconhecidas agências internacionais de notação de crédito. Estas taxas são extrapoladas sempre que necessário ao longo da curva yield para corresponder com o termo expectável das responsabilidades com estes planos de benefício.

A definição dos critérios de escolha das obrigações corporativas a incluir na população de onde vai ser derivada a curva yield requer assumir pressupostos, sendo os mais significativos a escolha da dimensão da amostra, a dimensão da emissão do empréstimo obrigacionista, qualidade das obrigações e identificação dos dados atípicos a excluir.

Considerando a informação disponível na Bloomberg e algumas estimativas necessárias à construção de uma curva de taxa de juro, JMH definiu os seguintes intervalos:

- Intervalo restrito [1,10% - 1,50%]
- Intervalo alargado [0,90% - 1,70%]

Face a estes resultados, JMH decidiu reduzir a taxa de desconto de 1,40% para 1,30%.

A tabela abaixo apresenta os impactos nas responsabilidades com os planos de benefício definido de JMH, resultantes de alterações nos seguintes pressupostos:

	Pressuposto utilizado	Impacto nas responsabilidades com benefício definido		
		Alteração do pressuposto	Aumento do pressuposto	Redução do pressuposto
Taxa de desconto	1,30%	0,50%	(722)	772
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	0,50%	36	(34)
Taxa de crescimento das pensões	3,00%	0,50%	735	(687)
Esperança média de vida	TV 88/90	1 ano	1.190	(1.135)

Um montante positivo significa um aumento das responsabilidades. Um montante negativo significa uma redução das responsabilidades.

Provisões

JMH exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. Esta avaliação é necessária por forma a aferir a probabilidade de um contencioso ter um desfecho favorável ou obrigar ao registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando JMH espera que processos em curso originem a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores externos, como actuários ou consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afectar os resultados futuros.

2.9 Justo valor de instrumentos financeiros

Na determinação do justo valor de um activo ou passivo financeiro, se existir um mercado activo, o preço de mercado é aplicado. Um mercado é considerado activo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e que esses preços representam transacções actuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência. No caso de não existir um mercado activo, o que é o caso para alguns dos activos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites, baseadas em pressupostos de mercado.

JMH aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados e instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de opções, que incorporam, por exemplo, curvas de taxa de juro e volatilidades de mercado. No caso dos instrumentos financeiros derivados, JMH utiliza também as avaliações fornecidas pelas contrapartes.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são directamente observáveis em mercado e para os quais JMH utiliza estimativas e pressupostos internos.

Caixa e equivalentes de caixa e devedores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão, o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros cotados encontram-se reflectidos no balanço ao seu justo valor.

Empréstimos obtidos

O justo valor dos empréstimos é obtido através do valor descontado de todos os fluxos de caixa a pagar esperados. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas de juro actuais de mercado. À data de reporte, o seu valor de balanço é aproximadamente o seu justo valor.

Credores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

2.10 Hierarquia de justo valor

A tabela seguinte apresenta os activos e passivos de JMH mensurados ao justo valor em 31 de Dezembro, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: o justo valor é baseado em cotações de preços obtidas em mercados activos e líquidos à data de referência do balanço. Neste nível incluem-se os instrumentos de capital cotados na Euronext Lisboa;
- Nível 2: o justo valor não é determinado com base em cotações de preço obtidas em mercados activos incluídos no nível 1, mas sim com recurso a modelos de avaliação, que podem envolver outras cotações comparáveis existentes no mercado activo ou cotações ajustadas. Dessa forma, os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se os derivados over-the-counter contratados por JMH, cujas avaliações são fornecidas pelas respectivas contrapartes;
- Nível 3: o justo valor não é determinado com base em cotações de mercado activo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado. Neste nível, incluem-se as propriedades de investimento, as quais são avaliadas por peritos externos independentes e que usam nas suas avaliações inputs que não são directamente observáveis no mercado.

	2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos mensurados ao justo valor				
Activos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de capital	-	-	-	-
Propriedades de investimento	2.470	-	-	2.470
Total de activos	2.470	-	-	2.470
Passivos mensurados ao justo valor				
Total de passivos	-	-	-	-

	2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos mensurados ao justo valor				
Activos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de capital	80	80	-	-
Propriedades de investimento	2.470	-	-	2.470
Total de activos	2.550	80	-	2.470
Passivos mensurados ao justo valor				
Total de passivos	-	-	-	-

2.11 Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e contas a receber	Activos fin. disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Total activos e passivos financeiros	Outros activos e passivos não financeiros	Total activos e passivos
2017						
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	35.451	-	-	35.451	-	35.451
Activos financeiros detidos para venda	-	-	-	-	-	-
Empréstimos a subsidiárias	845.250	-	-	845.250	-	845.250
Devedores, acréscimos e diferimentos	35.390	-	-	35.390	1.512	36.902
Outros activos não financeiros	-	-	-	-	678.737	678.737
Total activos	916.091	-	-	916.091	680.249	1.596.340
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	1	1	-	1
Credores, acréscimos e diferimentos	-	-	6.857	6.857	6.392	13.249
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	33.552	33.552
Total passivos	-	-	6.858	6.858	39.944	46.802

	Empréstimos e contas a receber	Activos fin. disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Total activos e passivos financeiros	Outros activos e passivos não financeiros	Total activos e passivos
2016						
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	120.910	-	-	120.910	-	120.910
Activos financeiros detidos para venda	-	80	-	80	-	80
Empréstimos a subsidiárias	594.285	-	-	594.285	-	594.285
Devedores, acréscimos e diferimentos	32.735	-	-	32.735	1.920	34.655
Outros activos não financeiros	-	-	-	-	675.105	675.105
Total activos	747.930	80	-	748.010	677.025	1.425.035
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	-	-	-	-
Credores, acréscimos e diferimentos	-	-	3.514	3.514	5.229	8.743
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	24.793	24.793
Total passivos	-	-	3.514	3.514	30.022	33.536

3. Custos operacionais

Custos das prestações de serviços

Os custos das prestações de serviços correspondem aos custos incorridos por cada um dos departamentos de JMH na prestação de um conjunto de serviços técnicos e especializados às suas participadas.

Custos administrativos

Os custos administrativos apresentados na demonstração dos resultados incluem, entre outros, os custos incorridos pelos vários departamentos de JMH que não correspondem a serviços prestados, bem como o IVA não dedutível que decorre da aplicação do método da afectação real.

Outros custos e perdas operacionais

Os outros custos e perdas operacionais incluem os custos não relacionados com as prestações de serviços às suas participadas e os não directamente relacionados com a função de Holding do Grupo.

Custos operacionais por naturezas

	2017	2016
Fornecimentos e serviços externos	21.464	14.659
Rendas e alugueres	1.214	1.133
Custos com pessoal	15.873	12.219
Depreciações e amortizações	570	416
Outros ganhos e perdas operacionais	4.810	3.438
Total	43.931	31.865

4. Empregados

4.1 Custos com o pessoal

	2017	2016
Ordenados e salários	10.183	8.201
Segurança social	1.885	1.551
Benefícios dos empregados (nota 4.2)	835	968
Outros custos com pessoal	2.970	1.499
Total	15.873	12.219

Os outros custos com pessoal englobam seguros de acidentes de trabalho, acção social, formação e indemnizações, entre outros. No final do exercício de 2017, o número de empregados ao serviço ascendia a 139 (em 2016, eram 122). O número médio de empregados ao longo do ano foi de 134 (em 2016, eram 116).

4.2 Benefícios dos empregados

Benefícios pós-emprego (reforma)

Planos de contribuição definida

Os planos de contribuição definida são planos de pensões para os quais JMH efectua contribuições definidas a entidades independentes (fundos) e relativamente aos quais não tem obrigação legal ou construtiva de pagar qualquer contribuição adicional no momento em que os empregados usufruam dos referidos benefícios.

As contribuições consistem numa percentagem da remuneração fixa e variável auferida pelos empregados incluídos no plano, a qual se encontra definida no Regulamento do mesmo e que varia apenas em função da antiguidade dos seus beneficiários.

JMH incentiva os seus empregados a participar na sua própria reforma. Assim sendo, os fundos encontram-se abertos a contribuições particulares dos empregados, não havendo quaisquer garantias dadas por JMH sobre as mesmas.

As contribuições de JMH para planos de contribuição definida são contabilizadas como custo no período em que são devidas.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefício definido são planos de pensões nos quais JMH garante a atribuição de um determinado benefício aos empregados integrados no plano, no momento em que estes se reformarem, sendo as respectivas responsabilidades asseguradas directamente por JMH.

O passivo reconhecido no balanço em relação aos planos de pensões de benefício definido é o valor presente das responsabilidades com benefícios definidos no final do período de referência. A responsabilidade com benefícios definidos é calculada anualmente por actuários independentes, usando o método de rendas vitalícias imediatas, tendo em conta que os planos incluem apenas ex-empregados reformados. O valor presente da responsabilidade com benefícios definidos é determinado descontando as estimativas de saídas de caixa futuras usando taxas de juro de obrigações corporativas de elevada qualidade que são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos dos prazos do passivo relacionado.

Não existe reconhecimento de custos de serviço corrente uma vez que os planos actuais de benefício definido apenas incluem ex-empregados reformados. O juro líquido é reconhecido na demonstração de resultados numa base anual.

Remensurações (ganhos e perdas actuariais) decorrentes dos ajustamentos de experiência e nas alterações de pressupostos actuariais são debitados ou creditados nos capitais próprios em outros rendimentos integrais no período em que ocorrem.

Quando haja lugar a alterações aos planos de benefícios definidos atribuídos, os custos com serviços passados consideram-se imediatamente vencidos e são reconhecidos imediatamente na demonstração de resultados.

Outros benefícios

Prémios de antiguidade

O programa de prémios de antiguidade existente em JMH engloba uma componente de contribuição definida e outra de benefício definido.

A componente de contribuição definida consiste na atribuição de um seguro de vida aos colaboradores englobados neste programa, a partir de determinado número de anos de serviço. Este benefício é atribuído apenas quando os colaboradores atingem a antiguidade definida no programa, pelo que os custos relacionados com esta componente são reconhecidos no exercício a que dizem respeito.

A componente de benefício definido consiste na atribuição de um prémio no ano em que os colaboradores completam determinado número de anos de serviço. Nestes termos, as responsabilidades com esta componente são determinadas anualmente com base em cálculo actuarial, efectuado por uma entidade especializada e independente.

São reconhecidos como custos do exercício a componente de custos com serviços correntes, o juro líquido assim como as remensurações (ganhos ou perdas actuariais).

Valores reflectidos em balanço na rubrica de benefícios concedidos a empregados:

	2017	2016
Benefícios de reforma - Plano de contribuição definida	-	-
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo da Companhia	17.927	17.894
Prémios de antiguidade	972	851
Total	18.899	18.745

Valores reflectidos na demonstração de resultados na rubrica de custos com pessoal e remensurações reflectidas nos capitais próprios em outros rendimentos integrais:

	Demonstração dos resultados		Outros rendimentos integrais	
	2017	2016	2017	2016
Benefícios de reforma - Plano de contribuição definida	445	323	-	-
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo da Companhia	240	309	1.257	641
Prémios de antiguidade	150	336	-	-
Total	835	968	1.257	641

Apresenta-se de seguida as alterações ocorridas em cada um dos planos:

	Planos de contribuição definida para colaboradores no activo		Planos de benefício definido para ex-colaboradores		Outros benefícios de longo prazo concedidos a colaboradores	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Saldo em 1 de Janeiro	-	-	17.894	18.385	851	538
Custos com juros	-	-	240	309	13	10
Custos dos serviços correntes	445	323	-	-	4	65
(Ganhos) perdas actuariais						
Alterações em pressupostos demográficos	-	-	-	-	-	-
Alterações em pressupostos financeiros	-	-	819	492	41	18
Alterações de experiência	-	-	438	149	92	243
Contribuições ou Reformas pagas	(445)	(323)	(1.464)	(1.441)	(29)	(23)
Saldo em 31 de Dezembro	-	-	17.927	17.894	972	851

Pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades dos planos de benefício definido e outros benefícios de longo prazo:

	2017	2016
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	1,30%	1,40%
Taxa de crescimento das pensões e dos salários	3,00%	2,50%

Os pressupostos de mortalidade utilizados, correspondem aos usualmente adoptados em Portugal, tendo sido baseados em aconselhamento dos actuários e de acordo com estatísticas publicadas. A análise de sensibilidade aos pressupostos está efectuada na nota 2.8.

Pagamentos futuros esperados

A maturidade expectável para os próximos dez anos associada às responsabilidades para com os planos de benefício definido é a que se apresenta:

	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos
Benefícios de reforma – Plano de benefício definido a cargo da Companhia	1.388	4.823	4.279
Prémios de antiguidade	54	395	522
Total	1.442	5.218	4.801

5. Custos financeiros líquidos

Os custos financeiros líquidos representam juros de empréstimos obtidos, juros de investimentos efectuados, ganhos e perdas cambiais em operações financeiras, ganhos e perdas resultantes da alteração de valor de activos financeiros mensurados pelo seu justo valor através de resultados e, custos e proveitos com operações de financiamento. Os custos financeiros líquidos são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

	2017	2016
Juros suportados	-	(133)
Juros obtidos	180	154
Justo valor de instrumentos financeiros não qualificados como cobertura	(470)	-
Outros custos e proveitos financeiros	(307)	(126)
Custos financeiros líquidos	(597)	(105)

Na rubrica de juros suportados estão incluídos os juros relativos aos empréstimos mensurados ao custo amortizado. O justo valor de instrumentos não qualificados como cobertura respeita a um instrumento derivado contratado para

cobrir a exposição cambial de um empréstimo concedido a uma subsidiária em moeda estrangeira. Os outros custos financeiros incluem, entre outros, imposto de selo por abertura de crédito e encargos com emissão de dívida de médio e longo prazo diferidos pelo prazo do empréstimo.

6. Locações operacionais

Locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios de posse são retidos pelo locador são classificados como locações operacionais. Os pagamentos efectuados ao abrigo destes contratos são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base linear ao longo do período de duração dos mesmos.

Os custos relativos a locações operacionais dizem respeito a:

	2017	2016
Imóveis – terceiros	64	19
Imóveis – grupo	475	517
Equipamento transporte – terceiros	587	536
Equipamento informático – terceiros	27	39
Total	1.153	1.111

Para além dos custos apresentados, existiram alugueres ocasionais ao longo do ano que ascenderam a m EUR 61 (2016: m EUR 22).

Os contratos de aluguer de viaturas e equipamento informático ao serviço de JMH revestem a natureza de locações operacionais. Estes não prevêem renovação, nem opção de compra no final do mesmo, nem qualquer valor referente a rendas contingentes. Todos os contratos são canceláveis mediante um pré-aviso e não impõem restrições de qualquer natureza ao nível de dividendos ou dívida.

Os pagamentos mínimos associados aos alugueres de viaturas e equipamento informático ascendem a:

	2017	2016
Pagamentos até 1 ano	373	354
Pagamentos entre 1 e 5 anos	476	419
Total pagamentos futuros	849	773

Todos estes contratos são canceláveis, mediante o pagamento de uma penalização. As responsabilidades inerentes a estas penalizações ascendiam, no final de 2017, a m EUR 66 (2016: m EUR 74).

7. Impostos

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando se relaciona com ganhos ou perdas relevados em outros rendimentos integrais ou directamente nos capitais próprios. Se for este o caso, o imposto é reconhecido nas mesmas rubricas.

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação.

A base tributável dos activos e passivos é determinada por forma a reflectir as consequências de tributação derivadas da forma pela qual a Companhia estima, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa que deverá estar em vigor no exercício em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros tributáveis futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e desreconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua recuperação.

Para todas as transacções que incorporam incerteza relativamente ao seu tratamento fiscal e para todos os processos de contencioso fiscal, procede-se a uma avaliação da probabilidade de desfecho, constituindo-se provisões para os montantes que se estima possam representar desembolsos futuros (sempre a probabilidade de ocorrência seja superior a 50%), ou, procedendo-se ao seu pagamento, sempre que se entenda que essa é a melhor forma de proteger os interesses da JMH.

7.1 Imposto sobre o rendimento do exercício

	2017	2016
Imposto corrente		
Imposto corrente do exercício	3.450	1.370
Excesso (insuficiência) de exercícios anteriores	20	(2)
	3.470	1.368
Imposto diferido		
Diferenças temporárias originadas ou revertidas no período	(1.872)	743
	(1.872)	743
Outros Ganhos (perdas) relativos a impostos		
Impacto da revisão de estimativas relativas a contencioso fiscal	(8.340)	-
	(8.340)	-
Total de imposto sobre o rendimento do exercício	(6.742)	2.111

7.2 Reconciliação da taxa efectiva de imposto

	2017	2016
Resultado antes de imposto (RAI)	545.958	348.534
Imposto à taxa de 22,5%	(122.841)	(78.420)
Efeito fiscal gerado por:		
Resultados não tributados e não recuperáveis	125.588	81.260
Revisão de estimativas relativas a contencioso fiscal	(8.340)	-
Custos não dedutíveis	(499)	(339)
Alteração da taxa de imposto (derrama)	-	(117)
Excesso (insuficiência) estimativa do ano anterior	20	(2)
Tributações autónomas e derrama estadual	(670)	(271)
Imposto do ano	(6.742)	2.111
Taxa média efectiva de imposto	1,23%	(0,61%)

Em 2017, a taxa de imposto sobre o rendimento (IRC) aplicada às sociedades a operar em Portugal foi de 21% (em 2016, era de 21%). Para as sociedades que apresentam resultados fiscais positivos é aplicada adicionalmente uma taxa de 1,5% a título de derrama municipal e uma taxa de derrama estadual de 3%, 5% e 7% para lucros fiscais superiores a m EUR 1.500, m EUR 7.500 e m EUR 35.000, respectivamente.

A taxa média de imposto de JMH encontra-se significativamente influenciada pelo efeito fiscal dos dividendos recebidos de subsidiárias, bem como pela alienação de partes de capital em subsidiárias em 2016. Estes rendimentos não estão sujeitos a tributação ao abrigo da legislação fiscal em vigor.

7.3 Impostos diferidos activos e passivos

Os impostos diferidos são apresentados no balanço da seguinte forma:

	2017	2016
Impostos diferidos activos	4.677	5.600
Impostos diferidos passivos	(1.250)	(584)
Total	3.427	5.016

	01/01/2017	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	31/12/2017
Impostos diferidos activos				
Reavaliação de inv. financ. disponíveis para venda	867	(867)	-	-
Responsabilidades com benefícios concedidos a empregados	4.218	(249)	283	4.252
Provisões e ajustamentos além dos limites fiscais	515	(90)	-	425
	5.600	(1.206)	283	4.677
Impostos diferidos passivos				
Actualização de activos para o justo valor	(178)	3	-	(175)
Outras diferenças temporárias	(406)	(669)	-	(1.075)
	(584)	(666)	-	(1.250)
Variação líquida de imposto diferido	5.016	(1.872)	283	3.427

	01/01/2016	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	31/12/2016
Impostos diferidos activos				
Reavaliação de inv. financ. disponíveis para venda	824	110	(67)	867
Responsabilidades com benefícios concedidos a empregados	4.258	(184)	144	4.218
Provisões e ajustamentos além dos limites fiscais	414	101	-	515
	5.496	27	77	5.600
Impostos diferidos passivos				
Actualização de activos para o justo valor	(178)	-	-	(178)
Outras diferenças temporárias	(1.122)	716	-	(406)
	(1.300)	716	-	(584)
Variação líquida de imposto diferido	4.196	743	77	5.016

7.4 Imposto sobre o rendimento a recuperar ou a pagar

O imposto sobre o rendimento apresenta-se no balanço da seguinte forma:

	2017	2016
Imposto sobre o rendimento a recuperar	1.090	73
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	-
Total	1.090	73

JMH integra, desde 1 de Janeiro de 2014, um grupo de empresas tributado de acordo com o Regime Especial de tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), sendo a Sociedade dominante desse grupo. Para além de JMH, o grupo é constituído pelas seguintes empresas:

- Recheio, SGPS, S.A.
- Recheio Cash & Carry S.A.
- Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.
- Larantigo – Sociedade de Construções, S.A.
- Masterchef, S.A.
- Caterplus – Comercialização e Distribuição de Produtos de Consumo, Lda.
- Jerónimo Martins – Serviços, S.A.
- Desimo – Desenvolvimento e Gestão Imobiliária, Lda.
- Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A.
- Jerónimo Martins – Lacticínios de Portugal, S.A.
- Best-Farmer - Actividades Agro-pecuárias, S.A.
- Seaculture – Aquicultura, S.A.

7.5 Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais

A JMH não reconheceu impostos diferidos activos sobre prejuízos fiscais na medida em que não estima, com razoável segurança, a ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para assegurar a recuperabilidade do referido imposto no curto e/ou médio prazo. O montante de imposto diferido activo que não foi reconhecido é apresentado no quadro seguinte:

Limite de reporte de prejuízos fiscais	2017	2016
2022	1.331	-
Total	1.331	-

8. Ganhos (perdas) em subsidiárias

	2017	2016
Dividendos recebidos	567.309	280.000
Juros de empréstimos concedidos	1.911	4.472
Ganhos na alienação de sociedades	-	75.530
Total	569.220	360.002

Os ganhos na alienação de sociedades, resultam da alienação de uma subsidiária em Setembro 2016, conforme referido na nota 13.

9. Ganhos (perdas) em outros investimentos

As rendas recebidas do arrendamento de propriedades de investimento são reconhecidas em resultados como ganhos em outros investimentos no período a que dizem respeito.

	2017	2016
Rendas de propriedades de investimento	195	196
Ajustamentos em activos financeiros disponíveis para venda	2	(491)
Total	197	(295)

10. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo histórico líquido das respectivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

O custo histórico inclui o custo de aquisição e qualquer outra despesa incorrida que seja directamente atribuível à aquisição do activo.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes activos fixos são registados como custos do exercício em que ocorrem.

Depreciações

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal em função da vida útil estimada para cada tipo de bem. As taxas de depreciação anuais mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Edifícios e outras construções	10
Ferramentas e utensílios	25
Equipamento de transporte	25
Equipamento administrativo	10-25
Outras imobilizações	10

Sempre que se considere necessário, as vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas à data do balanço. Não são considerados valores residuais, uma vez que é intenção de JMH utilizar os activos até ao final da sua vida económica.

10.1 Movimentos ocorridos no exercício corrente

Activo bruto

	01/01/2017 Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	31/12/2017 Saldo final
Edifícios e outras construções	344	278	-	-	622
Equipamento de transporte	88	-	-	-	88
Ferramentas e utensílios	2	-	-	-	2
Equipamento administrativo	2.587	346	(1)	-	2.932
Outros activos fixos tangíveis	389	3	-	-	392
Activos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-
	3.410	627	(1)	-	4.036

Depreciações e perdas por imparidade acumuladas

	01/01/2017 Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	31/12/2017 Saldo final
Edifícios e outras construções	121	50	-	-	171
Equipamento de transporte	58	19	-	-	77
Ferramentas e utensílios	2	-	-	-	2
Equipamento administrativo	2.178	146	(1)	-	2.323
Outros activos fixos tangíveis	326	-	-	-	326
	2.685	215	-	-	2.899
Valor líquido	725				1.137

10.2 Movimentos ocorridos no exercício anterior

Activo bruto

	01/01/2016 Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	31/12/2016 Saldo final
Edifícios e outras construções	256	88	-	-	344
Equipamento de transporte	142	-	-	(54)	88
Ferramentas e utensílios	2	-	-	-	2
Equipamento administrativo	2.232	214	(2)	143	2.587
Outros activos fixos tangíveis	389	-	-	-	389
Activos fixos tangíveis em curso	143	-	-	(143)	-
	3.164	302	(2)	(54)	3.410

Depreciações e perdas por imparidade acumuladas

	01/01/2016 Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	31/12/2016 Saldo final
Edifícios e outras construções	88	33	-	-	121
Equipamento de transporte	90	22	-	(54)	58
Ferramentas e utensílios	2	-	-	-	2
Equipamento administrativo	2.057	121	-	-	2.178
Outros activos fixos tangíveis	326	-	-	-	326
	2.563	176	-	(54)	2.685
Valor líquido	601				725

10.3 Equipamento em regime de locação financeira

No final de 2017 e 2016, não existiam equipamentos em locação financeira.

10.4 Garantias

Não foram dados quaisquer activos em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

11. Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados pelo custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Despesas de investigação e desenvolvimento

As despesas de investigação, efectuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando é demonstrável a exequibilidade técnica do processo em desenvolvimento e JMH tem a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua utilização.

As licenças de software de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e conduzir à utilização do software específico, sendo amortizadas durante a sua vida útil estimada.

Os custos associados ao desenvolvimento ou manutenção de software são reconhecidos como despesas quando incorridos, excepto quando esses custos sejam directamente associados a projectos de desenvolvimento em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos como activos intangíveis incluídos no montante capitalizado das despesas de desenvolvimento.

Amortizações

As amortizações são reconhecidas na demonstração dos resultados numa base linear durante o período estimado de vida útil dos activos intangíveis, excepto se a sua vida for considerada indefinida.

As amortizações dos activos intangíveis são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas de amortização anual mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Despesas de desenvolvimento	20-33,33
Software de computador	33,33

Sempre que se considere necessário, as vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas à data do balanço.

Os activos intangíveis são constituídos por despesas de desenvolvimento e contêm despesas suportadas com a implementação de plataformas informáticas.

11.1 Movimentos ocorridos no exercício corrente

Activo bruto

	01/01/2017 Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	31/12/2017 Saldo final
Despesas de desenvolvimento	2.024	375	-	-	2.399
Activos intangíveis em curso	515	3.106	-	-	3.621
	2.539	3.481	-	-	6.020

Amortizações e perdas por imparidade acumuladas

	01/01/2017 Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	31/12/2017 Saldo final
Despesas de desenvolvimento	1.318	355	-	-	1.673
	1.318	355	-	-	1.673
Valor líquido	1.221				4.347

11.2 Movimentos ocorridos no exercício anterior

Activo bruto

	01/01/2016 Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	31/12/2016 Saldo final
Despesas de desenvolvimento	1.387	515	-	122	2.024
Activos intangíveis em curso	122	515	-	(122)	515
	1.509	1.030	-	-	2.539

Amortizações e perdas por imparidade acumuladas

	01/01/2016 Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	31/12/2016 Saldo final
Despesas de desenvolvimento	1.078	240	-	-	1.318
	1.078	240	-	-	1.318
Valor líquido	431				1.221

12. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento referem-se a terrenos e edifícios e são valorizadas ao justo valor determinado por entidades especializadas e independentes, com qualificação profissional reconhecida e com experiência na avaliação de activos desta natureza.

O justo valor é baseado em valores de mercado, sendo este o montante pelo qual duas entidades independentes e interessadas estariam dispostas a transaccionar o activo.

A metodologia adoptada na avaliação e determinação dos justos valores consiste na aplicação do método comparativo de mercado, no qual o activo a avaliar é comparado com outros imóveis semelhantes e que exerçam a mesma função, transaccionados há pouco tempo no local ou zonas equiparáveis. Os valores de transacções conhecidas são ajustados para tornar pertinente a comparação sendo consideradas as variáveis de dimensão, localização, infra-estruturas existentes, estado de conservação e outras que possam ser, de alguma forma, relevantes.

Complementarmente, e em particular em casos em que seja difícil a comparação com transacções ocorridas, é utilizado o método de rentabilidade, em que se assume que o valor do património imobiliário corresponde ao valor actual de todos os direitos e benefícios futuros decorrentes da sua posse.

Para este efeito parte-se de uma estimativa de renda de mercado atendendo a todas as variáveis endógenas e exógenas do imóvel em avaliação, e considera-se uma yield que reflecte o risco de mercado em que o activo se insere, assim como as características do próprio activo objecto de avaliação.

Alterações ao justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas na demonstração dos resultados e incluídas em ganhos (perdas) em outros investimentos, na medida em que se trata de activos detidos para valorização.

JMH detém um imóvel, o qual foi parcialmente arrendado a uma Companhia do Grupo, tendo gerado proveitos de rendas de m EUR 195 (2016: m EUR 196). Este imóvel encontra-se reconhecido pelo seu valor de mercado, a partir de avaliações realizadas por entidade independente, encontrando-se o mesmo valorizado por m EUR 2.470 (2016: m EUR 2.470).

Em 2017, JMH suportou despesas com este imóvel no montante de m EUR 4 (2016: m EUR 4), reconhecidas em resultados em outros custos e perdas operacionais.

13. Partes de capital

13.1 Em subsidiárias

As partes de capital em subsidiárias, correspondem a investimentos realizados na aquisição de participações financeiras nas sociedades constantes na nota 27.

	2017	2016
Valor líquido em 1 de Janeiro	665.016	667.946
Aumentos	-	-
Diminuições	-	(123.956)
Redução das provisões	-	121.026
Valor líquido em 31 de Dezembro	665.016	665.016

Em Setembro de 2016, a JMH vendeu 100% do capital social da sua subsidiária Monterroio – Industry & Investments B.V. (“Monterroio”) à Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V. (SFMS). Esta transacção incluiu ainda, para além das Partes de Capital (m EUR 2.930, líquido do ajustamento para perdas por imparidade), o montante de prestações suplementares (m EUR 138.000) e suprimentos existentes à data (m EUR 90.000) – conforme referido na nota 14.1. –, representando um encaixe financeiro líquido de m EUR 306.460, do qual resultou uma mais-valia de m EUR 75.530.

A sociedade alienada – Monterroio - constituía a sub-holding para os negócios da indústria e serviços, que incluía indirectamente as subsidiárias Jerónimo Martins – Distribuição de Produtos de Consumo, Lda. e Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A., detidas a 100%, e participações nas sociedades Unilever Jerónimo Martins, Lda. (45%), Gallo Worldwide, Lda. (45%), Hüssel Ibéria – Chocolates e Confeitarias, S.A. (51%) e Perfumes e Cosméticos Puig Portugal – Distribuidora, S.A. (27,545%).

Em Dezembro de 2016, JMH readquire o controlo indirecto da Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A. (100%) e da Hüssel Ibéria – Chocolates e Confeitarias, S.A. (51%), em resultado da recompra das referidas participações pela subsidiária Tagus - Retail & Services Investments B.V..

No início de 2016, o valor líquido de partes de capital em subsidiárias, encontrava-se deduzido do montante de m EUR 121.026 relativo a perdas por imparidade (nota 22), montante utilizado em virtude da alienação da Monterroio em Setembro do mesmo ano.

14. Empréstimos concedidos

14.1 Empréstimos a subsidiárias

Empréstimos não correntes	2017	2016
Valor líquido em 1 de Janeiro	500.840	664.050
Aumentos	154.050	112.060
Diminuições	(2.520)	(47.270)
Alienação de negócios (suprimentos)	-	(90.000)
Alienação de negócios (prestações suplementares de capital)	-	(138.000)
Valor líquido em 31 de Dezembro	652.370	500.840

Os empréstimos não correntes revestem a natureza de prestações suplementares de capital (como tal, não vencem juros) e suprimentos de médio/longo prazo (remunerados a taxas normais de mercado).

Empréstimos correntes	2017	2016
Valor líquido em 1 de Janeiro	93.445	27.300
Aumentos	109.510	72.470
Diminuições	(10.075)	(6.325)
Valor líquido em 31 de Dezembro	192.880	93.445

Os empréstimos correntes vencem juros a taxas normais de mercado.

15. Activos financeiros disponíveis para venda

	2017	2016
Acções Millennium BCP	-	3.936
Ajustamentos para o justo valor (nota 22)	-	(3.856)
Total	-	80

A JMH alienou em Fevereiro de 2017, por um total de m EUR 187, os títulos detidos no Millennium BCP. Esta operação gerou um impacto positivo em resultados de m EUR 2.

A 31 de Dezembro de 2016, as 74.643 acções detidas foram valorizadas ao valor de mercado (nível 1 da hierarquia do justo valor) conforme a cotação na Euronext de Lisboa de 1,071 euros por acção.

Em 2016 as variações ao justo valor destes activos foram reconhecidas nos resultados por m EUR 194 negativos. A rubrica de resultados em 2016, inclui ainda a transferência de Outras reservas no valor de m EUR 297, relativa a ajustamentos para o justo valor registados em exercícios anteriores.

16. Devedores, acréscimos e diferimentos

Os saldos de subsidiárias e devedores são valores a receber de serviços prestados pela JMH no curso normal das suas actividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo, deduzidos de perdas por imparidade.

	2017	2016
Não correntes		
Outros devedores (depósitos colaterais)	19.367	19.367
Total	19.367	19.367
Correntes		
Subsidiárias	11.025	9.036
Outros devedores	432	194
Impostos a recuperar	1.100	1.119
Acréscimos de proveitos	4.523	4.131
Custos diferidos	455	808
Total	17.535	15.288

JMH detém depósitos remunerados junto de instituições financeiras, no montante de m EUR 19.367, com disponibilidade limitada sujeita a condições específicas. Estes depósitos estão a ser usados como garantia colateral em empréstimos financeiros contraídos pela subsidiária Jerónimo Martins Colombia, SAS. Estes depósitos serão libertados na sequência do reembolso dos empréstimos que os garantem.

Dos valores registados na rubrica de subsidiárias, destacam-se essencialmente facturas emitidas a empresas subsidiárias, relativas a prestações de serviços de diversas naturezas, no montante de m EUR 3.708 (2016: m EUR 2.465), bem como os valores relativos a acertos de IRC entre empresas do Grupo JMH, em virtude deste ser tributado pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), no montante de m EUR 7.180 (2016: m EUR 6.505).

Na rubrica de acréscimos de proveitos destacam-se essencialmente m EUR 4.425 (2016: m EUR 3.997) relativos a prestação de serviços técnicos e administrativos a participadas ainda não facturados e m EUR 70 (2016: m EUR 70) de juros a receber.

A rubrica de custos diferidos é composta por m EUR 43 (2016: m EUR 7) de custos com emissão de papel comercial e m EUR 412 (2016: m EUR 801) de outros custos imputáveis a exercícios futuros cujo pagamento foi efectuado ainda no exercício de 2017, ou que, não tendo sido pagos, já foram debitados pelas entidades competentes.

17. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria com grande liquidez e com uma maturidade inicial de três meses ou inferior. No balanço de JMH, os descobertos bancários são apresentados como empréstimos correntes no passivo.

	2017	2016
Depósitos à ordem	35.441	120.901
Caixa e equivalentes de caixa	10	9
Total	35.451	120.910

18. Caixa gerado pelas operações

	2017	2016
Resultados líquidos	539.216	350.645
Ajustamentos para:		
Impostos	6.742	(2.111)
Depreciações e amortizações	570	416
Custos financeiros líquidos	597	105
(Ganhos) perdas em subsidiárias	(569.220)	(360.002)
(Ganhos) perdas em outros investimentos	(197)	295
(Ganhos) perdas na alienação e abate de activos fixos tangíveis	-	-
	(22.292)	(10.652)
Variações de working capital:		
Devedores e acréscimos e diferimentos	(1.457)	(1.470)
Credores e acréscimos e diferimentos	4.451	1.544
Provisões e benefícios concedidos a empregados	(1.504)	(370)
Caixa gerado pelas operações	(20.802)	(10.948)

19. Capital e reservas

Capital

A rubrica de capital refere-se ao valor nominal das acções ordinárias emitidas.

Os prémios de emissão são reconhecidos quando o valor de emissão de acções excede o seu valor nominal. Os custos com emissão de novas acções são reconhecidos directamente nesta rubrica, líquidos do respectivo imposto.

As acções próprias adquiridas são valorizadas pelo seu preço de aquisição e registadas como uma redução ao capital próprio. Quando essas acções são alienadas, o montante recebido, deduzido de eventuais custos directos de transacção e respectivo imposto, é reconhecido directamente em capital próprio.

Dividendos a pagar e a receber

Dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas Demonstrações Financeiras de JMH no período em que são aprovados pelos accionistas para distribuição.

Os dividendos a receber são reconhecidos como proveitos quando é estabelecido o direito ao seu recebimento.

19.1 Capital social e prémio de emissão

O capital social autorizado é composto por 629.293.220 acções ordinárias (2016: 629.293.220), todas com um valor nominal de um euro.

Os detentores de acções ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral e têm direito a um voto por cada acção detida. Não existem acções preferenciais. Os direitos relativos às acções detidas em carteira pela Companhia encontram-se suspensos até essas acções serem de novo colocadas no mercado.

No exercício de 2017, não se verificaram movimentos em prémios de emissão de acções, mantendo-se o valor do exercício de 2016, no montante de m EUR 22.452.

19.2 Acções próprias

À data de 31 de Dezembro de 2017 a JMH detinha 859.000 acções próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por acção, não tendo existido quaisquer transacções no exercício de 2017.

19.3 Outras reservas

	Activos financeiros disponíveis para venda	Total
Balanço em 1 de Janeiro de 2016	(230)	(230)
Variação do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda		
- Valor bruto	297	297
- Imposto diferido	(67)	(67)
Balanço em 1 de Janeiro de 2017	-	-
Variação do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda		
- Valor bruto	-	-
- Imposto diferido	-	-
Balanço em 31 de Dezembro de 2017	-	-

19.4 Resultados retidos

Em 31 de Dezembro de 2017, o montante total de resultados retidos ascende a m EUR 903.853 (2016: m EUR 745.814), provenientes de resultados gerados no exercício e em exercícios anteriores.

Deste montante não poderão ser distribuídos m EUR 315.747 (2016: m EUR 316.721), conforme disposto nos Arts.º 32, 218, 295, 296 e 324 do Código das Sociedades Comerciais.

19.5 Dividendos

De acordo com a decisão da Assembleia Geral de 6 de Abril de 2017, foram pagos, em Maio de 2017, dividendos aos accionistas detentores do capital de Jerónimo Martins, no montante de m EUR 380.203.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados, descrita no ponto 8, incluído no capítulo do Relatório de Gestão, que constitui parte integrante do Relatório e Contas Consolidado, o Conselho de Administração propõe aos accionistas a distribuição de um montante de m EUR 385.230 – correspondendo a um dividendo por acção de EUR 0,613 (excluindo-se as acções próprias em carteira).

20. Resultado por acção

O cálculo do resultado líquido por acção - básico e diluído - corresponde à divisão do lucro líquido atribuível aos Accionistas pelo número médio ponderado de acções ordinárias.

20.1 Resultado básico e diluído por acção

	2017	2016
Acções ordinárias emitidas no início do ano	629.293.220	629.293.220
Acções próprias no início do ano	(859.000)	(859.000)
Acções próprias adquiridas durante o ano	-	-
Acções emitidas durante o ano	-	-
Número médio ponderado de acções ordinárias (igual ao diluído)	628.434.220	628.434.220
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas detentores de acções ordinárias (igual ao diluído)	539.216	350.645
Resultado básico por acção (igual ao diluído) – euros	0,858	0,558

21. Empréstimos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o prazo dos empréstimos de acordo com o método do juro efectivo.

Os empréstimos são classificados como passivo corrente, a menos que JMH tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do balanço.

Esta nota fornece informação sobre os termos dos contratos de empréstimo e outro tipo de formas de financiamento. A nota 30 proporciona informação adicional sobre a exposição da Companhia aos riscos de taxa de juro.

21.1 Empréstimos correntes e não correntes

	2017	2016
Empréstimos não correntes		
Empréstimos bancários – programas de papel comercial	-	-
Total	-	-
Empréstimos correntes		
Empréstimos bancários – programas de papel comercial	-	-
Empréstimos bancários	1	-
Total	1	-

21.2 Termos e prazos de reembolso dos empréstimos

	Taxa média	2017	Menos de 1 ano	1 a 5 anos
Empréstimos bancários		1	1	-
Empréstimos bancários – programas de papel comercial		-	-	-
Total	0,60%	1	1	-

JMH utiliza linhas de crédito grupadas com outras Companhias do Grupo, o que significa que, até ao limite de uma linha de crédito aprovada junto de uma entidade financeira, a mesma pode ser simultaneamente utilizada por mais do que uma Companhia. Assim sendo, os plafonds não utilizados acessíveis a JMH ascendem ao montante de m EUR 115.994 (2016: m EUR 116.000).

21.3 Empréstimos bancários: papel comercial

Existem vários empréstimos bancários contratados sob a forma de programa de papel comercial, no montante global de m EUR 235.000 (2016: m EUR 155.000), sendo a taxa de juro variável. No final de 2017, não estava a ser utilizado qualquer montante do total contratado (2016: utilizado m EUR 0).

21.4 Dívida financeira

	2017	2016
Empréstimos não correntes	-	-
Empréstimos correntes	1	-
Acréscimos e diferimentos de juros	(113)	(77)
Depósitos à ordem	(35.441)	(120.901)
Total	(35.553)	(120.978)

22. Provisões e ajustamentos ao valor de realização

São constituídas provisões no balanço sempre que JMH tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição de recursos incorporando benefícios económicos, passível de estimativa razoável, seja exigida para liquidar a obrigação.

Provisão para custos de reestruturação

São constituídas provisões para custos de reestruturação sempre que um plano formal tenha sido aprovado por JMH e este tenha sido iniciado ou anunciado publicamente.

Provisões para reestruturação incluem todas as responsabilidades a pagar com a implementação do referido plano, nomeadamente pagamentos de indemnizações a colaboradores. Estas provisões não incluem quaisquer perdas operacionais futuras estimadas ou ganhos estimados a obter na alienação de activos.

Provisão para outros riscos e encargos (processos em contencioso)

Provisões relacionadas com processos em contencioso, envolvendo a JMH são constituídas de acordo com as avaliações de risco efectuadas por JMH, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

2017	Saldo inicial	Constituição/ Reforço	Utilização/ Redução	Saldo final
Partes de capital em subsidiárias	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	3.856	-	3.856	-
Total de ajustamentos para o valor de realização	3.856	-	3.856	-
Outros riscos e encargos	5.464	8.340	(401)	13.403
Total de Provisões	5.464	8.340	(401)	13.403

2016	Saldo inicial	Constituição/ Reforço	Utilização/ Redução	Saldo final
Partes de capital em subsidiárias	121.026	-	(121.026)	-
Activos financeiros disponíveis para venda	3.662	194	-	3.856
Total de ajustamentos para o valor de realização	124.688	194	(121.026)	3.856
Outros riscos e encargos	5.016	448	-	5.464
Total de Provisões	5.016	448	-	5.464

O ajustamento para activos financeiros disponíveis para venda foi reduzido em 2017, em virtude da alienação das acções do Millennium BCP (conforme detalhado na nota 15).

O ajustamento para partes do capital em subsidiárias foi reduzido em 2016, em resultado da alienação de partes de capital da subsidiária Monterroio (conforme detalhado na nota 13.1).

A rubrica de outros riscos e encargos é composta por provisões para eventuais compensações a pagar pela JMH no âmbito de garantias prestadas em acordos de venda de negócios celebrados nos últimos anos e por provisões para processos em contencioso para os quais não existem perspectivas de resolução no prazo inferior a um ano.

23. Credores, acréscimos e diferimentos

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades com pagamento de serviços adquiridos por JMH no curso normal das suas actividades. São registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo.

Fornecedores e outros credores são classificados como passivos correntes se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos. Não sendo, eles são apresentados como passivo não corrente.

	2017	2016
Subsidiárias	1.662	1.254
Credores comerciais	2.690	1.604
Credores não comerciais	48	14
Impostos a pagar	687	413
Acréscimos de custos	8.146	5.442
Proveitos diferidos	16	16
Total	13.249	8.743

A rubrica de acréscimos de custos é composta pelo montante de m EUR 5.689 (2016: m EUR 4.800) relativo a remunerações a liquidar ao pessoal e por m EUR 2.457 (2016: m EUR 642) correspondentes a custos diversos (utilities, seguros, consultores, rendas, entre outros), relativos ao exercício de 2017, e que não foram facturados pelas entidades competentes até ao final do exercício.

24. Instrumentos financeiros derivados

A JMH utiliza derivados com o único objectivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra exposta. De acordo com as suas políticas financeiras, a JMH não utiliza derivados para especulação.

Sempre que disponível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (trade date), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor é avaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa avaliação registados directamente na demonstração dos resultados, excepto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxo de caixa, cuja variação do justo valor é registada em capitais próprios, em reserva de cobertura de fluxo de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

Contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

Derivados de negociação

Apesar de os derivados contratados pela JMH corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos do IAS 39. Os instrumentos que não qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em resultados.

Não existiam quaisquer instrumentos financeiros derivados activos a 31 de Dezembro de 2017 ou 31 de Dezembro de 2016.

Reflexos nas demonstrações financeiras:

	2017	2016
Justo valor dos instrumentos financeiros a 1 de Janeiro	-	-
(Recebimentos) Pagamentos efectuados no exercício	470	-
Variação do justo valor de derivados de negociação (Resultados)	(470)	-
Justo valor dos instrumentos financeiros a 31 de Dezembro	-	-

Em 2017, a JMH contratou um forward cambial para cobrir a exposição cambial de um empréstimo concedido a uma subsidiária em moeda estrangeira. O instrumento derivado teve um impacto negativo em resultados, no montante de m EUR 470.

25. Garantias

As garantias bancárias existentes são as seguintes:

	2017	2016
Garantias a favor da Autoridade Tributária	14.404	14.623
Garantias bancárias sobre financiamentos	16.676	18.974
Outras garantias prestadas	1.432	1.426
Total	32.512	35.023

26. Contingências, activos contingentes e passivos contingentes

Activos contingentes são potenciais activos da JMH que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo.

A JMH procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras Individuais quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da JMH. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras.

A JMH procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Passivos contingentes

Encontram-se pendentes de resolução as seguintes questões materialmente relevantes, para as quais a Administração, suportada pela opinião dos seus consultores fiscais e conselheiros jurídicos, entende existirem razões suficientes para a sua contestação em tribunal, pelo que procede a uma avaliação da probabilidade de desenlace de cada um dos processos, constituindo provisões para os montantes que estima poderem representar desembolsos futuros (nota 22):

- A Autoridade Tributária informou a JMH, de que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos, no montante total de m EUR 10.568, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira, durante os exercícios de 2004 e de 2005. Na opinião daquela entidade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de IRC, ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Esta correcção deu origem a um valor de imposto em disputa de m EUR 3.065;
- A Autoridade Tributária reclamou de JMH o montante de m EUR 989, referente a IRC, relativo a uma indemnização paga pela Sociedade em virtude de um acordo alcançado em tribunal arbitral e que aquela entidade considerou tratar-se de um pagamento a uma entidade sujeita a regime fiscal mais favorável, e como tal não aceite para efeitos fiscais. A Administração, considera não existir qualquer validade e fundamento no relatório da Autoridade Tributária, pelo que já accionou os meios de defesa de que dispõe para contrariar as decorrências deste;
- A Autoridade Tributária informou a JMH, da não-aceitação da dedutibilidade de menos-valias fiscais, no montante total de m EUR 24.660, apuradas no exercício de 2007, com a liquidação de uma Sociedade e a venda de uma outra, a qual gerou uma correcção aos prejuízos fiscais da Sociedade, no montante de imposto estimado de m EUR 6.800.

27. Subsidiárias e activos financeiros disponíveis para venda

As participações directas da JMH, a 31 de Dezembro de 2017, são como se apresenta:

Designação Social	Notas	Sede	% Participação	Fracção cap. detido	Activo	Capital Próprio	Resultado
Partes de capital em subsidiárias							
Desimo – Desenvolvimento e Gestão Imobiliária, Lda.	a)	Lisboa	100,00%	50	179	159	65
Jerónimo Martins Serviços, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	50	6.834	450	(70)
Eva – Soc. Invest. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	a)	Funchal	5,61%	28	3.331	2.047	1.061
Friedman – Soc. Invest. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	a)	Funchal	100,00%	5	181	162	7
Warta – Retail & Services Investments B.V.	a)	Amsterdão	100,00%	18	548.303	545.747	343.607
Tagus – Retail & Services Investments B.V.	a)	Amsterdão	100,00%	18	1.536.316	1.536.261	251.965
New World Investments B.V.	a)	Amsterdão	100,00%	18	330.333	330.173	(29.617)
Origins - Agro Business Investments B.V.	a)	Amsterdão	100,00%	18	24.565	24.560	(21)

a) Para efeitos n.º 3 do artigo 486.º do Código das Sociedades Comerciais, declaramos que as sociedades indicadas são detidas por maioria de capital.

Conforme referido na nota 15, a JMH alienou em Fevereiro de 2017 os títulos detidos no Millennium BCP.

28. Subsidiárias, joint ventures e associadas – participações directas e indirectas

As Companhias detidas por Jerónimo Martins, SGPS, S.A., directa e indirectamente a 31 de Dezembro de 2017, são as que constam das notas 28 e 30 que consta do Capítulo III do Relatório e Contas Consolidado do Grupo.

29. Partes relacionadas

Uma parte relacionada é uma pessoa ou uma entidade que está relacionada com JMH, incluindo as que possuem, ou estão sujeitas a, influência ou controlo da JMH.

As transacções com partes relacionadas são sempre realizadas a valores de mercado.

29.1 Transacções com partes relacionadas (accionistas)

JMH é participada em 56,136% pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.. Não ocorreram quaisquer transacções entre esta e a JMH no exercício de 2017, nem se encontrando, à data de 31 de Dezembro de 2017, quaisquer valores a pagar ou a receber entre elas.

29.2 Transacções com outras partes relacionadas

29.2.1 Serviços técnicos e administrativos

JMH, enquanto Holding e Centro Corporativo do Grupo, exerce funções de coordenação e assessoria às suas participadas, sendo que as áreas funcionais de apoio ao Grupo vão desde a Administração, Ambiente, Assuntos Jurídicos, Auditoria Interna, Comercial, Comunicação e Responsabilidade Corporativas, Controlo Financeiro, Desenvolvimento de Negócio, Estratégia e Expansão Internacional, Fiscalidade, Gestão de Risco, Logística e Supply Chain, Marketing e Consumidor, Operações Financeiras, Qualidade e Desenvolvimento de Marca Própria, Qualidade e Segurança Alimentar, Recursos Humanos, Relações com Investidores, Segurança, Segurança de Informação e Sistemas de Informação. O volume de negócios resultante da prestação destes serviços, bem como por serviços de gestão de processos de negociação em nome das Companhias do Grupo, ascendeu durante o exercício de 2017 a m EUR 19.095 (2016: m EUR 18.740).

29.2.2 Serviços financeiros

Uma parte da gestão financeira das Companhias do Grupo é efectuada centralmente pela Direcção de Operações Financeiras de JMH.

Parte dessa gestão passa pela contratação e negociação, em nome das Companhias, junto dos bancos e outras entidades financeiras, de condições da dívida financeira ou de aplicação de fundos das Companhias. A negociação centralizada permite obter condições bastante mais favoráveis nos financiamentos e aplicações do que através de uma negociação individual das Companhias. Esta gestão centralizada é remunerada, tendo ascendido em 2017 a m EUR 1.469 (2016: m EUR 1.535).

Outra parte passa pela centralização das tesourarias das operações, que são responsáveis pelo pagamento aos fornecedores, pessoal e outras entidades, bem como o planeamento e controlo diário dos fluxos de caixa. Esta gestão também é remunerada, tendo ascendido em 2017 a m EUR 505 (2016: m EUR 522).

29.2.3 Arrendamento de imóveis

JMH exerce a sua actividade em instalações arrendadas a Companhias do Grupo, tendo suportado custos em 2017 no montante de m EUR 475 (2016: m EUR 517).

Tal como referido na nota 12, JMH possui um imóvel parcialmente arrendado a uma Companhia do Grupo, tendo obtido proveitos em 2017 no montante de m EUR 195 (2016: m EUR 196).

29.2.4 Suprimentos e operações de tesouraria (empréstimos correntes e não correntes)

JMH concedeu suprimentos e operações de tesouraria a subsidiárias, tendo esses empréstimos gerado juros em 2017 no montante de m EUR 1.911 (2016: m EUR 4.472).

29.2.5 Custos com pessoal

Sendo Jerónimo Martins um Grupo em que é normal o aproveitamento de sinergias entre as várias Companhias que o compõem, é frequente a transferência de pessoal entre elas, conforme as necessidades dos vários negócios. O valor total suportado durante o ano de 2017 com serviços prestados pelo pessoal de outras Companhias foi de m EUR 8.079 (2016: m EUR 7.202).

29.2.6 Saldos em aberto em 31 de Dezembro de 2017

Designação Social	Empréstimos correntes	Empréstimos não correntes	Contas a receber	Acréscimos de proveitos	Rendimentos a reconhecer	Contas a pagar	Acréscimos de custos
Empresas subsidiárias							
Best-Farmer - Actividades Agro-Pecuárias, S.A.	15.705	-	15	19	-	267	-
Caterplus – Com. Dist. Produtos de Consumo, Lda.	-	-	71	1	-	-	-
Desimo – Desenv. Gestão Imobiliária, Lda.	-	-	19	-	-	-	-
Escola de Formação Jerónimo Martins, S.A.	-	-	1	-	-	-	-
Friedman - Soc. Inv. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	-	170	-	-	-	-	-
Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitaria, S.A.	-	-	3	-	-	3	-
Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.	-	-	865	13	-	-	-
Imoretalho – Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	3	51	-	-	-
João Gomes Camacho, S.A.	-	-	46	4	-	-	-
Jerónimo Martins - Agro-Alimentar, S.A.	3.540	-	46	3	-	-	-
Jeronimo Martins Colombia, S.A.S.	-	-	6	-	-	-	-
Jerónimo Martins - Lactínios de Portugal, S.A.	16.955	-	14	17	-	719	-
Jeronimo Martins Polska S.A.	-	-	9	2.094	-	19	-
Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.	2.180	-	6	2	-	-	-
Jerónimo Martins Serviços, S.A.	-	500	8	-	-	35	2.790
JMR – Gestão Empresas Retalho, SGPS, S.A.	141.370	-	-	164	-	-	-
JMR - Prestação de Serviços para a Distribuição, S.A.	-	-	184	46	-	72	-
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	-	-	-	-	-	26	-
Lidinvest - Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	-	2	-	-	-
Lidosol II – Distrib. Produtos Alimentares, S.A.	-	-	131	9	-	-	-
Masterchef, S.A.	-	-	-	-	-	204	-
New World Investments B.V.	-	362.450	-	-	-	-	-
Origins - Agro Business Investments B.V.	-	24.620	-	-	-	-	-
Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A.	-	-	2.304	1.602	-	25	-
Recheio - Cash & Carry, S.A.	-	-	7.047	381	16	16	-
Recheio, SGPS, S.A.	11.195	-	244	15	-	-	-
Seaculture - Aquicultura, S.A.	1.935	-	2	2	-	236	-
Tagus - Retail & Services Investments B.V.	-	63.750	1	-	-	-	-
Warta - Retail & Services Investments B.V.	-	200.880	-	-	-	-	-
Subtotal	192.880	652.370	11.025	4.425	16	1.662	2.790
Outras entidades relacionadas							
JMDB - Repr. e Distribuição Marcas, Lda.	-	-	21	-	-	2	-
Marismar Aquicultura Marinha S.A.	-	-	2	-	-	-	-
Unilever Fima, Lda	-	-	-	-	-	5	-
Soc. Francisco Manuel Santos SGPS, S.E.	-	-	5	-	-	-	-
Subtotal	-	-	28	-	-	7	-
Total	192.880	652.370	11.053	4.425	16	1.669	2.790

29.2.7 Saldos em aberto em 31 de Dezembro de 2016

Designação Social	Empréstimos correntes	Empréstimos não correntes	Contas a receber	Acréscimos de proveitos	Rendimentos a reconhecer	Contas a pagar	Acréscimos de custos
Empresas subsidiárias							
Best-Farmer - Actividades Agro-Pecuárias, S.A.	855	-	1	2	-	113	-
Caterplus – Com. Dist. Produtos de Consumo, Lda.	-	-	-	1	-	56	-
Desimo – Desenv. Gestão Imobiliária, Lda.	-	-	6	-	-	-	-
Friedman - Soc. Inv. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	-	170	-	-	-	-	-
Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.	-	-	764	14	-	-	-
Imoretalho – Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	3	49	-	43	-
João Gomes Camacho, S.A.	-	-	38	8	-	-	-
Jerónimo Martins - Agro-Alimentar, S.A.	2.160	-	56	3	-	124	-
Jeronimo Martins Colombia, S.A.S.	-	-	6	-	-	-	-
Jerónimo Martins - Lacticínios de Portugal, S.A.	8.065	-	10	9	-	653	-
Jeronimo Martins Polska S.A.	-	-	500	1.574	-	21	-
Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.	1.420	-	-	-	-	-	-
Jerónimo Martins Retail Services, S.A.	-	-	250	-	-	-	-
Jerónimo Martins Serviços, S.A.	-	500	-	-	-	131	2.486
JMR – Gestão Empresas Retalho, SGPS, S.A.	59.405	-	32	213	-	-	-
JMR - Prestação de Serviços para a Distribuição, S.A.	-	-	24	56	-	63	-
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	-	-	2	-	-	-	-
Lidinvest - Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	-	3	-	-	-
Lidosol II – Distrib. Produtos Alimentares, S.A.	-	-	63	1	-	-	-
Masterchef, S.A.	-	-	-	-	-	13	-
New World Investments B.V.	-	221.450	-	-	-	-	-
Origins - Agro Business Investments B.V.	-	11.570	-	-	-	-	-
Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A.	-	-	790	1.665	-	32	-
Recheio - Cash & Carry, S.A.	-	-	6.315	386	16	5	-
Recheio, SGPS, S.A.	21.270	-	176	12	-	-	-
Seaculture - Aquicultura, S.A.	270	-	-	1	-	-	-
Tagus - Retail & Services Investments B.V.	-	65.250	-	-	-	-	-
Warta - Retail & Services Investments B.V.	-	201.900	-	-	-	-	-
Subtotal	93.445	500.840	9.036	3.997	16	1.254	2.486
Outras entidades relacionadas							
Jerónimo Martins - Dist. Prod. Consumo, Lda.	-	-	24	-	-	-	-
Fima - Produtos Alimentares, S.A.	-	-	-	-	-	4	-
Subtotal	-	-	24	-	-	4	-
Total	93.445	500.840	9.060	3.997	16	1.258	2.486

29.2.8 Remunerações dos Administradores

	2017	2016
Salários e prémios	1.329	1.239
Plano de pensões	299	213
Total	1.628	1.452

O Conselho de Administração é composto por 9 elementos. As remunerações apresentadas incluem os montantes pagos aos membros do Conselho de Administração, que exercem funções na Comissão de Auditoria, cujo montante anual ascendeu a m EUR 60 (2016: m EUR 48).

A política de remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização encontra-se detalhada no Governo da Sociedade, no Relatório e Contas Consolidado.

Os custos com planos de pensões correspondem a benefícios pós-emprego atribuídos aos Administradores, fazendo parte dos planos descritos na nota 4.2.

30. Riscos financeiros

JMH encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente, risco de mercado (que inclui os riscos cambial, de taxa de juro e risco de preço), risco de liquidez e risco de crédito.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro da Companhia. A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A actividade desta área é conduzida pela Direcção de Operações Financeiras, sendo responsável, com a cooperação das áreas financeiras das Companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

30.1 Risco de mercado (risco de preço)

JMH, fruto do seu investimento no Millennium BCP (BCP), teve até Fevereiro de 2017 exposição ao risco de flutuação do preço de acções.

30.2 Risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor)

Todos os passivos financeiros estão, de forma directa ou indirecta, indexados a uma taxa de juro de referência, o que expõe JMH a risco de cash flow. Parte desses riscos são geridos com recurso à fixação de taxa de juro, o que expõe Jerónimo Martins a risco de justo valor.

A exposição a risco de taxa de juro é analisada de forma dinâmica. Para além da avaliação dos encargos futuros, com base nas taxas forward, realizam-se testes de sensibilidade a variações no nível de taxas de juro.

30.3 Risco de crédito

O risco de crédito é gerido de forma centralizada. As principais fontes de risco de crédito são depósitos bancários, aplicações financeiras e derivados contratados junto de instituições financeiras.

Relativamente às instituições financeiras, a JMH selecciona as contrapartes com que faz negócio com base nas notações de ratings atribuídas por uma das entidades independentes de referência. Para além da existência de um nível mínimo de rating aceitável para as instituições com quem se relaciona existe ainda uma percentagem máxima de exposição a cada uma destas entidades financeiras.

A seguinte tabela apresenta um resumo, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, da qualidade de crédito dos depósitos bancários e aplicações de curto prazo:

Instituições financeiras	Rating	2017	2016
		Saldo	Saldo
Standard & Poor's	[A+ : AA]	20	-
Standard & Poor's	[BBB+ : A]	7	13.030
Standard & Poor's	[BB+ : BBB]	1.286	107.058
Standard & Poor's	[B+ : BB]	23	778
Standard & Poor's	[B]	10	-
Moody's	[Caa2 : Caa1]	43	24
Fitch's	[A- : A+]	34.023	-
Fitch's	[BBB- : BBB+]	16	-
Fitch's	[B- : BB-]	13	-
	Não disponível	-	11
Total		35.441	120.901

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas pela Standard & Poor's, pela Moody's e pela Fitch's. A exposição máxima ao risco de crédito, às datas de 31 de Dezembro de 2017 e 2016, é o respectivo valor de balanço dos activos financeiros.

30.4 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam, não apenas assegurar o desenvolvimento normal das actividades de JMH, mas também assegurar alguma flexibilidade para absorção de choques externos à actividade.

Na gestão deste risco, JMH recorre, por exemplo, a derivados de crédito, com o intuito de minimizar o impacto do incremento de spreads de crédito, resultantes de efeitos exógenos a JMH. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento de curto prazo, realizado diariamente, tendo subjacente os planos financeiros anuais, que são revistos pelo menos duas vezes ao ano.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades de JMH por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

Exposição ao Risco de Liquidez				
	2017	Menos 1 ano	1 a 5 anos	Mais 5 anos
Empréstimos obtidos				
Empréstimos bancários		1	-	-
Papel comercial		-	-	-
Credores	4.400	-	-	-
Responsabilidades com locações operacionais	373		476	-
Total	4.774		476	-
	2016	Menos 1 ano	1 a 5 anos	Mais 5 anos
Empréstimos obtidos				
Empréstimos bancários		-	-	-
Papel comercial		-	-	-
Credores	2.872	-	-	-
Responsabilidades com locações operacionais	354		419	-
Total	3.226		419	-

31. Informações adicionais exigidas por diplomas legais

De acordo com o previsto no termos do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se o seguinte:

- Para além das operações descritas nas notas acima, assim como no Relatório de Gestão, não existem outras operações consideradas relevantes, que não se encontrem reflectidas no balanço ou descritas nestas notas;
- O total de remunerações pagas ao Auditor Externo e ao Revisor Oficial de Contas no ano de 2017 foi de m EUR 110, dos quais m EUR 87 correspondem aos serviços de revisão legal de contas, sendo que dos restantes, no montante de m EUR 15, foram relativos a serviços de apoio em matérias de recursos humanos. Foram ainda, pagos m EUR 8 ao anterior Auditor Externo (PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda.) relativos a serviços de certificação do cálculo da pegada de carbono e acesso a uma base de dados fiscais;
- A nota 29 deste Anexo às Contas inclui todas as divulgações relativas a relações entre as partes relacionadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade.

32. Eventos subsequentes à data do balanço

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas Demonstrações Financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Até à data de conclusão deste Relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem reflectidos nas Demonstrações Financeiras.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2018

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 1.596.340 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.549.538 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 539.216 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados por Funções, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Partes de capital e Empréstimos a subsidiárias

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

O montante total de investimento em Partes de capital e Empréstimos a Subsidiárias registado nas demonstrações financeiras individuais de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. ascende, a 31 de dezembro de 2017, a 1.317.386 milhares de euros.

Tal como divulgado na Nota 2.3 às demonstrações financeiras, os investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- ▶ Procedemos à compreensão e avaliação dos processos de monitorização e controlo dos investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias;
- ▶ Obtivemos os testes de imparidade preparados pela Gestão, relativamente aos Investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias, e efetuamos uma validação dos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Subsidiárias são registados inicialmente ao custo e analisados, a data de cada balanço, de forma a detetar a existência de indicadores de possíveis perdas por imparidade.</p> <p>Se foram identificados indicadores, o valor recuperável do ativo é testado pela Gestão, utilizando um modelo de fluxos de caixa descontados. Os dados das avaliações para cálculo do valor de uso são suportados por desempenhos passados e por expectativas de desenvolvimento do mercado para cada um dos investimentos, baseado em projeções de fluxos de caixa, taxas de desconto e taxas de crescimento na perpetuidade.</p> <p>Pela relevância dos montantes envolvidos, assim como pela complexidade e julgamento inerentes ao modelo adotado para a avaliação de imparidade, consideramos que a valorização dos investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias constitui uma Matéria Relevante de Auditoria.</p>	<p>mesmos, através da verificação dos planos de negócio que foram aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Analisámos, com o suporte de especialistas internos, os pressupostos e metodologias utilizados pela Gestão, nomeadamente o modelo utilizado para teste, as taxas de desconto e as taxas de crescimento na perpetuidade; ▶ Efetuámos procedimentos substantivos para avaliar a existência de indícios de imparidade nos Investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias, nomeadamente comparando os Capitais Próprios das subsidiárias, ou o valor de uso calculado de acordo com os modelos preparados pela Gestão, com o seu valor contabilístico; e ▶ Revimos os montantes de perdas por imparidade reconhecidas pela Entidade relativamente a investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias e avaliámos a sua razoabilidade. <p>Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e da Comissão de Auditoria pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, incluindo o Relatório de Governo Societário, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

A Comissão de Auditoria é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo a Comissão de Auditoria, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo a Comissão de Auditoria, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos à Comissão de Auditoria que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu Relatório de Gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados/eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 06 de abril de 2017 para o mandato em curso correspondente aos exercícios de 2017 e 2018;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos à Comissão de Auditoria da Entidade em 26 de fevereiro de 2018; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 05 de março de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC n.º 896)
Registado na CMVM com o n.º 20160515



Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade

Exmo. Conselho de Administração de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A.,

Introdução

1 Fomos contratados pela Administração de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (“Jerónimo Martins” ou “Empresa”) para a realização de um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre os indicadores identificados no parágrafo 4, que integram a informação de sustentabilidade incluída no Capítulo 5. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, do Relatório e Contas de 2017, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2017, preparada pela Empresa para efeitos de divulgação do seu desempenho anual em matéria de sustentabilidade.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação dos indicadores identificados no parágrafo 4 abaixo, incluídos no Capítulo 5. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor” do Relatório e Contas de 2017, de acordo com as instruções e critérios divulgados no mesmo e inspirada nas diretrizes para reporte de Sustentabilidade “Global Reporting Initiative” (“GRI”), versão G4, bem como a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita uma adequada preparação da informação mencionada.

3 A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e especificados no parágrafo abaixo.

Âmbito

4 O trabalho que realizámos foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) “Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica”, emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* da *International Federation of Accountants*. Esta Norma exige que planeemos e executemos o trabalho de garantia limitada de fiabilidade com o objetivo de obter um grau de segurança limitado sobre se os indicadores, identificados no subcapítulo 11. “Tabela de Indicadores”, do Capítulo 5. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor” do Relatório e Contas de 2017, como “✓ Indicador submetido a verificação externa”, estão isentos de distorções materialmente relevantes.

5 Para tanto o referido trabalho consistiu em:

- (i) Indagar a gestão e principais responsáveis das áreas em análise para compreender o modo como está estruturado o sistema de informação e a sensibilidade dos intervenientes às matérias incluídas no relato;
- (ii) Identificar a existência de processos de gestão internos conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social;
- (iii) Verificar, numa base de amostragem, a eficácia dos sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato que suportam a informação de desempenho supracitada, através de cálculos e validação de dados reportados;
- (iv) Confirmar a observância de determinadas unidades operacionais às instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho;

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

- (v) Executar, numa base de amostragem, alguns procedimentos de consubstanciação da informação, através de obtenção de evidência sobre informação reportada;
- (vi) Comparar os dados financeiros e económicos incluídos na informação de sustentabilidade com os auditados pelo auditor externo, no âmbito da revisão legal das demonstrações financeiras da Jerónimo Martins do exercício findo em 31 de dezembro de 2017;
- (vii) Verificar que os indicadores identificados no parágrafo 4 acima, incluídos no Capítulo 5. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor” do Relatório e Contas de 2017 seguem as orientações das diretrizes GRI, versão G4, quando aplicável.

6 Os procedimentos efetuados foram mais limitados do que seriam num trabalho de garantia razoável de fiabilidade, por conseguinte, foi obtida menos segurança do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade.

7 Entendemos que os procedimentos efetuados proporcionam uma base aceitável para a nossa conclusão.

Qualidade e independência

8 Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade, incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento dos requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

9 Cumprimos com os requisitos de independência e ética do código de ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Conclusão

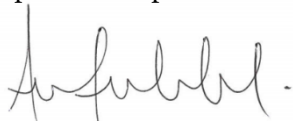
10 Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os indicadores identificados no parágrafo 4 acima, incluídos no Capítulo 5. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor” do Relatório e Contas de 2017, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2017, não tenham sido preparados, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com as instruções e critérios divulgados no mesmo e inspirados nas diretrizes GRI, versão G4.

Restrições de uso

11 Este relatório é emitido unicamente para informação e uso do Conselho de Administração da Empresa, para efeitos da divulgação do Capítulo 5. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor” do Relatório e Contas de 2017, pelo que não deverá ser utilizado para quaisquer outras finalidades. Não assumiremos quaisquer responsabilidades perante terceiros, para além de Jerónimo Martins, pelo nosso trabalho e pela conclusão expressa neste relatório, o qual será anexado ao Relatório e Contas de 2017 da Empresa.

5 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



António Brochado Correia, R.O.C.

Jerónimo Martins 2017

Rua Actor António Silva, n.º 7

1649-033 Lisboa

Tel.: +351 21 753 20 00

Fax: +351 21 752 61 74

www.jeronimomartins.pt